EM ANÁPOLIS

Eerizania Freitas quer ser 3ª via e baseia discurso na experiência

Do União Brasil, a servidora pública Eerizania Freitas se diz tranquila com relação às pesquisas de intenção de voto que apontam o deputado estadual Antônio Gomide e o federal Márcio Corrêa como favoritos. **Política 5**

Reprodução/Instagram



O HOJE

20 anos

| ANO 20 | Nº 6.422 | QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2024 | R$ 2,50 | FUNDADO EM 23 DE ABRIL DE 2004 OHOJE.COM

Conservação reduz impacto ambiental e gera ganhos

O uso de técnicas conservacionistas na exploração de hortaliças pode contribuir para amenizar os impactos das alterações no regime de chuvas e do aumento das temperaturas médias observadas nos últimos anos, com ganhos de eficiência e redução de custos para o produtor. A tecnologia ganha relevância ainda maior num momento de eventos climáticos extremos. **Econômica 4**

ALANO QUEIROZ

A necessidade da modernização de Goiânia

Opinião 3

GREGÓRIO JOSÉ

Namoro e cartório se tornam o "novo normal" do amor

Opinião 3



Leandro Braz/O HOJE



Empresas goianas do setor da construção civil adotam medidas sustentáveis em novos imóveis

O mês de junho é marcado pelo Dia Mundial do Meio Ambiente. De olho em um futuro mais sustentável, incorporadoras da construção civil em Goiânia adotaram medidas para reduzir os impactos no meio ambiente. **Cidades 11**

Goiânia tem ao menos nove pré-candidatos

Nos últimos dias, o Democracia Cristã lançou a pré-candidatura de Humberto Teófilo e o Unidade Popular a do Professor Reinaldo Pantaleão na Capital. **Política 6**

Caiado vai ajudar pré-candidatos do UB a partir do final de junho

Circula, nos bastidores da política goiana, a informação de que o governador Ronaldo Caiado tende a mergulhar nos projetos do União Brasil rumo às prefeituras goianas a partir da segunda quinzena de junho. O gestor é visto como peça-chave para os projetos eleitorais da base, que tem a intenção de ampliar seu protagonismo na Capital e no interior goiano, com cabeças de chapa nas principais cidades. **Política 2**

PF apreende helicóptero de investigado

Polícia Federal afirma que a suspeita do crime teria ocorrido nas eleições de 2022 por meio do uso do registro de candidaturas falsas. **Política 5**

LEIA NAS COLUNAS

Xadrez: Nem sempre o favorito para prefeito vence no segundo turno
Política 2

Esplanada: Ministro das Minas e Energia mira Marina Silva, do Meio Ambiente
Política 6

Jurídica: STF julga inconstitucional lei de Goiás que proíbe linguagem neutra nas escolas
Cidades 10

Ministro de Lula, Juscelino é indiciado por corrupção

Política 6

Marcelo Camargo/ABr



Cervejarias crescem 6,8% em todo Brasil

Chegou a 1.847 o número de estabelecimentos produtores de cerveja registrados no Brasil em 2023, alta de 6,8% em relação a 2022. **Economia 4**

42 unidades de energia atingidas por queimadas

A Equatorial informou que, nos primeiros cinco meses de 2024, 42 ocorrências de queimadas interferiram na distribuição da energia em Goiás. No mesmo período de 2023, houve apenas 18 registros desse tipo. **Cidades 10**

Israel e Hamas cometeram crimes de guerra

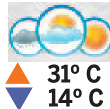
As conclusões foram tiradas de dois relatórios paralelos da Comissão de Inquérito da ONU: um com foco nos ataques de 7 de outubro de 2023 e outro na resposta de Israel. **Mundo 12**


ISSN 1303-509-1

Dólar: (paralelo) R$ 5,21 | **Dólar:** (comercial) R$ 5,212 |
Euro: (Comercial) R$ 5,964 | **Boi gordo:** (Média) R$ 221,15
Poupança: 0,3715% | **Ouro:** R$ 309,14 | **Bovespa:** -0,11%


Fale O HOJE

Negócios: (62) 3095-8722
Classificados: (62) 3095-8700
Leitor: (62) 3095-8772 | editor@ohoje.com.br


Tempo em Goiânia
Sol com algumas nuvens. Não chove.
31º C
14º C

Reprodução



Decisão estabelece prazo para fiscalizar ações da companhia

TCM confirma que Comurg é dependente da prefeitura

O Tribunal de Contas do Município de Goiás (TCM-GO) ratificou por unanimidade, na quarta-feira (12), a decisão que torna a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) dependente da Prefeitura de Goiânia. O voto do relator Francisco Ramos foi acompanhado por todos os conselheiros, incluindo Humberto Aidar, que havia solicitado vistas do processo no ano passado. Aidar propôs uma alteração no voto original, sugerindo que a decisão passe a valer a partir de 2025.

Além disso, pediu a abertura de um processo de fiscalização pela Secretaria Geral de Controle Externo para apurar as despesas com pessoal, dívidas e operações de crédito da Comurg, bem como outras informações relevantes para a fiscalização da empresa como entidade estadual dependente da prefeitura. Tais solicitações foram integradas ao voto do relator e aprovadas pelos demais conselheiros.

Durante a sessão, Aidar confirmou que a Prefeitura de Goiânia protocolou um Termo de Ajuste de Gestão (TAG) com o TCM nesta quarta-feira, visando resolver as questões pendentes da companhia. O TAG também propõe a incorporação de serviços da Comurg à Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra).

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) informou, ao Jornal Opção, que aguardará a publicação do acórdão para se pronunciar oficialmente sobre a decisão. **(Vitória Bronzati, especial para O Hoje)**



Xadrez

Wilson Silvestre

(62) 99314-0518 xadrez@ohoje.com.br

Nem sempre o favorito para prefeito vence no segundo turno

Ainda faltam menos de quatro meses para o cidadão-eleitor depositar seu voto na urna que vai definir o prefeito e vereadores goianienses. Embora o tema ainda seja mais discutido entre formadores de opinião e pré-candidatos interessados no eleitor, politólogos e palpiteiros de plantão especulam que, no caso de Goiânia, ainda há muitos obstáculos na caminhada dos favoritos nas pesquisas, Vanderlan Cardoso (PSD), Adriana Accorsi (PT) e Gustavo Gayer (PL) até botarem a mão na faixa de prefeito. Um dos desafios é diminuir os 64% dos goianienses que não decidiram em quem votar, sendo que tem 36% admitem mudar de candidato. Esses números são de uma pesquisa recente e animam os que não estão no bloco de favoritos, como Sandro Mabel (UB), prefeito Rogério Cruz (SD), Matheus Ribeiro (PSDB) e outros que estão no páreo para marcar posição. Não tem como ignorar o potencial de crescimento de Sandro Mabel. Além de político experiente, empresário de sucesso e liderança classista, tem como aliado o governador Ronaldo Caiado, que conta com aprovação de 80% dos goianos. Um capital político que o goianiense pode levar em conta. Por sua vez, Rogério Cruz mostra que "não está morto politicamente", como foi alardeado. Tem muitos problemas para resolver, mas também obras a perder de vista para serem entregues e isto tem peso. Quanto ao jovem Matheus Ribeiro, do PSDB, ainda é uma promessa e não um fenômeno eleitoral. Diante desse quadro, pode-se dizer que "nem sempre o favorito que chega no segundo turno vence a corrida a eleição".

São favoritos, mas não invencíveis

Os três líderes das pesquisas para prefeito de Goiânia, Vanderlan Cardoso, Adriana Accorsi e Gustavo Gayer, têm seus calcanhares de Aquiles. Adriana não tem experiência administrativa e o histórico do PT como gestor de Goiânia ficou muito aquém das expectativas. Gustavo Gayer não tem a menor ideia sobre a complexidade da gestão pública, é mais um produto midiático a ser um fenômeno, mas também um fiasco. Vanderlan, por enquanto está isolado politicamente e corre o risco de ser um 'cavalo paraguaio': tem arrancada, mas sem fôlego para chegada.

UB tem a força

Lideranças do União Brasil articulam uma carreata que promete 'parar o trânsito'. A mobilização tem como pano de fundo a ideia de demonstrar a força da base caiadista na eleição deste ano. A carreata sairá da Alego na manhã do próximo sábado (15) em direção à Atlanta Music Hall, onde será realizada a convenção nacional da sigla.

Geneilton ameaça...

Pela primeira vez em seus quase sete mandatos de prefeito em Jataí, o emedebista Humberto Machado corre risco de perder a disputa da reeleição para seu vice, Geneilton Assis (PL). A entrada em cena da advogada Flaviane Baldo Scopel (REP) como vice reforça a musculatura política de Geneilton, pois Scopel tem capital de votos.

... Humberto em Jataí

Mesmo com grandes obras para serem entregues à população, Humberto Machado (MDB) tem dificuldades com a maioria do segmento do agronegócio, mola propulsora da economia de Jataí. Além disso, está no sétimo mandato como prefeito e a fadiga da longevidade sobrepõe o histórico de excelente gestor de Humberto Machado. É a onda das mudanças. **(Especial para O Hoje)**

Caiado vai ajudar nomes do UB na 2ª quinzena de junho

Interlocutores disseram que gestor se comprometeu a 'entrar em campo' para ajudar seus aliados até a eleição

Felipe Cardoso

Circula, nos bastidores da política goiana, a informação de que o governador Ronaldo Caiado (UB) tende a mergulhar nos projetos do União Brasil rumo às prefeituras goianas a partir da segunda quinzena de junho. O gestor é visto como peça-chave para os projetos da base, que busca ampliar seu protagonismo na Capital e no interior goiano.

Um interlocutor governista revelou ao O Hoje que o governador já fez compromissos com diversos nomes vistos como estratégicos nas eleições que se aproximam. É esperado que, em Goiânia, o governador fique, por exemplo, "à disposição" de Sandro Mabel (UB), que é o indicado do grupo caiadista para o pleito. Caiado deve acompanhá-lo nos compromissos e reuniões firmadas, a fim de, ao colar sua imagem na do pré-candidato, alavancá-lo.

Mabel, por sua vez, aguarda ansiosamente pela chegada desse dia. Em entrevista ao veículo ele disse que o governador se prontificou a, inclusive, "andar nos bairros". "Essa também é uma campanha dele. É muito importante para o governo ganhar a eleição em Goiânia, por isso ele está apontando um gestor que seja capaz de corresponder. Ele quer que façamos em Goiânia o que ele está fazendo em Goiás", defendeu.

Conforme mostrado pelo O Hoje, com o período eleitoral cada vez mais próximo, pré-candidatos começam a se movimentar não apenas em busca de alianças político-partidárias, mas também de olho nas estratégias com potencial de engrandecê-los na disputa. Recentemente, a reportagem mostrou, inclusive, que, passado o período de filiações partidárias, os pré-candidatos têm concentrado esforços na escolha de bons marqueteiros.

A tacada se justifica por saberem que uma condução estratégica e qualificada de uma campanha pode virar qualquer jogo. As apostas passam por diferentes cenários. Enquanto alguns nomes tendem a defender a ideias como a de que o eleitor deve escolher por alguém que esteja em sintonia com o Governo Federal para viabilização de recursos, outros vão na contramão ao 'venderem' a ideia de que as cidades precisam do que é novo, que flerte com a modernidade e, sobretudo, chegue para varrer aquilo que costumam chamar de 'velha política'.

Reprodução



Caiado é visto como peça-chave para a base, que quer ampliar o protagonismo na Capital e no interior

Nesse contexto, já se pode afirmar que os candidatos do União já contam com estratégias prontas para entrar em campo. A ideia é que esses nomes, independentemente da cidade em disputa, ancorem a própria imagem na figura do governador Ronaldo Caiado (UB). A intenção por trás da estratégia é mostrar ao eleitor que caso terminem eleitos — ou reeleitos, em alguns casos — tocarão uma administração com um perfil 'à la Caiado' de governar.

Isso porque as pesquisas revelam que o 'jeitão' do governo não só caiu no gosto popular como deu resultado. Em diversos setores, os indicadores apresentaram melhoras significativas. Consequentemente, o nome do governador alcançou aprovações minimamente invejáveis a qualquer concorrente.

Em meados de abril, O HOJE mostrou que o governador tem 86% de aprovação entre os goianos e é o mais bem avaliado entre os cotados para disputar a presidência em 2026. A pesquisa Quaest aponta que Caiado é desaprovado por 12% dos eleitores do Estado.

A gestão foi considerada positiva por 70% e regular para 22%. Outros 6% classificaram como negativa. A segurança pública foi a área mais bem avaliada pelos entrevistados: 69% consideram as ações policiais positivas.

Além disso, a educação se mostrou forte. 67% dos eleitores consideram as ações para o segmento positivas. Emprego e renda seguem o ranking, com 62% de aprovação. Outro ponto é a percepção de melhoria em relação a outros estados, 74% dos eleitores acreditam que Goiás está melhor em relação a outros entes da federação. **(Especial para O Hoje)**

A necessidade da modernização de Goiânia

Alano Queiroz

Goiânia, capital de Goiás, é uma cidade jovem, fundada em 1933, e possui um notável crescimento urbano e populacional. Apesar de suas belezas naturais e do charme de sua arquitetura art déco, a cidade enfrenta desafios significativos que demandam modernização urgente. A necessidade de Goiânia se modernizar é um tema que permeia tanto a esfera pública quanto a privada, e envolve aspectos de infraestrutura, mobilidade urbana, tecnologia e gestão pública.

A infraestrutura de Goiânia, embora avançada em comparação a outras capitais brasileiras, ainda apresenta sérios gargalos. O trânsito caótico, especialmente nas horas de pico, é reflexo de um sistema de transporte público insuficiente e mal gerido. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade tem uma frota de veículos que cresce anualmente, agravando a situação das vias públicas.

A falta de investimentos em ciclovias e a insuficiência de calçadas acessíveis comprometem a mobilidade dos pedestres e ciclistas. A implementação de um sistema de transporte coletivo mais eficiente, como corredores exclusivos para ônibus e a expansão do metrô, são medidas que poderiam aliviar o tráfego e promover uma mobilidade mais sustentável.

A modernização tecnológica é outro ponto crucial para o desenvolvimento de Goiânia. A cidade precisa investir em infraestrutura de internet de alta velocidade e em soluções tecnológicas que facilitem a vida dos cidadãos. Um exemplo positivo é a implantação de serviços públicos digitais, que têm o potencial de reduzir burocracias e aumentar a eficiência dos serviços oferecidos.

Cidades inteligentes, que utilizam tecnologias para melhorar a infraestrutura urbana e a qualidade de vida dos habitantes, são uma tendência global. Goiânia poderia seguir exemplos como os de Curitiba e São Paulo, que têm investido em projetos de cidades inteligentes, integrando soluções tecnológicas na gestão pública e urbana.

A modernização de Goiânia também passa por uma gestão pública mais eficiente e transparente. A participação cidadã é fundamental para que as decisões sejam tomadas de forma democrática e que atendam às reais necessidades da população. Ferramentas de governança eletrônica, como plataformas de participação online e aplicativos de fiscalização cidadã, podem ser eficazes para aproximar os cidadãos do governo e promover uma administração mais responsiva.

Cidades como Curitiba, no Paraná, e Medellín, na Colômbia, são exemplos de como a modernização pode transformar a vida urbana. Curitiba é reconhecida mundialmente por seu sistema de transporte público eficiente e sustentável. Já Medellín, que enfrentava problemas severos de violência e pobreza, se reinventou por meio de projetos de urbanismo social, integração de transporte e tecnologia.

A modernização de Goiânia é uma necessidade premente para que a cidade continue a crescer de forma sustentável e ofereça qualidade de vida para seus habitantes. Investir em infraestrutura, tecnologia e gestão pública eficiente são passos fundamentais nesse processo. Goiânia tem potencial para ser uma referência em modernização urbana no Brasil, mas para isso, é necessário um compromisso conjunto entre governo, iniciativa privada e sociedade civil.

A cidade precisa se reinventar, olhando para o futuro sem esquecer das raízes que a tornaram única. A modernização não deve ser vista como um luxo, mas como uma necessidade urgente para assegurar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.


Alano Queiroz é presidente estadual do Partido Novo

Jackson Rodrigues



Namoro e cartório se tornam o "novo normal do relacionamento"

Gregório José

Ah, meus caros leitores, vivemos tempos fascinantes. No auge do romance moderno, o amor não só é feito de beijos, abraços e jantares à luz de velas, mas também de advogados e cartórios. Sim, estamos falando do fenômeno da década: o "contrato de namoro".

Imagine só a cena: você está ali, naquele clássico momento de "o que é meu será nosso", mas, espera aí, antes de pular para o "felizes para sempre", você precisa se certificar de que tudo está documentado. Nada mais romântico do que um "eu te amo" seguido de "você pode assinar aqui, por favor?".

O contrato de namoro é a nova moda entre os casais cautelosos. Vamos combinar: nada diz mais "romance do século XXI" do que um documento declarando que vocês, de fato, estão juntos, mas que isso não implica nenhuma comunhão de bens. É como se dissesem: "Eu te amo, mas o meu apartamento fica fora dessa equação".

Ah, que saudade dos tempos dos nossos avós! Naqueles dias, um aperto de mão e um sorriso eram suficientes para firmar um compromisso eterno. Hoje, parece que o verdadeiro compromisso vem com uma assinatura, uma testemunha e um selo oficial.

Os tempos mudaram, e com eles, os relacionamentos. Passamos pela era da "amizade-colorida", que permitiu beijos e abraços sem nenhuma cobrança depois. Vieram os "ficantes", onde a única coisa a ser discutida era o status do WhatsApp e, agora, estamos na era do "contrato de namoro", onde até mesmo a paixão precisa ser formalizada e carimbada.

Para quem se lembra dos tempos em que uma declaração de amor consistia em uma serenata e um anel de compromisso, o contrato de namoro pode parecer um tanto quanto frio. Um olhar apaixonado e um suspiro eram suficientes para selar "para sempre". Hoje, o beijo vem acompanhado de um "aqui está meu advogado, vamos resolver isso de forma legal". Parece exagero? Pode ser. Mas também é uma maneira prática de proteger os bens e evitar futuras disputas sobre quem fica com a poltrona reclinável ou o gato persa.

Vamos ser francos, amarrar o coração a um contrato parece a antítese do romance. Mas, no meio das complexidades modernas, ter tudo preto no branco pode ser reconfortante. Afinal, entre as longas conversas no WhatsApp, vídeos compartilhados de "nudes" e as vidas agitadas, nada como um pouco de clareza para evitar futuros desentendimentos. Não é a fantasia de novela das seis, mas é uma maneira eficiente de proteger o que é seu enquanto você tenta construir algo com outra pessoa. Se a formalidade traz paz ao coração, que assim seja. Mas, se o seu coração ainda prefere a espontaneidade de um amor sem papelada, tudo bem também.

A chave para qualquer relacionamento saudável não está no cartório, mas na confiança e no respeito mútuo. E, como diria um sábio humorista, se o amor é uma piada, que seja ao menos bem contada – com ou sem cláusula de proteção de bens. Boa sorte, Amem com sabedoria e, se necessário, com um bom advogado por perto.


Gregório José é jornalista, radialista e filósofo, com pós-graduação em Gestão Escolar e Gestão Pública

CARTA DO LEITOR

Suicídio

Goiás registrou mais de 3 mortes por dia no último mês. Este quantitativo é bastante preocupante e nos faz refletir como as pessoas precisam se tratar e entender o seu lugar no mundo. Eu tenho passado por momentos difíceis nestes últimos dias, com crises de ansiedade e dor no coração. No meu caso, eu não tenho vontade de me matar, mas vejo que muitas pessoas ainda não tem esse autocontrole e a visão de que tudo irá passar. São registrados cerca de 12 mil suicídios todos os anos no Brasil. O tema precisa ser divulgado para que as pessoas procurem ajuda.

Cecília Lopes
Goiânia

CONTAPONTO

"Resta cristalina a relação criminosa pactuada entre Juscelino Filho e Eduardo DP"

Polícia Federal (PF), ao indiciar, na última quarta-feira (12), o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (UB-MA), por suspeita de participação em organização criminosa e crime de corrupção passiva. O ministro é suspeito de participar de esquema que desviou, no mínimo, R$ 835,8 mil referentes a obras de pavimentação custeadas com dinheiro público da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A investigação apura suposto desvio de emendas parlamentares para a pavimentação de ruas de Vitorino Freire, no interior do Maranhão, cidade que é comandada pela irmã de Juscelino, Luanna Rezende. Luanna chegou a ser afastada do cargo em 2023, mas retomou o mandato. Entre os elementos utilizados pela PF está um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre uma obra que beneficiou propriedades da família do ministro de Lula. O relatório final do caso foi enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. O inquérito tinha como foco, inicialmente, apurar possíveis desvios em obras da Codevasf, em especial executadas pela empresa Construservice. De acordo com a PF, um dos sócios ocultos da empresa é o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP. "Minha inocência será comprovada ao fim desse processo", alegou Filho.

INTERAJA CONOSCO


@jornalohoje
O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, anunciou, nesta terça-feira (11), a saída do secretário de Política Agrícola, Neri Geller, após a polêmica envolvendo o leilão da compra de arroz importado. Geller pediu demissão após seu filho, Marcelo Piccini Geller, abrir uma empresa com o ex-assessor do ex-secretário, que foi um dos negociadores do leilão.


@ohoje
A Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), por meio da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Valparaíso de Goiás, prendeu na tarde desta segunda-feira (10), um homem de 42 anos suspeito de tentativa de feminicídio contra sua esposa, uma mulher de 29 anos e mãe de um bebê de 30 dias. Curtiu a publicação a leitora.
Angelica Mateus (@angelicamateus1967)

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com.** São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

O HOJE.com
Grupo O Hoje de comunicação
Fundado em 23 de Abril de 2004
Presidente Gean Alaesse Cordeiro
Bancas: R$ 2,50
Comercial: (62) 3095-8722 / (62) 3095-8754 / comercial1@ohoje.com.br | **Whatsapp:** (62) 99619-5512
Redação: (62) 3095-8767 / **Circulação:** (62) 98331-7879 / editor@hojenoticia.com.br | **O Hoje.com:** (62) 3095-8700
Endereços: Goiás: Rua 132-A, nº 124, Setor Sul, CEP: 74093-8700 - Goiânia
Distrito Federal: Av. das Aracárias, Lt 305, Bairro Águas Claras, CEP: 71.936-250 - Brasília

Marcelo Camargo/ABr



Setor produziu mais de 15 bilhões de litros de cervejas em 2023

Número de cervejarias no Brasil cresceu 6,8% em 2023

Chegou a 1.847 o número de estabelecimentos produtores de cerveja registrados no Brasil em 2023, um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior – ou 118 cervejarias novas. Os dados estão no Anuário da Cerveja do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), divulgados nesta terça-feira (11) em São Paulo, no Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia (CBTEC), que integra o Brasil Brau, maior evento da indústria cervejeira brasileira.

"Nos últimos anos, a gente nota que o ritmo de crescimento do número de estabelecimentos diminuiu, mas é porque a base está maior. Temos um processo de interiorização da cerveja no país, e esse é um desafio, crescer e distribuir", destacou o geógrafo, Eduardo Marcusso, do Ministério da Agricultura.

São Paulo continua na liderança como o estado com maior número de cervejarias, com a marca de 410 estabelecimentos registrados, seguido do Rio Grande do Sul (335), de Minas Gerais (235), Santa Catarina (225) e do Paraná 171. Considerando as regiões, o Sudeste tem o maior número de produtores de cerveja – 856 estabelecimentos registrados, seguido do Sul (731), Nordeste (122), Centro-Oeste (96), e Norte (42).

Já em relação aos municípios, a capital paulista é a cidade com mais cervejarias registradas – 61. Em seguida, vêm Porto Alegre (43), Curitiba (26), Caxias do Sul (RS) (23), Nova Lima (MG) (22) e Belo Horizonte (21).

O anuário mostra ainda que, em 771 municípios brasileiros, há pelo menos uma cervejaria, o que representa um aumento de 6,8% em comparação ao número registrado em 2022 (722).

Rio Grande do Sul é a unidade da federação em que os habitantes estão mais bem servidos com cervejarias, ultrapassando Santa Catarina e alcançando a primeira posição em 2023, com a marca de um estabelecimento para cada 32.486 habitantes. Em seguida, aparecem os estados de Santa Catarina (33,8 mil), do Espírito Santo (46,7 mil), Paraná (66,9 mil) e de Minas Gerais (87,4 mil). Na média nacional, o Brasil tem uma cervejaria registrada para cada 109,9 mil habitantes.

Segundo o anuário, em 2023, houve um aumento de 6,6% em relação ao número de produtos registrados em 2022, totalizando 45.648 cervejas. Em média, os estabelecimentos brasileiros têm 24,7 registros de produtos.

Pela primeira vez, o anuário trouxe dados sobre a produção nacional de cerveja, obtidos da Declaração Anual de Produção e Estoques, realizada pelos estabelecimentos elaboradores de cerveja registrados junto ao Mapa.

O volume de produção declarado atingiu nacionalmente o montante de 15,36 bilhões de litros. A Região Sudeste tem o maior volume de produção declarado – 53,4% da produção nacional. A Região Norte foi a única que não ultrapassou a marca de 1 bilhão de litros de cerveja produzidos.

A importação brasileira de cerveja segue em queda desde 2019. A redução observada em 2023 acentuou-se, chegando a 51,1% quanto ao volume e a 39,4% em valor (US$), atingindo 7.130.686 litros de cerveja importada, a um valor total de US$ 8.597.137.

"A cerveja brasileira ocupou esse espaço que antes era da cerveja importada e não sai mais, é um espaço que ela ocupou e que ela se fez presente, o consumidor passou a conhecer melhor a cerveja brasileira e não precisa recorrer à importação, ao consumo de uma cerveja estrangeira. Isso vem se consolidando", destacou o coordenador-geral de vinhos e bebidas do Mapa, Vitor Oliveira.

Em 2023, a Alemanha superou a Bélgica e, com um montante de 1.856.864 litros do produto, tornou-se a principal origem da cerveja importada pelo Brasil, representando 26% do total. A Alemanha é seguida da Bélgica, do Uruguai, da Espanha, do Paraguai e da Argentina como principais origens do produto comprado pelos brasileiros.

No caso das exportações, de acordo com o anuário, houve um aumento de 18,6% no volume vendido ao exterior em 2023, alcançando 231.977.494 litros. A exportação faturou US$ 155,7 milhões, um aumento de 28,8% em relação ao montante do ano anterior. Os números são recordes desde o início da série, em 2011. Os principais destinos da cerveja produzida no Brasil foram o Paraguai, a Bolívia, o Uruguai, o Chile, Cuba, Venezuela e os Estados Unidos.

O superávit comercial, a diferença entre as exportações e as importações, fechou o ano de 2023 em US$ 147 milhões.

De acordo com o anuário, o setor de bebidas alcoólicas teve redução de 0,51% no número de vagas geradas em 2023, fechando o ano com 58.863 empregos diretos. O segmento de cerveja teve queda de 1,9%, embora ainda se mantenha acima de 40 mil empregos, com a geração de 41.346 postos. **(ABr)**



Econômica

Lauro Veiga Filho
| economica@ohoje.com.br

Técnicas conservacionistas reduzem impacto ambiental e geram ganhos

O uso de técnicas conservacionistas na exploração de hortaliças pode contribuir para amenizar os impactos das alterações no regime de chuvas e do aumento das temperaturas médias observadas nos últimos anos, com ganhos de eficiência e redução de custos para o produtor. A tecnologia ganha relevância ainda maior num momento em que eventos climáticos extremos têm ocorrido com maior frequência, gerando estragos econômico e, muito mais grave, ceifado vidas como se observa na tragédia causada pela série de enchentes no Rio Grande do Sul e, não muito distante no tempo, pela seca severa que atingiu o Norte do País no ano passado.

As pesquisas realizadas nesta área desde 2007 pelo Instituto Agronômico (IAC), em parceria com a Agência Paulista de Tecnologias do Agronegócio (APTA), detalha Roberto Botelho Ferraz Branco, pesquisador do IAC, sugerem a possibilidade de redução média de 16% nos custos de produção em relação a sistemas convencionais de produção de produtos hortícolas, com ganhos de 20% nas despesas com irrigação e queda de 10% no consumo de diesel.

A implantação de sistemas conservacionistas, resume Branco, exige revolvimento mínimo da terra ou plantio direto, rotação de culturas e manutenção permanente de cobertura do solo com palhada de gramíneas ou leguminosas, a exemplo de milheto ou crotalária e mucuna nas culturas de verão e aveia ou tremoço, nos plantios de inverno. "O recomendável é sempre entrar com planta de cobertura depois de colhida a hortaliça, em sistema rotacionado", indica o pesquisador.

Cardápio de vantagens

Os ganhos econômicos vêm acompanhados de um cardápio de vantagens agrossistêmicas que dificilmente os plantios convencionais conseguem oferecer. As práticas conservacionistas, retoma Branco, tornam o cultivo mais resiliente a alterações climáticas e eventos extremos, reduzindo seu impacto sobre a cultura, com a palhada protegendo os solos contra insolação, chuvaradas e a ação dos ventos. Desde o início dos experimentos com hortaliças, o total de matéria orgânica nas áreas cultivadas cresceu de 2,3 para 3,5 gramas por quilo de solo, aumentando o sequestro de carbono, enquanto o volume de água retida no solo mostrou-se 20% a 25% maior em relação a práticas convencionais, o que, associado à menor evaporação, passou a exigir menos irrigação. "A temperatura no solo, ao mesmo tempo, ficou em média 10°C mais baixa do que em plantios realizados com solo exposto, aumentando o conforto térmico da planta", acrescenta o pesquisador do IAC. O manejo conservacionista possibilitou ainda o aumento da atividade biológica nos solos, com crescimento da população de fungos e bactérias, possibilitando uma melhora na fisiologia e no sistema imunológico das plantas. O efeito direto foi a redução no uso de defensivos e mesmo a eliminação de herbicidas, conforme Branco, já que o sistema inibe o estabelecimento de plantas daninhas.

BALANÇO

➧ Os produtores Adão do Carmo Jesus Comin e Leandro Barbieri observam no dia a dia as vantagens do sistema. Comin produz tomate, pepino e milho, além de vagem manteiga e abobrinha, em cinco hectares em Monte Alto, na região de Ribeirão Preto (SP), e decidiu migrar para o sistema conservacionista depois de ser multado pela fiscalização ambiental por estar "cuidando da terra de maneira errada", como o próprio descreve.

➧ Com assessoria do próprio IAC e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), passou a usar milheto como planta de cobertura e adaptou uma plantadeira convencional para fazer o plantio na palha. Segundo ele, problemas com erosão foram praticamente eliminados e a qualidade do solo e dos produtos melhorou. "No caso do tomate rasteiro, o fruto tem menos contato com a terra, por exemplo. Como a palha retém a umidade (no solo) por maior tempo, foi possível reduzir a irrigação e baixar o gasto como energia em aproximadamente 15%. Mas a maior redução de custos foi com o diesel, de quase 50%", detalha o produtor.

➧ Filho de produtor, Barbieri, um dos donos da Verduras Irmãos Barbieri, produz alface e outras hortaliças folhosas em 12 hectares implantados na região de Jaboticabal (SP). A área é dividida em lotes de seis hectares e explorada em sistema de rotação, com mudança de local a cada seis meses, o que permite a colheita de 600 mil pés de alface por ano. A produção em estufas, adotado inicialmente, foi substituído há 18 anos pela produção a campo, já em regime de rotação. O milheto tem sido utilizado para cobertura e formação da palhada, diante do custo relativamente mais baixa frente a outras forrageiras.

➧ Ao longo do processo, Barbieri e seus irmãos desenvolveram um furador adaptado, construído a partir do motor de uma motosserra. "Depois de dessecada a palhada, o furador vai marcando no canteiro onde as mudas serão plantadas, fazendo furos num espaçamento de 25 centímetros", relata o produtor. O plantio direto na palha melhorou a qualidade da alface e reduziu custos com mão de obra, ao causar a diminuição de plantas daninhas, exigindo menos capina, assim como baixou o gasto com energia e o consumo de água na irrigação. "A perda de adubo por lixiviação também ficou menor", acrescenta Barbieri.

➧ O "casamento" entre fertirrigação e horticultura conservacionista ajudaria a incrementar a eficiência do sistema, assegurando a adubação no volume e na frequência necessária para que a planta possa realizar seu potencial produtivo, sugere Wilson Goto, gerente de fertirrigação da Yara.

➧ Dois estudos conduzidos pela empresa durante a safra 2022/23, na região de Jales (SP), em parceria como IAC, mostraram um salto na produção por hectare de 80 para 140 toneladas com uso da fertirrigação em laranjais, em comparação com áreas que receberam adubação convencional.

➧ Embora a tecnologia seja milenar, seu baixo índice de utilização no País está associado à "falta de conhecimento do produtor e à ausência de produtos e equipamentos exclusivos para a fertirrigação", afirma Goto. Em 2022, a companhia lançou sua linha de fertilizantes YaraRega, específica para fertirrigação, e espera trazer para o país em breve um equipamento desenvolvido para dissolver, filtrar e aplicar nutrientes na lavoura, com recursos digitais que permitem ao produtor acompanhar a aplicação por celular. **(Especial para O Hoje)**

Atividades de transporte em Goiás têm alta de 9,8% em abril

As atividades de transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio cresceram 9,8% em abril, contribuindo para a variação positiva de 5,3% no volume dos serviços em Goiás, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Os dados, apurados pelo Instituto Mauro Borges (IMB), constam da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta quarta-feira (12).

Serviços de informação e comunicação e outros serviços também apresentaram altas no estado, de 9,2% e 3,3%, respectivamente. Com isso, o setor terciário registrou expansão de 2,2% em abril na comparação com março, representando outro mês seguido sem queda na série com ajuste sazonal. No acumulado dos últimos 12 meses, foi registrado avanço de 4,5%.

Para o governo estadual, os números reforçam a importância do setor terciário, que responde por mais de 60% da cadeia produtiva local e possui alto potencial de geração de postos de trabalho. "Traz riqueza e garante novas ocupações ao povo goiano", reforça o governador Ronaldo Caiado. **(Especial para O Hoje)**

ENTREVISTA | EERIZANIA FREITAS

Eerizania quer ser 3ª via anapolina e baseia discurso em experiência

Pré-candidata do União Brasil diz que ampliará debate sobre macrodrenagens na cidade, à luz das mudanças climáticas que provocaram enchentes no Rio Grande do Sul

Reprodução/Instagram



"Sou uma gestora reconhecida como gestora de excelência que percorre a cidade", diz a pré-candidata

Gabriel Neves

Pré-candidata do União Brasil à Prefeitura de Anápolis, a servidora pública Eerizania Freitas, 49, se diz tranquila com relação às pesquisas de intenção de voto na cidade que apontam os nomes do deputado estadual Antônio Gomide (PT) e do deputado federal Márcio Corrêa (PL) como principais postulantes na disputa. "Começo com 1%, vou pra 2%, depois pra 3%. Estou só crescendo. Meu nome tem chegado aos quatro cantos da cidade e as pessoas estão me conhecendo. Por enquanto, ainda é desconhecido porque as pessoas ainda não relacionam com quem é", justifica ela, aos risos, em entrevista ao HOJE por telefone.

A pré-candidata enfatiza que saúde, educação, segurança pública e desenvolvimento econômico pautarão seu plano de gestão, mas diz que quer ampliar o debate sobre as macrodrenagens, tendo em vista as enchentes no Rio Grande do Sul, advindas das mudanças climáticas. Ela mostra preocupação sobre os riscos de erosão e inundações na cidade goiana. "Precisamos fazer um estudo futurista. Anápolis não foi planejada para ser uma cidade com esse porte de veículos que tem hoje", reforça.

Indicada pelo governador Ronaldo Caiado (UB) para suceder o prefeito Roberto Naves (Republicanos), Eerizania se vê com chances reais de se tornar a primeira mulher prefeita de Anápolis. Enquanto fala, emenda a todo instante um fato que a marcou nos mais de 20 anos trabalhando na gestão pública em diversas pastas. No entanto, afirma que não fará campanha política baseada em críticas aos outros candidatos.

O HOJE - O cenário de polarização vem se fortalecendo na corrida pela Prefeitura de Anápolis neste ano, com os pré-candidatos do PT, Antônio Gomide, e do PL, Márcio Corrêa. A sra. é o nome apoiado por Caiado (UB). Sua pré-candidatura vai ser levada adiante? Qual avaliação da sra. neste momento em que se aproximam as convenções partidárias? O senso de responsabilidade é muito grande. Eu fui convidada pelo [governador Ronaldo Caiado] maior líder político do Brasil, segundo as pesquisas. Minha ficha de filiação foi assinada por ele. Eu avalio com muita naturalidade esse cenário de tentativa de polarização, tendo em vista que estou nesse processo político como pré-candidata há apenas cerca de 40 dias. Sou servidora de carreira, participei de cinco gestões e a de um interventor, e com todos eles muito aprendi aquilo que deu certo e o que não deu. Minha experiência na gestão pública e conhecendo de perto as demandas de cada região da cidade... O meu modelo é acompanhar de perto. Tudo isso com o apoio do governador nos coloca em projeção de crescimento.

O que acha que não deu certo em Anápolis? Qual será sua estratégia para contornar isso? A minha estratégia é ter um diagnóstico da cidade neste momento. Só é possível fazer uma gestão conhecendo a cidade, percorrendo ela. Eu preciso ouvir todo mundo, a população, os segmentos empresariais, as lideranças políticas de Anápolis de todas as classes — inclusive as lideranças comunitárias. O que não deu certo, e falo isso com muita clareza, é o fato de que a população não teve conhecimento de tudo o quanto ela poderia ter acessado.

Por exemplo? Eles não têm conhecimento de quantas unidades de saúde tem o horário estendido, os programas sociais que podem acessar... Por exemplo: o WhatsApp 24 horas. A gente precisa informar melhor a população acerca de tudo o que temos e que ela pode acessar.

A senhora quer dizer então que o atual prefeito de Anápolis, Roberto Naves (Republicanos), falhou nisso durante sua gestão? Ele não trouxe a possibilidade de a população se informar melhor sobre os benefícios e programas sociais? O que eu posso dizer é que a gestão do Roberto Naves foi a que mais avançou em inovação, tecnologia e infraestrutura. Nós falhamos na comunicação. A gente poderia ter comunicado melhor a população sobre o que ela tem direito e acesso.

Isso, portanto, é uma autocrítica que a senhora está fazendo? Com certeza. Mas as políticas que estão dando certo, a gente precisa manter e ampliar. Se deu certo, não importa de que gestão nem de que partido foi, eu preciso manter e ampliar. É isso que a gente precisa trazer para o debate: o que eu posso melhorar na educação, na saúde, na segurança pública, por exemplo. E tudo isso a gente está contemplando no nosso plano de gestão.

Por que a senhora tem se apresentado em entrevistas a veículos de imprensa como uma espécie de 3ª via em Anápolis? Reconhece que o cenário na cidade está realmente polarizado entre Gomide e Corrêa? Você cita dois pré-candidatos. Um com 20 anos de vida pública —, que inclusive no segundo mandato renunciou para se candidatar ao Legislativo estadual —, e você fala de outro que tem mais de 10 anos de vida pública ou de tentativa de participação na vida pública. Então são pessoas que já participaram de pleitos e processos eleitorais de outras campanhas. Eu sou uma pré-candidata que tem conhecimento técnico e excelência em gestão. Quando secretária de Educação, avançamos no Ideb significativamente e tivemos percentual de reajuste de 23% num ano, e 18% no outro. Isso é um diferencial que tenho. A Eerizania Freitas é reconhecida como alguém que tem capacidade de gestão. Eu me apresento como pessoa que tem solução para os problemas da cidade. Agora, eu não posso fazer um comparativo com quem nunca fez entrega na cidade.

De quem a sra. está falando? Estou falando daqueles candidatos que nunca fizeram entrega na cidade e eu não discuto pré-candidatos.

Por quê? Porque eu sou uma gestora reconhecida como gestora de excelência que percorre a cidade ouvindo de perto a população. E porque venho indicada do melhor governador do Brasil com consenso do prefeito Roberto Naves.

Sobre a negociação da sua vice, como está o andamento? O União Brasil tem alguma preferência para que seja chapa puro-sangue? Nós estamos conversando com partidos, mas estamos conversando com o governador. Eu não vou dar nem um passo sem o aval dele. A gente sabe da importância do vice e reconhece isso, por isso as conversas. A política é a arte do diálogo. Tudo está sendo conduzido pelo governador.

Mas quais são os partidos que estão no radar? Esse diálogo é com quem? Temos conversado bastante com o Progressistas e o Republicanos, mas a definição virá do Caiado.

Então com isso definido, o próximo passo é pedir a bênção do governador? Não. Não é sobre aguardar para ter a bênção. Todas as tratativas têm sido feitas com a participação dele. Eu não vou tomar uma decisão para levar para ele. Eu vou tomar uma definição junto com ele — desde a negociação para vice até questões partidárias. E ele tem participado ativamente do processo.

E qual é a perspectiva de trabalho que a senhora tem em mente para se relacionar com a Câmara Municipal, caso seja eleita? Eu entendo que o Executivo não caminha sem o Legislativo, então a minha proposta será de caminhar de mãos dadas com os vereadores. O objetivo é atender a população. **(Especial para O Hoje)**

EM GOIÂNIA

PF apreende helicóptero ligado a investigado

Reprodução



Autoridades afirmam que o crime ocorreu nas eleições de 2022 com registro de candidaturas falsas

Goiânia amanheceu nesta quarta-feira (12) com a Polícia Federal (PF) buscando documentos e bens de investigados de compor grupo que teria desviado, segundo a corporação, ao menos R$ 35 milhões do Partido Republicano da Ordem Social (Pros), que agora, depois de fusão, é Solidariedade.

A PF, durante as investigações, concluiu que o valor teria sido apropriado, supostamente de forma criminosa, em ocasião das eleições de 2022, quando a agremiação teria utilizado "candidaturas laranjas ao redor do país, de superfaturamento de serviços de consultoria jurídica e desvio de recursos partidários destinados à Fundação de Ordem Social (FOS) – fundação do partido".

A ação foi batizada pelos policiais de "Operação Fundo no Poço" e cumpriu, até o final do dia de ontem, sete mandados de prisão preventiva, 45 mandados de busca e apreensão em dois estados (Goiás e São Paulo) e no Distrito Federal (DF).

Em Goiás, mais especificamente em Goiânia, a PF encontrou um helicóptero usado pelo presidente nacional do Solidariedade, Eurípedes Júnior. O político é goiano. A Justiça Eleitoral do DF determinou bloqueio e indisponibilidade de R$ 36 milhões e o sequestro judicial de 33 imóveis.

Desvio milionário

As investigações tiveram início a partir de denúncia de um então presidente do partido "em desfavor de um ex-dirigente suspeito de desviar aproximadamente R$ 36 milhões", informou a PF.

Ainda segundo os investigadores, foi constatada lavagem de dinheiro "por meio da constituição de empresas de fachada, aquisição de imóveis por meio de interpostas pessoas e superfaturamento de serviços prestados aos candidatos laranjas e ao partido".

As investigações abrangem crimes de organização criminosa, lavagem de dinheiro, furto qualificado, apropriação indébita, falsidade ideológica eleitoral e apropriação de recursos destinados ao financiamento eleitoral. Os nomes dos envolvidos não foram divulgados.

O presidente nacional do Solidariedade, Eurípedes Júnior, é um dos sete alvos de mandado de prisão que estão sendo cumpridos pela Polícia Federal nesta quarta-feira, 12, no âmbito da Operação Fundo no Poço.

Além de Eurípedes, outros ex-dirigentes e ex-candidatos da sigla nas eleições de 2022 também são alvos da operação. Cintia Lourenço da Silva, primeira tesoureira do Solidariedade; Alessandro Souza da Silva, candidato a deputado em 2022; Felipe Antônio Espírito Santo; Fabrício George Gomes dos Santos; Bruno Aurélio Rodrigues da Silva Pena; Jarmisson Gonçalves de Lima.

A reportagem do jornal O Hoje não conseguiu contato com a defesa dos citados pela corporação que investiga o caso a partir de denúncias que surgiram após uma denúncia de Marcus Vinícius, então líder do partido.

"Os atos de lavagem foram identificados por meio da constituição de empresas de fachada, aquisição de imóveis por meio de interpostas pessoas, superfaturamento de serviços prestados aos candidatos laranjas e ao partido", informou a PF. **(Yago Sales, especial para O Hoje)**

Flickr



Ele teria participado de esquema que desviou mais de R$ 830 mil

Ministro de Lula é indiciado por corrupção

A Polícia Federal (PF) indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho (UB-MA), por suspeita de participação em organização criminosa e crime de corrupção passiva. O ministro é suspeito de participar de esquema que desviou, no mínimo, R$ 835,8 mil referentes a obras de pavimentação custeadas com dinheiro público da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A investigação apura suposto desvio de emendas parlamentares para a pavimentação de ruas de Vitorino Freire, no interior do Maranhão, cidade que é comandada pela irmã de Juscelino, Luanna Rezende. Luanna chegou a ser afastada do cargo em 2023, mas retomou o mandato.

Entre os elementos utilizados pela PF está um relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre uma obra que beneficiou propriedades da família do ministro de Lula. O relatório final do caso foi enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino. Em nota, Juscelino Filho respondeu às acusações. "O indiciamento é uma ação política e previsível, que parte de uma apuração que distorceu premissas, ignorou fatos e sequer ouviu a defesa sobre o escopo do inquérito". O ministro das Comunicações afirmou, também, que confia na Justiça. "A Justiça é a única instância competente para julgar, e confio plenamente na imparcialidade do Poder Judiciário. [...] Minha inocência será comprovada ao fim desse processo." **(Luan Monteiro, especial para O Hoje)**



Esplanada

Leandro Mazzini | reportagem@colunaesplanada.com.br
Com Walmor Parente, Carol Purificação, Luiza Melo e Isabele Mendes

Vai ter petróleo

Os palacianos tentam controlar uma crise que pode descerrar a cortina que esconde má convivência entre alguns dos pares. Depois de forçar a exoneração do ex-presidente da Petrobras, embora oficialmente negue, o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, mira agora Marina Silva, do Meio Ambiente. A batalha é sobre a exploração de petróleo na Amazônia Equatorial. Um deles deve cair até ano que vem. Marina não quer liberar as licenças para as petroleiras. Silveira, ao lado dos governadores – em especial do Amapá e Pará – cita práticas mais eficientes e sustentáveis na exploração e o bilionário retorno sócio-econômico que os Estados poderão obter. No Governo, o que está decidido é que o mercado fala mais alto, e os Estados precisam do retorno.

Cercadinhos

A PEC 3/22 enrola na ementa para esconder o óbvio: a PEC privatiza, sim, a faixa de areia no litoral brasileiro, levando-se em conta os parágrafos II e III. A competência de tutela sai da União para Municípios e Estados. Se o cidadão tiver posse ou escritura do seu terreno à beira-mar, pode requerer a titularidade da faixa de praia confrontante frontal ao quebra-mar junto à prefeitura.

Eletrobras no TST

O ministro Maurício José Godinho, do TST, foi sorteado relator do dissídio coletivo dos funcionários da Eletrobras que estão em greve desde o dia 5. A escolha aleatória do ministro joga por terra a estratégia da empresa, que apostou alto no endurecimento do tribunal contra a greve. Delgado é considerado o mais progressista dos ministros do TST. Os trabalhadores reclamam de redução de salários e corte de benefícios.

PCC nas bombas

As Polícias Federal e Civil estão sufocando a facção PCC em Minas Gerais. Depois da operação de inteligência da Civil e PRF em Varginha, eliminando 15 bandidos que botariam terror na cidade, a Operação Cafua, da PF, na terça, pegou o braço de lavagem de dinheiro nos postos de gasolina em três cidades. Um prejuízo de R$ 260 milhões ao bando. A Revista Oeste endossou o que a Coluna tem publicado: no controle de mais de mil postos, a facção tem ameaçado a concorrência com bilhetes e telefonemas.

Toga Quente

Os bastidores da toga estão pegando fogo no Maranhão. Há uma guerra branca velada entre os grupos de aliados de dois "amigos", o governador Carlos Brandão e o agora ministro do STF Flávio Dino. Gira em torno de nomes para os tribunais no Estado. Em especial, neste momento, de um indicado pelo Quinto Constitucional que Dino não gostaria de ver no TCE.

Trava no saldo

É a cara do Brasil. A prefeitura de Santo Antônio do Descoberto (GO) não consegue tocar em dia a arrecadação de ITBI – e são milhões de reais por ano, para uma cidade que precisa tanto. Segundo a SEFAZ, a greve dos fiscais prejudica o andamento das avaliações de imóveis. São 30 funcionários e apenas quatro trabalhando semanalmente, em rodízio. A Coluna não conseguiu contato com a associação de servidores.

Esplanadeira

#Inscrição para o 1º Concurso Nacional de Artigos Jurídicos do Pessoa & Pessoa Advogados foi prorrogada para o dia 31/6. #Povo Tupinambá realizou ato na Praça dos Três Poderes. #Ministras Anielle Franco e Luciana Santos estarão no Congresso da UBES em BH de amanhã a domingo. #B2Mamy e Hestia Ventures lançam canal para atender às necessidades das mães. #Paula Ramagem abre exposição "Os Super Heróis Negros Brasileiros", dia 29, no MUHCAB Rio. #Qintess abre 250 vagas no Brasil e no exterior. #Institute for Economics and Peace aponta que o Brasil é o 3º país mais inseguro da América do Sul. **(Especial para O Hoje)**

Próximo das convenções, Goiânia tem ao menos nove pré-candidatos

Nos últimos dias, o DC lançou a pré-candidatura de Humberto Teólifo e o UP a do Professor Reinaldo Pantaleão

Francisco Costa

Nos últimos dias, outros dois partidos lançaram pré-candidatura em Goiânia. O Democracia Cristã (DC) anunciou o ex-deputado estadual Humberto Teófilo como postulante ao Paço e a Unidade Popular (UP), o Professor Reinaldo Pantaleão. Com isso, o páreo chega a, pelo menos, nove nomes.

Além deles, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem a deputada federal Delegada Adriana Accorsi na corrida. A parlamentar, que já esteve em outras duas corridas pelo Paço, foi a primeira a anunciar que disputaria as eleições deste ano. No outro espectro, o bolsonarista Gustavo Gayer (PL), também membro da Câmara Federal, confirmou cedo o nome como pré-candidato. Ele também esteve na disputa, em 2020.

Outro experiente em disputas recentes é o senador e presidente do PSD, Vanderlan Cardoso. Ele chega na terceira corrida seguida à prefeitura de Goiânia. Ex-prefeito de Senador Canedo, ele já esteve duas vezes no segundo turno da capital. Em 2016, contra Iris Rezende e, em 2020, no páreo com Maguito Vilela, ambos emedebistas.

Também com experiência na disputa, mas que não concorria ao Executivo há muitos pleitos, está o empresário Sandro Mabel (União Brasil). Ex-deputado federal e ex-ministro, ele é o nome escolhido pela base do governador Ronaldo Caiado (União Brasil).

Estreantes na disputa estão o empresário Leonardo Rizzo (Novo) e o jornalista Matheus Ribeiro (PSDB). Em 2022, contudo, os dois participaram das eleições. O tucano é o primeiro suplente do PSDB, tendo mais de 46 mil votos, à época, enquanto o empresário teve cerca de 36 mil eleitores para o Senado.

Comparação

Mesmo que esse número se confirme, ele ainda será menor que o de 2020, quando tiveram 14 candidatos na disputa. Claro, alguns partidos ainda podem tentar postular o Paço a exemplo da eleição passada, mas, por causa de alianças, dificilmente a pulverização será a mesma.

Naquele ano, foram candidatos: Maguito Vilela, Vanderlan Cardoso, Delegada Adriana Accorsi, Gustavo Gayer, Elias Vaz (PSB), Major Araújo (PSL, à época), Alysson Lima (Solidariedade, à época), Virmondes Cruvinel (Cidadania, à época), Samuel Almeida (Pros, à época), Talles Barreto (PSDB, à época), Manu Jacob (PSOL), Cristiano Cunha (PV), Fábio Júnior (UP, à época) e Vinícius Gomes (PCO).

Reprodução



Mesmo que esse número se confirme, ele ainda será menor que o de 2020, quando tivemos 14 candidatos na disputa

Hoje, PSB pode compor tanto com PT de Adriana quanto com o PSD de Vanderlan, por exemplo. Ou até mesmo com Mabel, uma vez que faz parte de um grupo liderado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (União Brasil), que articula a vice - Avante, PRD, Agir e Mobiliza também estão nesse time.

O PV, por sua vez, está federado com o PT, assim como o PCdoB. Já o PSOL (federado com a Rede Sustentabilidade) anunciou apoio ao Partido dos Trabalhadores. Enquanto isso, o PROS se fundiu ao Solidariedade, partido de Rogério Cruz, e o Cidadania está em federação com o PSDB. PCB e PCO, todavia, ainda podem entrar na disputa, assim como o PSTU, que já esteve em outros páreos da Capital. **(Especial para O Hoje)**

DUELO acirrado

Rafael Ribeiro/CBF



Camisa 10 da seleção, Rodrygo fez único gol do Brasil na partida, aos 16 minutos do primeiro tempo. EUA empataram com Pulisic

Brasil empata com os EUA em último amistoso antes da Copa América

Ana Clara Praxedes

Na noite desta quarta-feira (12), Brasil e Estados Unidos empataram por 1 a 1, no Camping World Stadium, na Flórida. O amistoso foi o último compromisso da equipe antes da estreia da Copa América, no próximo dia 24, contra o Chile. As equipes fizeram um jogo movimentado. O técnico Dorival Júnior continuou o teste com os jogadores e entrou com uma equipe mista . O Brasil abriu o placar com Rodrygo, aos 16 minutos do primeiro tempo, e antes do intervalo, Pulisic arrancou o empate.

O jogo

A partida começou movimentada, as equipes fizeram um jogo rápido com chances para ambos os lados. Os EUA levaram o primeiro perigo, o volante Musah chutou de fora da área e a bola explodiu no travessão. Logo em seguida, Pulisic fez jogada individual, chegou sozinho e finalizou da entrada da área, mas Alisson fez a defesa. Após sofrer uma pressão inicial, o Brasil começou a se impor em campo. Paquetá se infiltrou na área norte-americana e ajeitou para Rodrygo. O camisa 10 tentou colocar no canto, mas o goleiro Turner fez a defesa.

Aos 16 minutos, o Brasil abriu o placar. Raphinha avistou Rodrygo livre na área. O atacante recebeu, tirou do goleiro Turner e marcou para o Brasil. Em desvantagem, a seleção norte-americana foi em busca do empate. Os donos da casa tiveram efetividade aos 25 minutos. Em cobrança de falta na entrada da área, capitão Pulisic bateu com chute rasteiro e mandou no canto do gol. O jogo desacelerou nos últimos minutos e foi para o intervalo empatado por 1 a 1.

A segunda etapa foi ainda mais movimentada, pois as equipes buscaram o desempate. Nos minutos iniciais, uma decisão da arbitragem causou polêmica. O árbitro Said Martinez marcou uma falta para o Brasil e deu cartão amarelo para Chris Richards. Martinez foi chamado pelo VAR para checar possível cartão vermelho, mas a decisão do árbitro surpreendeu, ele resolveu anular a falta e retirar o cartão para o norte-americano.

Com chances em ambos os lados, os goleiros foram decisivos para o resultado. Alisson fechou o gol brasileiro e fez duas defesas difíceis. Ele pegou um chute de dentro da área de Pulisic, e em jogada parecida, mas com chute de Aaronson, salvou novamente. Do outro lado, o goleiro Turner também protegeu a meta americana. Ele defendeu chutes de Rodrygo, Endrick e Vinicius Junior, segurando o placar em 1 a 1 até o final. **(Especial para O Hoje)**

FICHA TÉCNICA

Estados Unidos 1 x 1 Brasil

Data: 12 de junho de 2024. **Hora:** 20h. **Local:** Camping World Stadium, em Orlando, Flórida, EUA. **Árbitro:** Saíd Martínez (HOND). **Assistentes:** Walter López e Christian Ramirez (HOND). **Cartões amarelos:** João Gomes (Brasil). **Gols:** Rodrygo aos 16 min/1T (Brasil); Pulisic aos 26 min/1T (EUA).

Estados Unidos: Turner; Scally (Moore), Chris Richards, Ream e Antonee Robinson; McKennie, Musah (Adams) e Reyna(Johnny) ; Weah, Pepi (Balogun) e Pulisic.
Técnico: Gregg Berhalter

Brasil: Alisson; Danilo, Marquinhos, Beraldo e Wendell; B. Guimarães (Endrick), João Gomes (Douglas Luiz) e L. Paquetá (Andreas); Raphinha (Savinho), Vini Jr. e Rodrygo (Martinelli).
Técnico: Dorival Júnior

TÊNIS

Bia Haddad garante vaga nas Olimpíadas de Paris 2024

Mesmo após perder posições no Ranking WTA, a tenista brasileira Bia Haddad Maia se garantiu nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Após um desempenho ruim no Grand Slam de Roland Garros, Haddad desceu seis posições no ranking mundial e saiu da 14ª posição para a 20. Apesar da queda, ela foi confirmada nas Olimpíadas. A Federação Internacional de Tênis, ITF, anunciou nesta quarta-feira (12), os tenistas classificados pelo ranking de simples.

Segundo as regras, os 56 tenistas mais bem classificados da WTA e da ATP de simples até o dia 10 de junho de 2024 se garantem nos Jogos de Paris. Além de Bia, a tenista Laura Pigossi também irá defender as cores do Brasil no torneio. Ela conquistou a vaga no ano passado, após ganhar medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos de Santiago. Nos Jogos de Tóquio 2020, Pigossi fez história ao conquistar medalha de bronze ao lado de Luisa Stefani na disputa de duplas. As tenistas brasileiras conquistaram a primeira medalha olímpica do Brasil no tênis.

Além de Bia e Laura, outros brasileiros esperam confirmação para os jogos. A ITF irá divulgar uma lista definitiva no dia 2 de julho. Os brasileiros Thiago Wild, Thiago Monteiro e Felipe Meligeni aparecem como suplentes, numa fila de espera, e podem conseguir um lugar em Paris. Neste mesmo dia, serão divulgados os nomes que irão jogar as chaves de duplas masculina, feminina e mista. Bia Haddad espera aparecer entre os classificados. Em abril deste ano, ela e Luisa Stefani anunciaram a parceria para os Jogos de Paris. Os Jogos Olímpicos acontecem de 26 de julho a 11 de agosto, com as disputas de tênis ocorrendo de 27 de julho a 4 de agosto, nas quadras de Roland Garros. **(Ana Clara Praxedes, especial para O Hoje)**

VÔLEI

Divulgação/FIVB



Já são nove jogos sem perder na VNL, melhor primeira fase da seleção brasileira na competição

De virada, Brasil vence a Polônia e segue invicto na Liga das Nações

A seleção feminina brasileira de vôlei venceu a Polônia na manhã desta quarta-feira (12) por 3 sets a 1 e assumiu a liderança da Liga das Nações, VNL, com 25 pontos. A vitória também garantiu a vaga nas quartas de final da competição, já que não pode ser alcançada pelo Canadá, atual oitavo colocado com 15 pontos.

O jogo

O Brasil começou melhor o primeiro set e chegou a abrir 11 a 4, e administrava seguiu administrando esta vantagem até o fim do set, mas as polonesas conseguiram uma ótima recuperação. Com boas viradas de bolas a Polônia virou sobre a seleção e fechou o set em 25 a 22.

No segundo set, a seleção treinada por Zé Roberto começou a parcial abrindo vantagem, mas desta vez não deixou a Polônia ter reação. Com Gabi, Júlia Bergmann e Rosamaria, o Brasil venceu com facilidade por 25 a 17.

Com um terceiro set intenso e diferente de tudo, o Brasil abriu 9 a 4, mas a Polônia reagiu e marcou nove pontos seguidos, virando a partida para 12 a 9. Na sequência foi a vez das brasileiras anotarem nove pontos seguidos e recuperarem a vantagem e vencer a parcial por 25 a 17.

Com um início mais equilibrado, Brasil e Polônia trocaram pontos, mas após uma sequência de aces e bloqueios, a seleção treinada por Zé Roberto abriu vantagem na reta final e derrubou a invencibilidade da Polônia por 25 a 16, agora é a única seleção invicta na competição.

A capitã Gabi foi a maior pontuadora da partida com 24 pontos, Júlia Bergmann, que entrou no lugar de Ana Cristina antes da partida após sentir um desconforto na panturrilha, foi a segunda maior pontuadora com 17 pontos, sendo quatro de aces.

Agenda

Nesta quinta-feira (13) a seleção brasileira enfrenta a Alemanha, às 6h (horário de Brasília). **(Larissy Summer, especial para O Hoje)**

Sob o olhar do TREINADOR

Os técnicos de Atlético-GO, Goiás e Vila Nova analisaram a atuação das suas respectivas equipes

Rosiron Rodrigues/Goiás E.C. | Heber Gomes/AGIF | Ingryd Oliveira/ACG



Vitória Colorada colocou equipe na briga pelo acesso, derrota Esmeraldina custou a liderança e empate Rubro-negro embolou a briga no Z4

Larissy Summer

Dentre os goianos que entraram em campo nesta semana pelo Campeonato Brasileiro Série A, Atlético Goianiense, e pelo Campeonato Série B, Goiás e Vila Nova, apenas o Colorado teve o melhor resultado, vitória na nona rodada, enquanto o Esmeraldino perdeu e não conseguiu reassumir a liderança. Ja o Rubro-negro empatou contra o Corinthians pela oitava rodada.

De acordo com o técnico do Atlético, Jair Ventura, o principal problema da sua equipe têm sido as finalizações. A equipe chegou a criar boas oportunidades, mas perdeu a oportunidade de sair a frente do placar e viu o Corinthians abrir 2 a 0, com Yuri Alberto.

Correndo atrás do placar, o Dragão conseguiu descontar com um gol contra do zagueiro Cacá e Shaylon empatou a partida. Jair elogiou a atuação do time, mas voltou a insistir sobre as finalizações perdidas.

"Segue sendo nosso maior problema. A gente tem volume, 72% de posse, 22 finalizações de novo, como contra o Juventude, e não consegue vencer. Falei para os atletas para sermos mais frios no terço final. Ter mais tranquilidade para traduzir as chances em gol e conseguir vencer", comentou Jair.

O Goiás conheceu a sua segunda derrota na Série B, a equipe foi derrotada por 1 a 0 pelo Mirassol, mesmo com dois jogadores a mais em campo. O técnico Márcio Zanardi avaliou que sua equipe não fez uma boa partida e não soube aproveitar a vantagem numérica em campo.

"Não fizemos uma grande partida. Acho que a gente não soube usufruir de ter um jogador a mais e depois de ter mais um jogador (o Mirassol teve dois expulsos). Eles se fecharam muito e a gente começou a querer forçar muito as bolas por cruzamentos em vez de fazer jogo apoiado, mudar corredor. Quando a gente faz isso, a gente acaba fazendo o nome da defesa deles. Então, faltou um pouco de tranquilidade para que a gente pudesse criar um pouco mais", analisou Márcio.

O Vila Nova venceu o Ceará por 3 a 2, o Colorado ficou a frente do placar duas vezes, mas acabou sofrendo o empate. Na reta final da partida, Alesson marcou o gol da vitória de pênalti. O técnico Luizinho Lopes conquistou a sua primeira vitória no comando da equipe e analisou que sua equipe merecia a vitória.

"Vamos potencializar muito o que temos feito de bom. Nesses três jogos, nós criamos muito. É focar nisso, foram chances claríssimas. As duas equipes criaram muito, mas acredito que nossas chances foram mais elaboradas", concluiu Luizinho.

Agenda

Pela Série A, o Atlético Goianiense volta a campo no sábado (15), às 21h, contra o Fluminense, no Estádio Maracanã, no Rio de Janeiro. Enquanto pela Série B,o Vila Nova vai até Ribeirão Preto encarar o Botafogo (SP), no domingo (16), às 11h, no Estádio Santa Cruz, em São Paulo. O Goiás também entra em campo no domingo (16), mas às 18h30, no Estádio da Serrinha, em Goiânia, contra o Coritiba. **(Especial para O Hoje)**



Ao todo, 60 municípios de Goiás, dos 246, têm mais eleitores do que habitantes

Fotos: Reprodução

Total de eleitores e habitantes levanta suspeita de irregularidades

Diferença pode ocorrer pela defasagem nos dados do IBGE ou por meio de inscrição fraudulenta

Ronilma Pinheiro

A discrepância entre o número de eleitores e o número de habitantes em diversas cidades brasileiras tem gerado discussões e suspeitas sobre possíveis fraudes eleitorais. Um exemplo claro disso, é o caso de Mairipotaba, cidade que fica a 99,2 km de Goiânia.

O município do interior de Goiás possui apenas 2.561 habitantes, de acordo com o censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, o número de eleitores soma 3.570, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Para esclarecer essa questão, o advogado eleitoralista José Caio Vaz lançou luz sobre o assunto, com uma explicação detalhada sobre as causas dessa diferença e as implicações legais que podem surgir.

Segundo Vaz, a diferença entre o número de eleitores e o de habitantes pode ser atribuída, em alguns casos ou períodos do ano, à defasagem nos dados populacionais fornecidos pelo IBGE. "Muitas pessoas, ao verem esses números, ficam assustadas e, em um primeiro momento, podem pensar que se trata de uma fraude, com pessoas migrando de outras cidades para beneficiar determinado candidato", afirma.

No entanto, uma vez que os dados populacionais são referentes ao Censo de 2022 do IBGE, essa hipótese cai por terra. Somada à atualização do instituto, a Justiça Eleitoral atualiza constantemente os números de eleitores, incluindo novos eleitores que completaram 18 anos e aqueles que migraram para outras cidades.



Mairipotaba, município do interior de Goiás, possui apenas 2.561 habitantes, mas conta com 3.570 eleitores

Vaz ressaltou que, embora existam fraudes eleitorais, a maioria das discrepâncias observadas é decorrente dessa defasagem na contagem populacional. "Embora fraudes possam ocorrer, a maioria dos casos investigados não se mostram como tal", disse.

Quando há suspeitas de fraude, a Justiça Eleitoral conduz investigações detalhadas. "Frequentemente, um concorrente denuncia ao Ministério Público, indicando que há eleitores mudando de domicílio eleitoral para beneficiar um candidato específico. Essas denúncias são investigadas", explica o advogado.

Em caso de comprovação de inscrição eleitoral fraudulenta - quando o eleitor resolve mudar de domicílio eleitoral simplesmente para beneficiar um candidato em questão -, tanto o eleitor quanto o candidato podem enfrentar sérias punições.

"O Código Eleitoral prevê penas rigorosas para esses casos. Inscrição fraudulenta pode resultar em reclusão de até cinco anos e pagamento de multa. Aqueles que induzem eleitores a se inscrever fraudulentamente também incorrem em crime, com pena de reclusão de até dois anos e multa", detalha o advogado.

Além disso, Vaz explica que a Justiça Eleitoral tem um processo específico para apurar e punir as fraudes. "Quando há indícios de fraude, a Justiça Eleitoral inicia uma investigação, que pode ser acionada por denúncias de concorrentes ou por indícios identificados durante a análise dos dados eleitorais. Se comprovado que houve inscrição fraudulenta, tanto o eleitor quanto o candidato que induziu essa ação podem ser penalizados", explica.

Para evitar fraudes, existem regras claras para a mudança de domicílio eleitoral. "O cidadão tem até 151 dias antes das eleições para regularizar seu título de eleitor ou mudar o domicílio eleitoral. Neste ano, o prazo foi até oito de maio. Após esse período, não é mais possível realizar essas alterações para as eleições do ano em questão", explica Vaz.

Importância de ter dados populacionais atualizados

A explicação do especialista ajuda a esclarecer uma questão que frequentemente gera desconfiança entre os eleitores. Ele destacou a importância de dados populacionais atualizados para uma compreensão precisa do cenário eleitoral.

"A falta de atualização dos dados do IBGE contribui para essa discrepância, mas isso não implica necessariamente em fraude. É fundamental que haja uma atualização regular dos dados populacionais para evitar mal-entendidos e garantir a transparência do processo eleitoral", concluiu.

A abordagem detalhada de Vaz lança luz sobre a complexidade das questões eleitorais no Brasil, ressaltando a necessidade de um censo atualizado e a importância de um sistema eleitoral transparente e confiável. Com essas explicações, ele espera reduzir as suspeitas infundadas de fraude e aumentar a confiança dos eleitores no processo eleitoral brasileiro.

Mairipotaba, município goiano, apresentou um aumento de 7,88% em comparação com o Censo de 2010. A cidade é conhecida pelos casarões do começo do século XX, onde uma parte deles estão preservados e outros se encontram em estado de abandono. Também faz parte da simbologia da região, o famoso jatobazeiro.

A cidade apresenta um PIB de cerca de R$ 88,3 milhões de reais, com participação expressiva da agropecuária com 59,9% do valor adicionado, da administração pública (19,5%), dos serviços (16,1%) e da indústria (4,4%). Já de acordo com o IBGE, o PIB per capita da cidade é de R$ 37,4 mil.

Ao todo, 60 municípios de Goiás, dos 246, têm mais eleitores do que habitantes. Davinópolis aparece no topo da lista No topo da lista, com 1.902 habitantes e 3.684 eleitores. Em segundo lugar, aparece Pilar de Goiás, com 2.328 habitantes e 3.683 eleitores. Em terceiro lugar, está Anhanguera, considerada a terceira menor cidade do país, de acordo com o IBGE, que tem 924 moradores e 1.257 pessoas aptas a votar. **(Especial para O Hoje)**

Divulgação/Equatorial Goiás



Mais de 40 municípios ficaram sem energia por interrupções causadas por queimadas

Equatorial registra 42 ocorrências de unidades degradadas por queimadas

João Reynol

Ainda na primeira metade de 2024, os números de queimadas quebraram recordes pela intensificação das mudanças climáticas. Como foi divulgado pelo jornal O HOJE em maio de 2024, o número de focos nos primeiros quatro meses do ano dobraram de acordo com dados da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Entre janeiro e maio de 2024 foram 683 focos registrados no Estado, durante o mesmo período de 2023 foram apenas 338 registros, um aumento de 102%.

O grande efeito ambiental destes incêndios relatado para a equipe na época foi com a piora na qualidade do ar e das águas dos rios e lagos goianos. Outro efeito relatado foi a diminuição das matas ciliares que podem causar um maior acúmulo de sedimentos nas bacias hidrográficas. Como disse André Amorim, gerente do Centro de Informações Meteorológicas e Hidrológicas de Goiás (Cimehgo), a intensificação do efeito El Nino causou chuvas irregulares no estado que aumentaram as chances de queimadas pelo Estado.

Contudo, existe um outro efeito que ainda pode aumentar ainda mais as chamas e é a degradação das unidades elétricas. De acordo com dados da Equatorial Goiás, nos primeiros cinco meses de 2024 foram 42 ocorrências de queimadas que interferiram na distribuição da energia em Goiás. Durante o mesmo período de 2023, houve apenas 18 registros desse tipo, um aumento de 133% deste quantitativo e que acompanha este aumento das queimadas.

De acordo com o gerente do Centro de Operação Integrado da Equatorial Goiás, Vinicyus Lima, grande parte destas ocorrências acarretam algum dano à infraestrutura da rede elétrica goiana. Entre os principais danos estão o rompimentos de cabos, desligamento das redes, a degradação dos próprios postes.

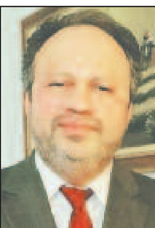
Ainda segundo ele, grande partes destas ocorrências acontecem no meio rural onde o ainda tem o uso da queimada como forma de limpeza para a pastagem. As cidades com o maior número de casos são Senador Canedo, Santo Antônio do Descoberto e Quirinópolis. No total, 40 cidades goianas tiveram problemas na distribuição da rede elétrica por queimadas até o momento.

Como exemplo, comentou de um caso ocorrido em maio de 2024 em Iporá que um lixão clandestino entrou em combustão e danificou a rede elétrica da Linha de Distribuição de Alta Tensão. Somente este caso acarretou a interrupção da rede elétrica de cinco municípios, entre eles: Jaupaci, Fazenda Nova, Piloândia e Moiporá. Este incêndio deixou mais de nove mil clientes da concessionária sem o uso de energia por duas horas até que os reparos fossem feitos e a distribuição fosse regularizada.

Além da interrupção da distribuição do serviço elétrico, as fiações elétricas rompidas podem ser um risco de vida se estiverem energizadas. Além disso, podem ser responsáveis por curtos circuitos nas casas e serviços.

Ainda sobre isso, comenta que o descarte irregular também é um dos causadores de combustões e focos no estado, em que estas podem evoluir para incêndios florestais que afetam a infraestrutura elétrica. Um item comumente descartado de forma irregular no Estado são as garrafas de vidros e bitucas de cigarro que podem ser catalisadores de focos. sobre as garrafas conta como elas convergem os raios solares em um ponto específico que pode ser inflamável como as folhas secas. Assim como uma lupa, os raios convergidos podem esquentar o material e causar um incêndio local que pode evoluir para um incêndio florestal.

Em casos onde há um incêndio, a Equatorial mantém uma linha direta com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO), a Defesa Civil, e uma brigada própria para responder às chamas. Mesmo assim, indivíduos podem se comunicar tanto quanto a Equatorial pelo 0800-0620196 como a CBMGO pelo 193 para relatar os casos e pedir socorro. **(Especial para O Hoje)**



Jurídica

Manoel L. Bezerra Rocha | juridica@ohoje.com.br

STF julga inconstitucional lei de Goiás que proíbe linguagem neutra nas escolas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade, decisões do ministro Alexandre de Moraes de suspender os efeitos de leis dos Municípios de Águas Lindas de Goiás (GO) e Ibirité (MG) que proíbem o ensino de "linguagem neutra ou dialeto não binário" nas escolas públicas e privadas. No seu voto, o relator reiterou que os municípios não têm competência legislativa para editar normas que tratem de currículos, conteúdos programáticos, metodologias de ensino ou modos de exercício da atividade docente, já que cabe à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Segundo o ministro, a proibição de divulgação de conteúdos, no caso, implica ingerência explícita do Poder Legislativo municipal no currículo pedagógico das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Nacional de Educação e, consequentemente, submetidas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei federal 9.394/1996). O relator acrescentou que, no caso de Ibirité, ao estender a proibição da linguagem neutra à administração pública municipal em geral, as normas aparentemente violam a garantia da liberdade de expressão, a proibição da censura e um dos objetivos fundamentais da República, relacionado à promoção do "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". A lei de Ibirité prevê sanções administrativas e até mesmo eventuais responsabilizações civis e penais aos agentes públicos que usarem linguagem neutra.

Ampliação de flagrante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que considera flagrante delito o roubo de objeto que seja rastreado em tempo real, enquanto for possível o acompanhamento de sua localização. Atualmente, o Código de Processo Penal considera em flagrante delito quem está cometendo, acaba de cometer ou é perseguido logo após cometer uma infração; ou quem é encontrado logo após o cometimento da infração com instrumentos, armas, objetos ou papeis que o incriminem. O projeto acrescenta a essa lista a situação de rastreamento em tempo real do objeto roubado.

Imprescritibilidade

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1680/21 que torna imprescritível a indenização ou reparação de danos causados ao meio ambiente. Na prática, deixa de existir prazo para que uma ação contra danos ao meio ambiente seja proposta ou a pena aplicada. Esse já é o entendimento atual da Justiça brasileira por força de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com repercussão geral, ou seja, aplicável por todos os juízes brasileiros. A decisão envolvia a reparação de madeireiros condenados por desmatamento ilegal de indenizar a comunidade indígena Ashaninka Kampa, no Acre.



CFJ aprova obras do Judiciário Federal na cidade de Rio Verde em Goiás

O Conselho da Justiça Federal (CJF) vai incluir as obras da nova sede da Subseção Judiciária de Rio Verde, Goiás, no Projeto Estratégico de Edificações da Secretaria de Gestão de Obras do órgão. De acordo com informações da Seção Judiciária de Goiás (SJGO), a decisão do CJF responde à demanda da Justiça Federal para construir novas instalações em Rio Verde/GO.

TRF1 autoriza importação e cultivo de sementes de cannabis para uso medicinal

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) autorizou um homem a adquirir sementes de cannabis sativa para plantar 118 pés da planta por ano, bem como portar, transportar e produzir artesanalmente o canabidiol, uma vez que o autor conseguiu comprovar a necessidade terapêutica e o uso medicinal próprio. De acordo com o processo, o autor sofre com uma série de problemas de saúde, dentre eles hérnia de disco, dor crônica intratável, enxaqueca, ansiedade generalizada e distúrbios do sono. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal César Jatahy, destacou que o requerente juntou ao processo "elementos suficientes a justificar a excepcionalidade para a importação e cultivo de sementes de cannabis sativa, a exemplo das Autorizações de Importação concedidas pela Anvisa, relatórios médicos, Receituário de Controle Especial, curso prático de plantio e extração do óleo canabidiol e laudo técnico expedido por agrônomo atestando a necessidade da quantidade de plantas que devem ser cultivadas a fim de possibilitar o tratamento indicado para o paciente".

RÁPIDAS

Novo desembargador - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) escolheu o juiz de Direito Fernando Ribeiro Montefusco, da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da comarca de Goiânia, para o cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade. **(Especial para O Hoje)**

Vacinação contra raiva de herbívoros termina nesta semana

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa) alerta os pecuaristas que termina no próximo sábado (15) o prazo de vacinação contra a raiva de herbívoros em Goiás. A imunização deve ser realizada em animais de todas as idades de espécies bovina, bubalina, equídea (equina, muar, asinina), caprina e ovina nos 119 municípios considerados de alto risco para a raiva no Estado.

O calendário foi divulgado no dia 10 de abril de 2024. Em Goiás, a vacinação ocorre em duas etapas: a primeira, de 1º de maio a 15 de junho, e a segunda de 1º de novembro a 15 de dezembro. O presidente da Agrodefesa, José Ricardo Caixeta Ramos, explica que a imunização do rebanho é a principal forma de evitar a raiva entre os herbívoros. "É a melhor medida de controle da doença, que é uma zoonose com alto índice de letalidade e que pode causar prejuízos sanitários e econômicos no Estado. Por isso, orientamos o produtor a seguir o calendário de vacinação. Eles já têm feito a tarefa de casa, sempre se preocupam em garantir a sanidade animal, mas é importante reforçar esse pedido na reta final de imunização do rebanho", reforça.

A medida da Agrodefesa estabelece que para a comprovação da vacinação contra raiva dos herbívoros na 1ª Etapa/2024, o produtor deverá adquirir as vacinas nas revendas cadastradas. Já a declaração da vacinação deverá ser realizada até 30 de junho de 2024, junto ao Sistema de Defesa Agropecuária de Goiás (Sidago). **(Especial para O Hoje)**

Empresas da construção civil adotam medidas sustentáveis

Leandro Braz/O HOJE



As empresas destacam que as medidas são importantes para garantir um futuro sustentável

Marcelo Camargo/ABr



Ações para a reutilização de água são utilizadas com o intuito de reduzir o desperdício

Com o objetivo de diminuir a poluição do meio ambiente, a medida mais comum é a separação e destinação correta de resíduos

Thais Teixeira

O mês de junho é marcado pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, que é comemorado no dia 5. A data, implementada em 1972 pela Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), tem o objetivo de conscientizar a população sobre os impactos no meio ambiente, além de fazer um alerta sobre a importância da preservação ambiental dos recursos naturais.

Visando um futuro mais sustentável, várias incorporadoras do ramo da construção civil em Goiânia adotaram medidas para reduzir os impactos no meio ambiente, a empresa Brasal Incorporações utiliza ação de compostagem, transformando matérias orgânicas em adubo natural. Esse adubo é utilizado na horta comunitária, que é outro projeto realizado na obra.

A Brasal Incorporações, também realiza o programa de coleta seletiva dos resíduos gerados na obra e um ecoponto, com um programa de logística reversa, para que os moradores do entorno possam descartar os resíduos eletrônicos, plásticos e óleos para que possam ter a destinação correta.

Pensando no consumo responsável da água, também foi implementada a área de lava pincel e lava rodas. Em parceria com a Sou Ambiental, também acontece o programa de educação ambiental, com uma série de palestras para todos os colaboradores.

"Implementamos a coleta seletiva com a separação dos resíduos na origem, sinalização correta nas Centrais de Resíduos e priorizamos o reaproveitamento dos resíduos, como acontece com a madeira que são utilizados na fabricação de proteções coletivas, lixeiras, suporte de big bag e no próprio processo construtivo nas formas de lajes ou vigas. Parte dos resíduos são doados para os Agentes Ambientais que possuem interesse por coletar na obra devido a boa qualidade de separação, esses parceiros destinam para indústria de reciclagem como a Tradição Reciclagem, gerando emprego, renda, dignidade e reduzindo a extração de recursos naturais", explica Raphael Chaul, que é engenheiro de segurança na Brasal Incorporações.

Outra empresa goiana de construção civil que utiliza recursos de sustentabilidade é a Consciente Construtora e Incorporadora, a corporação explicou que dentre as medidas adotadas nas obras para diminuir os impactos ambientais estão o uso consciente da água, a correta gestão dos resíduos e o menor uso de matéria-prima, com o intuito de prevenir desperdício e, assim, não impactar o meio ambiente.

A Consciente Construtora e Incorporadora também utiliza o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) , responsável por controlar o consumo de energia elétrica de forma responsável. O sistema possui indicadores, métricas e parâmetros para a avaliação do impacto ambiental e varia de acordo com a etapa de cada obra com metas de uso.

Substituição de copos descartáveis por copos sustentáveis, com o intuito de reduzir o consumo de plástico e diminuir os impactos que ele causa no meio ambiente, separação de resíduos e destinação correta é outra medida realizada.O reúso de água da chuva, com calhas mais largas nos canteiros para o reaproveitamento da água foram outras medidas adotada pela instituição.

A Souza Andrade é outra construtora que adere ações que ajudam o meio ambiente no dia a dia. A empresa faz a separação e destinação correta de resíduos, horta comunitária, monitoramento da emissão de ruído nas obras, monitoramento de fumaça preta nos equipamentos movidos a diesel, umectação das vias para reduzir a emissão de poeira e monitoramento ambiental realizado nas obras mensalmente por empresa especializada.

Reaproveitamento de água

O reaproveitamento da água de ar-condicionado, da água de efluentes cimentícios e fornecimento de copo individual para cada trabalhador também são realizadas pela corporação.

A CMO utiliza 100% de energia de fontes renováveis. Cogitando a conservação da água, a empresa faz a reutilização de água de lavagens de aparelhos, sistemas de irrigação, além da separação e destinação de resíduos. A empresa explicou que a preferência é por conteúdos reciclados que materiais de demolição são doados. Incentivo a materiais e fornecedores locais também é utilizado para diminuir os impactos relacionados ao deslocamento e transporte.

O separamento e destinamentoo de matériais e resíduos também é feito pela EBM Desenvolvimento Imobiliário, a empresa realiza ações como reaproveitamento de proteções de madeira de uma obra para a outra, há também a instalação de postes e refletores solares na área comum, com uso de lâmpadas de LED nas luminárias, sistema de aquecimento a gás, pontos para recarga de veículos.

Na Terral Incorporadora são utilizados eco tapumes, que são produzidos totalmente de plástico reciclado e reaproveitável, com rápida montagem e de baixo impacto ambiental. Além do consumo de energias limpas.

"Nossa principal ambição era acomodar a equipe e receber os clientes da melhor maneira possível. Uma das características que foram levadas em consideração para o desenvolvimento do projeto foi a biofilia desses espaços, com a intenção de torná-los mais agradáveis e convidativos para todos. Então a nossa sede hoje conta com um espaço integrativo com a natureza." **(Especial para O Hoje)**

ONU conclui que Israel e Hamas cometeram crimes de guerra

Relatórios focam nos ataques de 7 de outubro e na resposta israelense


Israel, que não cooperou com a comissão, classificou as conclusões como resultado de um viés anti-Israel. O Hamas não se manifestou até agora

Um inquérito da Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu nesta quarta-feira (12) que tanto Israel quanto o Hamas cometeram crimes de guerra nos estágios iniciais da guerra em Gaza e que as ações de Israel também constituíram crimes contra a humanidade devido às imensas perdas de civis.

As conclusões foram tiradas de dois relatórios paralelos da Comissão de Inquérito da ONU: um com foco nos ataques de 7 de outubro e outro na resposta de Israel.

Israel, que não cooperou com a comissão, classificou as conclusões como resultado de um viés anti-Israel. O Hamas não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

A guerra começou em 7 de outubro, quando militantes liderados pelo Hamas, o grupo islâmico que governa Gaza, mataram 1,2 mil israelenses e fizeram mais de 250 reféns, de acordo com os registros israelenses.

A retaliação militar de Israel causou a morte de mais de 37 mil palestinos, segundo o Ministério da Saúde de Gaza, deslocou a maior parte da população de Gaza, que é de 2,3 milhões de pessoas, causou fome generalizada e devastou moradias e infraestrutura.

Negociadores de Estados Unidos, Egito e Catar vêm tentando há meses mediar um cessar-fogo e libertar os reféns, dos quais acredita-se que mais de 100 permaneçam em cativeiro em Gaza.

Izzat al-Rishq, membro do gabinete político do Hamas, disse que sua resposta formal a uma proposta de cessar-fogo dos EUA delineada pelo presidente Joe Biden, em 31 de maio, foi "responsável, séria e positiva" e "abre um amplo caminho" para um acordo.

Mas uma autoridade israelense afirmou na terça-feira (11), sob condição de anonimato, que Israel havia recebido a resposta por meio dos mediadores e que o Hamas "mudou todos os parâmetros principais e mais significativos" e "rejeitou a proposta de libertação de reféns".

A proposta delineada por Biden prevê um cessar-fogo e a libertação gradual de reféns israelenses em Gaza em troca de palestinos presos em Israel, o que, em última análise, levará ao fim permanente da guerra.

Líbano

As principais potências estão intensificando os esforços para interromper o conflito, em parte para evitar que se transforme em uma guerra regional mais ampla, com as hostilidades em escalada acentuada na fronteira entre Líbano e Israel.

A milícia libanesa Hezbollah, apoiada pelo Irã, disparou foguetes contra Israel na quarta-feira em retaliação a um ataque israelense que matou um comandante de campo sênior do Hezbollah.

Israel, por sua vez, disse que respondeu com ataques aéreos nos locais de lançamento, alimentando a preocupação crescente de um confronto maior.

Conclusões da ONU

Os relatórios da ONU divulgados em Genebra, que abrangem o conflito até o final de dezembro, constataram que ambos os lados cometeram crimes de guerra, incluindo tortura, assassinato ou morte intencional, ultrajes à dignidade pessoal e tratamento desumano ou cruel.

Os investigadores também concluíram que Israel cometeu outros crimes de guerra, incluindo a fome como método de guerra, não apenas deixando de fornecer suprimentos essenciais, como alimentos, água, abrigo e medicamentos aos habitantes de Gaza, mas também agindo "para impedir o fornecimento dessas necessidades por qualquer outro".

Alguns dos crimes de guerra, como o assassinato, também constituem crimes contra a humanidade por parte de Israel, disse a comissão em um comunicado, acrescentando:

"O imenso número de vítimas civis em Gaza e a destruição generalizada de objetos e infraestrutura civis foram o resultado inevitável de uma estratégia empreendida com a intenção de causar o máximo de danos, desconsiderando os princípios de distinção, proporcionalidade e precauções adequadas".

Algumas vezes, as evidências coletadas por esses órgãos mandatados pela ONU formaram a base para processos de crimes de guerra.

Elas poderiam ser utilizadas pelo Tribunal Penal Internacional, onde os promotores solicitaram no mês passado mandados de prisão para o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu, seu chefe de Defesa e três líderes do Hamas por supostos crimes de guerra.

FAIXA DE GAZA

Hamas só liberta reféns se Israel sair por completo

O Hamas informou que só aceitará a proposta de paz apresentada pelos Estados Unidos se Israel retirar, de imediato, as tropas de Gaza. O plano de trégua, no entanto, não prevê essa condição na primeira fase, o que significa que o cessar-fogo e a libertação de reféns podem não ocorrer imediatamente.

Os Estados Unidos anunciaram nesta quarta-feira (12) que estão avaliando a resposta do Hamas à proposta de cessar-fogo na Faixa de Gaza apresentada por Washington. O movimento radical palestino pede o "fim total do conflito" e insiste que apenas aceitará a proposta de paz se Israel retirar, de imediato, as tropas do território. Na noite dessa terça-feira, o Hamas disse ter transmitido aos mediadores do Catar e do Egito a resposta à proposta de cessar-fogo na Faixa de Gaza com algumas "emendas".

Horas depois, Washington anunciou que recebeu a resposta do movimento palestino, que está em análise. "Não vou fornecer qualquer contexto ou detalhes sobre a resposta que acaba de chegar e que a nossa equipa está atualmente avaliando, como os nossos amigos no Catar e no Egito", disse o porta-voz da Casa Branca, John Kirby.


Grupo islâmico reafirmou posição em resposta à proposta de paz

Em comunicado conjunto, o Hamas e a Jihad Islâmica afirmam estar dispostos a "negociar de forma positiva para chegar a um acordo" e que sua prioridade é pôr um "fim total" à guerra, que dura mais de oito meses. A resposta contém alguns "reparos" à proposta apresentada no final de maio pelo presidente norte-americano, "incluindo um calendário para um cessar-fogo permanente e a retirada total das tropas israelenses da Faixa de Gaza".

O plano prevê, em primeira fase, um cessar-fogo de seis semanas, acompanhado de uma retirada israelense das áreas mais densamente povoadas de Gaza, da libertação de alguns reféns e de prisioneiros palestinos em Israel. Na segunda fase, o plano prevê o fim permanente das hostilidades e a libertação de todos os reféns. Entretanto, os ministérios dos Negócios Estrangeiros do Catar e do Egito informaramque analisam a resposta do Hamas.

Macron pede a rivais que se unam em pacto contra a extrema direita

O presidente da França, Emmanuel Macron, pediu nesta quarta-feira (12) aos partidos rivais de ambos os lados do espectro político que se juntem a ele na formação de uma aliança democrática contra o partido de extrema direita Reunião Nacional (RN) na próxima eleição parlamentar.

No que foi um discurso de campanha, poucos dias depois de ter convocado eleição em uma reviravolta, Macron reconheceu ter cometido erros em seu governo, dizendo que as pessoas têm expressado sua indignação e sentido que não estão sendo ouvidas. "Não quero dar as chaves do poder à extrema direita em 2027, portanto, aceito plenamente o fato de ter desencadeado um movimento para prestar esclarecimentos", disse ele, alegando que as políticas do RN empobrecerão os trabalhadores e os aposentados.

Macron convocou a eleição antecipada no domingo, depois que a extrema direita da França, liderada por Marine Le Pen, derrotou o partido governista na eleição para o Parlamento Europeu. Mesmo que o RN ganhe a maioria na votação marcada para 30 de junho e 7 de julho, Macron permanecerá presidente por mais três anos e ainda estará encarregado da defesa e da política externa. Mas ele perderá o controle sobre a agenda doméstica, incluindo política econômica, segurança, imigração e finanças.

6 EDITAIS

LAVANDERIA EXATA LTDA com CNPJ 01.443.819/0001-96, torna público que Requereu AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – AMMA a Licença Ambiental de OPERAÇÃO (LO), para a atividade principal 96.01-7-01 - Lavanderias, e atividade secundária 13.40-5-02 - Alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário 96.01-7-02 – Tinturarias, no endereço R TRAVESSA JULIA DUARTE, N 41, Setor CAMPINAS, CEP 74.523-610, município de Goiânia, estado de Goiás. 30173

SAVINI ORAL CLINIC ODONTOLOGIA LTDA COM CNPJ 42.911.129/0001-00, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU DA AGÊNCIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – AMMA A LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO (LI E LO), PARA A ATIVIDADE PRINCIPAL 86.30-5-04 - ATIVIDADE ODONTOLÓGICA, NO ENDEREÇO AV PORTUGAL QUADRA29 LOTE 1E SALA B1201 COND ORION BUSINES, N. 1148, SETOR MARISTA, GOIÂNIA / GOIÁS, CEP 74.150-030. 30172

A empresa **AMERICAN TOWER DO BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 04.052.108/0001-89, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205 – 8º andar – Vila Olímpia - Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a Renovação da Licença de Instalação, pelo prazo de validade, para a atividade de **Estação Rádio Base - ERB**, localizada na Rodovia BR-60 – Km 66 – Zona Rural – Fazenda Mutum – Alexânia/GO. (ERB – GNA108NP). 30170-B

A empresa **AMERICAN TOWER DO BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 04.052.108/0001-89, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205 – 8º andar – Vila Olímpia - Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a Licença de Instalação, com validade de 12/08/2024, para a atividade de **Estação Rádio Base - ERB**, localizada na Rodovia BR-60 – Km 66 – Zona Rural – Fazenda Mutum – Alexânia/GO. (ERB – GNA108NP). 30170-A

A ADALTO ALVES COSTA FILHO, CPF: 702.482.811-00, torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Verde (SEMMA/RV-GO), a **Licença de Exploração Florestal (Corte de Árvores Isoladas) do processo nº 25219216-SINAFLOR**, situado na **Fazenda Lage, - GO 174 Km 3 a direita – Zona Rural – Rio Verde/GO.** 30156

ABANDONO DE EMPREGO

A DM Serviços e Transportes Ltda, tendo em vista encontra-se em local não sabido, informamos a Sra. NAIARA CRISTINA DE MORAIS, CTPS 0940847 SÉRIE 6123, que devido as faltas ocorridas, a partir dessa publicação, fica rescindido em caracterização de abandono de emprego, ensejado a justa causa do seu contrato de trabalho conforme dispõe o artigo 482 letra l da CLT. 30148

PISCICULTURA MIKADO LTDA (41.556.536/0001-75), torna público que requereu a Licença de Operação (LO) a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) para Atividade de PISCICULTURA EM TANQUES-REDES, sito ROD GO 464 DE MINACU A CAVALCANTE KM 6 A DIREITA 1 KM - Zona Rural - CEP 76.450-000 - S/N - MINAÇU-GO. 30000-6

ELIO JOVE VIEIRA JÚNIOR (719.215.591-87), torna público que requereu a Licença Corretiva (LC) a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) para Atividade de IRRIGAÇÃO, sito Fazenda Supremo, Zona Rural - Piracanjuba-GO. 30000-5

CLÍNICA VETERINÁRIA ZAMPET, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n. **46.230.423/0001-07**, torna Público que requereu à Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis, a **Licença Ambiental de Funcionamento** para empreendimento voltado para atividade de **Atividades Veterinárias**, conforme Certidão de Uso do Solo, no Endereço: Avenida JK, Quadra 71, Lotes 15/16, Bairro JK Nova Capital. 30174

DANILO CARNEIRO DE ABREU, CPF Nº 017.676.181-07, REQUEREU A LICENÇA AMBIENTAL PARA O PROCEDIMENTO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA-REURB PARA LOTEAMENTO/CONDOMÍNIO FECHADO **(CONDOMÍNIO RECANTO IPÊS DO LAGO)**, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE ABADIÂNIA – SEMADS, NA FAZENDA BOA VISTA, ZONA DE EXPANSÃO URBANO DESCONTÍNUA DE ESPECIAL INTERESSE TURÍSTICO E AMBIENTAL – ZEITA, ABADIÂNIA – GO. 30175

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO, através de sua Comissão de Penalidade Administrativa, Torna Público de acordo com as disposições legais, através do **Proc. Adm. 008/2024**, decorrente do Termo de Credenciamento de n. 1.811/2022, aplicou a penalidade administrativa de **suspensão de contratar com o município por 02 (dois) anos** a contar da ciência dessa decisão na Licitante: **Handressa dos Santos Melo**, inscrito no CPF sob nº xxx.351.491-xx. Maiores informações no site Oficial de Rio Verde: www.rioverdegoias.com.br e sala de Licitação, situada à Av. Presidente Vargas nº 3.215 – Vila Maria, CEP: 75905-900. Fones: (064)3602-8070/8021, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 12 de junho de 2024.
Jairo Rosa Martins
Presidente/CPA 30009-14

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 002/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS, através do departamento de licitações, torna pública a SUSPENSÃO da licitação **Pregão Eletrônico nº 002/2024**, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal n. 14.133/2021, para a **aquisição de materiais de expediente.** Para maiores informações poderão ser obtidas no obtidas junto a Câmara pelo telefone (62) 3511-1395 ou e-mail de segunda a sexta feira, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

Inhumas, 12 de junho de 2024

CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA:01776478177 Assinado de forma digital por CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA:01776478177 Dados: 2024.06.12 14:28:51 -03'00'

CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA
Pregoeira 30176

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação e Equipe de Apoio do TCE-GO, Portaria nº 229/23, tornam público o Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2024, processo nº 202400047001491. Objeto: **Serviços de manutenção do sistema de ancoragem, com fornecimento de insumos e ferramentas**, regido pela Lei nº 14.133/2021. A licitação será realizada no site https://www.gov.br/compras. Início de acolhimento de propostas: **14/06/2024 às 08:00h**. Data da sessão pública: **27/06/2024 às 09:00h**. O Edital poderá ser obtido no site: www.tce.go.gov.br. e na Plataforma https://www.gov.br/compras, ou via e-mail: cpl@tce.go.gov.br.

Goiânia, 12 de junho de 2024.
Artur Eduardo Lopes da Silva
AGENTE DE CONTRATAÇÃO 30101

A empresa **AMERICAN TOWER DO BRASIL – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 04.052.108/0001-89, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205 – 8º andar, torna público que requereu à Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia/GO, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA de Aparecida de Goiânia/GO, através do processo nº 2024038268 as Licenças Ambientais denominadas Licença Prévia e de Instalação para a Atividade de Estação Rádio Base - ERB, situada no endereço Avenida São João Vaz, Quadra 03, Lote 15 – Jardim Luz – CEP: 74.916-200, Aparecida de Goiânia/GO. (ERB – GNA014GT_ 126130). 30158

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE-GO AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 058/2024

TIPO: Menor Preço;
JULGAMENTO: Menor Preço por Item.
OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de bolsas coletoras para ostomia (colostomia, ileostomia e urostomia) cremes, pós, pastas, clamp, cintos, clipe e sachês gelificantes para atender as demandas do programa de ostomia mantido pelo Fundo Municipal de Saúde de Rio Verde - GO.
DATA/HORÁRIO: 03 de Julho de 2024 às 09h00, www.licitanet.com.br.
MAIS INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br ou. Fone 64-3602-8124 em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 12 de junho de 2024.
ALYRIO CABRAL VIEIRA NETO
Agente de Contratação 30023-15

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FMS DE RIO VERDE GO ATO EXTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS de Rio Verde – GO, torna público a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 239/2024, Pregão Eletrônico 736/2022, da Secretaria Estadual de Saúde de Vitória – ES, COM O OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 239/2024, PROCESSO 75195/2024, DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE VITÓRIA – ES, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO NOVO HMU – HOSPITAL MUNICIPAL UNIVERSITÁRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE – GO. Empresa: META MOVEIS DE METAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ sob nº 01.866.388/0001-70, com o valor total de R$ 364.864,77. MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, na Sala de Licitação da Saúde. Fone (64) 3602-8124, em horário de expediente. 30023-13

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS) DE RIO VERDE DO ESTADO DE GOIÁS
EXTRATO DE CONTRATO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde – FMS de Rio Verde – GO, torna público a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 239/2024, referente ao Pregão Eletrônico 736/2022 da Secretaria Estadual de Saúde de Vitória – ES, com o OBJETO: aquisição de equipamento médico hospitalar para atender as necessidades do Novo HMU – Hospital Municipal Universitário do Fundo Municipal de Saúde de Rio Verde – GO, Empresa: META MOVEIS DE METAIS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ sob nº 01.866.388/0001-70, com o valor total de R$ 364.864,77. MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, na Sala de Licitação da Saúde. Fone 64-3602-8124, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 12 de junho de 2024.
Djan Barbosa de Freitas
Gestor do Fundo Municipal de Saúde 30023-16

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUIRINÓPOLIS - FMEQ
PUBLICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUIRINÓPOLIS - FMEQ, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação torna público para conhecimento de quaisquer interessados, que foi autorizado a formalização do 1º Termo Aditivo de Prorrogação de prazo do Contrato nº 020/2024, tendo por objeto a Contratação de empresa para execução dos serviços, sob o regime de empreitada por preço global, objetivando a construção de cobertura no parquinho da Escola Municipal Maria Ignez, neste Município, (Emenda Parlamentar nº 631/2023, Processo nº 2023000060771), sob a supervisão do Fundo Municipal de Educação FMEQ, com área de construção: 165 m², publicado extrato do respectivo Termo Aditivo do contrato com a empresa: **W&J ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 38.328.115/0001-82, com sede na cidade de Goiânia – GO. Fica prorrogado o prazo até o dia 24 de junho de 2024. Tudo ocorreu nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e demais legislação pertinente à matéria. Maiores informações poderão ser obtidos na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente.

Quirinópolis-GO, 23 de maio de 2024.
MAURO FERNANDO MARTINS FERREIRA BAILAO
Agente de Contratação (Pregoeiro) 30001-40

MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS – GO
PREGÃO ELETRONICO - EDITAL Nº 043/2024

O MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n. º 01.178.573/0001-72, por intermédio do seu Pregoeiro devidamente designado, **TORNA PÚBLICO** aos interessados, nos termos do Processo Administrativo Protocolo nº 3853/2024, Lei 14.133/2021, Modo de Disputa: **ABERTO**, que fará realizar na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo, **MENOR PREÇO**, objetivando **Aquisição e Prestação de Serviços na Confecção de Itens Decorativos e Lembranças para atender a demanda de todos os órgãos através da Secretaria de Administração desta Municipalidade**, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência. **Fim do cadastramento das propostas 28/06/2024 às 07hrs50min. Início da sessão pública** no dia **28/06/2024 às 08hs**. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de **13/06/2024**, na Sede Administrativa do Município e ou através do site www.palminopolis.go.gov.br ou https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. **Informações:** Setor de Licitações - Prefeitura Municipal. Fone: (64) 3675 1167 e-mail: palminopolislicita@outlook.com. **Palminópolis-GO, 13 de Junho de 2024. - Jakeline Faleiro de Jesus- Pregoeira.** 30161

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Vale do Rio Crixás, Senhor João Luis Antunes Araújo, juntamente com toda a Diretoria desta, em conformidade com os Artigos 40 a 46 do Estatuto Social da entidade, convocam todas as **Trabalhadoras e Trabalhadores da Empresa M.S.G. - MINERAÇÃO SERRA GRANDE S.A.**, a participarem de **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, que será realizada no dia **18 de junho de 2024**, no local denominado **ARENA BEER**, sito à **Chácara Neves, Zona Rural**, Crixás – GO, em primeira chamada às **17:30 horas**, não havendo quórum, instalar-se-á, em segunda chamada às **18:00 horas**, com qualquer número de presentes. Deliberação sobre a seguinte ordem do dia: **1º) – Elaboração e discussão da pauta de reinvindicações para Acordo Coletivo de Trabalho – ACT/2024/2025; 2º) – Autorização, ou não, para assinatura de Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025; 3º) – Autorização para instaurar Dissidio Coletivo; 4º) – Autorização para fins de custeio sindical, de pagamento e desconto de Taxa Negocial/assistencial das Trabalhadoras e Trabalhadores envolvidos; 5º - Assuntos gerais.** Crixás, 12 de junho de 2024.

JOÃO LUIS ANTUNES ARAÚJO
PRESIDENTE DO S.T.I.E.V.R.C.G 30156

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE-GO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 90033/2024. TIPO: Menor Preço. JULGAMENTO: Menor Preço por Item. OBJETO: Pregão Eletrônico para Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em serviços gráficos e confecções de impresso em geral, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO sob a coordenação da Secretaria de Comunicação, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência – Anexo, do Edital. DATA/HORÁRIO: 28 de junho de 2024 às 09h00min. SISTEMA: COMPRASNET – UASG 989571 MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, e Sala de Licitação – situada a Av. Presidente Vargas, nº 3215, Vila Maria, CEP: 75905-900, Rio Verde – GO. Fone 64-3602-8021/8070, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 11 de junho 2024.
EVERALDO LEITE RIBEIRO, PAULO MARTINS DA SILVA, ISAAC PIRES CABRAL, LILLIAN GARCIA MARTINS DO VALE, MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, ROSIMEIRE ALVES PEREIRA LEAO, IRON GUERREIRO DA COSTA, RHAFAEL PEREIRA BARROS, ANA CAROLINA MARTINS VIEIRA DA SILVA E ANDERSON FERREIRA DE MORAIS
GESTORES 30009-16

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTES NÃO ENCONTRADOS
(Georreferenciamento)

Ludimila A. da Silva Soares, Oficiala Interina do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cocalzinho de Goiás-Goiás na forma da lei 6015/73
IMÓVEL: Fazenda Contagem Velha, Matricula de nº7131 e 7132, MUNICÍPIO: Cocalzinho de Goiás TRANSCRIÇÃO: 8.467 – CRI de Corumbá de Goiás. Ludimila A. Da Silva Soares, oficial Interina designado para o Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civis das Pessoas Naturais e Interdição e tutela da Comarca de Cocalzinho de Goiás, faz saber que **ABEL BEZERRA SANTIAGO**, brasileiro, casado, comerciante, filho de: Manoel Bezerra de Andrade e Maria Francisca do Carmo, portador da Cédula de Identidade RG nº 115456 - SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 001.896.771-04, residente e domiciliado Fazenda Contagem Velha, Zona Rural – Cocalzinho de Goiás/GO, requereu a averbação do Georreferenciamento de seu imóvel rural denominado Fazenda Contagem Velha, localizado no município de Cocalzinho de Goiás- GO, com a área total de **74, 0045 hectares**, cuja área é objeto da Transcrição 8.467 – CRI de Corumbá de Goiás, fica a confrontante, **JOSÉ GERARDO DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF 009.510.130-68, proprietário da Fazenda Contagem Velha, matricula de nº9278 **NOTIFICADO** via deste edital, pois a mesma encontra-se em lugar incerto e não sabido. Os trabalhos técnicosse encontram arquivados neste serviço registral, especialmente na planta e memoriais descritivos, podendo, caso queiram, nos termos do § 2º do artigo 213 da lei 6015/73, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias, a partir da data da última publicação. Este edital será publicado por três vezes consecutivas, em jornal de circulação regional, de veiculação diária. A falta de impugnação resulta na presunção legal de anuência do confrontante. Cocalzinho de Goiás, 05 de janeiro de 2024. A Oficiala Substituta Ludimila A. da S. Soares. Selo eletrônico nº 00362401035714225430005 Consulte em: http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo. 30122-A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – ESTADO DE GOIÁS
COMISSÃO DE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

A Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO, através de sua Comissão de Penalidade Administrativa, Torna Público de acordo com as disposições legais, através do processo adm. n. 009/2024, referente ao Pregão Eletrônico 121/2023, aplicou a Penalidade Administrativa de multa de 1% do valor adjudicado a empresa, corresponde à R$ 4.616,80 de multa, na Licitante: **GF Transportes e Locação Ltda**, CNPJ n. 43.444.950/0001-18. E através do processo adm. n. 009/2024, referente ao Pregão Eletrônico 121/2023, aplicou a Penalidade Administrativa de multa de 1% do valor adjudicado a empresa, corresponde à R$ 21.570,40 de multa, na Licitante: **Ferreira & Batista Transporte Escolar Ltda** - CNPJ. Nº 16.830.691/0001-90. Maiores informações no site Oficial de Rio Verde: www.rioverdegoias.com.br e sala de Licitação, situada à Av. Presidente Vargas nº 3.215 – Vila Maria, CEP: 75905-900. Fones: (064)3602-8070/8021, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 12 de junho de 2024.
Jairo Rosa Martins
Presidente/CPA 30009-15

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 001/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS, através do departamento de licitações, toma pública a SUSPENSÃO da licitação **Pregão Eletrônico nº 001/2024**, do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal n. 14.133/2021, para a **aquisição de gêneros alimentícios, material/produtos limpeza, higiene, descartáveis, panificados.** Para maiores informações poderão ser obtidas no obtidas junto a Câmara pelo telefone (62) 3511-1395 ou e-mail de segunda a sexta feira, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00

Inhumas, 12 de junho de 2024

CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA:01776478177 Assinado de forma digital por CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA:01776478177 Dados: 2024.06.12 14:27:17 -03'00'

CAROLINE CAMPELO DE MIRANDA
Pregoeira 30162

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO VERDE–GO
AVISO DE ANULAÇÃO DOS ATOS DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 039/2024

MOTIVAÇÃO: A Administração Pública decide por **ANULAR** os atos do processo licitatório objeto do Pregão Eletrônico 039/2024, em face ao disposto e com fulcro no artigo 71, inciso III da Lei n.º 14.133/2021, onde fora assegurada a prévia manifestação dos interessados ao direito do contraditório e ampla defesa.
Ademais, informamos que novo Edital com o mesmo número será publicado com a nova data de abertura nos meios estabelecidos na legislação, bem como nos demais meios utilizados para publicação do edital anterior.
MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br, e Sala de Licitação da Saúde, Fone 64-3602-8124, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 12 de junho de 2024.
DJAN BARBOSA DE FREITAS
Secretário Municipal da Saúde 30023-14

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTES NÃO ENCONTRADOS
(Georreferenciamento)

Ludimila A. da Silva Soares, Oficiala Interina do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cocalzinho de Goiás-Goiás na forma da lei 6015/73
IMÓVEL: Fazenda Contagem Velha, Matricula de nº7131 e 7132, MUNICÍPIO: Cocalzinho de Goiás TRANSCRIÇÃO: 8.467 – CRI de Corumbá de Goiás. Ludimila A. Da Silva Soares, oficial Interina designado para o Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil das Pessoas Jurídicas e Civis das Pessoas Naturais e Interdição e tutela da Comarca de Cocalzinho de Goiás, faz saber que **ABEL BEZERRA SANTIAGO**, brasileiro, casado, comerciante, filho de: Manoel Bezerra de Andrade e Maria Francisca do Carmo, portador da Cédula de Identidade RG nº 115456 - SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 001.896.771-04, residente e domiciliado Fazenda Contagem Velha, Zona Rural – Cocalzinho de Goiás/GO, requereu a averbaçãodo georreferenciamento de seu imóvel rural denominado Fazenda Contagem Velha, localizado no município de Cocalzinho de Goiás- GO, com a área total de **74, 0045 hectares**, cuja área é objeto da Transcrição 8.467 – CRI de Corumbá de Goiás, fica a confrontante **CLARINDA PEREIRA DA SILVA**, inscrita no CPF/MF 120.289.751-72, proprietária da Fazenda Contagem Velha, matricula de nº7958, **NOTIFICADA** via deste edital, pois a mesma encontra-se em lugar incerto e não sabido. Os trabalhos técnicosse encontram arquivados neste serviço registral, especialmente na planta e memoriais descritivos, podendo, caso queiram, nos termos do § 2º do artigo 213 da lei 6015/73, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias, a partir da data da última publicação. Este edital será publicado por três vezes consecutivas, em jornal de circulação regional, de veiculação diária. A falta de impugnação resulta na presunção legal de anuência do confrontante. Cocalzinho de Goiás, 05 de janeiro de 2024. A Oficiala Substituta Ludimila A. da S. Soares. Selo eletrônico nº 00362401035714225430005 Consulte em: http://extrajudicial.tjgo.jus.br/selo. 30122-B

Sindiaçougue GO

EDITAL DE OPOSIÇÃO À CONSTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas no Estado de Goiás-SINDIAÇOUGUE, entidade sindical de primeiro grau, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.641.117/0001-17, Código Sindical 000.002.191.14011-9, integrante do Sistema Confederativo da Representação Sindical do Comércio, constituído para fins de defesa e representação legal das empresas do turismo e hospitalidade, obedecendo a Decisão do Supremo Tribunal Federal, ARE 1.108.459 (Tema 935), abre o prazo de 15 dias corridos a partir da publicação deste edital, para que as empresas representadas pelo Sindiaçougue apresente oposição de forma expressa à contribuição assistencial patronal, aprovada em assembleia geral para inserir em convenção ou em aditivo à convenção coletiva já firmada com o Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Goiás-SECEG, registrada no MTE sob o nº SRT00214/2024. A oposição deverá ser expressa com firma reconhecida e ter em anexo o contrato social em vigor, devendo ser protocolada na sede do SINDIAÇOUGUE à Av. 136, 1084, Setor Marista, Goiânia Goiás, CEP 74.180-040, 2º andar, das 9 ás 12h e das 14h às 17hs. As empresas sediadas fora da Região Metropolitana de Goiânia poderão enviar a oposição através dos correios ou pelo e-mail- sindiacougue@fecomerciogo.org.br , desde que a postagem seja feita dentro do prazo de 15 dias corridos a partir da publicação deste edital. O sindicato terá direito de cobrar e receber a contribuição assistencial patronal das empresas que não apresentarem a oposição no prazo estabelecido. Goiânia-GO, 12 de junho de 2024.Silvio Carlos Yassunaga Brito-Presidente Presidente. 30160

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — barreto leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - Credor Fiduciário: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CELEIRO CENTRO OESTE - SICREDI CELEIRO CENTRO OESTE **Fiduciante:** W R DE CARVALHO VEÍCULOS LTDA (devedor fiduciante) e WAGNER RIBEIRO DE CARVALHO (avalista) - **LOTE 1 – MATRÍCULA 20.788 DO 1º TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS DE INHUMAS/GO** sendo: Um lote de terreno para construção sob o Nº 15 da Quadra 10, Bairro Jandyra, nesta cidade, mediando 13,00 metros de frente para a Av. Antonio Moreira; lado direito 31,00 metros confrontando com o lote Nº 16; lado esquerdo 31,00 metros confrontando com o lote Nº 14 e fundo 13,00 metros confrontando com o lote Nº 13, todos da mesma quadra, contendo um barracão construído de tijolos, piso de tijolos, coberto de telhas comuns, com 06 cômodos, quintal murado de taipa, com cistema boca de tijolos. REGISTRO ANTERIOR: 9.963, fls.54 do livro 3-G, deste serviço. Av.10. 20. 788 – CONSTRUÇÃO DE GALPÃO COMERCIAL. Procede-se a presente averbação, a requerimento do proprietário, para constar a construção de um galpão comercial de alvenaria comum, coberto de telhas isotérmicas, piso revestido de granitina, forro de PVC, com as seguintes instalações: pavimento térreo-loja, escritório e um banheiro social, com 205,78 metros quadrados; totalizando-se 591,62 metros quadrados de área construída. Apresentou-se certidão emitida pela Prefeitura de Inhumas/GO, carta de "habite-se" n. 3543/2020. Regularizações e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída ou não declarada que vier a ser apurada no local com a averbada no RI, correrão por conta do(a) comprador(a). Eventuais débitos junto a Prefeitura Municipal de Inhumas/GO a título de IPTU, correrão por conta do adquirente. Imóvel Ocupado (AF). **1º Leilão no dia 18/06/2024, às 11:00 horas,** à Rua Augusto Leite Figueiredo, 80, Jardim Bela Vista em Campo Grande/MS, **com lance mínimo igual ou superior a R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); 2º Leilão dia 20/06/2024**, no mesmo horário e local, **com lance mínimo igual ou superior a R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais)**. O arrematante presente pagará no ato o preço e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso de exercício de preferência. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeiro Oficial: Bruno Barreto Sanches – JUCEMS 037. Para mais informações: (67) 3204-2574 ou www.barretoleiloes.com.br 30047

1º EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Viver Bem Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., CNPJ: 09.167.467/0001-03, com sede na Av. T-1 nº 1.536, sala 107, Ed. Donato Ferreira, Setor Bueno, CEP: 74.215-022, fone: (62) 3251-7161, Goiânia/GO, pelo presente edital vem, em última notificação, intimar os Promitentes Compradores abaixo citados, todos do **Residencial Dra. Zelia Nunes**, estando em local incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da terceira e última publicação deste edital, efetue a purgação da mora, mediante o pagamento das importâncias relativas às parcelas vencidas e não pagas, devendo ser acrescido das parcelas que vencerem até o efetivo pagamento, devidamente atualizadas, além dos encargos legais, inclusive tributos, as despesas de intimação e publicação de edital e os emolumentos, sob pena de rescisão dos contratos de Compromisso de Compra e Venda firmado entre as partes, conforme art. 32 da Lei 6.766/79: **Quadra 01, Lote 19:** Ronilson Maia Camara, CPF: 622.973.003-01; **Quadra 01, Lote 20:** Marcio Araujo de Miranda, CPF: 957.961.505-53; **Quadra 02, Lote 25:** Gizelda Lucia Gondim, CPF: 701.773.291-06; **Quadra 04, Lote 27:** Luiz Fernando de Oliveira, CPF: 463.969.001-06; **Quadra 04, Lote 28:** Ingrid Franciele Rodrigues da Silva, CPF: 054.307.841-84; **Quadra 08, Lote 10:** Veronildo Pereira de Ataíde Marçal, CPF: 992.426.305-78 e Debora Gontijo Marçal, CPF: 004.405.771-79; **Quadra 08, Lote 48:** Cleiton Suares de Olivera, CPF: 827.581.151-15; **Quadra 09, Lote 17:** Ruthiely Araujo Santana, CPF: 609.340.843-43 e Matheus Augusto Borges da Silva, CPF: 056.122.671-77; **Quadra 10, Lote 12:** Samuel da Silva e Silva, CPF: 984.595.201-10 e Deonice Vianna Nogueira, CPF: 006.881.642-18; **Quadra 10, Lote 36:** Lucas Mendes de Sousa, CPF: 053.910.311-09; **Quadra 10, Lote 44:** Luiz Antonio Novais Alves, CPF: 784.630.841-68; **Quadra 11, Lote 22:** João Antonio Siqueira dos Santos, CPF: 028.625.001-27. 30143

GoiásFomento

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
Pregão Eletrônico nº 006/2024
Processo Administrativo SEI nº 202400059000532

A Agência de Fomento de Goiás S/A, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 111/2023, toma público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 25 DE JUNHO DE 2024, ÀS 09:00 HORAS, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, Modo de Disputa Adotado é o aberto, em sessão pública eletrônica, através do site www.licitacoes-e.com.br, tem por objeto a compra de equipamentos, conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência, Anexo I do Edital. A presente licitação será regida Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, modificada pela Lei Complementar nº 147/14, Regulamento Interno das Licitações e Contratos da GOIÁSFOMENTO e demais normas vigentes aplicáveis à matéria. Obtenção do Edital e do Regulamento Interno das Licitações e Contratos no site: www.goiasfomento.com Informações complementares: Avenida Goiás nº 91, Centro, Goiânia-GO, CEP: 74.005-010 - Fone: (62) 3216-4979. Agência de Fomento de Goiás S/A - GOIÁSFOMENTO, aos 11 dias do mês de junho de 2024.

JOÃO VÍCTOR GONÇALVES TEIXEIRA
Pregoeiro 30153

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 28 de junho de 2024, a partir das 10h20min
2º LEILÃO: 01 de julho de 2024, a partir das 14h20min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 073444230017850, firmado em 09/11/2017, com o(s) **Fiduciante(s) ALZIRA VIEIRA DOS SANTOS**, maior, inscrito no CPF nº 492.521.271-00, no dia **28 de junho de 2024, a partir das 10h20min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 478.055,30 (quatrocentos e setenta e oito mil, cinquenta e cinco reais e trinta centavos), o imóvel matriculado sob nº 48.993 do Oficial de Registro de Imóveis de Goiânia/GO - 4ª Circunscrição**, constituído por "Apartamento de nº 301, situado na Rua Fortaleza, lote nº 27/29, da quadra 11, do Residencial Fernanda, no Bairro Alto da Gloria, em Goiânia/GO, com a área privativa de 78,50m², área comum de 35,02m², área total de 113,52m², fração ideal de 1,744% ou 18,748m² no terreno". Cadastro Municipal: 205.045.0463.0093. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. **E o imóvel matriculado sob nº 49.032 do Oficial de Registro de Imóveis de Goiânia/GO - 4ª Circunscrição**, constituído pelo Box nº 08, situado na Rua Fortaleza, lote nº 27/29, da quadra 11, Residencial Fernanda, no Bairro Alto da Gloria, em Goiânia/GO, com a área privativa de 12,50m², área comum de 2,84m², área total de 15,34m², e fração ideal de 0,142% ou 1,527m². Cadastro Municipal: 20504504630603. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **01 de julho de 2024, a partir das 14h20min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 199.500,00 (cento e noventa e nove mil e quinhentos reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão. Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.22152).

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE NOVA CRIXÁS
AVISO DE LICITAÇÕES

O Governo do Município de Nova Crixas, Estado de Goiás, leva ao conhecimento dos interessados, que fará realizar procedimentos licitatórios nas modalidades e dias indicados abaixo, na sede da Comissão de Contratação, com sede administrativa na Praça Três Poderes, s/nº, Setor Aeroporto, Nova Crixás – Goiás, CEP 76.520-000, maiores informações poderão ser obtidas fone (62) 3385-3260, no horário de expediente, por e-mail: licitacao@novacrixas.go.gov.br ou pelo site www.novacrixas.go.gov.br.

Pregão PRESENCIAL - Edital nº 010/2024/SRP
No dia **02 de julho de 2024 às 09:00min (horário de Brasília)** realizará a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **Menor Preço, Por Item**, visando a **Contratação de Prestação de Serviços de Propaganda Volante e Locução em Evento, com entrega de forma parcelada pelo periodo de 12 (doze) meses para manutenção das diversas Secretarias do Poder Executivo e Fundos Municipais do Municipio de Nova Crixás,** conforme especificações Técnicas e quantidades contidas no Termo de Referência e outros anexos.

Pregão PRESENCIAL - Edital nº 011/2024/SRP
No dia **02 de julho de 2024 às 13:30min (horário de Brasília)** realizará a licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **Menor Preço, Por Item**, visando a **Contratação de prestação de serviços de hospedagem no Distrito de São José dos Bandeirantes, com entrega de forma parcelada pelo periodo de 12 (doze) meses para manutenção das diversas secretarias do Poder Executivo, Fundos e Secretarias do Municipio de Nova Crixás,** conforme especificações Técnicas e quantidades contidas no Termo de Referência e outros anexos

Comissão de Contratação, Nova Crixás – Goiás, 12 de Junho de 2024.
Valdeir Batista de Medeiro
Agente de Contratação 30159

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ RIO VERDE- GO
TERMO DE ADESÃO 05/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Rio Verde/GO, estabelecida na Rua Joaquim Fonseca – Setor Morada do Sol – Rio Verde/GO – CEP: 75.908-730, doravante denominada ADERENTE, neste ato representado pelo Gestor MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, brasileiro (a), portador do RG nº 5.133.668 SPTC/GO e inscrito no CPF Nº 057.314.068-55 , ADERE a TA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023 DO REGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023 do CONSÓRCIO PÚBLICO NORTE E LESTE MARANHENSE – CONLESTE - firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CNPJ: 26.903.042/0001-26 , por intermédio do Sr. MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO, inscrito no CPF nº 057.314.068-55, portador da carteira de identidade nº 5.133.668 SPTC/GO, e o Fornecedor: ARQMAX EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA., inscrita no CNPJ nº: 11.232.573/0001-67, com sede na R 7 DE SETEMBRO, Nº: 276, SAO PAULO DO ARACATUBA, CEP: 83.430- 000, denominada CONTRATADA, neste ato representado por JOANNA MARQUES FROGUER LEANDRO, inscrito no CPF sob o nº 042.204.849-65 que firmam o presente TERMO DE ADESÃO, conforme especificações contidas na Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal 185/2023, e especificadas na Ata de Adesão. Objeto deste termo de adesão constitui em **ADESÃO A ARP ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023 – CONLESTE REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MOBILIÁRIO CORPORATIVO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS SENDO ARQUIVOS DESLIZANTES PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** sendo os itens 11,12,13,14 e 16 com valor total de R$ 291.110,00, conforme condições e termos estabelecidos neste Termo de adesão.
Ficam mantidas as demais condições previstas na Ata de Registro de Preço referente a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023 DO REGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2023 do CONSÓRCIO PÚBLICO NORTE E LESTE MARANHENSE – CONLESTE, obrigando-se as partes, em face desta adesão, a observância de todos os termos, direitos e obrigações MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverde.go.gov.br e Departamento de Compras – situada à Av. Presidente Vargas, 3215, Vila Maria, CEP: 75.905-900 Rio Verde – GO. Fone 64-3602-8005, em horário de expediente.

Rio Verde, 10 de junho de 2024.
MIGUEL RODRIGUES RIBEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ARQMAX EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA
CNPJ nº: 11.232.573/0001-67 30009-17

DNIT — DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES — MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 90172/2024-12

Nº Processo: 50612.000586/2024-68. Objeto: Contratação de serviços de vigilância armada - 24hs, de segunda-feira a domingo, em turnos de 12x36 horas, na Sede da Superintendência Regional do DNIT-GO/DF, em Goiânia/GO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Total de itens licitados: 02. Edital: 13/06/2024 das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00. Endereço: Av. 24 de Outubro, 311, Setor dos Funcionários - Goiânia/GO ou www.gov.br/compras. Entrega das Propostas: a partir de 13/06/2024 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 27/06/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital e demais informações poderão ser obtidos por meio dos sítios www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/licitacoes/superintendencias/editais-de-licitacoes/ e/ou www.gov.br/compras.

Engº. Flávio Murilo G. Prates de Oliveira
Superintendente Regional - DNIT GO/DF - substituto

PUBLICIDADE LEGAL

CERRADINHO BIOENERGIA S.A.

CNPJ/ME Nº 08.322.396/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SAFRA 2023/24

A Cerradinho Bioenergia S.A. ("CerradinhoBio" ou "Companhia") foi constituída em 18/09/2006 e está sediada no município de Chapadão do Céu/GO, tendo como controladora final a Cerradinho Participações S.A. ("Controladora"). O Grupo é composto pela CerradinhoBio, que atua no setor de biocombustíveis e bioeletricidade e pela Neomille S.A. ("Neomille" ou "Controlada"), subsidiaria integral atuante no setor de etanol de milho e coprodutos. Em conjunto, doravante denominadas como "Grupo". **Cerradinho Bioenergia S.A.** A Companhia tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana de açúcar, a produção e comercialização de etanol hidratado e anidro carburante e seus derivados, atividade de importação e exportação, e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana de açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamento e parceria agrícola, a qual é destinada a utilização como matéria prima em seu processo produtivo. Suas atividades operacionais tiveram início em 26/06/2009, com a produção de etanol hidratado e energia para o mercado interno. **Neomille S.A.** Iniciou sua operação em novembro de 2019, tendo como atividade a produção de etanol de milho e produtos para alimentação animal. A Controlada, situada ao lado do atual parque da CerradinhoBio, garante a proximidade para originação de matéria-prima (milho) e escoamento do produto (etanol). Apresentamos as demonstrações financeiras preparadas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil advindas dos pronunciamentos e interpretações técnicas emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), compreendendo o exercício social iniciado em 1º/04/2023 e encerrado em 31/03/2024 (safra 2023/24), acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes. **Dados Operacionais** Na safra 2023/24, foram moídas 5,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o que representou um aumento de 1% em relação à safra anterior. Já em relação à moagem de milho, foram esmagadas 908 mil toneladas no período, volume 60% superior ao mesmo período da safra anterior. A maior moagem é fruto da melhoria da produtividade agrícola, que cresceu 5% nesta safra. Para o milho, a expansão da Neomille em Goiás, somado recentemente ao início da nova fábrica em Maracaju-MS, explicam este resultado. Foram produzidos 834 mil m³ de etanol total, o que representou um aumento de 23% com a safra anterior. Em relação aos coprodutos do milho, houve expansão na produção de DDG, atingindo o volume de 215 mil toneladas, o que representou um aumento de 48% na safra. Já no óleo, o aumento foi de 109%, com a produção de 14,6 mil toneladas. Na energia elétrica, foram exportados para a rede 430 GWh, incluindo 171 GWh equivalentes (considera-se o vapor e a eletricidade) destinados à planta de milho da sociedade controlada, totalizando um volume que foi 31,3% maior ao mesmo período da safra anterior, fruto do aumento da capacidade da planta. Na safra, houve também a venda de 1.016 mil CBIOs (Créditos de Descarbonização), sendo que em 31/03/2024, a Companhia e sua Controlada não possuíam estoques.

DADOS OPERACIONAIS	SF 23/24	SF 22/23	VAR. %
Moagem de cana total (mil t)	5.130	5.060	1%
% Cana própria	57%	58%	(2p.p.)
Moagem de milho (mil t)	908	566	60%
Produtividade Agrícola	90,5	85,2	6%
ATR (kg/t)	131,6	133,3	(1%)
ATR (kg/ha)	11.907	11.354	5%
Produção de etanol total (mil m³)	834	678	23%
Produção de DDG (mil t)	214	146	46%
Produção de óleo (mil t)	14,6	7,0	109%
Exportação de energia (GWh)	430	451	(5%)
Venda de CBIOs (mil)	1.016	383	165%

*Não considera venda de cana própria realizada para terceiros para os períodos.

DADOS FINANCEIROS (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DADOS FINANCEIROS	SF 23/24	SF 22/23	VAR. %
Receita (R$ mil)	2.574.423	2.476.559	4%
Etanol de cana	1.047.738	1.297.941	(19%)
Etanol de milho	958.015	766.818	25%
Energia	118.880	116.880	2%
DDG +Óleo	264.198	250.764	5%
CBIOs	88.222	35.786	147%
Outras	97.370	8.370	1.063%
EBITDA Ajustado Consolidado (R$ mil)	604.198	797.540	(24%)
Margem EBITDA Ajustado (R$ mil)	23%	32%	(9p.p.)
Lucro Líquido (R$ mil)	40.295	242.803	(83%)

No comparativo entre as safras, a receita líquida consolidada do Grupo apresentou um aumento de 4%, totalizando R$ 2.574 milhões. O aumento é explicado principalmente pelo maior volume vendido de etanol oriundo do negócio milho, refletindo o aumento da expansão e o início da venda de etanol anidro, que possui maior valor unitário do que o etanol hidratado, compensando parcialmente os preços deprimidos ao longo da safra. O Grupo demonstra o EBITDA conforme Resolução CVM 156, mas adota o EBITDA Ajustado, excluindo os impactos da adoção do CPC 06 / IFRS 16, efeitos não caixa e não recorrentes, valor justo de ativos biológicos, amortização de tratos culturais (ativo biológico colhido ou vendido) e amortização de gastos de manutenção de entressafra, com objetivo de demonstrar da melhor maneira sua geração operacional de caixa. Neste sentido, o EBITDA Ajustado consolidado atingiu R$ 604,2 milhões na SF 23/24, 24% inferior ao mesmo período da safra anterior, com margem de 23%, conforme reconciliação a seguir:

"COMPOSIÇÃO DO EBITDA (em R$ mil)"	SF 23/24	SF 22/23	VAR. %
(=) Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(115.167)**	**223.632**	**(151%)**
(+) Despesa financeira líquida	323.890	210.790	54%
(+) Depreciação e Amortização	258.450	232.647	11%
EBITDA Contábil	**467.173**	**667.069**	**(30%)**
Margem EBITDA	18%	27%	(9p.p.)
Amortização de gastos de entressafra	85.417	60.875	40%
Amortização de tratos (ativo biológico colhido)	181.198	107.257	69%
Ativos biológicos	13.159	81.400	(84%)
Estorno de Contratos Agrários (Efeito não Caixa do IFRS 16)	(142.749)	(119.061)	20%
EBITDA Ajustado	**604.198**	**797.540**	**(24%)**
Margem EBITDA ajustado	23%	32%	(9p.p.)

O resultado do EBITDA de forma consolidada é explicado principalmente, pelo preço médio vendido do etanol inferior ao longo de toda a safra 23/24, em comparação com a safra anterior. A dívida líquida no período aumentou 7%, fruto especialmente da geração de caixa que foi impactada pela piora no resultado operacional, somado aos investimentos realizados na construção do *Greenfield* no Mato Grosso do Sul. Já a liquidez corrente ajustada, reduziu em 26%, em decorrência principalmente do aumento dos estoques. Por fim, a alavancagem, medida pelo endividamento líquido/EBITDA, aumentou 42%, atingindo 2,76x. Este aumento é explicado, em grande parte, pela deterioração do EBITDA, fruto da redução dos preços praticados para o etanol ao longo do período e pelo volume de investimentos feitos ao longo da SF 23/24.

DADOS FINANCEIROS	mar/24	mar/23	VAR. %
Dívida Líquida (R$ mil)	1.670.256	1.558.777	7%
Liquidez Corrente Ajustada (x)	2,20	3,04	(28%)
Alavancagem LTM (x)	2,76	1,95	41%

A Liquidez Ajustada consolidada, que desconsidera os efeitos do CPC 06 (R2), foi de 2,20x em março/24, 28% inferior à posição de março/23.

COMPOSIÇÃO DA LIQUIDEZ CORRENTE (em R$ mil)	mar/24	mar/23	VAR. %
Ativo Circulante	2.961.557	2.298.284	29%
Passivo Circulante	1.506.260	907.879	66%
Liquidez Corrente Contábil	1,97	2,53	(22%)
(-) Arrendamentos a receber - AC	(9.545)	(9.822)	(3%)
(-) Arrendamentos a pagar - PC	(53.296)	(40.998)	30%
(-) Parcerias agrícolas a pagar - PC	(108.742)	(114.025)	(5%)
Liquidez Corrente Ajustada	2,20	3,04	(28%)

INVESTIMENTOS (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Conforme demonstrado a seguir, o CAPEX consolidado do Grupo encerrou os doze meses da SF 23/24 com uma redução de 1% frente ao mesmo período da safra anterior.

COMPOSIÇÃO DO CAPEX (em R$ mil) - Consolidado	SF 23/24	SF 22/23	VAR. %
Manutenção			
Plantio - Reforma	57.174	77.834	(27%)
Manutenção entressafra (Industriais/Agrícolas)	69.306	82.407	(16%)
Tratos Culturais	142.081	161.272	(12%)
Total	**268.561**	**321.513**	**(16%)**
Melhorias operacionais			
Equipamentos/ Reposições	159.212	42.597	274%
Ambiental/Legal	4.140	4.745	(13%)
Total	163.352	47.342	245%
Modernização/Expansão			
Plantio - Expansão / Ativo Biológicos	13.624	18.424	(26%)
Eucalipto	50.479	38.115	32%
Projetos (Industriais/Agrícolas)	635.526	717.461	(11%)
Total	**699.629**	**774.000**	**(10%)**
Total Geral	**1.131.542**	**1.142.855**	**(1%)**

Conforme demonstrado acima, o CAPEX consolidado da Companhia encerrou a safra 2023/24 com uma redução de 1% frente ao mesmo período da safra anterior, explicado principalmente pelos investimentos em expansão. Em relação aos investimentos em Manutenção a redução de 17% entre as safras reflete basicamente a menor manutenção de entressafra e menor volume de reforma de canavial. E Modernização/Expansão, o incremento é explicado principalmente por: • **Negócio cana:** construção da fábrica de fertilizantes em Chapadão do Céu-GO (R$ 2,2 milhão na safra 23/24) e da construção da fábrica de açúcar, tendo desembolso R$ 68,3 milhões durante o 4T SF 23/24 e R$ 118,9 milhões na safra 23/24. O montante investido ainda é composto pelo plantio de canavial e eucalipto. • **Negócio milho:** destaca-se o desembolso na nova planta de etanol de milho da Neomille, localizada em Maracaju-MS, no montante de R$ 504,0 milhões na safra 23/24. A planta iniciou as operações em janeiro de 2024. **REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)** A Companhia distribui, anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício (ano safra), após os ajustes legais (conforme artigo 30 do Estatuto Social) e excluído o ganho com Incentivos Fiscais de ICMS refletidos no resultado. Além disso, alternativamente ao pagamento de dividendos, a Administração da Companhia poderá propor que sejam pagos juros sobre o capital próprio, que farão substituir a figura dos dividendos mínimos previstos neste Estatuto Social, tudo conforme o disposto no Artigo 9º da Lei nº. 9.249/1995, com suas alterações posteriores e normas regulamentares. Adicionalmente, a Administração propõe que o saldo remanescente de lucros seja destinado a reserva de retenção, ficando à disposição para deliberação da Assembleia Geral. Na safra 2023/24 não houve deliberação de distribuição de dividendos intermediários ou de juros sobre capital próprio. A tabela a seguir demonstra esta premissa referente aos exercícios findos em 31/03/2024 e de 2023:

Dividendos distribuídos - CBIO	SF 23/24	SF 22/23
1) Lucro líquido realizado na safra	**40.295**	**242.803**
(-) Reserva legal - 5%	(2.015)	(12.140)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(49.975)	(123.741)
2) Lucro líquido passível de distribuição	-	**106.922**
(x) Percentual mínimo a distribuir	25%	25%
3) Dividendo mínimo obrigatório na safra	-	**26.731**
(+) Juros sobre capital próprio líquido de imposto de renda, atribuído como dividendo mínimo obrigatório	-	26.681
(+) Dividendo, atribuído como mínimo obrigatório	-	50
(+) Dividendo adicional	-	-
4) Dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas	-	**26.731**

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, informamos que as demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), com os quais mantemos contrato para a auditoria das demonstrações financeiras societárias anuais. A administração da Companhia tem como procedimento, na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, avaliar a existência de conflito de interesses, levando em consideração os seguintes aspectos: o auditor não deve: (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) promover os interesses do seu cliente. A administração da Companhia e nossos auditores independentes, entendem que sua independência não está prejudicada, bem como não há qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que pudesse inviabilizar o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

Balanços Patrimoniais em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado- Nota 2.2)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (Reapresentado- Nota 2.2)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.181.855	785.282	1.692.363	1.219.772
Aplicações financeiras		5.192	3.605	21.999	3.605
Instrumentos financeiros derivativos	9	14.875	6.809	15.359	6.809
Contas a receber	6	30.814	13.162	55.337	55.699
Estoques	8	153.124	195.429	619.298	593.698
Arrendamentos a receber	10	9.545	9.822	9.545	9.822
Ativos biológicos	11	151.348	202.642	151.348	202.642
Tributos a recuperar	12	36.298	42.050	381.861	179.874
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	7	-	25.814	-	-
Outros ativos		8.312	9.430	14.407	25.184
		1.591.363	1.294.045	2.961.517	2.297.105
Ativo não circulante mantido para venda		40	1.179	40	1.179
Total do ativo circulante		1.591.403	1.295.224	2.961.557	2.298.284
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		10.824	14.742	10.824	14.742
Instrumentos financeiros derivativos	9	91.251	74.976	211.535	152.464
Arrendamentos a receber	10	8.366	16.452	8.366	16.452
Ativos biológicos	11	25.029	19.108	69.100	41.368
Tributos a recuperar	12	11.482	5.168	110.745	94.312
Depósitos judiciais		3.752	4.893	19.836	16.500
IR e CS diferidos	13	155.846	65.283	293.957	132.554
Outros ativos		19	31	61.198	22.727
		306.569	200.653	785.561	491.119
Investimento em controlada	14	1.243.973	548.262	-	-
Imobilizado	15	958.850	818.871	2.653.321	1.960.691
Direito de uso	16	561.982	482.183	633.428	556.927
Intangível		820	1.017	1.201	1.559
Total do ativo não circulante		3.072.194	2.050.986	4.073.511	3.010.296
Total do ativo		4.663.597	3.346.210	7.035.068	5.308.580

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Circulante					
Fornecedores	17	179.544	90.710	237.242	160.415
Arrendamentos a pagar	18	51.717	39.581	53.296	40.998
Parcerias agrícolas a pagar	18	101.424	106.920	108.742	114.025
Empréstimos e financiamentos	19	202.364	103.807	421.383	220.479
Debêntures	20	116.150	145.201	294.258	163.406
Instrumentos financeiros derivativos	9	29.519	29.475	110.622	96.145
Salários e encargos sociais		39.739	34.293	52.889	41.262
Tributos a recolher		14.322	5.557	15.108	14.159
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	7 / 24 (c)	-	26.730	-	26.730
Provisão para contingências	22	11.446	15.859	12.431	18.749
Adiantamentos de clientes	23	159.042	8.668	196.103	9.311
Outros passivos		2.186	1.737	4.186	2.200
Total do passivo circulante		907.453	608.538	1.506.260	907.879
Não circulante					
Arrendamentos a pagar	18	198.758	102.272	207.218	110.010
Parcerias agrícolas a pagar	18	295.046	315.700	352.352	375.532
Empréstimos e financiamentos	19	563.359	306.770	1.149.670	697.966
Debêntures	20	500.369	588.942	1.612.275	1.778.162
Instrumentos financeiros derivativos	9	34.128	11	34.128	11
Salários e encargos sociais		5.874	12.888	7.526	14.979
Tributos a recolher	21	94.756	80.370	101.065	86.578
Provisão para contingências	22	2.192	1.934	2.912	8.678
Adiantamentos de clientes	23	714.389	-	714.389	-
Total do passivo não circulante		2.408.871	1.408.887	4.181.535	3.071.916
Total do passivo		3.316.324	2.017.425	5.687.795	3.979.795
Patrimônio líquido	24				
Capital social		472.588	472.588	472.588	472.588
Ajustes de avaliação patrimonial		(32.554)	(10.747)	(32.554)	(10.747)
Reservas de lucros		907.239	866.944	907.239	866.944
Total do patrimônio líquido		1.347.273	1.328.785	1.347.273	1.328.785
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.663.597	3.346.210	7.035.068	5.308.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Reserva de retenção	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022		472.588	-	58.691	349.152	247.737	-	1.128.168
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	242.803	242.803
Resultado com derivativos - Hedge accounting	24 (e)	-	(10.747)	-	-	-	-	(10.747)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(10.747)	-	-	-	242.803	232.056
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas								
Dividendos	23 (c)	-	-	-	-	-	(50)	(50)
Remuneração sobre o capital próprio	24 (c)	-	-	-	-	-	(31.389)	(31.389)
Constituição de reservas	24 (d)	-	-	12.140	123.741	75.483	(211.364)	-
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas		-	-	12.140	123.741	75.483	(242.803)	(31.439)
Saldos em 31 de março de 2023		472.588	(10.747)	70.831	472.893	323.220	-	1.328.785
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	40.295	40.295
Resultado com derivativos - Hedge accounting	24 (e)	-	(21.807)	-	-	-	-	(21.807)
Total do resultado abrangente do exercício		-	(21.807)	-	-	-	40.295	18.488
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas								
Constituição de reservas	24 (d)	-	-	2.015	49.975	(11.695)	(40.295)	-
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas		-	-	2.015	49.975	(11.695)	(40.295)	-
Saldos em 31 de março de 2024		472.588	(32.554)	72.846	522.868	311.525	-	1.347.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de março

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita de contratos com clientes	26	1.384.338	1.482.240	2.574.423	2.476.559
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(1.211.484)	(1.011.373)	(2.221.565)	(1.768.067)
Variação no valor justo do ativo biológico	11	(13.159)	(81.400)	(13.159)	(81.400)
Lucro bruto		159.695	389.467	339.699	627.092
Despesas com vendas	27	(87.000)	(73.571)	(158.181)	(125.024)
Despesas gerais e administrativas	27	(61.221)	(51.194)	(67.229)	(64.288)
Outras receitas (despesas), líquidas	28	69.806	(3.653)	94.434	(3.358)
Resultado de equivalência patrimonial		45.892	83.752	-	-
Despesas operacionais		(32.523)	(44.666)	(130.976)	(192.670)
Lucro antes do resultado financeiro		127.172	344.801	208.723	434.422
Despesas financeiras	29	(329.002)	(216.764)	(699.230)	(511.932)
Receitas financeiras	29	157.409	105.259	375.340	301.142
Resultado financeiro		(171.593)	(111.505)	(323.890)	(210.790)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(44.421)	233.296	(115.167)	223.632
IR e CS					
Correntes	13	-	(44.434)	-	(49.887)
Diferidos	13	84.716	53.941	155.462	69.058
Lucro líquido do exercício		40.295	242.803	40.295	242.803
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	24 (b)	0,0879	0,5298	0,0879	0,5298

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangentes Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		40.295	242.803
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:			
Hedge accounting, líquido dos efeitos tributários	24 (e)	(21.807)	(10.747)
Total do resultado abrangente do exercício		18.488	232.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços		1.596.126	1.620.809	2.887.317	2.679.258
Variação no valor justo dos ativos biológicos	11.2	(13.159)	(81.400)	(13.736)	(81.400)
Receitas relativas a construção de ativos próprios		84.332	96.258	714.442	759.404
Outras receitas		1.533	1.942	1.548	1.947
		1.668.832	1.637.609	3.589.571	3.359.209
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(746.575)	(628.865)	(1.923.573)	(1.740.261)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(320.013)	(255.557)	(760.398)	(637.826)
Outras despesas		55.852	(9.906)	25.077	(29.349)
		(1.010.736)	(894.328)	(2.658.894)	(2.407.436)
Valor adicionado bruto		658.096	743.281	930.677	951.773
Depreciação, amortização, exaustão		(286.858)	(280.989)	(326.696)	(296.115)
Valor adicionado líquido produzido		371.238	462.292	603.981	655.658
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	14	45.892	83.752	-	-
Receitas financeiras	28	157.409	105.259	375.340	301.142
Outros		93	107	3.364	107
		203.394	189.118	378.704	301.249
Valor adicionado total a distribuir		574.632	651.410	982.685	956.907
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal - remuneração direta		(97.139)	(77.748)	(161.590)	(108.573)
Pessoal - benefícios		(27.496)	(21.012)	(40.659)	(25.638)
Pessoal - FGTS		(7.812)	(5.784)	(12.594)	(7.695)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(17.047)	(53.746)	23.200	(6.440)
Estaduais		(55.658)	(32.866)	(73.311)	(55.391)
Municipais		(172)	(142)	11.359	1.400
Juros e demais despesas financeiras	28	(329.002)	(216.764)	(699.230)	(511.932)
Outras		(12)	(545)	10.435	165
Juros sobre capital próprio	24 (c)	-	(31.389)	-	(31.389)
Dividendos	23 (c)	-	(50)	-	(50)
Lucro retido no exercício		(40.295)	(211.364)	(40.295)	(211.364)
Valor adicionado distribuído		(574.632)	(651.410)	(982.685)	(956.907)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023 (Reapresentado- Nota 2.2)	Consolidado 2024	Consolidado 2023 (Reapresentado- Nota 2.2)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(44.421)	233.296	(115.167)	223.632
Ajustes de:					
Variação no valor justo do ativo biológico	27	13.159	81.400	13.159	81.400
Variação do valor justo do produto agrícola		(5)	796	(5)	796
Amortização de tratos (ativo biológico colhido)	27	181.197	107.257	181.197	107.257
Provisão para pagamento de aval		444	572	3.296	1.004
Depreciação e amortização	27	284.575	278.396	319.366	293.522
Resultado líquido de venda/ baixa de ativo imobilizado	30 (a)	(4.087)	(1.328)	(5.583)	(1.328)
Instrumentos financeiros derivativos	30 (c)	5.380	(6.822)	46.773	39.687
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações, líquidas	30 (c)	146.341	81.675	284.565	199.837
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar e a receber	29 / 30 (c)	58.601	64.805	63.748	73.517
Atualização de depósitos judiciais		17	(122)	(1.045)	(250)
Provisão de premiação aos colaboradores (ILP e PPAR)		4.331	16.110	6.518	18.644
Provisão para contingências	22	7.666	5.034	255	5.739
Provisão para obsolescência	8	502	1.017	310	1.017
Reconhecimento e correções de créditos tributários (Pis/Cofins/Presumido IPI)		955	(10)	7.919	(3.721)
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	14	(45.892)	(83.752)	-	-
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	27	165	6.912	165	10.385
		608.929	785.236	805.472	1.051.138
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		(17.652)	20.253	2.869	41.363
Estoques		(47.631)	79.777	(109.484)	(139.510)
Ativo biológico		(110.841)	(170.516)	(109.291)	(170.516)
Tributos a recuperar		(1.517)	(42.846)	(226.339)	(199.229)
Depósitos judiciais		1.124	2.554	(2.291)	2.409
Outros ativos		1.141	(3.579)	(28.195)	(49.592)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		88.834	6.168	76.931	42.533
Salários e encargos sociais		(5.899)	(15.390)	(2.344)	(14.206)
Tributos a recolher		23.144	5.657	15.429	18.753
Pagamento de contingências		(13.821)	(10.157)	(12.339)	(11.019)
Adiantamentos de clientes		850.959	-	887.377	-
Outros passivos		3	1.284	(2.489)	(3.682)
Caixa gerado pelas operações		1.378.773	498.887	1.295.306	404.648
Encargos financeiros pagos	30 (c)	(103.517)	(64.928)	(194.179)	(177.733)
Encargos financeiros pagos - arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	30 (c)	(50.240)	(48.419)	(54.843)	(55.849)
IR e CS pagos		-	(20.537)	-	(32.549)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.224.088	528.797	1.045.356	302.311
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras	30 (c)	4.441	(8.695)	(11.884)	(8.695)
Recebimento de arrendamento		10.270	10.675	10.270	10.675
Dividendos recebidos	7 (c)	10.415	-	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos	7 (c)	15.399	6.341	-	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	30 (a)	13.432	1.883	15.619	1.883
Aporte de capital em controlada	14	(650.000)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível (incluí cana planta)	30 (b)	(245.481)	(173.361)	(435.121)	(704.595)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(841.524)	(163.157)	(421.116)	(700.642)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos - captações	30 (c)	466.057	200.000	466.057	200.000
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	30 (c)	(147.259)	(48.837)	(237.873)	(58.326)
Debêntures - captações	30 (c)	350.000	-	350.000	950.000
Debêntures - pagamentos	30 (c)	(137.585)	(115.048)	(137.585)	(249.041)
Arrendamentos e parcerias a pagar - pagamentos	30 (c)	(118.368)	(116.243)	(122.905)	(120.914)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	30 (c)	(23.034)	(7.471)	(93.541)	(60.865)
Juros sobre capital próprio pagos	24 (c) / 30 (c)	(26.678)	(23.335)	(26.678)	(23.335)
Dividendos pagos	24 (c) / 30 (c)	(52)	-	(52)	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		13.081	239.066	(152.577)	637.519
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		396.573	440.912	472.591	75.394
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	785.282	344.370	1.219.772	1.144.378
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	1.181.855	785.282	1.692.363	1.219.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Cerradinho Bioenergia S.A. (a "Companhia") foi constituída em 18/09/2006 e está sediada no município de Chapadão do Céu/GO, tendo como controladora final a Cerradinho Participações S.A. ("Controladora"). A Companhia tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana de açúcar, a produção e comercialização de etanol hidratado carburante e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana de açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamentos e parcerias agrícola, a qual é utilizada como matéria prima em seu processo produtivo. A Companhia possui capacidade, por safra, de moagem de 6,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e capacidade instalada de produção de 515 mil m3 de etanol e de geração de 160 MW de energia elétrica, visando atender ao mercado interno. A Companhia detém 100% de participação no capital social da Neomille S.A. (doravante denominada "Controlada" e, em conjunto com a Companhia, "Grupo"). O Grupo Cerradinho como um todo, controlado pela Cerradinho Participações S.A., possui também outras partes relacionadas que fazem parte do mesmo grupo econômico, dentre elas Cerradinho Logística Ltda., Cerradinho Terras Ltda. e W7 Energia Ltda., com as quais a Companhia e sua controlada realizam transações e possuem saldos em aberto, conforme divulgado na Nota 7. A Controlada tem como atividade preponderante a produção de etanol de milho e DDG ("*Distillers Dried Grain*") para alimentação animal. A Controlada está situada no município de Chapadão do Céu, ao lado do parque industrial da Companhia, garantindo a proximidade das suas instalações industriais com a região produtora de matéria-prima (milho). Em abril de 2023, após conclusão do projeto de expansão e obtenção de licenças regulatórias, a Controlada deu início a produção de etanol anidro. Levando-se em consideração essas expansões, a controlada passou a capacidade de moagem anual de 820 mil para 1.428 mil toneladas de milho, produção de 386 mil para 620 mil m3 de etanol, de 238 mil para 414 mil toneladas de DDG ("*Distillers Dried Grain*") e de 11 mil para 19 mil toneladas de óleo. Do total de produção de 620 mil m3 de etanol, 562 mil m3 podem ser transformados em álcool anidro, para atender ao mercado interno ou externo. Em janeiro de 2024, após conclusão das obras e autorização de produção da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Controlada deu início ao processamento de milho e consequente produção de etanol e seus respectivos coprodutos na planta industrial localizada município de Maracaju - MS. A referida unidade, que teve investimento total de cerca de R$ 1.080.000, está operando a primeira fase do projeto, que possui capacidade de moagem anual de 608 mil toneladas de milho, produção de 266 mil m3 de etanol, de 161 mil toneladas de DDG ("*Distillers Dried Grain*"), de 10 mil toneladas de óleo e 51 GWh de energia. Grande parte da produção de etanol da Companhia e de sua controlada são escoados por meio de transporte ferroviário, contratados junto a terceiros, utilizando terminal logístico da Cerradinho Logística Ltda. (parte relacionada do Grupo), correspondendo a 66,6% do volume total comercializado até 31 de março de 2024 - safra 2023-2024 (75% - no mesmo período da safra 2022-2023). O Grupo tem capacidade de estocagem de 310 mil m3 de etanol e historicamente vende parte substancial da produção no final da safra, com objetivo de aproveitar os melhores preços do mercado. O exercício social do Grupo compreende o período de doze meses iniciado em 1º/04 de cada ano até 31/03 do ano seguinte, coincidente com o ciclo de produção (safra) da cana-de-açúcar da região Sudeste do Brasil, principal matéria-prima utilizada na produção do etanol pela Companhia. Na região Centro-Oeste do Brasil, onde localiza-se as instalações industriais da Companhia, a colheita e processamento industrial inicia-se em fevereiro e se encerra em meados de dezembro de cada ano. A partir de dezembro até meados de fevereiro do ano subsequente, antes da retomada da colheita, corresponde ao período denominado de entressafra. **1.2 Incentivo do ICMS outorgado pelo Estado de Goiás** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito outorgado, com redução parcial até 2032. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização do Etanol Anidro Carburante e é calculado sobre o volume em "litros" multiplicado pelo valor fixo de R$0,44/litro. A utilização do benefício está condicionada ao saldo devedor de ICMS a recolher após a aplicação do benefício fiscal do Produzir (Nota 34). O valor do incentivo apurado no exercício é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 26), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recuperar". **1.3 Incentivos fiscais de Maracaju - MS** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito presumido, com redução parcial até 2032 firmado através de TARE com a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização dos produtos Etanol Anidro Carburante, Etanol Hidratado Carburante, DDG, WDG e Óleo de milho. O benefício sobre o Etanol Anidro Carburante é calculado sobre o volume em "litros" multiplicado pelo valor fixo de R$0,63/litro, o Etanol Hidratado Carburante é aplicado o percentual de 9,8% sobre o valor da operação, o DDG e WDG é aplicado o percentual de 75% sobre o valor do ICMS devido na operação e o Óleo de milho é aplicado o percentual de 58% sobre o valor do ICMS devido na operação. A utilização do benefício do Etanol Anidro Carburante está condicionada ao saldo devedor de ICMS e dos demais produtos ao ICMS destacado na operação. Os valores dos incentivos apurados no exercício são registrados na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 26), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recuperar" para o Etanol Anidro Carburante e "Tributos a recolher" para os demais produtos. **1.4 Investimentos para implantação de fábrica de açúcar VHP** Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 07/07/2023, foi aprovado investimento de R$ 289.000 destinado à implantação de uma fábrica de açúcar VHP, que será instalada no parque industrial da Companhia em Chapadão do Céu/GO, com capacidade de produção de até 330 mil toneladas de açúcar por safra. As obras foram iniciadas em setembro de 2023, tendo sido investidos aproximadamente R$ 119.000 até 31/03/2024. O início da produção de açúcar VHP está previsto para o primeiro semestre de 2024. **1.5 Conflito entre Rússia e Ucrânia** Em 24/02/2022, foi iniciada guerra entre Rússia e Ucrânia. As sanções e embargos econômicos feitos por outros países à Rússia e Belarus podem afetar a cadeia de suprimentos da Companhia, uma vez que Rússia e Belarus constam entre os principais países fornecedores de fertilizantes NPK: nitrogenados (N), fosfatados (P) e de potássio (K), sendo o Brasil altamente dependente de importações desses países. A Companhia não teve impactos relevantes no fornecimento dos fertilizantes utilizados na produção de cana-de-açúcar. A Companhia continua monitorando o fornecimento, mesmo entendendo que a situação já tenha sido normalizada. **1.6 Impactos relacionados às mudanças climáticas** A Companhia é agente da Política Nacional de Biocombustível ("RenovaBio") produzindo biocombustíveis (etanol, energia elétrica e outros) com potencial para substituir combustíveis fósseis. Nesse sentido, os efeitos positivos em relação às mudanças climáticas, estão intrínsecos na própria operação. Adicionalmente, a Companhia concentra esforços em realizar sua produção de forma ambientalmente eficiente. Como destaque, vale mencionar o fator de emissão de CBIOs obtido pela Controladora, que ocupa a 7ª melhor nota entre 266 unidades produtoras de EHC participantes do programa RenovaBio, em nível nacional. A Controlada persegue incessantemente a melhora no referido indicador, para o qual possui a meta de aumentar em 150% até o final da safra 2027. Neste contexto, trabalha na construção de cadeia de custódia do milho, buscando demonstrar que sua originação decorre de áreas ambientalmente adequadas e que, tanto o plantio quanto a colheita, seguem boas práticas agronômicas e ambientais. A produção da cana-de-açúcar e a disponibilidade da matéria-prima milho, principais matérias-primas do processo produtivo, estão sujeitas a riscos relacionados ao clima e às mudanças climáticas. **1.7 Reforma Tributária sobre o consumo** Promulgada em 20/12/2023 a Proposta de Emenda à Constituição ("PEC") nº 45/2019, que estabelece a denominada Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo que traz como principal objetivo a simplificação e transparência do atual sistema tributário brasileiro. De acordo com o texto preliminar da Reforma, o modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, no âmbito estadual e municipal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), no âmbito federal, o Programa de Integração Social PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Está também previsto ser criado o Imposto Seletivo ("IS") pelo qual o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será substituído. O IS incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar. Está previsto que a regulamentação da PEC será através de Leis Complementares, porém a expectativa é que a alíquota média do futuro IVA fique na casa de 27%. De acordo com o texto preliminar da reforma tributária, terá uma alíquota padrão, uma alíquota reduzida e isenções para alguns produtos e serviços. Conforme prevê o texto preliminar, haverá um período de transição entre 2026 e 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. A Companhia tem acompanhado desde o início da tramitação da PEC na Câmara dos Deputados e participado de fóruns de discussões sobre os temas relacionados as atividades econômicas do grupo, porém, os possíveis impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/03/2024. **1.8 Alterações na tributação de combustíveis Mudanças trazidas pela Lei Complementar 194 de 23/06/2022** Publicada no diário oficial extraordinário no dia 23/06/2022, a Lei Complementar n° 194 (LC 194) trouxe alguns impactos na questão tributária dos combustíveis, alterando impostos e contribuições como ICMS, PIS, COFINS e CIDE, com consequente efeito na redução de preço dos referidos produtos, que esteve em vigor no período de 23/06 a 31/12/2022. A Medida Provisória 1.157 publicada no diário oficial extraordinário de 1°/01/2023, prorrogou, até 28/02/2023, os efeitos da Lei Complementar n° 194 para as contribuições ao PIS e a COFINS, mantendo reduzidas a zero as alíquotas dessas contribuições incidentes sobre as operações realizadas com biocombustíveis e combustíveis fosseis. **Mudanças trazidas pela Emenda Constitucional 123 de 14/07/2022** Publicada no diário oficial extraordinário no dia 14/07/2022, a Emenda Constitucional 123 estabeleceu o regime fiscal diferenciado para os biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis, através dos impostos e contribuições como ICMS, PIS, COFINS. Com o advento da referida Emenda, o ICMS praticado no estado de Goiás para o EHC sofreu uma redução de alíquota de 17%, estabelecido pela LC 194 (como detalhado no tópico (a)) para 14,17%, e para a Gasolina a redução de 25% para 17%, gerando uma consequente redução no valor de comercialização dos referidos produtos. Já as alíquotas dos demais impostos e contribuições incidentes sobre o EHC e a Gasolina, não sofreram alterações em relação àquelas estabelecidas pela LC 194. Com o advento da referida Emenda, as contribuições para PIS e COFINS foram reduzidas a zero até 31/12/2022. **Efeitos da Medida Provisória 1.157, de 1°/01/2023** A Medida Provisória 1.157 publicada no diário oficial extraordinário de 1°/01/2023, prorrogou, até 28/02/2023, os efeitos da Lei Complementar n° 194 para PIS e COFINS, mantendo reduzidas a zero as alíquotas dessas contribuições incidentes sobre as operações realizadas com biocombustíveis e combustíveis fosseis, não havendo previsão de compensação financeira por parte do Governo Federal às empresas produtoras dos referidos combustíveis. **Efeitos da Medida Provisória 1.163, de 1°/03/2023** Publicada no diário oficial no dia 1º/03/2023, a Medida Provisória nº 1.163 reestabeleceu parcialmente a tributação das contribuições de PIS e COFINS dos combustíveis gasolina e etanol até 28/06/2023, R$ 470 por m³ e R$ 20 por m³ respectivamente. **Consequências dessas mudanças no preço do álcool carburante (EHC)** A MP 1.163/2023 de 01 de março de 2023 reestabeleceu parcialmente a tributação das contribuições para o PIS e COFINS de R$ 3,60 por m³ e R$ 16,40 por m³ respectivamente, e a partir de 29/06/2023 a IN 2.154/2023 reestabeleceu integralmente a tributação das contribuições em níveis vigentes até 30 de junho de 2022, à R$ 130,90 por m³, conforme demonstrado no quadro "Resumo comparativo dos efeitos que impactaram os períodos demonstrados", a seguir. **Alterações nas alíquotas de ICMS para gasolina e etanol anidro** Publicado no Diário Oficial da União no dia 6/04/2023 o convênio nº15 de 31/03/2023, dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022, a partir de 1°/06/2023. As alíquotas do ICMS ficam instituídas e fixadas, nos termos do inciso IV do § 4º do art.155 da Constituição Federal, em R$ 1,22 por litro, para a gasolina e etanol anidro combustível. **Resumo comparativo dos efeitos que impactaram os períodos demonstrados** As alterações na tributação do Etanol Hidratado Carburante (EHC), estão demostradas a seguir:

Imposto/Contribuição	Abrangência	Período de vigência	Fator	Tributação
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	130,9
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	De julho/22 a fevereiro/23	[R$ M³]	-
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	De março/23 a 28 de junho/23	[R$ M³]	20,0
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	130,9
ICMS HIDRATADO | ANIDRO	Goiás	Até junho/22	[%]	25%
ICMS HIDRATADO | ANIDRO	Goiás	De julho/22 a fevereiro/23	[%]	17%
ICMS HIDRATADO	Goiás	Após fevereiro/23	[%]	14,17%
ICMS ANIDRO	Goiás	De fevereiro/23 a junho/23	[%]	14,17%
ICMS ANIDRO	Goiás	Após junho/23	[R$ M³]	122,0

Já as alterações na tributação da Gasolina, estão demonstradas a seguir:

Imposto/ Contribuição	Abrangência	Período de vigência	Fator	Tributação
PIS/COFINS	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	792,5
PIS/COFINS	Federal	De julho/22 a fevereiro/23	[R$ M³]	-
PIS/COFINS	Federal	De março/23 a 28 de junho/23	[R$ M³]	470,0
PIS/COFINS	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	792,5
ICMS	Goiás	Até junho/22	[%]	30%
ICMS	Goiás	Após junho/22	[%]	18%
CIDE	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	100,0
CIDE	Federal	De julho/22 a 28 de junho/23	[R$ M³]	-
CIDE	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	100,0

Últimas alterações na tributação dos combustíveis gasolina e etanol anidro Publicado no Diário Oficial da União no dia 26/10/2023 o convênio ICMS nº 173 de 20/10/2023, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022. A partir de 1°/02/2024, as alíquotas do ICMS ficam instituídas e fixadas, nos termos do inciso IV do § 4º do art. 155 da Constituição Federal, passando dos atuais R$ 1,22 para R$ 1,3721 por litro, para a gasolina e etanol anidro combustível. Os efeitos supracitados representarão melhora em relação ao cenário de preços, resultando em uma expectativa de aumento direto nos preços praticados pela venda de gasolina, com consequente impacto no valor de comercialização do álcool hidratado carburante e anidro pelo Grupo. **1.9 Temas tributários emergentes Alterações na tributação de subvenções governamentais (Lei 14.789/23)** Publicada no Diário Oficial da União, no dia 29/12/2023, a Lei n°. 14.789, que tem como objetivo revogar a não tributação das subvenções para investimentos (tratada no artigo 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, a partir de 1º/01/2024, não será mais permitida a exclusão do referido benefício das bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A nova lei também institui um novo crédito fiscal de 25% sobre a base das subvenções concedidas, com algumas condições para habilitação e utilização, possibilitando a compensação com outros tributos devidos, ou mesmo, ressarcimento financeiro. A habilitação estipulada pela lei, será a confirmação e enquadramento dos benefícios fiscais como subvenção para investimento. A utilização do novo crédito fiscal será possível apenas após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF") do exercício. Remanescendo saldo de crédito fiscal, haverá possibilidade de ressarcimento financeiro, em vinte e quatro meses após a entrega da referida ECF. Com o advento das alterações, levando-se em consideração que a administração do Grupo entende que deverá ocorrer a habilitação do incentivo fiscal de ICMS para fins de utilizar o novo crédito fiscal de 25% sobre as subvenções usufruídas, estima-se um aumento da carga tributária de cerca de 18,25% do valor das subvenções usufruídas, uma vez que passará a ser tributada pelas seguintes Contribuições: CSLL – Social sobre o Lucro Líquido; PIS – Plano de Integração Social e COFINS – Financiamento da Seguridade Social. Na safra 2023/24, a referida mudança trazida pela Lei nº 14.789/23, gerou impactos de R$5.621 no resultado da controladora e R$ 21.409 na controlada. **Alterações em relação à constituição de reservas de incentivos fiscais** O artigo 16º da Lei n° 14.789/23 mantém inalterado, até 31/12/2023, o tratamento para constituição das reservas de incentivos constituídas no patrimônio líquido, a que se refere o artigo 195°-A da Lei nº 6.404/ 76, em razão da aplicação do disposto no artigo 30° da Lei nº 12.973/14, ou no artigo 38° do Decreto-Lei nº°1.598/ 77. Contudo, a partir de 1°/01/2024, com a revogação do artigo 30° da Lei nº 12.973/14, o Grupo deixou de constituir novos saldos de reservas de incentivos no patrimônio líquido, uma vez que as receitas de subvenção para investimentos deixaram de compor a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. **Alterações na determinação da parcela dedutível dos juros sobre o capital próprio** O artigo 18º da Lei n° 14.789/23, alterou o artigo 9º da Lei n° 9.249/95 que trata sobre o instituto dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Os JCP constituem uma

continua...

Continuação... **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

forma de remuneração aos sócios das sociedades empresárias em virtude do capital investido na pessoa jurídica. A lei tributária permite a dedução na base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos eventuais valores pagos ou creditados aos titulares, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio. Os Juros sobre Capital Próprio são calculados sobre contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de 1º/01/2024, passaram a ser consideradas as seguintes contas do patrimônio líquido para cálculo do JCP: (i) capital social integralizado (redação anterior: capital social); (ii) reservas de capital formadas na subscrição de ações (redação anterior: reservas de capital); (iii) reservas de lucros, exceto a reserva de incentivo fiscal (redação anterior: reservas de lucros); (iv) ações em tesouraria; e (v) lucros ou prejuízos acumulados (redação anterior: prejuízos acumulados). Ademais, a nova Lei também prevê que as variações positivas no patrimônio líquido decorrentes de atos societários entre partes dependentes não serão consideradas no cálculo dos juros sobre capital próprio, caso não envolvam efetivo ingresso de ativos no patrimônio da pessoa jurídica, de forma definitiva e independentemente do previsto nas normas contábeis vigentes. **1.10 Alteração da política de preços de combustíveis pela Petrobrás** Em 15/05/2023 a Diretoria Executiva da Petrobras alterou sua estratégia comercial para definição de preços de diesel e gasolina, encerrando a subordinação dos valores ao preço de paridade de importação e passando a ter como referências de mercado o custo alternativo do cliente como prioridade e o valor marginal para a Petrobras. Desde então, os ajustes feitos pela Petrobras resultaram em redução dos preços praticados pela mesma na venda da gasolina, independente da paridade com os preços internacionais, trazendo impacto direto no valor de comercialização do álcool hidratado carburante pelo Grupo. **2. Resumo das políticas contábeis materiais 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas do Grupo referentes ao exercício findo em 31/03/2024 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de seleção das práticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, refere-se aos diretores eleitos e designados no estatuto social. Essas demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração em 12/06/2024, tendo sido aprovada sua emissão. **2.2 Reapresentação das cifras comparativas** A administração da Companhia está reapresentando estas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/03/2023 para corrigir os efeitos contábeis que foram identificados após a revisão da aplicação de sua política contábil relacionada ao reconhecimento contábil dos gastos de manutenção de entressafra, considerando a avaliação detalhada das características dos referidos gastos, à luz das normas contábeis vigentes. Nesse sentido, a Companhia conclui que se trata de gastos, cujo benefício econômico é inferior a 12 meses, incorridos em períodos em que há considerável redução em sua produção, sendo essenciais para que as operações industriais tenham eficiência na safra subsequente. Portanto, tais gastos de entressafra, no atual entendimento da Companhia, referem-se à custos indiretos de produção de natureza fixa, passando a ser inicialmente registrados na rubrica Estoques e incorporados ao custo na proporção da produção da safra subsequente. Os ajustes, atendendo aos requisitos do CPC 23/ IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, estão adequadamente corrigidos e contemplados nestas demonstrações financeiras e correspondem exclusivamente a reclassificação da apresentação dos saldos no Balanço Patrimonial e dos gastos realizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, não havendo impactos no patrimônio líquido e no resultado do exercício, tendo produzido os seguintes ajustes em relação aos valores apresentados anteriormente:

• Balanço patrimonial em 31/03/2023:

Controladora - Total de ativos	Originalmente apresentado	Impactos - Reclassificação dos gastos de entressafra	Reapresentado
Circulante			
Estoques	113.532	81.897	195.429
Demais rubricas do ativo circulante	1.099.795	-	1.099.795
Total do ativo circulante	1.213.327	81.897	1.295.224
Não circulante			
Imobilizado	900.768	(81.897)	818.871
Demais rubricas do ativo não circulante	1.232.115	-	1.232.115
Total do ativo não circulante	2.132.883	(81.897)	2.050.986
Total do ativo	3.346.210	-	3.346.210

Consolidado - Total de ativos	Originalmente apresentado	Impactos - Reclassificação dos gastos de entressafra	Reapresentado
Circulante			
Estoques	511.801	81.897	593.698
Demais rubricas do ativo circulante	1.704.586	-	1.704.586
Total do ativo circulante	2.216.387	81.897	2.298.284
Não circulante			
Imobilizado	2.042.588	(81.897)	1.960.691
Demais rubricas do ativo não circulante	1.049.605	-	1.049.605
Total do ativo não circulante	3.092.193	(81.897)	3.010.296
Total do ativo	5.308.580	-	5.308.580

• Demonstração dos fluxos de caixa em 31/03/2023:

Controladora	Originalmente apresentado	Impactos - Reclassificação dos gastos de entressafra	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	233.296	-	233.296
Ajustes de reconciliação do resultado:	551.940	-	551.940
	785.236	-	785.236
Redução (aumento) dos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	2.120	81.897	84.017
Redução dos demais ativos operacionais	(194.134)	-	(194.134)
Redução dos passivos operacionais	(146.322)	-	(146.322)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	446.900	81.897	528.797
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível (inclui canaviais)	(255.258)	(81.897)	(337.155)
Outros valores gerados pelas atividades de investimentos	10.204	-	10.204
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(245.054)	(81.897)	(326.951)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	239.066	-	239.066
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	440.912	-	440.912
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	344.370	-	344.370
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	785.282	-	785.282

Consolidado	Originalmente apresentado	Impactos - Reclassificação dos gastos de entressafra	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	223.632	-	223.632
Ajustes de reconciliação do resultado:	827.506	-	827.506
	1.051.138	-	1.051.138
Redução dos ativos e passivos operacionais:			
Estoques	(303.304)	81.897	(385.201)
Redução dos demais ativos operacionais	(375.565)	-	(375.565)
Redução dos passivos operacionais	(233.752)	-	(233.752)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	138.517	81.897	56.620
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível (inclui canaviais)	(704.505)	(81.897)	(622.608)
Outros valores gerados pelas atividades de investimentos	3.863	-	3.863
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(700.642)	(81.897)	(618.745)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	637.519	-	637.519
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	75.394	-	75.394
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.144.378	-	1.144.378
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.219.772	-	1.219.772

2.3 Demonstração do valor adicionado – DVA A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.4 Conversão em moeda estrangeira (a) Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos** As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 28). **2.5 Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possuem vencimentos diversos, no entanto, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.6 Ativos financeiros 2.6.1 Classificação** O Grupo classifica seus ativos financeiros com base em modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. O reconhecimento inicial dos ativos financeiros com os quais o Grupo opera são classificados entre custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. **(a) Custo amortizado** Os ativos classificados nessa categoria possuem as seguintes características: - O ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e - Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e/ou de juros sobre o valor principal não liquidado. **(b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: - Mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(c) Valor justo por meio do resultado** No reconhecimento inicial, o Grupo classifica um ativo ou passivo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, o que garante a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração** O Grupo reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando eles se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecê-lo pela primeira vez o Grupo classifica-o, tendo por base as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado; e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de derivativos designados como *hedge accounting*, conforme descrito na Nota 2.15. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurados ao custo amortizado. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. **(a) Desreconhecimento de ativo financeiro** Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. **(b) Desreconhecimento de passivo financeiro** O Grupo baixa o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. **2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando e somente quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*** O Grupo avalia no reconhecimento de cada ativo e reavalia ao final de cada balanço se existe perda de crédito esperada e/ou incorrida. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* leva em consideração um modelo híbrido de perdas de crédito esperadas e incorrida. Conforme divulgado na Nota 4.1(b), considerando o baixo risco de crédito decorrente de suas vendas e saldos no contas a receber, a administração concluiu que não há provisão a ser reconhecida considerando o critério de perdas esperadas. **2.7 Contas a receber** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. São registradas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos quando julgado necessário pela administração do Grupo, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8 Estoques** Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras e da produção, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. O custo de produção industrial compreende a amortização do valor justo dos ativos biológicos (Nota 2.9) da Companhia ou o custo de aquisição do milho da Controlada, custos de depreciação dos bens do ativo imobilizado (incluindo a lavoura de cana-de-açúcar e os gastos com a manutenção das instalações industriais no período de entressafra) e do direito de uso dos contratos que contêm arrendamento, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos relacionados, consumidos/incorridos no processo de produção. O custo de produção de co-produtos de milho da Controlada e de energia da Companhia compreendem, exclusivamente, os gastos adicionais relacionados diretamente com a sua produção/geração, não havendo absorção de custos relacionados ao consumo de sua principal matéria-prima. Gastos de manutenção de entressafra, cujo efeito na vida útil dos bens do ativo imobilizado não seja superior a um período safra, correspondente a 1 ano, são inicialmente reconhecidos nos estoques e totalmente amortizados como componente do custo de produção da safra subsequente, na proporção da quantidade produzida em relação a produção total estimada. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas em montante considerado suficiente pela administração do Grupo para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **2.9 Direito de uso e arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** O Grupo adota o IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização dos arrendamentos e parcerias agrícolas nas demonstrações financeiras dos arrendatários/parceiros outorgados, de modo que reconheçam os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo contemplados nos contratos de arrendamento mercantil e parcerias agrícolas. Para contratos de baixo valor (computadores, equipamentos de informática e telefonia em geral) e/ou com vigência até 12 meses, não foram reconhecidos ativos e passivos, sendo as contraprestações reconhecidas como despesa diretamente no resultado. O Grupo reconhece ativos e passivos para seus contratos relacionados a arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de veículos e implementos, embora os contratos de parcerias agrícolas apresentem natureza jurídica diversa aos arrendamentos (Notas 16 e 18). Os custos/despesas referentes a esses contratos são classificados como custos/despesa de depreciação do direito de uso (conforme período de vigência dos contratos) e despesa financeira da parcela correspondente à atualização do valor presente dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas. Adicionalmente, parcela dos contratos de arrendamento foram subarrendados, para os quais o direito de uso da terra, foi transferido para um terceiro, tendo o passivo de arrendamento, reconhecido contra um ativo de arrendamento (arrendamentos a receber) (Notas 10 e 18 (a)). Foi adotada a abordagem retrospectiva modificada na adoção inicial (1º/04/2019), com base na qual o passivo foi reconhecido pelos saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados por meio de taxas de empréstimos incrementais que variam de acordo com o prazo de vencimento dos contratos. Tais taxas são revisadas apenas por ocasião do reconhecimento de novos contratos. (Nota 18). Na data de adoção inicial, o direito de uso sobre os ativos arrendados foi reconhecido pelo mesmo valor do passivo de arrendamento, conforme método simplificado permitido pela norma. **2.10 Ativos biológicos e produtos agrícolas** Os ativos biológicos correspondem à lavoura de cana-de-açúcar em desenvolvimento (planta portadora), que irão gerar a matéria-prima a ser utilizada na produção de etanol imediatamente após sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, o qual é determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base nas premissas mencionadas na Nota 3.1(a). A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente. O valor justo da cana-de-açúcar determinado ao final de cada trimestre passa a ser o custo da matéria-prima colhida e utilizada no processo produtivo de etanol no trimestre subsequente. A previsão de toneladas de cana-de-açúcar a serem colhidas, utilizada na avaliação, é determinada em função da estimativa de produtividade de cada corte. **2.11 Imobilizado** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis (aqueles que demoram mais de um ano para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendidos), os custos de empréstimos capitalizados, conforme descrito na nota 2.13. Tais imobilizações são classificadas em categorias específicas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação de todos os ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido e é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento, que não sofrem depreciações). A depreciação dos bens do ativo imobilizado, com exceção da planta portadora, como detalhado a seguir, é calculada com base no método linear. A planta portadora compreende os gastos de plantio do canavial até sua formação e são classificados no grupo de imobilizado. Sua depreciação é calculada com base na estimativa de produção no decorrer de sua vida útil econômica até a sua erradicação, proporcional à estimativa de produção a cada corte das lavouras. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que impliquem em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são incorporados ao custo histórico do bem. Conforme mencionado na Nota 2.8, os gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos no estoque e amortizados no custo de produção da próxima safra. O custo dos itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos no custo de produção da safra em curso ou como despesas, quando realizados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. **2.12 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente a fim de se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando alguma evidência é identificada, o valor recuperável é calculado e, caso haja perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativo para o qual exista fluxo de caixa identificáveis separadamente. **2.13 Custo de empréstimos** Os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, com exceção daqueles diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de ativos qualificáveis, os quais levem, necessariamente, um período substancial (acima de um ano) para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Após o início da utilização de tais ativos, o custo dos empréstimos diretamente atribuíveis à sua aquisição e/ou construção são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos com empréstimos que forem diretamente atribuíveis à aquisição de ativos não qualificáveis são também reconhecidos no custo de produção da safra em curso ou no resultado do exercício em que são incorridos. **2.14 Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. O Grupo reconhece suas contas a pagar a fornecedores no passivo circulante, em razão do pagamento ser devido em até um ano, ao valor da fatura correspondente, acrescido de provisão para ajuste do preço da cana. As contas a pagar a fornecedores de cana de açúcar adquirida são determinadas com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR (conforme estimativa mensal do nível médio apurado segundo padrões definidos pelo CONSECANA) e remensurado ao final de cada safra, conforme o índice oficial divulgado pelo CONSECANA, para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. **2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures** Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado ou no custo dos ativos qualificáveis (Nota 2.11) durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no passivo não circulante. **2.16 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*** Os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações lançadas contra o resultado, com exceção dos derivativos designados como *hedge accounting*. O Grupo adota *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para seus contratos de *swap* de taxas de juros atrelados a contratos de empréstimo e financiamento e debêntures. A relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, possui como objetivo a gestão de risco, alinhada a estratégia para a realização de operações de *hedge* do Grupo. A partir de 1º de julho de 2023, em decorrência das deliberações sobre o projeto de construção da fábrica de açúcar VHP, a Companhia passou a adotar a designação de *hedge accounting* de fluxo de caixa também para os contratos *Non-delivery-forwards* ("*NDFs*") de açúcar e moeda fixados junto às instituições financeiras. As referidas operações são designadas para *hedge accounting* pois protegem transações futuras altamente prováveis. As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício, na rubrica "Resultado financeiro". Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Resultado financeiro". No caso dos derivativos designados como *hedge* efetivo de valor justo, a variação no valor justo do derivativo é registrada no resultado do período, sendo adicionalmente realizado lançamento da parcela efetiva do *hedge accounting* redutora do efeito no resultado do período contra o objeto de hedge, no caso, os saldos de empréstimos e financiamentos. A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. **2.17 Tributos a recolher – passivo não circulante** O Grupo mantém registrado no passivo não circulante, o saldo de tributos não recolhidos em que se discute judicialmente sua exigibilidade e/ou sua inconstitucionalidade, aplicando os procedimentos que seguem: a) Em tendo mandado de segurança com liminar favorável, o Grupo cessa o recolhimento do referido tributo e mantém o passivo, com impacto no resultado (nas rubricas contábeis relacionadas à natureza original da cada imposto/contribuição). Os referidos saldos são atualizados com base na variação da taxa SELIC, por se tratar de discussão de interpretação legal, reconhecendo os impactos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos. b) Em eventual trânsito em julgado favorável, o Grupo estorna o saldo contábil dos tributos a recolher que estão registrados no passivo e, em casos de maior complexidade, a Administração se utiliza da opinião de assessores jurídicos na avaliação do tema. c) Em tendo ato de repercussão geral do STF que impacte favoravelmente algum mandado de segurança do Grupo e a norma regulamentar não for atualizada conforme decisão do STF, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, também avalia quanto aplicabilidade ou não de reversão do passivo ao resultado. Tais saldos são apresentados no passivo circulante ou não circulante, considerando a possibilidade ou não do Grupo evitar o pagamento pelos próximos 12 meses em eventual decisão desfavorável. Para os saldos atualmente contabilizados, em eventual decisão desfavorável nos mandados de segurança para o Grupo, será possível aderir a parcelamentos ordinários realizados pela Receita Federal do Brasil, sustentando, portanto, a classificação no passivo não circulante. **2.18 Provisões** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.19 Imposto de renda e Contribuição Social correntes e diferidos** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com os itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, sendo também apresentados líquidos no ativo, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.20 Capital Social** Representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **2.21 Distribuição de dividendos** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.22 Reservas (a) Incentivo fiscal** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2007); essa reserva é constituída com base na transferência da conta de lucros acumulados, das parcelas do incentivo fiscal de ICMS, reconhecidos no resultado do exercício (Nota 2.22 (b)), podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Contudo, a partir de 1º/01/2024, com a revogação do artigo 30º da Lei nº 12.973/14, o Grupo deixou de constituir novos saldos de reservas de incentivos no patrimônio líquido (Nota 1.9). A Companhia, não inclui o incentivo fiscal na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, uma vez que necessitam ser tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social para que possam integrar a base de cálculo da distribuição de dividendos. **(b) Reserva legal** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. O saldo remanescente de lucros é apresentado nas demonstrações financeiras refletindo a proposta da administração a ser submetida a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas (AGO), que também apreciará estas demonstrações financeiras, conforme descrito na Nota 24 (d). **2.23 Reconhecimento da receita de contratos com clientes (a) Receita de contratos com clientes** A receita é reconhecida quando o valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando da transferência de controle dos bens e serviços (etanol, energia, DDG e outras) para o cliente, sua única obrigação de desempenho, por um montante que reflita a contrapartida que o Grupo espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. O reconhecimento de receita dos produtos comercializados pelo Grupo, e, consequentemente, as obrigações de performance, são satisfeitas em momento específico no tempo, conforme conceito previsto pelo CPC 47 / IFRS 15, que geralmente se dá mediante a entrega física e/ou aceite do cliente. **(b) PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).** A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime do lucro real anual e consequentemente está inserida no regime não cumulativo em relação ao imposto PIS (Programa de Integração Social) e da contribuição COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). As alíquotas são de 1,65% para PIS e 7,60% COFINS, a exceção e o Etanol Hidratado Carburante que é tributado por unidade de medida, sendo R$23,38 PIS e R$107,52 COFINS por m³. Embasado nas leis 10.637/2002, 10.833/2003 e nas demais normas que norteiam a apuração do PIS e da COFINS, o Grupo realiza apurações mensais identificando, através dos registros contábeis, as aquisições que geram direito ao crédito, assim como as receitas que geram os débitos. Nesse contexto todo crédito é transitado pelo resultado através da dedução dos custos dos produtos adquiridos, e, em contrapartida, os débitos transitam pelo resultado, reduzindo a rubrica de "Receita de contratos com clientes". No ativo e passivo (tributos a recuperar e tributos a recolher) os saldos a pagar na apuração mensal é compensado com o equivalente e/ou compensação com créditos do período ou saldos acumulados credores. Caso o volume de crédito seja superior ao débito o Grupo passa a controlar o saldo credor em conta no ativo (tributo a recuperar), sendo o saldo classificado entre circulante e não circulante baseado na estimativa de consumo previsto no orçamento do Grupo. **(c) Incentivo fiscal** O incentivo fiscal de ICMS, reconhecido na forma de ativo monetário, é reconhecido no resultado do exercício, de maneira sistemática, observando-se o regime de competência relacionado com as correspondentes despesas incorridas com esses tributos, objeto de compensação desse incentivo, uma vez que vêm sendo cumpridas as obrigações fixadas pelos correspondentes programas e que as condições existentes se referem a fatos sob o controle da administração do Grupo. Consequentemente, a demonstração do resultado do exercício apresenta o encargo dos tributos correspondentes, líquido dos efeitos dos correspondentes incentivos. **2.24 Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.25 Consolidação (a) Demonstrações financeiras consolidadas** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB)). A Companhia prepara suas demonstrações financeiras consolidadas com as demonstrações financeiras de sua Controlada (Nota 1), cuja gestão dos negócios é efetuada em conjunto, pelo mesmo corpo diretivo. Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações com a Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da Controlada são consistentes às políticas adotadas pela Companhia. Informações das demonstrações financeiras da Controlada, incluídas na consolidação, constam na Nota 14. **2.26 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações Alterações adotadas pelo Grupo** Não ocorreram alterações de normas que trouxessem impactos relevantes nas demonstrações financeiras, quando foram adotadas pela primeira vez para o exercício social. **2.27 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** Não há novas normas CPC/IFRS ou interpretações OCPC/ICPC/IFRIC ou normas CVM que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das práticas contábeis. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam maior risco e com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo: **(a) Valor justo dos ativos biológicos** O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 11). O Grupo avalia seus ativos biológicos ao valor justo, conforme orientações do IAS 41/ CPC 29. Essa avaliação considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: (i) área plantada com cana-de-açúcar; (ii) produtividade estimada dos canaviais; (iii) quantidade de ATR - por tonelada de cana-de-açúcar; (iv) preços futuros estimados do ATR; (v) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais); (vi) custo da terra utilizada (arrendamento ou parceria) e de máquinas e equipamentos; (vii) custos correspondentes ao corte, transbordo e transporte da cana-de-açúcar (CTT); (viii) custo de oportunidade dos ativos contributórios, e (ix) taxa de desconto (WACC "*Weighted Average Capital Cost*"). As principais premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 11. O resultado apurado para o valor justo dos ativos biológicos do Grupo pode ser substancialmente diferente do resultado real a ser obtido caso algumas dessas premissas não se confirmem. **(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** O Grupo reconhece passivos fiscais para situações em que há discussão jurídica de que determinados tributos sejam devidos, e, conforme legislação aplicável, atualiza os saldos pela SELIC. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado. Na determinação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, o Grupo avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas que envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria o Grupo a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram revistas as informações e eventualmente trouxer ajustes nos tributos diferidos contabilizados. **(c) Provisão para contingências** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(d) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e os passivos de arrendamentos são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxas de empréstimo incremental do arrendatário. Essa taxa média ponderada de empréstimo incremental envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalente. **3.2 Julgamentos críticos na interpretação de Leis e aplicação das políticas contábeis (a) Contabilização nas operações de vendas dos CBIOs** Os Créditos de Descarbonização - CBIOs definidos pelo programa RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017), são registrados como estoques (Nota 8) e inicialmente mensurados pelo seu valor justo, por serem considerados uma subvenção governamental em linha com o CPC 07 (R1) / IAS 20, considerando o preço de mercado ativo do dia anterior à sua escrituração, líquido das despesas de vendas, em contrapartida ao custo do produto vendido do etanol e, subsequentemente a sua contabilização inicial, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, levando-se em consideração o valor realizável líquido. Quando de sua venda, são levados a resultado impactando as rubricas de vendas de CBIOs (Nota 25) e custo da venda dos CBIOs, momento no qual são tributados, levando-se em consideração entendimento da administração corroborado em parecer de seu consultor jurídico. **(b) Julgamentos, mensuração e contabilização referente tema do Incentivo Fiscal Produzir** A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste até 2032. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. Com base nos termos da Lei nº 14.789/23, os incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Município, Estados e Distrito Federal, são considerados para fins tributários subvenções para investimento. Assim, a administração, a partir do ano fiscal de 2024, considera o incentivo fiscal recebido, tributável para fins de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. **(c) Julgamentos, mensuração e contabilização referente tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** Com base em ação judicial movida pela Controlada, com trânsito em julgado ocorrido em março de 2019, em que se discutiu a inconstitucionalidade da cobrança das contribuições de PIS e COFINS sobre o ICMS em suas operações de venda, o Grupo reconheceu, nos exercícios findos em 31/03/2022 e 2021, créditos de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS incluído em suas operações de venda calculados pelo método ad valorem (tributação sobre uma base de cálculo), nos montantes de R$ 12.369 e R$ 12.906, respectivamente, conforme Nota 12 (i). Em que pese a decisão do STF ao RE 574.706, tema 69, ter fixado a tese com repercussão geral, discute-se, ainda, se os efeitos deste julgamento também abrangem a ação própria do Grupo, especificamente quanto aos possíveis valores de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS no método ad rem (tributação de alíquota fixa por m³ de etanol - Regime especial RECOB). A administração, embasada na opinião de seus consultores jurídicos, por entender que a ação própria da Controlada impetrada em 2007, e, portanto, antes da existência do atual regime especial de tributação, ao concentrar-se na tese de "faturamento/ receita", não alcança os recolhimentos efetuados na sistemática do RECOB, cujas peculiaridades não foram analisadas no caso concreto, e não reconheceu possíveis créditos calculados nesta metodologia. Neste contexto, em 8/06/2021 o Grupo ingressou com nova ação judicial (mandado de segurança) com pedido de liminar, onde discute-se o direito de se valer da decisão do STF sobre a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS também para o etanol hidratado combustível tributado atualmente pelo método Ad rem. Em 26/07/2021 foi proferida liminar favorável à Companhia, e atualmente, a administração, também embasada na opinião de seus consultores jurídicos, solicitou a elaboração de laudo econômico para identificar a metodologia de cálculo dos valores a serem excluídos, bem como dos valores apurados de períodos anteriores (retroativo aos últimos 5 anos do ingresso da ação). A partir de maio de 2022 a Companhia vem excluindo da base de cálculo do PIS e da COFINS, a parcela correspondente ao ICMS. **4. Gestão de risco financeiro 4.1 Fatores de risco financeiro** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos, sobretudo: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Conforme o detalhamento a seguir, o Grupo adota uma postura de acompanhamento permanente de cada um desses riscos e pode contratar instrumentos financeiros de proteção, desde que orientados por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e sempre com único propósito de proteção contra flutuações de preços ou taxas de juros, não havendo nenhum tipo de operação de alavancagem, tampouco instrumentos derivativos exóticos. **(a) Risco de mercado (i) Risco de preços** O Grupo está exposto principalmente a riscos relacionados à variação dos preços do etanol, principal produto do Grupo. Adicionalmente, está exposto a risco de variação dos preços do custo de produção da cana de açúcar e de mercado do milho, utilizados pela Companhia e sua controlada, respectivamente, como insumos na produção do etanol. Os principais fatores do risco de preços podem ser desdobrados nos itens: (i) oscilação de preços do barril de petróleo, que reflete diretamente no preço da gasolina e, consequentemente, na paridade e, consequentemente, nos preços do álcool carburante; (ii) mercado de commodities para alimentação (milho, soja e açúcar) que pode incrementar a volatilidade de preços de custo de aquisição e de produção das matérias primas e, consequentemente, do etanol; (iii) taxa de câmbio, visto que o petróleo, a soja e o milho possuem mercado globalizado; (iv) política de preços dos combustíveis no mercado interno e de tributação na sua importação; (v) riscos de preços de energia elétrica e coprodutos do milho. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, o Grupo utiliza ferramentas de monitoramento, sendo que podem ser firmados contratos para a aquisição da matéria-prima milho a preço fixo, bem como contratados instrumentos derivativos de commodities para as exposições, objetivando mitigar o risco de oscilações de preços de mercado. (ii) **Risco de taxa de juros** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos e debêntures, considerando a possibilidade de perdas decorridas de flutuações nas taxas de juros que diminuam rendimento de aplicações ou aumentem as despesas financeiras. Como prática, as aplicações e parte significativa dos empréstimos, financiamentos e debêntures são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. Existem também debêntures que são indexadas a taxas pós-fixadas (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) que, para mitigar os riscos, são contratados instrumentos derivativos. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, o Grupo tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e pela variação da taxa de longo prazo (em TJLP ou TLP) para as quais busca ter como referência o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. (iii) **Risco de moeda** Em 31/03/2024 o Grupo não possuía empréstimos denominados em moeda estrangeira. Cabe destacar que, como prática de gestão de riscos, o Grupo apenas contrata esse tipo de financiamento em conjunto com instrumentos derivativos que mitiguem o risco cambial. (b) **Risco de crédito** Para minimizar os impactos com o risco de crédito ligado a instituições financeiras, o Grupo tem como prática operar com instituições financeiras que apresentem maior solidez (instituições de primeira linha). Além disso, outra prática que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionais aos saldos de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Quanto à venda de produtos acabados, a exposição do Grupo no etanol está diretamente ligada às três maiores distribuidoras de combustíveis do país, para as quais vende aproximadamente 69,9% da produção, considerando o montante acumulado entre abril e março da safra 2023/2024 (67,7% no mesmo período da safra 2022/2023), da sua produção por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. O Grupo monitora constantemente a situação financeira desses clientes e considera que possuem baixo risco de crédito. Para os demais clientes, o Grupo procura trabalhar com recebimentos antecipados, ocorrendo estes casos principalmente no período de entressafra. No caso de clientes do mercado de nutrição animal, foram criados mecanismos de administração do risco de crédito de compradores de *DDGs*, por meio de normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, com base em análise criteriosa e técnicas de *balanced scorecard*. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração do Grupo não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. (c) **Risco de liquidez** O Grupo busca liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, seja em condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou mesmo risco de prejudicar a sua reputação, sendo que atualmente existe uma prática de caixa mínimo estabelecida para a Companhia. São utilizados sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e a maximização do retorno de investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave do Grupo e submetida à aprovação da administração. Destaca-se também que o prazo médio da dívida é monitorado e estendido por meio da liquidação antecipada de dívidas de curto prazo e iniciativas para redução de necessidade de capital de giro estão implementadas (tais como: controle de estoques, negociações junto a fornecedores para alongamento de prazos e controle de custos). Além disso, existem contratos de fornecimento de longo prazo e estoques de etanol e milho que permitem captação de recursos com custo reduzido. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parcerias a pagar:

Controladora 2024	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	44.120	41.699	87.085	146.736	319.640	250.475
Parcerias agrícolas a pagar	106.112	98.419	222.964	138.994	566.489	396.470
Fornecedores	179.544	-	-	-	179.544	179.544
Empréstimos e financiamentos*	434.965	198.946	821.457	356.644	1.812.012	1.339.763
Adiantamentos de clientes	164.183	329.535	538.174	-	1.031.892	873.431
Outros passivos	2.186	-	-	-	2.186	2.186
	931.109	668.599	1.669.680	642.374	3.911.762	3.041.869

Controladora 2023	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	41.462	37.831	68.420	52.001	199.714	141.853
Parcerias agrícolas a pagar	111.853	104.873	230.508	156.439	603.673	422.620
Fornecedores	90.710	-	-	-	90.710	90.710
Empréstimos e financiamentos *	352.827	385.894	303.551	416.189	1.458.461	1.092.421
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	26.728	-	-	-	26.728	26.730
Adiantamentos de clientes	8.668	-	-	-	8.668	8.668
Outros passivos	1.739	-	-	-	1.739	1.737
	633.987	528.598	602.479	624.629	2.389.693	1.784.739

Consolidado 2024	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	45.629	43.211	97.999	151.272	338.111	260.514
Parcerias agrícolas a pagar	113.597	105.897	278.314	161.428	659.236	461.094
Fornecedores	237.242	-	-	-	237.242	237.242
Empréstimos e financiamentos*	894.850	522.705	1.904.301	1.024.562	4.346.418	3.395.442
Adiantamentos de clientes	201.244	329.535	538.174	-	1.068.953	910.492
Outros passivos	4.187	-	-	-	4.187	4.187
	1.496.748	1.001.348	2.818.788	1.337.262	6.654.146	5.268.971

Consolidado 2023	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Saldo total a pagar	Valor contábil
Arrendamentos a pagar	42.946	39.315	72.624	63.832	218.717	151.008
Parcerias agrícolas a pagar	119.221	112.237	252.126	217.090	700.674	489.557
Fornecedores	160.415	-	-	-	160.415	160.415
Empréstimos e financiamentos*	598.156	946.246	1.154.158	1.043.894	3.742.454	2.796.896
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	26.728	-	-	-	26.728	26.730
Adiantamentos de clientes	9.311	-	-	-	9.311	9.311
Outros passivos	2.202	-	-	-	2.202	2.200
	958.979	1.097.798	1.478.908	1.324.816	4.860.501	3.636.117

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos **(d) Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórios, de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial e de

continua...

Continuação... **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

efeitos climáticos ou relacionados a doenças e pragas. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo, sendo que listados abaixo estão os principais fatores que podem causar impactos nas operações da safra atual ou em safras futuras: (i) riscos de novas tecnologias no setor automotivo (ex: energia elétrica) (ii) risco de arrendadores de terras não renovarem contratos para a produção de cana-de-açúcar e passarem a explorar outras commodities (como soja e/ou milho) (iii) risco com escassez de insumos agrícolas importados, necessários para a produção de cana-de--açúcar pela Companhia e/ou de milho para seus fornecedores (iv) alterações em políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola ou o setor de combustíveis (v) paralisação das operações por determinado período, por exemplo em função de sinistro industrial ou por perda de licenças A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • compliance e adoção de padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **(e) Riscos de efeitos climáticos e relacionados a doenças e pragas** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para monitoramento e tratamento dos riscos de efeitos climáticos e relacionados a doenças e pragas é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração desses riscos. **(f) Análise de sensibilidade** Com base nos mecanismos de mitigação e exposições apresentadas anteriormente, o Grupo entende que as operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 9) e riscos de câmbio não possuem materialidade suficiente para justificar a elaboração de cenários, conforme previsto pelo IAS 1/ CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Em relação ao risco de taxa de juros, destaca-se abaixo um exercício sobre o impacto de aumento na taxa de juros. O cenário provável, em 31/03/2024, considera a taxa CDI média projetada para o prazo de 12 meses - obtida no site da B3 (taxas referenciais de Swap DI x PRÉ) aplicada ao volume de exposição do Grupo, composto por: empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures e instrumentos financeiros derivativos) e saldo de aplicações financeiras. Além disso, para efeito de simplificação, foi considerado o percentual de 92,7% da dívida indexada a CDI e saldo de aplicações com rentabilidade de taxa média de 100,51% do CDI, desconsiderando captações, amortização e geração de caixa do exercício. Sobre a exposição apresentada no cenário provável, foi sensibilizado incremento e redução de 25% e 50% do CDI médio, com objetivo de demonstrar o impacto na projeção de dívida líquida do Grupo. O quadro a seguir apresenta os resultados consolidados dessa sensibilidade:

			Consolidado				
			Cenários - 31 de março 2025				
	Fator de risco	31/03/2024	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI médio próximos 12 meses			5,10%	7,64%	10,19%	12,74%	15,29%
Total dos empréstimos e financiamentos *	Variação da taxa de juros	3.395.442	3.555.833	3.636.029	3.716.224	3.796.420	3.876.615
Caixa e equivalentes de caixa		(1.692.363)	(1.787.509)	(1.830.774)	(1.874.038)	(1.917.303)	(1.960.568)
Aplicações financeiras		(32.823)	(34.672)	(35.512)	(36.353)	(37.193)	(38.034)
Dívida líquida		1.670.256	1.733.653	1.769.743	1.805.833	1.841.923	1.878.013
Efeito no resultado e patrimônio líquido			63.397	99.487	135.577	171.667	207.757

			Consolidado				
			Cenários - 31 de março 2023				
	Fator de risco	31/03/2023	-50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI médio próximos 12 meses			6,71%	10,06%	13,41%	16,77%	20,12%
Total dos empréstimos e financiamentos *	Variação da taxa de juros	2.791.958	2.956.950	3.039.446	3.121.942	3.204.438	3.286.934
Caixa e equivalentes de caixa		(1.219.772)	(1.330.478)	(1.372.160)	(1.413.843)	(1.455.525)	(1.497.208)
Aplicações financeiras		(18.347)	(20.018)	(20.647)	(21.276)	(21.905)	(22.534)
Dívida líquida		1.553.839	1.606.454	1.646.638	1.686.823	1.727.007	1.767.192
Efeito no resultado e patrimônio líquido			52.615	92.799	132.984	173.168	213.353

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos, após efeitos de *swap*. Foi considerado percentual de 92,7% (2023 – 88,1%) indexado ao CDI. **4.2 Gestão de capital** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos do Grupo, requeridos para seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa do Grupo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, inclusive relativamente a outras Companhias do setor. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e de aplicações financeiras, e não considera os arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, uma vez que esses não se caracterizam como empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido e da dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos *	1.339.763	1.092.421	3.395.442	2.796.896
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.181.855)	(785.282)	(1.692.363)	(1.219.772)
Menos: aplicações financeiras	(16.016)	(18.347)	(32.823)	(18.347)
Dívida líquida	141.892	288.792	1.670.256	1.558.777
Total do patrimônio líquido	1.347.273	1.328.785	1.347.273	1.328.785
Total do capital	1.489.165	1.617.577	3.017.529	2.887.562
Índice de alavancagem financeira	9,53%	17,85%	55,35%	53,98%

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	165	140	311	224
Depósitos bancários	714	3.699	2.700	3.857
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósito Bancário - CDB	1.180.798	781.418	1.689.096	1.215.640
Aplicações automáticas/Operações compromissadas	178	25	256	51
	1.181.855	785.282	1.692.363	1.219.772

(a) Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados às taxas que variam entre 92,00% e 103,800% do CDI (2023 - 92,00% a 103,280% do CDI). **6. Contas a receber** A composição das contas a receber de clientes, bem como por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes - terceiros	27.047	10.655	55.337	55.699
Contas a receber de clientes - controlada	3.767	2.507	-	-
	30.814	13.162	55.337	55.699

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	20.935	9.233	36.539	52.886
Vencidos 30 dias	9.879	3.002	17.959	2.152
Vencidos de 31 a 90 dias	-	768	-	338
Vencidos de 90 a 360 dias	-	159	839	323
	30.814	13.162	55.337	55.699

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, que se aproximam de seu valor justo. A administração do Grupo não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, motivo pelo qual nenhuma provisão para devedores duvidosos foi constituída. Os saldos que estavam vencidos e não provisionados em 31/03/2024 e de 2023 foram substancialmente recebidos durante os meses de abril de 2024 e de 2023, respectivamente. **7. Partes relacionadas (a) Ativo circulante**

		Controladora		Consolidado	
Outros ativos (reembolso de despesas administrativas) - (i)		2024	2023	2024	2023
Neomille S.A.	Controlada	1.919	1.171		-
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	127	110	127	110
J. Fernandes Comércio de Produtos de Petróleo Ltda.	Parte Relacionada	41	52	40	52
Viiv Emprendimento Imobiliário S.A.	Parte Relacionada	363	311	363	311
Cerradinho Terra Ltda.	Parte Relacionada	31	27	31	27
Neide Sanches Fernandes	Parte Relacionada	10	11	10	11
Geração Futura Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Parte Relacionada	7	6	7	6
LSF Participações Ltda.	Parte Relacionada	17	15	17	15
ASF Participações Ltda.	Parte Relacionada	13	11	13	11
SSF Participações Ltda.	Parte Relacionada	10	8	10	8
Instituto Sanches Fernandes	Parte Relacionada	41	-	41	-
Aeródromo	Parte Relacionada	12	-	12	-
W7 Energia S.A.	Parte Relacionada	12	19	12	19
Cerradinho Logística Ltda.	Parte Relacionada	85	98	85	98
		2.688	1.839	769	668
Contas a receber - Neomille S.A. - (v)	Controlada				
Venda de energia		1.279	757	-	-
Venda de água		47	30	-	-
Venda de vapor		1.633	1.483	-	-
Serviços de carregamento de etanol		262	150	-	-
Cessão de tanques e espaços		338		-	-
Outras vendas/prestação de serviços		208	86	-	-
		3.767	2.506	-	-
Juros sobre o capital próprio a receber - (viii)					
Neomille S.A.	Controlada	-	10.415	-	-
Dividendos a receber - (viii)					
Neomille S.A.	Controlada	-	15.399	-	-

(b) Passivo circulante		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores - serviço de transbordo (vi)					
Cerradinho Logística Ltda.	Parte Relacionada	907	135	2.217	439
Outros passivos - despesas com aeronaves (iii)					
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	1.032	572	1.322	921
Outros passivos - despesas com aval de acionistas (ii)					
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	414	430	1.150	513
Cerradinho Terra Ltda.	Parte Relacionada	11	12	11	12
		425	442	1.161	525
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar					
Cerradinho Participações S.A. - Nota 23 (c)	Controladora	-	26.730	-	26.730

(c) Transações nos exercícios		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Reembolso de despesas administrativas - (i)					
Neomille S.A.	Controlada	7.624	4.416		-
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	(217)	480	(217)	480
J. Fernandes Comércio de Produtos de Petróleo Ltda.	Parte Relacionada	238	306	238	306
Viiv Emprendimento Imobiliário S.A.	Parte Relacionada	1.443	1.238	1.443	1.238
Cerradinho Terra Ltda.	Parte Relacionada	145	117	145	117
Neide Sanches Fernandes	Parte Relacionada	46	43	46	43
Geração Futura Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Parte Relacionada	26	31	26	31
LSF Participações Ltda.	Parte Relacionada	62	45	62	45
ASF Participações Ltda.	Parte Relacionada	48	36	48	36
SSF Participações Ltda.	Parte Relacionada	37	41	37	41
Instituto Sanches Fernandes	Parte Relacionada	41	-	41	-
Aeródromo	Parte Relacionada	19	-	19	-
Cerradinho Logística Ltda.	Parte Relacionada	428	340	428	340
W7 Energia S.A.	Parte Relacionada	50	107	50	107
		9.990	7.200	2.366	2.784
Despesa com aval - (ii)					
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	(1.643)	(1.806)	(3.571)	(2.012)
Cerradinho Terra Ltda.	Parte Relacionada	(48)	(59)	(48)	(119)
		(1.691)	(1.865)	(3.619)	(2.131)
Despesa com aeronave - (iii)					
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	(2.356)	(1.601)	(3.280)	(2.207)
Despesa com aluguel - (iv)					
Cerradinho Participações S.A.	Controladora	(983)	(169)	(983)	(169)
Receita de venda e prestação de serviços - Neomille S.A.	Controlada				
Venda de energia - (vi)		14.772	9.539	-	-
Venda de água (v)		571	345	-	-
Venda de vapor (v)		21.691	17.779	-	-
Serviços de carregamento de etanol (v)		3.171	2.099	-	-
Cessão de tanques e espaços (vi)		2.928	1.291	-	-
Venda de milho (v)		625	37	-	-
Outras vendas/prestação de serviços (v)		1.296	920	-	-
		45.054	32.010	-	-
Resultado pela venda de cana soca - NSF Participações S.A. (ix)	Parte Relacionada				
Receita pela venda de cana de açúcar		34.098	-	34.098	-
Custo pela venda de cana de açúcar		(34.629)	-	(34.629)	-
Receita pela alienação de planta portadora		69.528	-	69.528	-
Custo pela alienação de planta portadora		(7.438)	-	(7.438)	-
		61.559	-	61.559	-
Despesa de transbordo (vii)					
Cerradinho Logística Ltda.	Parte Relacionada	(5.371)	(5.143)	(9.093)	(8.684)
Juros sobre o capital próprio e dividendos					
Neomille S.A.	Controlada	-	25.814		-
Cerradinho Participações S.A. - Notas 23 (c)	Controladora	-	(31.386)	(31.386)	(31.386)
Resultado pela alienação de ativo imobilizado					
NSF Participações S.A.	Parte Relacionada	-	-	843	-

(i) Rateio de despesas administrativas referente a serviços prestados para as demais empresas controladas pela sociedade controladora Cerradinho Participações S.A. e outras partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, as quais são liquidadas trimestralmente. (ii) Remuneração paga para as empresas Cerradinho Participações S.A e Cerradinho Terra S.A, nos casos de prestação de garantias, classificada no resultado financeiro por ser comparável a uma fiança bancária, a qual é liquidada trimestralmente. Para avais da Companhia prestados a Controlada, não há cobrança de remuneração pela prestação de garantia. (iii) Despesas compartilhadas com a Cerradinho Participações S.A. pela utilização de suas aeronaves, as quais são liquidadas trimestralmente. (iv) Locação de sala localizada em São Paulo em imóvel da Cerradinho Participações S.A., a qual é liquidada mensalmente. (v) Receita de venda de vapor, água, energia, prestação de serviço de carregamento de etanol, aluguel de tanques, as quais são liquidadas anualmente, e de venda de milho (plantado como cultura rotativa pela Companhia), com liquidação na safra subsequente. (vi) Custo com compra de energia, negociadas com a comercializadora W7 Energia S.A., realizadas em condições de mercado, o qual é liquidado, em média, 7 dias após o faturamento. (vii) Serviço de transbordo do etanol do terminal em Chapadão do Sul/MS para Paulínia/SP, prestado pela Cerradinho Logística Ltda, o qual é liquidado, em média, 10 dias da data da prestação do serviço. (viii) Em 31/03/ e 30/06/2022, por meio de Assembleias Gerais Extraordinárias, foram deliberadas as distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio, nos montantes de R$ 15.399 e R$ 10.415, respectivamente, pela Controlada à Companhia. (ix) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29/03/2024, foi aprovada a venda de cana soca (incluindo planta portadora e tratos culturais) contida em área de aproximadamente 8.164 hectares. A transação foi efetivada em condições de mercado, tendo sido apurado ganho de R$ 61.559. **(d) Remuneração do pessoal chave da administração** O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria executiva e os membros do conselho de administração. A remuneração de competência dos períodos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e honorários	9.402	6.743	10.729	7.388
Remuneração variável de curto prazo	1.614	1.468	2.051	1.660
Remuneração variável de longo prazo	513	460	662	540
Contribuições previdenciárias e sociais	2.222	1.664	2.523	1.834
	13.751	10.335	15.965	11.422

8. Estoques	Controladora		Consolidado	
Produtos acabados:	2024	2023	2024	2023
Etanol hidratado (a)	3.410	39.223	26.267	78.233
Etanol anidro (b)	-	-	8.698	-
Créditos de Descarbonização - CBIOs (c)	-	27.112	-	28.642
Outros acabados	-	-	1.880	428
	3.410	66.335	36.845	107.303
Alxarifado e insumos para produção:				
Gastos de manutenção de entressafra (d)	104.597	81.897	104.597	81.897
Materiais de manutenção recorrente	14.255	15.108	23.105	21.348
Insumos agrícolas	13.536	26.305	15.042	27.620
Produtos químicos	1.807	2.148	8.622	5.387
Milho (e)	-	-	396.270	339.944
Cavaco	9.828	4.865	15.571	4.865
Outros	7.566	7.056	21.159	17.322
	151.589	137.379	584.366	498.383
Provisão para obsolescência	(1.875)	(1.373)	(1.913)	(1.603)
Ajuste ao valor realizável líquido	-	(6.912)	-	(10.385)
	(1.875)	(8.285)	(1.913)	(11.988)
	153.124	195.429	619.298	593.698

(a) Redução do estoque de etanol hidratado em função da estratégia de comercialização. Os estoques consolidados em 31/03/2024 eram de 4,7 mil m3 (31/03/2023 de 24 mil m3). (b) Conforme mencionado na Nota 1.1, em abril de 2023, após conclusão do projeto de expansão e obtenção de licenças regulatórias, a Controlada deu início a produção de etanol anidro. Os estoques em 31/03/2024 eram de 3,3 mil m3. (c) Em 31/03/2024 o Grupo havia comercializado a totalidade de seu estoque de CBIOs (31/03/2023 –162,8 mil). Na safra 2023/2024 foram emitidos 620,5 mil (safra 2022/2023: 635,8 mil) CBIOs. (d) Refere-se aos gastos de manutenção de entressafra, que ocorre entre os meses de dezembro e março, período em que há considerável redução na produção de etanol, sendo essenciais para que as operações industriais tenham eficiência na safra subsequente. Tais gastos são inicialmente registrados na rubrica Estoques e incorporados ao Custo de produção da safra subsequente proporcionalmente a produção realizada em relação a produção total estimada. (e) A Controlada adota a estratégia de compra antecipada de sua matéria prima, para fixação do preço do milho, razão pela qual em determinados períodos o estoque apresenta-se mais alto, sendo o mesmo consumido na produção em períodos subsequentes. Os estoques de milho em 31/03/2024 eram de 401 mil toneladas (31/03/2023: 217,1 mil toneladas). Adicionalmente, em 31/03/2024 a Controlada detém adiantamentos para fornecedores de milho no montante de R$3.551 (31/03/2023 - R$ 10.000) registrados na rubrica "Outros ativos". **9. Instrumentos financeiros derivativos** O Grupo se utiliza de derivativos apenas para fins econômicos de *hedge* e não como investimentos especulativos. O Grupo adota a política de *hedge accounting* de fluxo de caixa e valor justo para estes contratos de *swap*. Já em 1°/07/2023, em decorrência das deliberações sobre o projeto de construção da fábrica de açúcar VHP (Nota 1.2), a Companhia passou a adotar a designação de *hedge accounting* também para os contratos de açúcar fixados junto às instituições financeiras. Em 31/03/2024, a Companhia possuía contratado um montante de termo de moedas com marcação a mercado de R$ 804 associado ao *hedge* de açúcar e tratada como *hedge accounting* de fluxo de caixa. A Controlada possuía contratado um montante de termo de moedas com marcação a mercado em R$ 3 (2023: passivo de R$ 478), referente a NDFs de Dólar contratadas para *hedge* de compra de equipamentos e serviços importados. A Companhia não adota contabilidade de *hedge* para tais contratos. Em 31/03/2024, a Companhia possuía contratos para *swap* de taxa de juros com marcação a mercado no montante de R$ 106.126 (2023 – R$ 81.785) no ativo e R$ 39.175 no passivo (2023 – R$ 29.486), e sua Controlada no montante de R$ 120.768 (2023 – R$ 77.488) no ativo e R$ 63.715 no passivo (2023 -–R$ 66.192). Estes contratos possuem ponta ativa em IPCA, CDI ou taxa pré-fixada e ponta passiva em CDI ou taxa pré-fixada, conforme estratégia adotada no momento da operação, e podem ser marcados como ativos ou passivos dependendo do comportamento relativo de cada um dos indexadores. Em 31/03/2024 e 2023, a composição dos valores justos em aberto de operações com derivativos é conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ativo	2024	2023	2024	2023
Contratos a termo de moeda - Dólar - Ativo	-	-	-	-
Contratos a termo de mercadoria - Açúcar - Ativo	-	-	-	-
Swaps de taxa de Juros - hedge de fluxo de caixa	106.125	81.633	225.684	159.121
Swaps de taxa de Juros - hedge de valor justo	1	152	1.210	152
	106.126	81.785	226.894	159.273
Circulante	(14.875)	(6.809)	(15.359)	(6.809)
Não circulante	91.251	74.976	211.535	152.464
Passivo				
Contratos a termo de moeda - Dólar/Euro - Passivo	804	-	807	478
Contratos a termo de mercadoria - Açúcar - Passivo	23.668	-	23.668	-
Contratos a termo de mercadoria - Milho - Passivo	-	-	17.385	-
Swaps de taxa de Juros - hedge de fluxo de caixa	39.175	29.475	102.890	95.667
Swaps de taxa de Juros - hedge de valor justo	-	11	-	11
	63.647	29.486	144.750	96.156
Circulante	(29.519)	(29.475)	(110.622)	(96.145)
Não circulante	34.128	11	34.128	11

10. Arrendamentos a receber Refere-se a um contrato de arrendamento para o qual os direitos de uso foram substancialmente transferidos para um terceiro, através de um contrato de subarrendamento, o qual foi registrado como arrendamento a receber, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Segue abaixo a movimentação nos exercícios findos em 31/03/2024 e 2023:

	Controladora e Consolidado		
	Ativo de arrendamentos	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Arrendamentos a receber
Saldo em 31/03/2022	35.556	(3.037)	32.519
Remensurações	841	-	841
Recebimentos	(10.675)	-	(10.675)
Atualização financeira	-	3.589	3.589
Saldo em 31/03/2023	25.722	552	26.274
Remensurações	(796)	-	(796)
Recebimentos	(10.270)	-	(10.270)
Atualização financeira	-	2.703	2.703
Saldo em 31/03/2024	14.656	3.255	17.911
Circulante			9.545
Não circulante			8.366
			17.911

Abaixo, foram demonstrados os montantes que o Grupo espera receber por faixas de período de recebimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros a receber, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial:

Controladora e consolidado	2024	2023
Valor contábil	17.911	26.274
menos de 1 ano	10.034	10.326
entre 1 e 2 anos	10.034	10.326
entre 2 e 4 anos		10.326

11. Ativos biológicos 11.1 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

Controladora e consolidado	2024	2023
Cana-de-açúcar:		
Área total estimada de colheita (ha)	31.215,60	42.037,97
Produtividade prevista (t/ha)	92,95	95,02
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açucar (kg/t)	130,93	129,97
Preço médio projetado de ATR (R$/t)	1,06	1,05
Custo com formação de lavoura de cana-de-açúcar (R$/ha)	13.324,83	13.496,14
Taxa de desconto (em termos reais após impostos) (% a.a.)	8,31%	7,08%
Eucalipto:		
Area total plantada (ha)	2.777,12	1.838,54
Area plantada sujeita ao ajuste de valor justo (ha)	686,12	671,99
Produtividade prevista (Incremento Médio Anual – IMA)	50,00	50,00
Preço médio (R$ / m³)	326,88	314,57
Taxa de desconto (em termos nominais após impostos) (% a.a.)	12,10%	11,90%

Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de "Ativos biológicos" e tem como contrapartida a rubrica "Variação no valor justo de ativo biológico" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras do exercício social. O resultado apurado para o valor justo do ativo biológico do Grupo pode ser, substancialmente, diferente do resultado real a ser obtido caso algumas dessas premissas não se confirmem, o cálculo é revisado trimestralmente e, se necessário, ajustado. Ressalta-se que os ativos biológicos da Companhia (cana-de-açúcar e eucalipto) são destinados, substancialmente, ao consumo no processo de produção, não sendo destinado, geralmente, a comercialização. As lavouras de cana-de-açúcar renovam-se anualmente e as florestas de eucalipto possuem um prazo médio de 7 anos entre o plantio e o corte, por este motivo, possui parte de seu saldo classificado no ativo não circulante. Adicionalmente, a administração também planeja utilizar a mesma planta em dois ciclos de 7 anos e estima que, do custo inicial de plantio (considerado o mais relevante nos custos de produção do eucalipto antes da colheita) devam ser aproximadamente 60% alocados ao custo do ativo biológico e a parcela remanescente de 40% deva ser alocada à planta portadora (classificada no ativo imobilizado), a qual será apropriada ao custo do ativo biológico somente no segundo ciclo. Em 31/03/2024, parte das florestas de eucalipto (área de 2.091 hectares de floresta ainda em formação – até 3 anos), foram avaliadas pelo custo, devido à pequena transformação biológica que ocorreu até a data-base destas demonstrações financeiras. **11.2 A movimentação dos ativos biológicos é conforme segue:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo histórico - cana em pé	226.218	178.633	226.218	178.633
Custo histórico - eucalipto	15.915	-	38.175	-
Custo histórico - milho	451	112	451	112
Custo histórico - soja	8.792	-	8.792	-
Valor justo - cana em pé	(32.242)	51.774	(32.242)	51.774
Valor justo - soja	(578)	-	(578)	-
Valor justo - eucalipto	3.194	-	3.194	-
Saldo inicial de ativos biológicos	221.750	230.519	244.010	230.519
Movimentação:				
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - cana	(10.723)	(84.016)	(10.723)	(84.016)
Acréscimo relativo aos tratos culturais cana	142.573	161.272	142.573	161.272
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda - eucalipto	(3.014)	3.194	(3.014)	3.194
Acréscimo relativo ao eucalipto	8.934	15.915	30.745	38.175
Mudança no valor justo - soja	578	(578)	578	(578)
Acréscimo relativo ao plantio de soja	-	8.792	-	8.792
Acréscimo relativo a formação de lavoura de milho	-	451	-	451
Redução relativa as colheitas e vendas	(183.229)	(113.799)	(153.045)	(113.799)
	176.377	221.750	220.448	244.010
Composto por:				
Custo histórico - cana em pé	190.359	226.218	190.359	226.218
Custo histórico - eucalipto	24.849	15.915	68.920	38.175
Custo histórico - milho	3.954	451	3.954	451
Custo histórico - soja	-	8.792	-	8.792
Valor justo - cana em pé	(42.965)	(32.242)	(42.965)	(32.242)
Valor justo - soja	-	(578)	-	(578)
Valor justo - eucalipto	180	3.194	180	3.194
Saldo final de ativos biológicos	176.377	221.750	220.448	244.010
Ativo circulante	(151.348)		(151.348)	
Ativo não circulante	25.029		69.100	

As reduções do valor justo da cana, em 31/03/2024 e 2023, estão significativamente ligadas à expectativa de redução no preço médio projetado de ATR. As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo. Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. **Análise de sensibilidade do valor justo da cana-de-açúcar** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31/03/2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar (que está sujeito, entre outros, a paridade de preços entre o etanol e a gasolina) e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Segue análise de sensibilidade considerando três cenários de variação.

		Controladora e consolidado		
Variações	Und	2,50%	5,00%	7,50%
Preço	mil R$	4.922	9.843	14.762
Volume	mil R$	5.226	10.450	15.673

A administração considera que as demais culturas não são relevantes para fins de demonstração de análises de sensibilidade.

12. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Crédito outorgado de ICMS - LC 194 (i)	-	22.084	-	29.148
Crédito outorgado de ICMS - Etanol anidro (ii)	-	-	41.538	-
Crédito outorgado de ICMS - Compra de milho (iii)	-	-	99.640	-
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	11.110	6.781	63.591	37.286
Imposto de renda e contribuição social	22.430	6.835	61.018	29.228
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iv)	11.447	9.208	186.798	149.904
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iv)	2.468	2.001	39.567	28.221
Outros impostos a recuperar	325	309	450	399
	47.780	47.218	492.606	274.186
Ativo circulante	(36.298)	(42.050)	(381.861)	(179.874)
Ativo não circulante	11.482	5.168	110.745	94.312

(i) Crédito concedido como pretendida compensação dos efeitos negativos no preço de comercialização de álcool ocasionados pela LC 194, a qual esteve vigente no período de 23/06 a 31/12/2022 (Nota 1.4). Os montantes totais de crédito concedidos de R$ 40.030 para Companhia e de R$ 24.029 para Controlada, tiveram seus efeitos contábeis registrados em contrapartida da rubrica "Receita de contratos com clientes", no trimestre findo em 30/09/2022, muito embora seus efeitos tenham perdurado até 28/02/2023. (ii) Benefício fiscal de ICMS concedido pelo Estado de Goiás, apurado sobre a comercialização do Etanol Anidro Carburante, conforme previsto pelo inciso XXVI do Decreto n° 4.852 de 29/12/1997. O referido benefício é concedido para empresas do setor alcooleiro enquadradas nos Programas FOMENTAR ou PRODUZIR, sendo apurado mediante aplicação do percentual de 60% sobre o saldo devedor do valor do ICMS que seria obtido na operação. Os efeitos contábeis são registrados em contrapartida da rubrica "Receita de contratos com clientes". (iii) Crédito outorgado concedido sobre as aquisições de milho em grão, conforme previsto no anexo IX, artigo 11, inciso XXXI do Decreto n° 4.4852 de 29/12/1997. O valor do benefício é apurado mediante aplicação do percentual de 5% sobre o valor total do custo de aquisição do referido insumo. Os efeitos contábeis são registrados inicialmente em contrapartida da rubrica "Estoques" e, posteriormente, transferidos para à medida em que o milho em grão é processado. (iv) Composto, substancialmente, por créditos remanescentes de PIS e COFINS oriundos de (i) aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 1.2); (ii) os efeitos da desoneração de PIS e COFINS sobre as vendas de etanol que ocorreram até 28/02/2023 e sua redução entre março e junho de 2023 (Nota 1.4) no montante de R$ 89.341; e créditos de PIS, no montante de R$ 4.155 e de COFINS, no montante de R$19.261 relacionado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 13/05/2021, pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e que estão sendo compensados pelo Grupo. A Companhia retomou a compensação dos saldos de PIS e COFINS com o retorno da tributação do etanol por essas Contribuições, ocorrida a partir de 28/06/2023 (Nota 1.4) e também realiza compensações administrativas com demais tributos no âmbito federal. A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2024	
	Controladora	Consolidado
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	3.475	16.278
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	2.706	6.525
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	1.173	3.515
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	703	2.095
Outubro de 2029 em diante	3.425	82.332
	11.482	110.745

13. Tributos correntes e diferidos (a) Composição do ativo e passivo diferidos Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

Controladora	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2023
Créditos tributários diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	133.256	99.350	-	38.028
Provisões para contingências	4.637	(1.413)	-	6.050
Provisão para participações no resultado	2.654	(2.414)	-	5.068
Adoção CPC 06(R2) - Arrendamentos operacionais	54.906	9.051	-	45.855
Provisões Diversas	3.387	(2.133)	-	5.520
Provisão Liminar INSS	15.399	3.327	-	12.072
Provisão Liminar DIFAL	7.110	656	-	6.454
Vendas em trânsito e ajuste ao valor presente	44	(489)	-	533
Provisão operações CBIOS	3.884	370	-	3.514
Ajuste a valor justo biológico e valor realizável dos estoques	15.184	2.133	-	12.423
Total de IR e CS ativo	240.461	108.438	-	135.517
Débitos tributários diferidos sobre:				
Ajuste a valor justo do ativo biológico	-	-	-	-
Provisão Liminar Rend. Aplic. Financeira	(10.867)	(10.867)	-	-
Depreciação fiscal	(59.665)	(7.394)	-	(52.271)
Ganho com derivativos – hedge accounting	(14.083)	(5.461)	9.341	(17.963)
Total de IR e CS passivo	(84.615)	(23.722)	9.341	(70.234)
Saldo de IR e CS diferidos	155.846	84.716	9.341	65.283

Consolidado	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2023
Créditos tributários diferidos sobre:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	295.515	189.078	-	110.559
Provisões para contingências	5.217	(4.108)	-	9.325
Provisão para participações no resultado	3.319	(2.524)	-	5.843
Ganho com derivativos – hedge accounting	-	(6.143)	-	6.143
Adoção CPC 06(R2) - Arrendamentos operacionais	62.236	12.262	-	49.974
Provisões Diversas	5.931	(428)	-	6.359
Provisão Liminar INSS	15.399	3.327	-	12.072
Provisão Liminar DIFAL	7.110	656	-	6.454
Vendas em trânsito e ajuste ao valor presente	(9)	(543)	-	533
Provisão operações CBIOS	3.891	377	-	3.514
Ajuste a valor justo biológico e valor realizável dos estoques	15.197	966	-	13.604
Total de IR e CS ativo	413.806	192.920	-	224.380
Débitos tributários diferidos sobre:				
Provisão Liminar Rend. Aplic. Financeira	(10.867)	(10.867)	-	-
Depreciação fiscal	(81.413)	(17.498)	-	(63.915)
Vendas em trânsito e ajuste ao valor presente	-	126	-	(126)
Ganho com derivativos – hedge accounting	(27.569)	(9.219)	9.435	(27.785)
Total de IR e CS passivo	(119.849)	(37.458)	9.435	(91.826)
Saldo do IR e CS diferidos	293.957	155.462	9.435	132.554

O Grupo reconhece créditos tributário diferidos, considerando a avaliação da capacidade de recuperação dos referidos créditos por meio de projeções de lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses créditos é limitada a 30% dos lucros tributáveis. Em 31/03/2024, a Companhia e o Grupo apresentam a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos, incluindo prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	28.900	(14.791)
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	2.381	(50.335)
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	(9.784)	(69.801)
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	(14.956)	(27.031)
de 1º/04/2028 a 31/03/2030	(46.725)	(46.725)
de 1º/04/2030 a 31/03/2032	(69.488)	(69.488)
de 1º/04/2032 a 31/03/2034	(130.788)	(135.634)
Total de realização dos tributos diferidos ativos com efeito no resultado	(240.461)	(413.806)
Total dos ativos diferidos	(240.461)	(413.806)

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(44.421)	233.296	(115.167)	223.632
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	15.103	(79.321)	39.157	(76.035)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	15.603	28.476	-	-
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(1.144)	(1.139)	(1.323)	(1.905)
Subvenção estadual (PRODUZIR e crédito outorgado)	16.992	42.072	71.979	70.216
Exclusões receita com CBIOs	37.069	14.447	39.586	16.028
Outras	1.093	(1.533)	6.063	738
Benefício fiscal referente juros sobre o capital próprio	-	10.671	-	14.837
Tributação juros sobre o capital próprio	-	(4.166)	-	(4.708)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	84.716	9.507	155.462	19.171
Alíquota efetiva de IR e CS	-190,71%	4,08%	-134,99%	8,57%
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	-	(44.434)	-	(49.887)
Diferidos	84.716	53.941	155.462	69.058

14. Investimento em Controlada

Em sociedade controlada	NEOMILLE	
	2024	2023
Percentual de participação	100,00%	100,00%
Capital social	964.569	314.569
Patrimonio líquido	1.243.973	548.261
Lucro líquido do exercício	45.892	83.752
Investimentos	2024	2022
Saldo inicial de investimento em 31 de março	548.262	488.690
Resultado de equivalência patrimonial	45.892	83.752
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(181)	(11.925)
Aportes ao capital social	650.000	-
Juros sobre o capital próprio	-	(12.255)
Saldo final de investimento em 31 de março	1.243.973	548.262

	NEOMILLE	
Balanço patrimonial	2024	2023
Ativo		
Circulante	1.375.840	1.032.552
Não circulante	2.245.290	1.507.572
Total do ativo	3.621.130	2.540.124
Passivo		
Circulante	604.493	328.834
Não circulante	1.772.664	1.663.029
Total do passivo	2.377.157	1.991.863
Patrimônio líquido	1.243.973	548.261
Total do passivo e patrimônio líquido	3.621.130	2.540.124
Demonstração do resultado	2024	2023
Lucro operacional	127.443	173.373
Resultado financeiro	(152.297)	(99.285)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(24.854)	74.088
Imposto de renda e contribuição social	70.746	9.664
Lucro líquido do exercício	45.892	83.752

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25/06/2023 e 19/09/2023, foram aprovadas as integralizações de capital na sociedade Controlada, no montante total de R$ 650.000. Vide informações adicionais sobre a sociedade controlada e suas operações na Nota 1. **15. Imobilizado**

Controladora	Terras	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores (i)	Imobilizado em andamento (i)	Canaviais (ii)	Formarção floresta	Total
Saldo em 31 de março de 2022	1.691	81.992	388.484	52.182	1.051	2.582	1.339	17.531	216.478	5.027	768.357
Custo total	1.691	107.365	753.128	154.979	3.141	19.071	1.339	17.531	458.043	5.027	1.521.315
Depreciação acumulada	-	(25.373)	(364.644)	(102.797)	(2.090)	(16.489)	-	-	(241.565)	-	(752.958)
Valor residual	1.691	81.992	388.484	52.182	1.051	2.582	1.339	17.531	216.478	5.027	768.357
Adições	-	-	4.075	14.037	90	140	5.126	48.633	96.258	13.958	182.317
Baixas	-	-	(63)	-	-	(4)	-	-	-	-	(67)
Transferências	-	1.243	32.984	4.749	-	769	(6.465)	(33.280)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	-	(380)	-	-	-	-	-	-	(380)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.375)	(8.375)
Depreciação	-	(2.835)	(37.211)	(12.286)	(253)	(1.029)	-	-	(69.367)	-	(122.981)
Saldo em 31 de março de 2023	1.691	80.400	388.269	58.302	888	2.458	-	32.884	243.369	10.610	818.871
Custo total	1.691	108.608	790.048	166.728	3.231	19.746	-	32.884	487.715	10.610	1.621.261
Depreciação acumulada	-	(28.208)	(401.779)	(108.426)	(2.343)	(17.288)	-	-	(244.346)	-	(802.390)
Valor residual	1.691	80.400	388.269	58.302	888	2.458	-	32.884	243.369	10.610	818.871
Adições	-	227	3.912	5.796	37	358	44.258	127.439	68.385	15.947	266.359
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	3.999	-	-	3.999
Baixas	-	-	(58)	(58)	-	-	-	-	(7.437)	-	(7.553)
Transferências	-	6.786	39.494	2.627	17	3.133	(20.648)	(31.409)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	-	(653)	-	-	-	-	-	-	(653)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.990)	(9.990)
Depreciação	-	(2.960)	(39.837)	(11.820)	(244)	(1.106)	-	-	(56.216)	-	(112.183)
Saldo em 31 de março de 2024	1.691	84.453	391.780	54.194	698	4.843	23.610	132.913	248.101	16.567	958.850
Custo total	1.691	115.621	833.156	162.574	3.285	23.133	23.610	132.913	417.174	16.567	1.729.724
Depreciação acumulada	-	(31.168)	(441.376)	(108.380)	(2.587)	(18.290)	-	-	(169.073)	-	(770.874)
Valor residual	1.691	84.453	391.780	54.194	698	4.843	23.610	132.913	248.101	16.567	958.850
Taxa média de depreciação	-	2,2%	6,3%	8,6%	9,3%	18,5%	-	-	16,7%	-	

Em garantia aos credores de determinadas operações de empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, foram dados bens do ativo imobilizado que em conjunto perfazem o montante contábil de aproximadamente R$ 483.7189 (2023 – R$ 522.281).

continua...

Continuação... **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores (i)	Imobilizado em andamento (i)	Canaviais (ii)	Formação floresta	Total
Saldo em 31 de março de 2022	31.914	121.735	583.961	52.182	1.154	3.107	72.482	142.106	216.478	5.122	1.230.241
Custo total	31.914	149.523	972.980	154.979	3.265	19.986	72.482	142.106	458.043	5.122	2.010.400
Depreciação acumulada	-	(27.788)	(389.019)	(102.797)	(2.111)	(16.879)	-	-	(241.565)	-	(780.159)
Valor residual	31.914	121.735	583.961	52.182	1.154	3.107	72.482	142.106	216.478	5.122	1.230.241
Adições	-	-	7.147	14.037	138	140	262.045	412.804	96.258	49.014	841.583
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	57.918	-	-	57.918
Baixas	-	-	(63)	-	-	(4)	-	-	-	-	(67)
Transferências	-	42.234	311.528	4.749	58	948	(189.355)	(170.162)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	-	(380)	-	-	-	-	-	-	(380)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.635)	(30.635)
Depreciação	-	(4.133)	(50.702)	(12.286)	(267)	(1.214)	-	-	(69.367)	-	(137.969)
Saldo em 31 de março de 2023	31.914	159.836	851.871	58.302	1.083	2.977	145.172	442.666	243.369	23.501	1.960.691
Custo total	31.914	191.757	1.291.516	166.728	3.461	20.840	145.172	442.666	487.715	23.501	2.805.270
Depreciação acumulada	-	(31.921)	(439.645)	(108.426)	(2.378)	(17.863)	-	-	(244.346)	-	(844.579)
Valor residual	31.914	159.836	851.871	58.302	1.083	2.977	145.172	442.666	243.369	23.501	1.960.691
Adições	-	454	5.983	6.811	125	370	75.130	580.422	68.385	53.849	791.529
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	91.090	-	-	91.090
Baixas	(691)	-	(58)	(58)	-	-	-	-	(7.437)	-	(8.244)
Transferências	-	327.117	825.820	2.627	2.314	9.350	(192.723)	(974.505)	-	-	-
Transferências para bens disponíveis para venda	-	-	-	(653)	-	-	-	-	-	-	(653)
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.351)	(33.351)
Depreciação	-	(5.985)	(71.030)	(11.855)	(299)	(1.428)	-	-	(56.216)	-	(146.813)
Saldo em 31 de março de 2024	31.223	481.422	1.612.586	55.174	3.223	11.269	27.579	139.673	248.101	43.999	2.654.249
Custo total	31.223	519.650	2.122.696	163.589	5.901	30.458	27.579	139.673	417.174	43.999	3.501.942
Depreciação acumulada	-	(38.228)	(510.110)	(108.415)	(2.678)	(19.189)	-	-	(169.073)	-	(847.693)
Valor residual	31.223	481.422	1.612.586	55.174	3.223	11.269	27.579	139.673	248.101	43.999	2.654.249
Taxa média de depreciação	-	2,2%	6,1%	8,6%	9,2%	18,1%	-	-	16,7%	-	

(i) Expansões e/ou melhorias dos processos industriais realizados pelo Grupo. Em 31/03/2024 os principais projetos em andamento têm como objetivo a instalação de uma fábrica de açúcar, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2024. (ii) Custo incorrido no plantio da cana-de-açúcar, que após seu período de maturação (estimado em 12 a 18 meses), passa a ser colhida por aproximadamente 6 safras, motivo pelo qual a Companhia adota a sistemática de depreciação conforme estimativa de produção da lavoura ao longo das safras. O custo incorrido na manutenção das lavouras, após o plantio, está apresentado na rubrica de Ativos Biológicos (Nota 12). (iii) Plantação de eucalipto que, após seu período de maturação (estimado em 7 anos), será transformado em matéria-prima (cavaco) utilizada na combustão das caldeiras de vapor. **16. Direito de uso** Estão reconhecidos como ativo, o direito de uso obtido através de celebração de contratos que transferem ao Grupo o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período, mediante uma contraprestação, enquadrados como contratos de arrendamentos, locações (veículos e máquinas) e parcerias agrícolas, embora esse último, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

	Controladora				Consolidado			
	Terras	Terras Parcerias	Veículos e implementos	Total	Terras	Terras Parcerias	Veículos e implementos	Total
Saldo em 31 de março de 2022	89.563	424.540	13.163	527.266	94.017	427.446	13.163	534.626
Adições - Notas 18. a) e 18. b)	-	69.802	17.867	87.669	4.719	135.906	17.867	158.492
Remensurações	1.138	(25.583)	-	(24.445)	1.233	(24.446)	-	(23.213)
Depreciação	(13.841)	(84.102)	(10.364)	(108.307)	(14.235)	(88.379)	(10.364)	(112.978)
Saldo em 31 de março de 2023	76.860	384.657	20.666	482.183	85.734	450.527	20.666	556.927
Custo total	107.931	647.839	47.055	802.825	117.279	718.004	47.055	882.338
Depreciação acumulada	(31.071)	(263.182)	(26.389)	(320.642)	(31.545)	(267.477)	(26.389)	(325.411)
Valor residual	76.860	384.657	20.666	482.183	85.734	450.527	20.666	556.927
Custo total	107.931	647.839	47.055	802.825	117.279	718.004	47.055	882.338
Depreciação acumulada	(31.071)	(263.182)	(26.389)	(320.642)	(31.545)	(267.477)	(26.389)	(325.411)
Valor residual	76.860	384.657	20.666	482.183	85.734	450.527	20.666	556.927
Adições - Notas 18. a) e 18. b)	145.657	70.964	37.330	253.951	146.666	72.459	37.330	256.455
Baixas	(37.151)			(37.151)	(37.151)			(37.151)
Remensurações	(2.650)	(27.201)	3.622	(26.229)	(2.488)	(27.305)	3.622	(26.171)
Depreciação	(14.743)	(79.707)	(16.322)	(110.772)	(15.436)	(84.874)	(16.322)	(116.632)
Saldo em 31 de março de 2024	167.973	348.713	45.296	561.982	177.325	410.807	45.296	633.428
Custo total	213.787	691.602	88.007	993.396	224.306	763.158	88.007	1.075.471
Depreciação acumulada	(45.814)	(342.889)	(42.711)	(431.414)	(46.981)	(352.351)	(42.711)	(442.043)
Valor residual	167.973	348.713	45.296	561.982	177.325	410.807	45.296	633.428

No exercício foi registrada adição de contratos de arrendamento de terra, parcerias agrícolas e locações, descritos na Nota 18. **17. Fornecedores**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	29.033	23.156	29.033	23.156
Fornecedores diversos (ii)	149.576	67.419	205.964	136.787
Fornecedores de milho (iii)	28	-	28	33
Fornecedores - partes relacionadas - nota 7 (b)	907	135	2.217	439
	179.544	90.710	237.242	160.415

(i) Os valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar refere-se a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual saldo remanescente de complemento de preço (que substancialmente são liquidados entre os meses de janeiro e março), calculados com base no preço final da safra, que utiliza o índice do ATR - Açúcar Total Recuperável divulgado pelo CONSECANA - Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do estado de São Paulo. Adicionalmente o saldo contempla o repasse aos fornecedores de cana-de-açúcar, referente ao reconhecimento dos Créditos de Descarbonização (CBios) – Nota 8 (b). (ii) O saldo de fornecedores diversos refere-se a compras de materiais, insumos, serviços e bens do ativo imobilizado. Os valores reconhecidos como fornecedores, ao custo amortizado, se aproximam de seu valor justo. **18. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Para os contratos que o Grupo reconheceu direito de uso, descritos na Nota 16, foi reconhecido como contrapartida um passivo de arrendamento através do fluxo de caixa descontado das contraprestações futuras, conforme descrito no item (c) dessa nota. Segue a movimentação dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar: **(a) Arrendamentos a pagar:**

	Controladora			Consolidado		
	Compromissos de arrendamentos	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento	Compromissos de arrendamentos	Ajuste a valor presente dos arrendamentos operacionais	Passivo de arrendamento
Saldo em 31/03/2022	140.448	4.879	145.327	144.759	5.070	149.829
Adições	17.867	-	17.867	22.586	-	22.586
Remensurações	1.979	-	1.979	2.074	-	2.074
Pagamentos	(41.340)	-	(41.340)	(42.671)	-	(42.671)
Apropriação encargos financeiros	-	18.020	18.020	-	19.190	19.190
Saldo em 31/03/2023	118.954	22.899	141.853	126.748	24.260	151.008
Adições	182.987	-	182.987	183.996	-	183.996
Remensurações	177	-	177	340	-	340
Pagamentos	(53.079)	-	(53.079)	(54.645)	-	(54.645)
Apropriação encargos financeiros	-	15.689	15.687	-	16.965	16.965
Baixas	(37.150)	-	(37.150)	(37.150)	-	(37.150)
Saldo em 31/03/2024	211.889	38.588	250.475	219.289	41.225	260.514
Circulante			51.717			53.296
Não circulante			198.758			207.218
			250.475			260.514

Além do montante a pagar pelo arrendamento de terras agrícolas, os saldos também são compostos por contratos de locação de veículos e máquina, sendo os referidos saldos descontados pelas taxas de acordo com data de inclusão de cada contrato. As adições ocorridas no exercício correspondem a contratos para exploração de 150 hectares de áreas de eucalipto e 5.798,14 de áreas de cana-de-açúcar. Os saldos de arrendamentos a pagar no passivo não circulante, têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	51.347	31.088	52.419	32.085
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	32.989	26.767	33.971	27.682
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	26.712	13.071	27.613	13.910
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	14.580	8.955	15.407	9.725
Abril de 2029 em diante	73.130	22.391	77.808	26.608
	198.758	102.272	207.218	110.010

(b) **Parcerias agrícolas a pagar:** No exercício findo em 31/03/2024 houve a adição de novos contratos de parceria agrícola, com prazo até novembro de 2038, descontado a taxas que variam de 11,34% a 13,27% ao ano (31/03/2023 – Prazo até novembro de 2029, descontado a taxa entre de 15,23% a 15,42% ao ano).

	Controladora			Consolidado		
	Compromissos de parcerias agrícolas	Ajuste a valor presente das parcerias agrícolas	Passivo de parcerias agrícolas	Compromissos de parcerias agrícolas	Ajuste a valor presente das parcerias agrícolas	Passivo de parcerias agrícolas
Saldo em 31/03/2022	533.411	(82.062)	451.349	536.335	(82.062)	454.273
Adições	69.802		69.802	135.906	-	135.906
Remensurações	(25.583)		(25.583)	(24.446)	-	(24.446)
Pagamentos	(123.322)		(123.322)	(134.092)	-	(134.092)
Apropriação encargos financeiros	-	50.374	50.374	-	57.916	57.916
Saldo em 31/03/2023	454.308	(31.688)	422.620	513.703	(24.146)	489.557
Adições	70.964	-	70.964	72.459	-	72.459
Remensurações	(27.202)	-	(27.202)	(27.307)	-	(27.307)
Pagamentos	(115.529)	-	(115.529)	(123.103)	-	(123.103)
Apropriação encargos financeiros	-	45.617	45.617	-	49.488	49.488
Saldo em 31/03/2024	382.541	13.929	396.470	435.752	25.342	461.094
Circulante			101.424			108.742
Não circulante			295.046			352.352
			396.470			461.094

Os saldos de parcerias agrícolas a pagar no passivo não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	77.539	83.083	84.773	90.616
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	59.312	68.634	65.917	75.545
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	49.554	48.968	55.615	55.308
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	40.245	38.524	45.805	44.341
Abril de 2029 em diante	68.396	76.491	100.242	109.722
	295.046	315.700	352.352	375.532

(c) **Remensuração de caixa das contraprestações a pagar:** Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas são remensurados, com as atualizações previstas em contrato sendo elas, IGPM e índice CONSECANA mensal. (d) **Fluxo de caixa das contraprestações a pagar:** Seguindo as práticas previstas no IFRS 16/CPC 06 (R2), o Grupo utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada para esses fluxos, para a mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso. O Grupo apresenta suas taxas incrementais nominais com base no custo estimado de captações observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e Consolidado	**Taxa incremental**	
Vigência dos contratos e anos	**31 de Dezembro de 2023**	**31 de março de 2023**
de 1 a 2	11,20%	13,89%
de 2 a 4	11,36%	13,85%
de 4 a 6	11,83%	14,33%
de 6 a 10	12,49%	15,23%
de 10 a 12	12,60%	15,35%
acima de 12	12,62%	15,42%

As taxas apresentadas acima, seguindo o IFRS 16/CPC 06 (R2), referem-se a taxas adotadas na data de adoção inicial ou adição de novos contratos, essas taxas só podem ser alteradas a medida em que novos contratos sejam firmados. Observando também a orientação do Ofício Circular CVM 02/2019, os possíveis créditos de PIS/COFINS foram mantidos na contraprestação dos arrendamentos. Adicionalmente em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, apresentamos a seguir as comparações entre as rubricas dos arrendamentos a receber, passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, das despesas de depreciação e financeira, para exercício findo em 31/03/2024 e para os exercícios futuros, considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Controladora	de 1º/04/2023 a 31/03/2024	de 1º/04/2024 a 31/03/2025	de 1º/04/2025 a 31/03/2026	de 1º/04/2026 a 31/03/2027	de 1º/04/2027 a 31/03/2028	de 1º/04/2028 a 31/03/2029	de 1º/04/2029 a 31/03/2033	de 1º/01/2033 a 31/03/2040	Total
Arrendamentos a receber									
CPC 06 (R2)	17.911	9.433	-	-	-	-	-	-	
Ofício CVM	18.669	10.035	-	-	-	-	-	-	
Variação %	4,23	6,38	-	-	-	-	-	-	
Direito de uso									
CPC 06 (R2)	561.982	451.157	349.942	275.598	210.863	156.111	40.867	-	
Ofício CVM	579.235	466.144	361.987	283.944	215.284	156.526	27.298	-	
Variação %	3,07	3,32	3,44	3,03	2,10	0,27	(33,20)	-	
Arrendamentos a pagar									
CPC 06 (R2)	250.475	213.722	175.728	150.035	126.195	113.591	69.568	-	
Ofício CVM	295.724	260.656	223.113	197.629	173.051	159.722	106.523	-	
Variação %	18,07	21,96	26,96	31,72	37,13	40,61	53,12	-	
Parcerias agrícolas a pagar									
CPC 06 (R2)	396.470	332.046	268.070	213.859	160.913	110.605	17.492	-	
Ofício CVM	445.159	383.915	316.273	261.587	201.960	142.290	22.385	-	
Variação %	12,28	15,62	17,98	22,32	25,51	28,65	27,97	-	
Despesa com depreciação									
CPC 06 (R2)	(110.772)	(110.825)	(101.215)	(74.344)	(64.735)	(54.752)	(115.244)	(40.867)	(672.754)
Ofício CVM	(111.325)	(113.091)	(104.157)	(78.043)	(68.660)	(58.758)	(129.228)	(27.298)	(690.560)
Variação %	0,50	2,04	2,91	4,98	6,06	7,32	12,13	(33,20)	2,65
Resultado financeiro									
CPC 06 (R2)	(58.603)	(57.534)	(47.578)	(38.391)	(29.858)	(22.202)	(44.418)	(17.092)	(315.676)
Ofício CVM	(62.690)	(65.645)	(55.985)	(46.659)	(37.563)	(28.959)	(61.582)	(26.870)	(385.953)
Variação %	6,97	14,10	17,67	21,54	25,81	30,43	38,64	57,21	22,26

Consolidado	de 1º/04/2023 a 30/09/2023	de 1º/10/2023 a 30/09/2024	de 1º/10/2024 a 30/09/2025	de 1º/10/2025 a 30/09/2026	de 1º/10/2026 a 30/09/2027	de 1º/10/2027 a 30/09/2028	de 1º/10/2028 a 30/09/2033	de 1º/10/2033 a 30/09/2040	Total
Arrendamentos a receber									
CPC 06 (R2)	17.911	9.433	-	-	-	-	-	-	
Ofício CVM	18.669	10.035	-	-	-	-	-	-	
Variação %	4,23	6,38	-	-	-	-	-	-	
Direito de uso									
CPC 06 (R2)	633.428	516.687	409.557	329.297	258.647	197.979	58.395	-	
Ofício CVM	654.097	535.031	424.898	340.881	266.245	201.512	47.706	-	
Variação %	3,26	3,55	3,75	3,52	2,94	1,78	(18,30)	-	
Arrendamentos a pagar									
CPC 06 (R2)	260.514	224.306	185.887	159.708	135.312	122.071	74.350	-	
Ofício CVM	305.838	271.322	233.359	207.393	182.261	168.294	111.365	-	
Variação %	17,40	20,96	25,54	29,86	34,70	37,87	49,78	-	
Parcerias agrícolas a pagar									
CPC 06 (R2)	461.094	392.818	324.848	266.465	209.150	154.193	38.322	-	
Ofício CVM	514.291	449.514	378.131	319.436	255.500	191.124	46.675	-	
Variação %	11,54	14,43	16,40	19,88	22,16	23,95	21,80	-	
Despesa com depreciação									
CPC 06 (R2)	(116.632)	(116.741)	(107.130)	(80.260)	(70.650)	(60.668)	(139.584)	(58.395)	(750.060)
Ofício CVM	(117.286)	(119.066)	(110.133)	(84.017)	(74.636)	(64.733)	(153.806)	(47.706)	(771.383)
Variação %	0,56	1,99	2,80	4,68	5,64	6,70	10,19	(18,30)	2,84
Resultado financeiro									
CPC 06 (R2)	(63.750)	(63.466)	(52.373)	(42.944)	(34.142)	(26.191)	(56.373)	(19.920)	(359.159)
Ofício CVM	(68.199)	(72.065)	(61.303)	(51.763)	(42.416)	(33.521)	(75.574)	(30.322)	(435.163)
Variação %	6,98	13,55	17,05	20,54	24,23	27,99	34,06	52,22	21,16

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Taxa de juros % (a.a)	Vencimento final	Garantias	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Em moeda nacional:								
FINEM	PRÉ/SELIC/TJLP/TLP	1,69 a 7,00	jun/35	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Ces. de créditos + Aplic. Financ. + Aval da CPar	39.190	31.231	39.190	31.231
FINEM	PRÉ	7,00 a 8,50	jun/35	Hipoteca + Cessão de créditos + Aval da CParticipações e CBioenergia	-	-	73.439	66.484
FINEM	SELIC	2,09	jun/35	Hipoteca + Aval da CParticipações	-	-	8.814	-
FINAME	PRÉ	5,80	dez/23	Alienação fiduc. + Cessão de créditos + Aval da CParticipações	-	-	-	2.591
FINAME	SELIC	1,80 a 2,21	nov/39	Hipoteca de 1º Grau + Aval da CParticipações	-	90.646	384.318	44.093
FINAME	PRÉ/TLP	3,52 a 6,00	jul/38	Alienação fiduc. + Cessão de créditos + Aval da CParticipações	83.762	2.415	83.762	90.646
FINAME	PRÉ	9,50 a 10,50	dez/25	Alienação fiduciária	1.448	7.478	1.448	2.415
FINEP	TR/PRÉ	2,30 a 7,00	jan/36	Carta de fiança	17.319	157.518	17.319	7.478
CPRF - Cédula de produto rural financeira	PRÉ	10,20 a 13,01	set/24	Cessão de créditos	164.039	69.435	164.039	157.518
CCB - Cédula de crésito bancario	CDI	2,10	ago/23	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Cessão de créditos	-	51.854	-	69.435
CDCA	CDI	0,90	jan/24	Sem garantias	-	-	-	51.854
CCE	CDI	1,80	ago/28	Aval Neomille	151.529	-	151.529	-
CCB	CDI	1,70 a 1,75	dez/28	Aval Neomille	308.436	-	308.436	-
CCB - Cédula de crésito bancario	CDI	1,70 a 1,75	mar/27	Aval CBioenergia	-	-	298.528	273.695
CCB - Cédula de crésito bancario (i)	CDI	2,50	set/24	Estoc. de milho e/ou etanol e/ou Aplic. Financ. + Aval CBioenergia	-	-	40.231	121.005
					765.723	410.577	1.571.053	918.445
					(202.364)	(103.807)	(421.383)	(220.479)
					563.359	306.770	1.149.670	697.966

Captações realizadas na Controlada, na modalidade FINAME, para aquisições de máquinas e equipamentos da nova unidade industrial em Maracaju - MS e da expansão da unidade industrial em Chapadão do Céu/GO e, na Controladora, para reforço de caixa, dentro do curso normal dos negócios e frente aos investimentos. (i) Essa modalidade prevê garantias mistas que podem ser compostas por estoque de milho e/ou etanol e/ou aplicações financeiras. Em 31/03/2024, havia aproximadamente o montante de R$ 44.000 de estoque de etanol e milho cedidos em garantia (2023 – R$132.000). O valor justo dos empréstimos e financiamentos estão sendo divulgados na Nota 20. Os saldos de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	-	181.175	-	371.258
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	62.954	31.958	143.148	95.114
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	157.768	18.948	244.362	78.220
Abril de 2027 em diante	342.638	74.689	762.161	153.374
	563.359	306.770	1.149.670	697.966

A movimentação dos empréstimos, no exercício, está apresentada na Nota 30. ***Covenants*** O Grupo possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*) em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, cujos descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pelo Grupo, do valor nominal devidamente atualizado. Os *covenants* financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro; e (iv) Liquidez Corrente Ajustada. Em 31/03/2024 e 2023, todos os requisitos encontram-se integralmente atendidos. **20. Debêntures**

Modalidade	Série	Classe	Indexador	"Remuneração % (a.a)"	Emissão	"Vencimento final"	Periodicidade Amortizações	Garantias	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Em moeda nacional:												
CRA (i)	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	1,00	mai/19	mai/24	Semestral, após carência de 36 meses	Cessão de créditos	42.778	129.715	42.778	129.715
CRA (ii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	5,0097	mar/21	mar/26	Única, no vencimento	Aval CBioenergia	-	-	300.152	287.349
CRA (iii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	6,2253	abr/22	abr/29	Abril 2028 e 2029	Aval CBioenergia	-	-	653.559	625.672
CRA (iv)	-	-	CDI	1,50	jul/22	abr/28	Anual, após carência de 21 meses	Aval CBioenergia	-	-	336.303	294.404
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	1,80	set/18	set/23	Anual, após carência de 12 meses	Cessão de créditos + Aval da CParticipações	-	20.000	-	20.000
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	4,15	mar/20	mar/27	Semestral, após carência de 48 meses	Cessão de créditos + Aval da CParticipações em condições suspensivas	216.472	241.872	216.472	241.872
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	7,96	mar/23	mar/31	Semestral, após carência de 72 meses	Sem Garantias	357.270	342.556	357.270	342.556
									616.519	734.143	1.906.533	1.941.568
Circulante									(116.150)	(145.201)	(294.258)	(163.406)
Não circulante									500.369	588.942	1.612.275	1.778.162

(i) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (25ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Vert Companhia Securitizadora). (ii) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora). (iii) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (150ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). (iv) CPR-F utilizadas como lastro em operação de securitização (206ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). Os saldos de debêntures no passivo não circulante, em 31 de março, têm a seguinte composição de vencimento:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025*	-	113.336	-	305.534
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	86.928	76.567	450.649	404.158
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	84.485	74.166	177.918	161.742
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	20.828	20.513	108.375	101.320
Abril de 2028 em diante	308.129	304.360	875.334	805.408
	500.369	588.942	1.612.275	1.778.162

A movimentação das debêntures, no exercício, está apresentada na Nota 30. ***Covenants*** O Grupo possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (*covenants*) em determinados contratos de debêntures, cujos eventuais descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pelo Grupo, do valor nominal devidamente atualizado. Os *covenants* financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; e (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro (líquido). Na data-base 31/03/2024, o Grupo não atendeu à determinada exigência prevista em cláusula de *covenants* financeiros, de vencimento antecipado não automático, de um único contrato. Contudo, de maneira preventiva, o Grupo obteve em 25/03/2024 a anuência (*waiver*) junto ao credor, que após análises, deu ciência do fato, renunciando ao seu direito de executar as dívidas relacionadas ao contrato, motivo pelo qual o Grupo manteve os saldos relacionados ao respectivo contrato contabilizados conforme seu cronograma normal de vencimento. Em 31/03/2024, todos os demais requisitos encontram-se integralmente atendidos (31/03/2023 – todos foram atendidos). **Valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures** Em 31/03/2024 e de 2023, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures do Grupo se aproximam do valor justo, no nível 2 da hierarquia. A administração avaliou e concluiu que as dívidas pós-fixadas, incluindo o valor contábil das dívidas designadas para *hedge accounting* já considerando o *swap*, continuam representando a taxa média de captação do Grupo, e para as dívidas pré-fixadas calculou o valor justo corrigindo as parcelas futuras pelas taxas contratadas até seu vencimento, e trouxe a valor presente pela curva futura do CDI acrescido de um spread de 2,0% a.a. em cada data-base. Em complemento a análise acima, efetuamos o cálculo do valor justo dos CRAs que possuem negociação no mercado secundário, conforme demonstrado abaixo:

				Consolidado			
Modalidade	Código	Indexador	Vencimento	Valor justo*	Saldo contábil - Dívida	Saldo Contábil - Swap	Valor Justo - Swap
CRA 2019	CRA019002MM	CDI + 1,00% a.a.	16/05/2024	44.784	42.778	(729)	(931)
CRA 2021	CRA021000M9	IPCA + 5,01% a.a.	16/03/2026	295.863	300.152	(56.323)	(57.092)
CRA 2022	CRA021005W1	IPCA + 6,2253% a.a.	15/03/2028	625.320	653.559	(35.617)	(16.504)

*Calculado com base nas informações de negociação do mercado secundário em 28/03/2024. **21. Tributos a recolher – Passivo não circulante** A administração do Grupo, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, ingressou e obteve mandados de segurança, nos quais discute temas a seguir:

Controladora	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Exclusão de ICMS/PIS/COFINS da Contribuição Previdenciária (i)	35.505	9.787	-	-	45.292
Diferencial de Alíquotas (ii)	18.981	1.932	-	-	20.913
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	286	32	-	-	318
IRPJ e CSLL Sobre rendimentos financeiros abaixo do IPCA (iii)	25.598	5.173	(2.706)	-	28.065
Outros temas em discussão	-	168	-	-	168
	80.370	17.092	(2.706)	-	94.756

Consolidado	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Exclusão de ICMS/PIS/COFINS da Contribuição Previdenciária (i)	35.505	9.787	-	-	45.292
Diferencial de Alíquotas (ii)	18.981	1.932	-	-	20.913
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	510	204	-	-	714
IRPJ e CSLL Sobre rendimentos financeiros abaixo do IPCA (iii)	25.598	5.173	(2.706)	-	28.065
ICMS sobre importação de equipamentos e outros temas	923	1.648	-	-	2.571
Temas em discussão	81.517	18.744	(2.706)	-	97.555
Parcelamento COFINS	515	-	-	(291)	224
Parcelamento IRPJ	3.353	-	-	(937)	2.416
Parcelamento CSLL	1.193	-	-	(323)	870
Parcelamentos tributários	5.061	-	-	(1.551)	3.510
	86.578	18.744	(2.706)	(1.551)	101.065

(i) Suspensão da exigibilidade da inclusão do ICMS, do PIS e da COFINS na base de cálculo da contribuição previdenciária devida pela agroindústria, para o qual já foi obtida decisão favorável em 1ª instância. (ii) Suspensão da exigibilidade do diferencial de alíquota nas compras de fornecedores localizados em outra unidade federativa. (iii) Suspensão da exigibilidade da tributação do IRPJ e CSLL, sobre a parcela da inflação embutida nos rendimentos de aplicações financeiras. Amparado pelos referidos mandados de segurança, a parcela dos referidos tributos em questionamento não vem sendo recolhida e estão sendo atualizadas segundo as mesmas regras aplicáveis para tributos em atraso, estando apresentado no passivo não-circulante, levando-se em consideração que a administração prevê que seu julgamento final não deverá ocorrer em prazo inferior a 12 meses, sendo também possível, em eventual julgamento com desfecho desfavorável do processo, ser objeto de pedido de parcelamento. **22. Provisão para contingências** O Grupo é parte em processos trabalhistas, tributários e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes de processos tributários, cíveis e administrativos são estimadas, registradas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de consultores legais externos para as causas classificadas como de risco de perda provável. As provisões para eventuais perdas de processos trabalhistas são registradas para todas as causas nas quais o Grupo é parte, independente da sua classificação de risco de perda, sendo a estimativa apurada levando-se em consideração a esfera na qual se encontra o processo e o histórico dos pagamentos efetuados nos últimos doze meses para os processos liquidados na mesma esfera (% apurado do valor pago sobre o valor da causa). (a) **Perdas prováveis** As provisões estão demonstradas a seguir:

Controladora	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Trabalhistas	17.622	9.798	(2.182)	(11.821)	13.417
Tributária	171	-	-	-	171
Cível	-	50	-	-	50
	17.793	9.848	(2.182)	(11.821)	13.638
Circulante	15.859				11.446
Não circulante	1.934				2.192
	17.793				13.638

Controladora	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Trabalhistas	22.697	6.791	(1.717)	(10.149)	17.622
Tributária	171	-	-	-	171
Administrativo	8	-	-	(8)	-
Cível	40	-	(40)	-	-
	22.916	6.791	(1.757)	(10.157)	17.793

Consolidado	2023	Adições	Reversões	Liquidações	2024
Trabalhistas	26.626	13.158	(12.956)	(12.339)	14.489
Tributária	801	-	-	-	801
Administrativo	-	3	-	-	3
Cível	-	50	-	-	50
	27.427	13.211	(12.956)	(12.339)	15.343
Circulante	18.749				12.431
Não circulante	8.678				2.912
	27.427				15.343

Consolidado	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
Trabalhistas	32.111	7.877	(2.351)	(11.011)	26.626
Tributária	171	630	-	-	801
Administrativo	385	-	(377)	(8)	-
Cível	40	-	(40)	-	-
	32.707	8.507	(2.768)	(11.019)	27.427

(b) **Passivos contingentes** Os processos cuja probabilidade de perda seja avaliada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível, que precisam ser confirmados por eventos futuros ainda incertos, e que estão fora do controle da Companhia e sua controlada, não foram objeto de provisão contábil. Os passivos contingentes são representados pelas naturezas abaixo demonstradas:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ambientais	230	212	261	217
Cíveis				
Indenizatórias	294	625	294	2.278
Outras	745	1.784	745	1.784
Tributário				
Tributos federais (i)	20.827	18.974	58.211	55.913
Compensação tributos federais	3.504	3.156	3.598	3.239
ICMS (ii)	29.545	26.673	29.545	26.673
Outras	-	-	1.172	1.172
Total	55.145	51.424	93.826	91.276

Processos tributários (i) Os processos da Controladora são decorrentes, substancialmente, de Procedimento Fiscal de lavrado para exigência dos valores relativos às contribuições relacionadas à Riscos ambientais e previdenciária sobre a Comercialização da Produção Rural. Já os processos da Controlada tratam, substancialmente, de execução fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débito de IPI, na qual não foi reconhecida pela fiscalização a possibilidade de inclusão desse débito na sistemática de pagamento especial prevista no artigo 3º MP nº 470/2009, por entender não se tratar de débito indevidamente compensado com o crédito-prêmio de IPI e, dessa forma, desconsiderando o pagamento já efetuado pela Controlada. (ii) Os processos tratam de suposto crédito de ICMS indevido na Controladora, oriundos do registro de controle de crédito de ICMS do ativo permanente – CIAP e de créditos de ICMS de óleo diesel aplicado em algumas atividades agrícolas. **23. Adiantamentos de clientes** Em 31/03/2024, os saldos correspondem, substancialmente, a contratos de compra e venda de açúcar VHP no valor nominal de R$700.000. Os adiantamentos de clientes são recebidos, especialmente de *tradings* que comercializam, no mercado externo, o açúcar que será produzido pela Companhia. Estes adiantamentos são obrigações de contratos com clientes, e os volumes de açúcar serão entregues conforme especificações definidas em contrato. A composição de vencimento dos saldos está demonstrada a seguir por exercício social:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	159.042	8.668	196.103	9.311
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	238.749	-	238.749	-
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	268.851	-	268.851	-
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	110.963	-	110.963	-
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	95.826	-	95.826	-
	873.431	8.668	910.492	9.311
Circulante	159.042	8.668	196.103	9.311
Não circulante	714.389	-	714.389	-
	873.431	8.668	910.492	9.311

24. Patrimônio líquido (a) Capital social O capital social da Companhia está dividido em 458.277.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Lucro por ação** O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	40.295	242.803
Média ponderada do número de ações ordinárias no período - em milhares	458.277	458.277
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	0,0879	0,5298

O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas), ajustada pela quantidade média ponderada dos instrumentos com efeitos diluidores. Em 31/03/2024 e 2023, como a Companhia não possui nenhum instrumento com efeito diluidor, o lucro líquido diluído é igual ao lucro líquido básico por ação. **(c) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculados sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, além da exclusão da reserva legal, também é realizado o ajuste da reserva de incentivos fiscais (Nota 23 (d)), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	40.295	242.803
(-) Reserva legal (5%)	(2.015)	(12.140)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(49.975)	(123.741)
(=) Base de cálculo	-	106.922
Dividendos mínimo "total" (25%)	-	(26.730)
Composição do juros sobre o capital próprio:		
Juros sobre capital próprio bruto	-	(31.388)
Efeito de imposto de renda (alíquota de 15%)	-	4.710
Juros sobre capital próprio líquido	-	(26.678)
Deliberações divididas em:		
Juros sobre capital próprio líquido, atribuído como dividendo mínimo obrigatório	-	(26.678)
Dividendo mínimo obrigatório	-	(52)

No exercício findo em 31/03/2024, não houve deliberação de distribuição de dividendos antecipados ou de juros sobre o capital próprio aos acionistas, também não tendo sido apurado dividendo mínimo a ser distribuído. Em 31/05, 30/06, 29/07 e 31/08/2022, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleias Gerais Extraordinárias, deliberaram aprovar a distribuição de juros sobre capital próprio nos montantes de R$6.500, R$16.539 R$4.173 e R$4.173, respectivamente, totalizando R$31.389, que líquidos do imposto de renda retido na fonte, montam em R$26.678, os quais foram distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios. Adicionalmente a Companhia destinou R$ 52 a título de dividendos mínimos obrigatórios, totalizando R$ 26.731, os quais foram liquidados no exercício social findo em 31/03/2024. **(d) Reserva de lucros Reserva legal** É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido, após terem sidos compensados os prejuízos acumulados, apurados ao final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de incentivos fiscais** No exercício findo em 31/03/2024 se refere às parcelas da subvenção - Produzir no montante de R$ 49.975 incorridas de 1°/04/2023 à 31/12/2023 em decorrência dos efeitos da Lei 14.789 (Nota 1.7) (2022 - subvenção - Produzir anual no montante de R$ 83.711 (Notas 1.1 e 34) e ao crédito outorgado de ICMS no montante de R$ 40.030 (Nota 1.4), que somadas, perfazem o montante de R$ 123.741), cujos efeitos foram refletidos no resultado do exercício e transferidos para a rubrica reserva de incentivos fiscais, observando o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014. Tal reserva só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos. Até 31/12/2023, esses incentivos poderiam entrar na base de cálculo da distribuição de dividendos, desde que fossem tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social, pelas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Companhia, não incluiu o incentivo fiscal na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório (nota 23 (c)), motivo pelo qual são transferidos para a reserva de incentivos fiscais. A partir de janeiro de 2024, devido a alteração na Legislação Tributária (Nota 1.9) o referido benefício fiscal deixou de ser incorporado à Reserva de Incentivos Fiscais, passando a compor o lucro líquido a ser destinado pelos acionistas. **Reserva de retenção de lucros** Não houve saldo remanescente de lucro apurado no exercício social findo em 31/03/2023 a ser destinado, tendo sido absorvido R$ 25.711 da reserva de retenção de lucros para a constituição das Reservas Legal e de Incentivos Fiscais A administração propôs a manutenção da retenção do saldo remanescente da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 297.509, para que seja utilizado nas operações de investimento e capital de giro, conforme orçamento de capital a ser submetido à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a que forem também submetidas a aprovação destas demonstrações financeiras. **(e) Ajustes de avaliação patrimonial** Corresponde aos resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos de *swap*), ainda não realizadas, classificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa, apurados a partir da adoção em 1°/04/2022 (Nota 2.15). O referido saldo é revertido do patrimônio líquido ao resultado do exercício a medida em que ocorrem a realização das referidas operações que foram objetos de *hedge*. A composição do saldo está demonstrada a seguir:

Controladora	2024	2023
Efeitos de instrumentos finaceiros derivativos na Controladora - Hedge accounting	(25.688)	1.785
IR e CS sobre os efeitos de Hedge accounting na Controladora	5.240	(607)
Total controladora	(20.448)	1.178
Efeitos de equivalência reflexa (Hedge accounting na Controlada)	(12.106)	(11.925)
Ajustes de avaliação patrimonial	(32.554)	(10.747)

25. Classificação e valor justo 25.1 Classificação A classificação de ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

continua...

Continuação... Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total 2024	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total 2023
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.181.855	-	-	1.181.855	785.282	-	-	785.282
Aplicações financeiras	11.767	4.249	-	16.016	13.318	5.030	-	18.348
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.379	94.747	106.126	-	152	81.633	81.785
Contas a receber e outros ativos	39.145	-	-	39.145	22.623	-	-	22.623
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	-	-	-	-	25.814	-	-	25.814
Arrendamentos a receber	17.911	-	-	17.911	26.274	-	-	26.274
Depósitos judiciais	3.752	-	-	3.752	4.893	-	-	4.893
	1.254.430	15.628	94.747	1.364.805	878.204	5.182	81.633	965.019
Passivos financeiros								
Fornecedores e outros passivos	181.730	-	-	181.730	101.117	-	-	101.117
Arrendamentos e parcerias a pagar	646.945	-	-	646.945	564.473	-	-	564.473
Empréstimos e financiamentos	765.723	-	-	765.723	410.577	-	-	410.577
Debêntures	616.519	-	-	616.519	734.143	-	-	734.143
Instrumentos financeiros derivativos	-	8.687	54.960	63.647	-	11	29.475	29.486
Adiantamentos de clientes	873.431	-	-	873.431	8.668	-	-	8.668
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	-	26.728	-	-	26.728
	3.084.348	8.687	54.960	3.147.995	1.845.706	11	29.475	1.875.192

Consolidado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total 2024	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total 2023
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.692.363	-	-	1.692.363	1.219.772	-	-	1.219.772
Aplicações financeiras	11.767	21.056	-	32.823	13.318	5.030	-	18.348
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.379	215.515	226.894	-	(1.190)	160.463	159.273
Contas a receber e outros ativos	130.942	-	-	130.942	103.610	-	-	103.610
Arrendamentos a receber	17.911	-	-	17.911	26.274	-	-	26.274
Depósitos judiciais e compulsórios	19.836	-	-	19.836	16.500	-	-	16.500
	1.872.819	32.435	215.515	2.120.769	1.379.474	3.840	160.463	1.543.777
Passivos financeiros								
Fornecedores e outros passivos	241.428	-	-	241.428	171.928	-	-	171.928
Arrendamentos e parcerias a pagar	721.608	-	-	721.608	640.565	-	-	640.565
Empréstimos e financiamentos	1.571.053	-	-	1.571.053	918.445	-	-	918.445
Debêntures	1.906.533	-	-	1.906.533	1.941.568	-	-	1.941.568
Instrumentos financeiros derivativos	-	17.388	127.362	144.750	-	3.739	92.417	96.156
Adiantamentos de clientes	910.492	-	-	910.492	9.311	-	-	9.311
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	-	26.728	-	-	26.728
	5.351.114	17.388	127.362	5.495.864	3.708.545	3.739	92.417	3.804.701

25.2 Valor justo dos ativos e passivos Exceto por contratos a termo de etanol e dólar, negociados no ambiente da B3, classificados no Nível 1, os ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo foram classificados no Nível 2 e foram avaliados levando em consideração preços observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo, por não possuírem preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos. Os ativos biológicos, por ter preços não observáveis e pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo na data de mensuração, foram avaliados pelo método do fluxo de caixa descontado (Nível 3), a movimentação está apresentada na Nota 11.2.

Controladora	2024 Nível 1	2024 Nível 2	2024 Nível 3	2023 Nível 1	2023 Nível 2	2023 Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	4.249	-	-	5.030	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	106.126	-	-	81.785	-
Ativos biológicos	-	-	170.278	-	-	196.592
	-	110.375	170.278	-	86.815	196.592
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	24.472	39.175	-	-	29.486	-

Consolidado	2024 Nível 1	2024 Nível 2	2024 Nível 3	2023 Nível 1	2023 Nível 2	2023 Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	21.056	-	-	5.030	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	226.894	-	-	159.273	-
Ativos biológicos	-	-	214.349	-	-	196.592
	-	247.950	214.349	-	164.303	196.592
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	41.860	102.890	-	478	95.678	-

26. Receita de contratos com clientes

Receita liquida de vendas:	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita bruta	1.596.127	1.620.810	2.879.817	2.673.645
Tributos sobre vendas	(274.484)	(262.311)	(441.105)	(401.431)
Incentivos fiscais	62.695	123.741	135.711	204.345
Composição de receitas liquidas de vendas:	1.384.338	1.482.240	2.574.423	2.476.559
Etanol hidratado (i)	983.747	1.175.213	1.587.392	1.867.775
Etanol anidro (ii)	-		278.593	
Energia elétrica	130.969	124.641	118.880	116.880
CBIOs	82.613	32.333	88.222	35.855
Milho	-		36	-
DDG	-	-	206.530	204.086
Óleo de milho	-	-	57.232	39.531
Outras (iii)	124.314	26.312	101.826	8.087
Incentivos fiscais (iv)	62.695	123.741	135.712	204.345
	1.384.338	1.482.240	2.574.423	2.476.559

(i) Diminuição da receita de etanol decorre, principalmente, da queda de preços do etanol, que acompanhou a queda nos preços da gasolina (Notas 1.4 e 1.5), em virtude da paridade existente entre os preços do etanol e gasolina. (ii) Conforme mencionado na Nota 1, a Controlada iniciou a produção de etanol anidro em abril de 2023, após conclusão do projeto de expansão e obtenção de licenças regulatórias. (iii) Referem-se à vendas de cana-de-açúcar, prestação de serviços agrícolas e soja, em ambos os períodos. (iv) O Grupo possui subvenções concedidas pelo Estado de Goiás (Nota 1.1). Essas subvenções referem-se a créditos tributários de ICMS sobre vendas que são registrados como receita de vendas na demonstração do resultado. **27. Custos e despesas por natureza** O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e despesas baseados na sua função. A natureza desses custos e despesas apropriados estão apresentadas a seguir:

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Consumo de matéria-prima e insumos	(407.788)	(341.521)	(1.269.936)	(1.024.098)
Variação no valor justo de ativo biológico	(13.159)	(81.400)	(13.736)	(81.400)
Reversão de ajuste ao valor realizável de estoques	(165)	(6.912)	(165)	(10.385)
Corte, transbordo e transporte	(87.028)	(83.961)	(87.028)	(83.961)
Salários, encargos e benefícios	(126.133)	(95.432)	(202.362)	(133.342)
Material de uso e consumo	(119.076)	(67.236)	(144.638)	(77.337)
Serviços de terceiros	(39.466)	(37.601)	(78.314)	(54.333)
Fretes sobre vendas	(52.788)	(52.662)	(84.287)	(94.940)
Depreciação e amortização	(58.267)	(38.915)	(93.058)	(54.041)
Depreciação de canaviais	(47.611)	(72.419)	(47.611)	(72.419)
Depreciação direito de uso	(93.281)	(106.187)	(93.281)	(106.187)
Amortização de tratos (ativo biológico)	(181.197)	(107.257)	(181.197)	(107.257)
Amortização de gastos de entressafra	(85.417)	(60.875)	(85.417)	(60.875)
Compra de energia (revenda)	(23.207)	(24.039)	(23.207)	(24.039)
Custos de venda CBIOS	(38.280)	(36.084)	(43.882)	(39.378)
Outras receitas (despesas), liquidas	-	(5.037)	(12.015)	(14.787)
	(1.372.864)	(1.217.538)	(2.460.134)	(2.038.779)
Classificados como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(1.211.484)	(1.011.373)	(2.221.565)	(1.768.067)
Variação no valor justo de ativo biológico	(13.159)	(81.400)	(13.159)	(81.400)
Despesas com vendas	(87.000)	(73.571)	(158.181)	(125.024)
Despesas gerais e administrativas	(61.221)	(51.194)	(67.229)	(64.288)
	(1.372.864)	(1.217.538)	(2.460.134)	(2.038.779)

28. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita pela alienação de planta portadora - Nota 7(c)	69.528	-	69.528	-
Custo pela alienação de planta portadora - Nota 7(c)	(7.438)	-	(7.438)	-
Resultado na alienação de imobilizado	4.087	1.328	4.930	1.328
Incentivos fiscais (a)	-	-	11.531	1.542
Provisão diferencial de alíquota	-	(5.312)	-	(5.312)
Crédito tributários - Lei 14.789/23	3.504	-	3.504	
Resultado na venda de sucata	1.533	1.942	1.548	1.947
Impostos e taxas	(1.490)	(1.173)	(2.968)	(3.135)
Recuperação de despesas	93	106	3.364	106
Outras	(11)	(544)	10.435	166
Outras receitas (despesas), líquidas	69.806	(3.653)	94.434	(3.358)

(a) Refere-se a benefícios fiscais instituídos para incentivar o desenvolvimento econômico, a instalação de projetos de infraestruturas para a produção no município de Maracaju-MS. O incentivo fiscal consiste em reduzir até 60% do valor correspondente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre os serviços tomados de construção civil necessários para implantação da referida unidade produtiva. **29. Resultado financeiro**

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(136.708)	(79.236)	(276.271)	(217.352)
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	(61.306)	(68.394)	(66.453)	(77.106)
Perdas em operações com derivativos	(78.611)	(48.245)	(295.226)	(182.888)
Perdas em operações com derivativos (hedge de valor justo)	(2.979)	(877)	(2.979)	(877)
Tributos sobre operações financeiras	(3.610)	(2.970)	(6.124)	(7.647)
Juros e atualização monetária sobre tributos a recolher	(6.338)	(5.226)	(7.027)	(10.729)
Despesas e comissões bancárias	(19.347)	(5.539)	(21.203)	(6.952)
Despesas com avais - Nota 8	(1.691)	(1.865)	(3.619)	(2.071)
Outras despesas financeiras	(18.412)	(4.412)	(20.328)	(6.310)
Despesas financeiras	(329.002)	(216.764)	(699.230)	(511.932)
Ganhos em operações com derivativos	76.931	55.553	244.704	142.870
Ganhos em operações com derivativos (hedge de valor justo)	1.387	924	1.387	924
Rendimento de aplicação financeiras	73.954	43.799	113.200	145.687
Juros sobre créditos tributários (a)	955	10	7.919	3.721
AVP arrendamentos	2.703	3.589	2.703	3.589
Outras receitas financeiras	1.479	1.384	5.427	4.351
Receitas financeiras	157.409	105.259	375.340	301.142

Os encargos financeiros sobre empréstimos, financiamento e debêntures de recursos aplicados para financiamento de ativos qualificáveis foram capitalizados e estão apresentados segregadamente na Nota 30 (c). **30. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa (a) Venda de imobilizado** Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Valor contábil liquido - venda imobilizado	15	7.553	67	8.244	67
Valor contábil liquido - venda bens disponíveis para venda		1.792	488	2.445	488
Resultado na alienação de imobilizado		4.087	1.328	4.930	1.328
Valores recebidos na alienação de imobilizado		13.432	1.883	15.619	1.883

(b) Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

Adições totais ao imobilizado e intangével	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Adição de imobilizado (inclui canavial)	15	(270.358)	(264.399)	(882.619)	(923.665)
Adição de intangível		(302)	(206)	(302)	(434)
Efeitos que não envolvem caixa					
Juros capitalizados	15	3.999	-	91.090	57.918
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	28.c	21.180	9.347	356.710	115.437
Total de adições conforme demonstração do fluxo de caixa		(245.481)	(255.258)	(435.121)	(750.744)

(c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")

Controladora

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos financeiros derivativos (líquidos)	Arrendamentos e parcerias a pagar	Arrendamentos a receber	Adiantamentos de clientes	Dividendos e JSCP a pagar	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Total
Saldo em 31 de março de 2022	248.660	482.145	(36.220)	596.676	(32.519)	-	23.335	(344.370)	(7.946)	929.761
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	200.000	350.000	-	-	-	-	-	-		550.000
Pagamentos	(48.837)	(115.048)	(7.471)	(116.243)	-	-	(23.335)	-	-	(310.934)
Recebimentos	-	-	-	-	10.675	-	-	-	-	10.675
Encargos financeiros pagos	(26.909)	(38.019)	-	(48.419)	-	-	-	-	-	(113.347)
Variação líquida	-	-	-	-	-	-	-	(440.912)	(8.695)	(449.607)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa										
Captações	9.347	-	-	-	-	8.668	-	-	-	18.015
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	26.730	-	-	26.730
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	64.065	(841)	-	-	-	-	63.224
Efeitos hedge accounting	-	-	(1.786)	-	-	-				(1.786)
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	28.316	55.065	(6.822)	68.394	(3.589)	-	-	-	(1.706)	139.658
Saldo em 31 de março de 2023	410.577	734.143	(52.299)	564.473	(26.274)	8.668	26.730	(785.282)	(18.347)	862.389
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	466.057	-	-	-	-	-	-	-	-	466.057
Pagamentos	(147.259)	(137.585)	(23.034)	(118.368)	-	-	(26.730)	-	-	(452.976)
Recebimentos	-	-	-	-	10.270	-	-	-	-	10.270
Encargos financeiros pagos	(49.319)	(54.198)	-	(50.240)	-	-	-	-	-	(153.757)
Variação líquida	-	-	-	-	-	850.959	-	(396.573)	4.441	458.827
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa										
Captações para aquisição de ativo fixo (FINAME/FINEM)	21.180	-	-	-	-		-	-	-	21.180
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-		-	-	-	-
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	189.776	796	-	-	-	-	190.572
Juros capitalizados	3.999	-	-	-	-	-	-	-	-	3.999
Efeitos hedge accounting	-	-	27.474	-	-	-	-	-	-	27.474
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	60.488	74.159	5.380	61.304	(2.703)	13.804	-	-	(2.110)	210.322
Saldo em 31 de março de 2024	765.723	616.519	(42.479)	646.945	(17.911)	873.431	-	(1.181.855)	(16.016)	1.644.357

Consolidado

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos financeiros derivativos (líquidos)	Arrendamentos e parcerias a pagar	Arrendamentos a receber	Adiantamentos de clientes	Dividendos e JSCP a pagar	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Total
Saldo em 31 de março de 2022	931.986	888.229	(58.221)	604.102	(32.519)	-	23.335	(1.144.378)	(7.946)	1.204.588
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	200.000	950.000	-	-	-	-	-	-	-	1.150.000
Pagamentos	(58.326)	(249.041)	(60.865)	(120.914)	-	-	(23.335)	-	-	(512.481)
Recebimentos	-	-	-	-	10.675	-	-	-	-	10.675
Encargos financeiros pagos	(75.148)	(102.585)	-	(55.849)	-	-	-	-	-	(233.582)
Variação líquida	-	-	-	-	-	-	-	(75.394)	(8.695)	(84.089)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa										
Captações	115.437	-	-	-	-	9.311	-	-	-	124.748
Conversão de empréstimos em debêntures (i)	(294.952)	294.952	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	26.730	-	-	26.730
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	136.120	(841)	-	-	-	-	135.279
Juros capitalizados	57.918	-	-	-	-	-	-	-	-	57.918
Efeitos hedge accounting	-	-	16.282	-	-	-	-	-	-	16.282
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	41.530	160.013	39.687	77.106	(3.589)	-	-	-	(1.706)	313.041
Saldo em 31 de março de 2022	918.445	1.941.568	(63.117)	640.565	(26.274)	9.311	26.730	(1.219.772)	(18.347)	2.209.109
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa										
Captações	466.057	-	-	-	-	-	-	-	-	466.057
Pagamentos	(237.873)	(137.585)	(93.541)	(122.905)	-	-	(26.730)	-	-	(618.634)
Encargos financeiros pagos	(86.510)	(107.669)	-	(54.843)	-	-	-	-	-	(249.022)
Variação líquida	-	-	-	-	-	887.377	-	(472.591)	(11.884)	402.902
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa										
Captações para aquisição de ativos fixos (FINAME/FINEM)	356.710	-	-	-	-	-	-	-	-	356.710
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	192.340	796	-	-	-	-	193.136
Juros capitalizados	20.566	70.524	-	-	-	-	-	-	-	91.090
Efeitos hedge accounting	-	-	27.741	-	-	-	-	-	-	27.741
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	133.658	139.695	46.773	66.451	(2.703)	13.804	-	-	(2.592)	395.086
Saldo em 31 de março de 2024	1.571.053	1.906.533	(82.144)	721.608	(17.911)	910.492	-	(1.692.363)	(32.823)	3.284.445

(i) Empréstimo captado originalmente na modalidade CPR e convertido, em julho de 2022, para modalidade CRA (nota 20 (iv)). **31. Informações por segmento** a) **Resultado consolidado por segmento**

31/03/2024

Consolidado	"Cana" Etanol	"Cana" Energia	"Milho" Etanol	"Milho" "Co-produtos de milho"	"Outros não segmentos"	Eliminações	Total
Receita de contratos com clientes	1.127.173	157.371	924.871	264.450	137.418	(36.859)	2.574.423
Custo dos produtos vendidos	(934.834)	(179.973)	(631.333)	(27.130)	(485.154)	36.859	(2.221.565)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	(13.159)	-	-	-	-	-	(13.159)
Lucro (prejuízo) bruto	179.180	(22.602)	293.538	237.320	(347.737)	-	339.699
Margem bruta	15,90%	-14,36%	31,74%	89,74%	-253,05%	0,00%	13,21%
Despesas com vendas	(52.519)	(32.787)	(47.993)	(23.188)	(1.696)	-	(158.181)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	27.205	-	27.205
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	126.661	(55.389)	245.545	214.132	(322.227)	-	208.723
Margem operacional	11,24%	-35,20%	26,55%	80,97%	-234,49%	0,00%	8,12%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	(168.428)	-	(168.428)
Lucro líquido (prejuízo) do período	-	-	-	-	-	-	40.295

(Valores em milhares de reais - R$)

31/03/2023

Consolidado	Cana Etanol	Cana Energia	Milho Etanol	Milho Co-produtos de milho	Outros não segmentos	Eliminações	Total
Receita de contratos com clientes	1.330.101	159.704	766.818	250.764	(4.759)	(26.070)	2.476.559
Custo dos produtos vendidos	(865.466)	(136.848)	(763.704)	(19.060)	(9.059)	26.070	(1.768.067)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	(81.400)	-	-	-	-	-	(81.400)
Lucro bruto	383.235	22.856	3.114	231.704	(13.818)	-	627.092
Margem bruta	28,81%	14,31%	0,41%	92,40%	290,34%	0,00%	25,32%
Despesas com vendas	(51.956)	(18.298)	(37.072)	(14.353)	(3.346)	-	(125.024)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	(67.646)	-	(67.646)
Lucro antes do resultado financeiro	331.280	4.559	(33.958)	217.351	(84.810)	-	434.422
Margem operacional	24,91%	2,85%	-4,43%	86,68%	1782,03%	0,00%	17,54%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	(191.619)	-	(191.619)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	242.803

O segmento "Cana" Etanol da Companhia é responsável pela produção da totalidade do bagaço de cana utilizado para queima nas caldeiras do segmento "Cana" Energia. Por se tratar de resíduo da produção de etanol, sem apresentar mercado alternativo para venda na região em que é produzido, não existe transferência de custos do segmento etanol para o segmento de energia, em relação ao bagaço produzido na produção do etanol e utilizado na geração de energia. Os principais custos incorridos na produção de energia são os custos com a biomassa alternativa (eucalipto), depreciação e mão de obra. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, são eliminadas as operações com a Controlada, relacionadas ao fornecimento de energia, vapor e outros, os quais não são eliminados na apresentação do resultado de cada um dos segmentos, vistos isoladamente. O Grupo possui clientes que concentram mais de 31% de suas receitas (31/03/2023 – mais de 27%). Os quatro maiores clientes de venda de etanol, correspondem a cerca de 69,7% da receita total, e os 30,3% restante, estão distribuídos entre os demais clientes de etanol, energia e co-produtos de milho (31/03/2023 – 71,9% e 28,1%, respectivamente). b) **Outros não pertencentes a segmentos reportáveis** A receitas informadas na coluna "outros não segmentados" referem-se a vendas pontuais subprodutos da cana, prestação de serviços agrícolas e venda soja em ambos os exercícios. As despesas operacionais correspondem a despesas administrativas, gerais e outras operacionais liquidas incorridas pelo Grupo, no montante de R$ 27.205 (22/23 – R$ 67.646), as quais não são atribuíveis a segmentos específicos. As despesas com vendas diretamente atribuíveis a cada um dos segmentos reportáveis são a eles atribuídos, remanescendo parcela não atribuível no montante de R$ 1.696 (Safra 2022/2023 – R$ 3.346). As outras receitas e despesas correspondem ao resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, apurados pelo Grupo. **Ativos operacionais consolidados por segmento** Os principais ativos do Grupo foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custos que estão alocados ou a identificados em função da sua natureza.

31/03/2024

Consolidado	Cana Etanol	Cana Energia	Milho Etanol	Milho Co-produtos de milho	Outros não segmentos	Eliminações	Total
Contas e receber de clientes	20.096	10.718	11.288	17.003	-	(3.767)	55.337
Estoques	48.527	-	465.959	215	-	-	514.701
Ativos biológicos	151.348	-	-	-	-	-	151.348
Imobilizado	939.677	122.842	1.477.498	217.901	-	-	2.756.235
Intangível	820	-	381	-	-	-	1.201
Direito de uso	561.982	-	71.446	-	-	-	633.428
Total dos ativos alocados	1.722.450	133.560	2.191.467	70.223	-	(3.767)	4.112.250
Demais ativos não alocáveis					4.166.791	(1.243.973)	2.922.818
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	1.722.450	133.560	2.191.467	70.223	4.166.791	(1.247.740)	7.035.068

31/03/2023

Consolidado	Cana Etanol	Cana Energia	Milho Etanol	Milho Co-produtos de milho	Outros não segmentos	Eliminações	Total
Contas e receber de clientes	3.467	9.695	9.215	35.829	-	(2.507)	55.699
Estoques e adiantamento a fornecedores	113.532	-	398.039	230	-	-	511.801
Ativos biológicos	202.642	-	-	-	-	-	202.642
Imobilizado	775.561	125.207	1.088.064	53.756	-	-	2.042.588
Intangível	1.017	-	542	-	-	-	1.559
Direito de uso	482.183	-	74.744	-	-	-	556.927
Total dos ativos alocados	1.578.402	134.902	1.570.603	89.815	-	(2.507)	3.371.216
Demais ativos não alocáveis					2.485.626	(548.262)	1.937.364
Total dos ativos conforme balanço patrimonial	1.578.402	134.902	1.570.603	89.815	2.485.626	(550.769)	5.308.580

Os valores das adições aos ativos não circulantes, com exceção dos ativos financeiros, impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são os seguintes:

Adições	2024	2023
Cana		
Etanol	150.270	202.991
Energia	25.386	35.389
Subtotal	175.656	248.380
Milho		
Etanol	428.694	469.916
Co-produtos de milho	58.993	22.095
Subtotal	487.687	492.011
Total	663.343	740.392

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos. **32. Benefícios a empregados 32.1 Benefícios assistenciais** O Grupo provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio farmácia, ticket alimentação/refeição, previdência privada, refeitório e auxílio parcial de bolsa de estudo, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados, de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. **32.2 Participação dos funcionários** O Grupo possui programa de participação nos resultados, acordados com os representantes dos funcionários, cujas vigências são de um ano, iniciadas em 1º de abril de cada ano. Esse programa tem por objetivo o incentivo de aprimoramento do trabalho, quer por natureza técnica, quer por relacionamento de pessoal. Em 31/03/2024, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante consolidado, inclui o montante de R$ 16.537 (2023 - R$ 11.185) referente à participação nos seus resultados. Estes benefícios são provisionados no decorrer do exercício e pagos aos funcionários anualmente. **32.3 Incentivo a longo prazo** O ILP (Incentivo a longo prazo) é um instrumento de remuneração de longo prazo, apurado anualmente e iniciado em 1°/04/2015, que visa proteger a remuneração dos executivos do Grupo ao longo dos anos, das variáveis externas do mercado e incentivar a desempenhos superiores, projetando o desenvolvimento do Grupo. Após as apurações das metas financeiras e individuais/setoriais vinculadas ao PPAR (Prêmio de Participação Ativa nos Resultados), é apropriado o percentual da remuneração variável à cada executivo e determinada a parcela que será paga dentro de 4 anos. Em 31/03/2024, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante e não circulante consolidado, inclui o montante de R$ 9.761 (2023 - R$ 17.185), referente ao incentivo de longo prazo que serão liquidados no decorrer dos próximos quatro anos. **33. Compromissos** Em 31/03/2023 e 2022, o Grupo tinha firmado os seguintes compromissos: **(a) Vendas no mercado interno** A Companhia possui 79% e a Controlada 61% do volume de etanol a ser produzido no exercício social a findar em 31/03/2025 (2024: Companhia possuía 55% e a Controlada 79%) contratados, com preço a ser fixado pelo índice ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz semanal, e prêmios já pré-definidos. **(b) Venda de energia elétrica** Conforme contrato celebrado com a empresa Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") há o compromisso de venda de energia elétrica conforme demonstrado abaixo:

Compromisso 2023 (MWh)	Entregue ate 31/03/2024	À entregar 2023	Saldo à entregar total do contrato	Preço MWh/ano	Índice correção Vigência Final	Vigência Final
105.120	1.860	103.260	208.380	R$ 355,96	IPCA	fev-25
55.188	1.290	53.898	164.274	R$ 322,39	IPCA	jan-26
148.920	36.720	112.200	1.899.240	R$ 197,76	IPCA	dez-35
162.060	39.960	122.100	3.363.300	R$ 323,99	IPCA	dez-43
46.428	11.448	34.980	1.056.396	R$ 286,19	IPCA	dez-45
517.716	91.278	426.438	6.691.590			

(c) Venda de açúcar VHP (mercado externo) Em consonância com a decisão pela implantação da fábrica de açúcar VHP (Nota 1.2), a Companhia firmou compromissos contratuais de entrega de volumes do produto em safras futuras, que foram negociados em preços fixados ou a fixar, conforme demonstrado abaixo:

Período de entrega	Volume a ser entregue (em toneladas)
Safra 2024/25	222.000
Safra 2025/26	449.000
Safra 2026/27	382.000
De abril de 2027 em diante	83.000
Volume total compromissado para entrega	1.136.000

(d) Compra de milho A Companhia celebra contratos de compra de milho junto aos seus fornecedores, a preços pré-estabelecidos, para atender a sua produção de etanol. Em 31/03/2024, A Companhia possuía contratos de compra de milho a preço fixo, totalizando o volume de 1.241 mil toneladas (2023 – 277 mil toneladas), a serem entregues até o final de 2024. **34. Cobertura de seguros** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pela administração para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação e seus consultores de seguros.

Controladora e Consolidado Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Seguro Patrimonial - Controladora	630.000
Compreensivo empresarial - Controladora	7.737
Compreensivo empresarial (Responsabilidade civil) - Controladora	2.000
Benfeitoria e produtos agropecuários - Controladora	12.000
Responsabilidade civil geral	15.000
Seguro Garantia - Controladora	118.261
Seguro Frota (veículos leves e pesados) Controladora	3000 + 100% fipe
Drone - Controladora	1.455
Seguro Patrimonial - Controlada	350000 + 100% fipe
Seguro Garantia - Controlada	2.723
Seguro Frota (veículos leves e pesados) Controlada	2800 + 100% fipe
Risco de Engenharia - Controlada (Maracaju/MS)	950.574
Responsabilidade Civil Obras - Controlada (Maracaju/MS)	10.000

Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. **35. Eventos Subsequentes Aprovação da segunda fase de investimentos para produção de açúcar VHP** Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21/05/2024, foi aprovado investimento de R$ 189.000 destinado à ampliação da fábrica de açúcar VHP, que está sendo instalada no parque industrial da Controladora em Chapadão do Céu/GO. A expectativa é que a segunda fase da nova fábrica inicie suas operações na primeira metade da safra 25/26, ampliando a capacidade total de produção para aproximadamente 540 mil toneladas de açúcar por ano safra.

A Diretoria

Diretor Presidente - **Renato Henrique Pretti** | Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - **Gustavo de Marchi Galvão Oliveira** | Diretor Comercial, Logística e Suprimentos - **Charles Wagner Zanotti**

Conselho de Administração

Luciano Sanches Fernandes; Andréa Sanches Fernandes; Caio Fernandes Dias; João Bosco Silva; Marcos de Barros Lisboa; Roberto Rodrigues

Contador

Lucas Milhorim - CRC: SP-328522-O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cerradinho Bioenergia S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cerradinho Bioenergia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada ("Consolidado" ou "Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cerradinho Bioenergia S.A. e da Cerradinho Bioenergia S.A. e sua controlada em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Mensuração do valor justo de ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) - Notas 2.10, 3.1 (a) e 11** Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos. A determinação do valor justo destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade do canavial, (iii) quantidade e preço futuro do ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iv) custos de tratos culturais, da terra utilizada, dos ativos contributórios e do corte, transbordo e transporte (CTT) e (v) taxa de desconto dos fluxos de caixa. O ajuste a valor justo na valorização dos ativos biológicos da Companhia, em 31 de março de 2024, foi estimado em uma perda de R$ 42.965 mil (2023 - perda de R$ 32.242 mil), sendo o impacto no resultado do exercício findo em 31 de março de 2024 de uma perda de R$ 10.723 mil (2023 - perda de R$ 84.016 mil). Esse é o principal assunto de atenção de nossa auditoria, uma vez que há significativo julgamento em relação às principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo menos despesas de venda, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, os seguintes: Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para mensuração do valor justo desses ativos, bem como a análise do modelo utilizado para essa estimativa. Avaliamos também a razoabilidade da metodologia adotada, bem como da coerência lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado e sua consistência em relação ao ano anterior. A consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado foram testadas mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela administração e com dados externos públicos relacionados ao setor sucroalcooleiro. Também realizamos a comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia, bem como efetuamos análises de sensibilidade, considerando diferentes cenários de preços. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as premissas utilizadas pela Administração da Companhia e suas respectivas divulgações em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 12 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

NEOMILLE S.A.

CNPJ/MF nº 47.062.997/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SAFRA 2023/24

Chapadão do Céu, 31/03/2024 - A Neomille S.A. ("Neomille" ou "Companhia"), com unidade industrial em Chapadão do Céu/GO, empresa atuante no setor de etanol de milho e coprodutos, apresenta o Relatório de Administração e o conjunto das Demonstrações Financeiras do período de 12 meses, iniciado em 1º/04/2023 e encerrado em 31/03/2024, preparadas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil advindas dos pronunciamentos e interpretações técnicas emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. **Descrição dos Negócios** A Neomille S.A. iniciou sua operação em 11/2019, tendo como atividade a produção de etanol de milho e produtos para alimentação animal. A Companhia, situada no município de Chapadão do Céu, sudoeste de Goiás, garante a proximidade para originação de matéria-prima (milho) e escoamento do produto (etanol). Possui capacidade de moagem de 1.460 mil toneladas de milho, produzindo Etanol Hidratado e Anidro, DDG ("*Distillers Dried Grain*") e de óleo, os dois últimos destinados à nutrição animal. **Dados Operacionais** Guiados pelo DNA e por meio de toda infraestrutura, a Neomille atua em dois mercados: biocombustível, com produção de etanol hidratado, e alimentação animal, com os DDGs e óleo de milho. A safra 2023/24 foi marcada pela expansão da Neomille em Goiás e pela nova unidade em Maracaju, aumentando sua capacidade de moagem e iniciando a produção de etanol anidro. Foram moídas 908 mil toneladas de milho, volume 60% superior à safra anterior, conforme já explicado, fruto da expansão. O resultado foi uma produção de etanol (hidratado e anidro equivalente) 59% superior, atingindo a marca de 399 mil m³. Além disso, a partir do milho, foram produzidas 215 mil toneladas de DDGs e 14,6 mil toneladas de óleo de milho. Em 10/2021, foi concluída a certificação da Neomille no programa Renovabio, passando, a partir de então, emitir CBIOs e tendo a opção de negociá-los. Deste modo, durante a safra 2023/24, foram emitidos 48 mil CBIOs a partir da venda de etanol hidratado advindo do milho.

DADOS OPERACIONAIS	SF23/24	SF22/23	VAR. %
Moagem de milho (mil t)	908	566	60%
Produção de etanol (mil m³)	399	251	59%
Produção de DDG (mil t)	215	146	48%
Produção de óleo (mil t)	14,6	7,0	109%
Emissão de CBIOs (mil)	48	53	(9%)

Dados Financeiros (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DADOS FINANCEIROS	SF23/24	SF22/23	VAR. %
Receita líquida (R$ mil)	1.226.944	1.020.390	20%
Etanol de milho	958.015	766.818	25%
DDG	206.966	208.217	(1%)
Óleo	57.232	42.547	35%
Outras	4.731	2.808	69%
EBITDA Ajustado (R$ mil)	161.982	188.499	(14%)
Margem EBITDA Ajustado (R$ mil)	14%	19%	(5p.p.)
Lucro Líquido (R$ mil)	45.892	83.752	(45%)

No comparativo da safra encerrada em 31/03/2024 em relação à anterior, a receita líquida da Neomille apresentou aumento de 20%, totalizando R$ 1.228 milhões. Este aumento é reflexo do maior volume vendido, decorrente da expansão, que compensou em parte os preços de etanol que passaram a safra 2023/24 em deterioração. A Companhia demonstra o EBITDA Contábil conforme Resolução CVM 156, mas adota o EBITDA ajustado, excluindo efeitos não caixa e não recorrentes, com objetivo de demonstrar da melhor maneira sua geração operacional de caixa. Neste sentido, o EBITDA Ajustado atingiu R$ 162 mil na safra 2023/24, com margem de 14%, conforme reconciliação a seguir:

"COMPOSIÇÃO DO EBITDA (em R$ mil)"	SF23/24	SF22/23	VAR. %
EBITDA Ajustado	161.982	188.499	(14%)
Margem EBITDA ajustado	14%	19%	(5p.p.)
(-)Depreciação e Amortização	(34.539)	(15.126)	128%
(-) Despesa financeira líquida	(152.297)	(99.285)	53%
(=) Lucro antes do IR e CS	(24.854)	74.088	(134%)

DADOS FINANCEIROS	Mar/24	Mar/23	VAR. %
Dívida Líquida (R$ mil)	1.534.435	1.269.985	21%
Liquidez (x)	2,26	3,22	(30%)
Alavancagem LTM (x)	9,47	6,74	41%

Investimentos (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

"COMPOSIÇÃO DO CAPEX (em R$ mil)"	SF23/24	SF22/23	VAR. %
Melhoria operacional			
Equipamentos/ Reposições	4.277	1.959	118%
Modernização/Expansão			
Eucalipto	33.828	35.056	(4%)
Projetos	574.156	680.169	(16%)
Total	607.984	715.225	(15%)
Total geral	612.261	717.184	(15%)

Para a safra 2023/24, o CAPEX de melhoria operacional somou R$ 4,3 milhões na safra, refletindo uma maior necessidade de aquisição de equipamentos e um maior investimento na melhoria do processo, fruto da expansão da unidade em Chapadão e da nova unidade em Maracaju-MS. Em Modernização/Expansão, os investimentos relacionados a expansão já concluída da planta de Etanol de Milho em Chapadão do Céu, bem como a nova unidade em Maracaju-MS, explicam a redução de 16% nos dispêndios da Companhia. **Remuneração aos Acionistas (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)** A Companhia distribui, anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício (ano safra), após os ajustes legais (conforme artigo 31 do Estatuto Social) e excluído o ganho com incentivos Fiscais de ICMS refletidos no resultado. Além disso, alternativamente ao pagamento de dividendos, a Administração da Companhia poderá propor que sejam pagos juros sobre o capital próprio, que farão substituir a figura dos dividendos mínimos previstos neste Estatuto Social, tudo conforme o disposto no Artigo 9º da Lei nº. 9.249/1995, com suas alterações posteriores e normas regulamentares. Adicionalmente, a Administração propõe que o saldo remanescente de lucros seja destinado a reserva de retenção, ficando à disposição para deliberação da Assembleia Geral. Na safra 2023/24 não houve deliberação de distribuição de dividendos intermediários ou de juros sobre capital próprio. A tabela a seguir demonstra esta premissa referente aos exercícios findos em 31/03/2024 e de 2023:

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio	SF 23/24	SF 22/23
1) Lucro líquido realizado na safra	**45.891**	**83.752**
(-) Reserva legal - 5%	(2.295)	(4.188)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(96.707)	(82.776)
2) Base (Lucro líquido) passível de distribuição	-	-
(x) Percentual mínimo a distribuir	25%	25%
3) Dividendo mínimo obrigatório na safra	-	-
4) Juros sobre o capital próprio aos acionistas	-	**10.415**
(+) Juros sobre capital próprio líquido de imposto de renda	-	10.415

Balanços Patrimoniais em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	521.244	434.490
Aplicações financeiras		6.071	-
Contas a receber	6	28.291	45.044
Estoques	8	466.174	398.269
Instrumentos financeiros derivativos	9	484	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		38.588	22.394
Tributos a recuperar	10	306.975	115.430
Outros ativos		8.013	16.925
		1.375.840	1.032.552
Não circulante			
Tributos a recuperar	10	99.263	89.144
Depósitos judiciais e compulsórios	11	16.084	11.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	138.111	67.271
Instrumentos financeiros derivativos	9	120.284	77.488
Ativos biológicos	2.7	44.071	22.260
Outros ativos		61.179	22.696
		478.992	290.466
Imobilizado	13	1.694.471	1.141.820
Direito de uso	14	71.446	74.744
Intangível		381	542
		2.245.290	1.507.572
Total do ativo		3.621.130	2.540.124

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	15	61.465	72.212
Arrendamentos a pagar	16	1.579	1.417
Parcerias agrícola a pagar	16	7.318	7.105
Empréstimos e financiamentos	17	219.019	116.672
Debêntures	18	178.108	18.205
Instrumentos financeiros derivativos	9	81.103	66.670
Salários e encargos sociais		13.147	6.969
Imposto de renda e contribuição social a recolher		68	99
Tributos a recolher		1.662	8.503
Adiantamentos de clientes		37.061	643
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	20 (c)	-	25.814
Provisão para contingências	19	985	2.890
Outros passivos		2.978	1.632
		604.493	328.831
Não circulante			
Arrendamentos a pagar	16	8.460	7.738
Parcerias agrícola a pagar	16	57.306	59.832
Empréstimos e financiamentos	17	586.311	391.196
Debêntures	18	1.111.906	1.189.220
Salários e encargos sociais		1.652	2.091
Tributos a recolher		6.309	6.208
Provisão para contingências	19	720	6.744
		1.772.664	1.663.029
Total do passivo		2.377.157	1.991.860
Patrimônio líquido	20		
Capital social		964.569	314.569
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(12.107)	(11.925)
Reservas de lucros		291.511	245.620
Total do patrimônio líquido		1.243.973	548.264
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.621.130	2.540.124

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Vendas brutas de produtos e serviços		1.328.050	1.084.519
Receitas relativas a construção de ativos próprios		630.110	663.146
Outras receitas		15	5
		1.958.175	1.747.670
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados		(1.214.434)	(1.137.466)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(440.385)	(382.269)
Outras despesas		(30.775)	(19.444)
		(1.685.594)	(1.539.179)
Valor adicionado bruto		272.581	208.491
Depreciação	23	(39.838)	(15.126)
Valor adicionado líquido produzido		232.743	193.365
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	217.931	195.883
Outros		3.270	-
		221.201	195.883
Valor adicionado total a distribuir		453.944	389.248
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal - remuneração direta		(64.451)	(30.825)
Pessoal - benefícios		(13.163)	(4.626)
Pessoal - FGTS		(4.783)	(1.911)
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		40.247	47.306
Estaduais		(17.653)	(22.525)
Municipais		11.531	1.542
Juros e demais despesas financeiras sobre captações	25	(370.228)	(295.168)
Outras		10.447	711
Juros sobre capital próprio	20 (c)	-	(12.253)
Dividendos	20 (c)	-	-
Lucros retidos do exercício		(45.891)	(71.499)
Valor adicionado distribuído		(453.944)	(389.248)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangentes Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		45.891	83.752
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:			
Hedge accounting, líquido dos efeitos tributários	23 (e)	(12.107)	(11.925)
Total do resultado abrangente do exercício		33.784	71.827

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de março Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2024	2023
Receita de contratos com clientes	22	1.226.943	1.020.390
Custo dos produtos vendidos	23	(1.047.030)	(782.764)
Lucro bruto		179.913	237.626
Despesas com vendas	23	(71.181)	(51.453)
Despesas gerais e administrativas	23	(6.008)	(13.094)
Outras despesas, líquidas	24	24.718	294
		(52.471)	(64.253)
Lucro operacional		127.442	173.373
Despesas financeiras		(369.885)	(295.168)
Receitas financeiras		217.588	195.883
Resultado financeiro	25	(152.297)	(99.285)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(24.855)	74.088
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12	-	(5.453)
Diferidos	12	70.746	15.117
Lucro líquido do exercício		45.891	83.752
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Cia. durante o exercício (Expresso em milhares de reais por ação)	20 (b)	3,4583	6,3114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(24.855)	74.088
Ajustes de: Depreciação e amortização	23	34.791	15.126
Resultado líquido de venda/alienação de ativo imobilizado		(1.496)	-
Provisão para pagamento de aval		2.852	432
Instrumentos financeiros derivativos	4.2 (b)	41.393	46.509
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações, líquidas	4.2 (b)	138.224	118.162
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar e a receber	4.2 (b)	5.147	8.712
Atualização de depósitos judiciais		(1.062)	(128)
Reconhecimento e correções de créditos tributários (Pis/Cofins/Presumido IPI)	24/25	(6.963)	(3.711)
Provisão de premiação aos colaboradores (ILP e PPAR)		2.187	2.534
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques		-	3.473
Provisão para obsolescência		(193)	-
Provisão para contingências	19	(7.412)	705
		182.613	265.902
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		16.754	18.603
Estoques		(61.852)	(223.527)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	(27.208)
Tributos a recuperar (incluindo IRCS)		(210.895)	(129.175)
Ativo biológico		1.550	-
Outros ativos		(31.255)	(24.924)
Depósitos judiciais		(3.415)	(145)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(8.136)	38.871
Salários e encargos sociais		3.555	1.184
Tributos a recolher		(7.715)	13.096
Pagamentos de contingências		(517)	(862)
Adiantamentos de clientes		36.418	-
Outros passivos		(572)	(3.794)
Caixa líquido aplicado nas atividade operacionais		(83.467)	(71.979)
Encargos financeiros pagos	4.2 (b)	(90.662)	(112.805)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	4.2 (b)	(70.507)	(53.394)
Encargos financeiros pagos - arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	4.2 (b)	(4.603)	(7.430)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(12.012)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(249.239)	(257.620)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de (investimento em) aplicações financeiras		(5.589)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		2.187	-
Aquisição de imobilizado e intangível (incluí canaviais)	4.2 (c)	(189.640)	(553.404)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(193.042)	(553.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos - captações	4.2 (b)	-	-
Empréstimos e financiamentos - pagamentos	4.2 (b)	(90.614)	(9.489)
Debêntures - captações	4.2 (b)	-	600.000
Debêntures - pagamentos	4.2 (b)	-	(133.993)
Arrendamentos e parcerias a pagar - pagamentos	4.2 (b)	(4.537)	(4.671)
Aporte ao capital social		650.000	-
Dividendos pagos		(15.399)	-
Juros sobre capital próprio pagos	20 (c)	(10.415)	(6.341)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		529.035	445.506
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		86.754	(365.518)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	434.490	800.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	521.244	434.490

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros: Legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de março de 2022		314.569	-	7.903	97.642	68.576	-	488.690
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	83.752	83.752
Resultado com derivativos - Hedge accounting	20 (e)	-	(11.925)	-	-	-	-	(11.925)
Total do resultado abrangente do exercício			(11.925)				83.752	71.827
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas								
Constituição (destinação) de reservas	20 (d)	-	-	4.188	82.776	(3.212)	(83.752)	-
Juros sobre o capital próprio	20 (c)	-	-	-	-	(12.253)	-	(12.253)
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas				4.188	82.776	(15.465)	(83.752)	(12.253)
Saldo em 31 de março de 2023		314.569	(11.925)	12.091	180.418	53.111	-	548.264
Resultado abrangente do exercício								
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.891	45.891
Resultado com derivativos - Hedge accounting	20 (e)	-	(182)	-	-	-	-	(182)
Total do resultado abrangente do exercício			(182)				45.891	45.709
Contribuições e distribuições dos/aos acionistas								
Aporte de Capital		650.000	-	-	-	-	-	650.000
Constituição (destinação) de reservas	20 (c)	-	-	2.295	96.707	(53.111)	(45.891)	-
Total das contribuições e distribuições dos/aos acionistas				2.295	96.707	(53.111)	(45.891)	650.000
Saldo em 31 de março de 2024		964.569	(12.107)	14.386	277.125	-	-	1.243.973

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional 1.1 Informações gerais A Neomille S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Cerradinho Açúcar, Etanol e Energia, foi constituída em 27/03/1973 e em junho de 2018, completou seu processo de reestruturação societária e operacional. A Companhia tem como atividade preponderante a produção e comercialização de etanol hidratado carburante, farelo de milho e óleo de milho. Está sediada no município de Chapadão do Céu, no Estado de Goiás, ao lado do parque industrial de sua Controladora, Cerradinho Bioenergia S.A. (em conjunto o "Grupo"), garantindo a proximidade para originação de matéria-prima (milho) e escoamento do produto (etanol). O Grupo Cerradinho como um todo, controlado pela Cerradinho Participações S.A., possui também outras partes relacionadas que fazem parte do mesmo grupo econômico, dentre elas Cerradinho Logística Ltda., Cerradinho Terras Ltda. e W7 Energia Ltda., com as quais a Companhia realizam transações e possuem saldos em aberto, conforme divulgado na Nota 7. A operação da Companhia teve início em novembro de 2019, tendo como atividade a produção de etanol de milho e produtos para alimentação animal, e está situada ao lado do atual parque industrial de sua Controladora, o que garante a proximidade da região produtora para originação de matéria-prima (milho). Após avanços advindos da ampliação do seu parque industrial (Nota"1.2), a Companhia possui capacidade de moagem anual de 820 mil toneladas de milho, produção de 386 mil m3 de etanol, 238 mil toneladas de DDG ("Distillers Dried Grain") e 11 mil toneladas de óleo. Em 04/2023, após conclusão do projeto de expansão e obtenção de licenças regulatórias, a Companhia deu início a produção de etanol anidro, passando a capacidade de moagem anual de 820 mil para 1.428 mil toneladas de milho, produção de 386 mil para 620mil m3 de etanol, de 238 mil para 414 mil toneladas de DDG ("Distillers Dried Grain") e de 11 mil para 19 mil toneladas de óleo. Do total de produção de 620mil m3 de etanol, 562 mil m3 podem ser transformados em álcool anidro, para atender ao mercado interno ou externo. Grande parte da produção de etanol da Companhia são escoados por meio da Cerradinho Logística Ltda. (parte relacionada do Grupo). A Companhia conta com incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste até 2032. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor do incentivo apurado no período é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 22), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recolher". **1.2 Incentivo do ICMS outorgados pelo Estado de Goiás** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito outorgado, com redução parcial até 2032. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização do Etanol Anidro Carburante e é calculado sobre o volume em "litros" multiplicado pelo valor fixo de R$0,44/litro. A utilização do benefício está condicionada ao saldo devedor de ICMS a recolher após a aplicação do benefício fiscal do Produzir (Nota 28). O valor do incentivo apurado no exercício é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 22), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recuperar". **1.3 Incentivos fiscais de Maracaju - MS** A Controlada possui incentivo fiscal relacionado à redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado crédito presumido, com redução parcial até 2032 firmado através de TARE com a Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul. O reconhecimento do benefício está condicionado a comercialização dos produtos Etanol Anidro Carburante, Etanol Hidratado Carburante, DDG, WDG e Óleo de milho. O benefício sobre o Etanol Anidro Carburante é calculado sobre o volume em "litros" multiplicado pelo valor fixo de R$0,63/litro, o Etanol Hidratado Carburante é aplicado o percentual de 9,8% sobre o valor da operação, o DDG e WDG é aplicado o percentual de 75% sobre o valor do ICMS devido na operação e o Óleo de milho é aplicado o percentual de 58% sobre o valor do ICMS devido na operação. A utilização do benefício do Etanol Anidro Carburante está condicionada ao saldo devedor de ICMS e dos demais produtos ao ICMS destacado na operação. Os valores dos incentivos apurados no exercício são registrados na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 26), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recuperar" para o Etanol Anidro Carburante e "Tributos a recolher" para os demais produtos. **1.4 Investimentos Construção de parque industrial (*greenfield*) para processamento de milho** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 foi aprovado investimento de R$ 1,4 bilhão para construção e capital de giro da primeira fase da nova indústria de etanol de milho da Neomille S.A., a qual está sendo instalada no município de Maracaju, sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul. A nova unidade será construída em duas fases e, quando estiver operando na capacidade total, poderá processar até 1,2 milhão de toneladas de milho por ano, resultando em 532 milhões de litros de etanol (sendo 266 milhões de litros em cada fase do projeto), 330 mil toneladas de DDGs (*Dried Distillers Grains with Solubles*), 105 GWh de energia e 22 mil toneladas de óleo. As obras da primeira fase foram iniciadas em 03/2022, tendo sido investidos R$ 1.035.571 e iniciou a produção em janeiro de 2024. **1.5 Conflito entre Rússia e Ucrânia** Em 24 fevereiro de 2022, foi iniciada guerra entre Rússia e Ucrânia. As sanções e embargos econômicos feitos por outros países à Rússia e Belarus podem afetar a cadeia de suprimentos da Companhia, uma vez que Rússia e Belarus constam entre os principais países fornecedores de fertilizantes NPK: nitrogenados (N), fosfatados (P) e de potássio (K) utilizados na produção do milho, sendo o Brasil altamente dependente de importações desses países. A Companhia continua monitorando o fornecimento, mesmo entendendo que a situação já tenha sido normalizada. **1.6 Impactos relacionados às mudanças climáticas** A Companhia é agente da Política Nacional de Biocombustível ("RenovaBio") produzindo biocombustíveis (etanol, energia elétrica e outros) com potencial para substituir combustíveis fósseis. Nesse sentido, os efeitos positivos em relação às mudanças climáticas, estão intrínsecos na própria operação. Adicionalmente, a Companhia concentra esforços em realizar sua produção de forma ambientalmente eficiente. Como destaque, vale mencionar o fator de emissão de CBIOs obtido pela Controladora, que ocupa a 7ª melhor nota entre 266 unidades produtoras de EHC participantes do programa RenovaBio, em nível nacional. A Controlada persegue incessantemente a melhora no referido indicador, para o qual possui a meta de aumentar em 150% até o final da safra 2027. Neste contexto, trabalha na construção de cadeia de custódia do milho, buscando demonstrar que sua originação decorre de áreas ambientalmente adequadas e que, tanto o plantio quanto a colheita, seguem boas práticas agronômicas e ambientais. A produção de milho, principal matéria-prima do processo produtivo, está sujeita ao risco relacionado ao clima e às mudanças climáticas. **1.5 Reforma Tributária sobre o consumo** Promulgada em 20/12/2023 a Proposta de Emenda à Constituição ("PEC") nº 45/2019, que estabelece a denominada Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo que traz como principal objetivo a simplificação e transparência do atual sistema tributário brasileiro. De acordo com o texto preliminar da Reforma, o modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, no âmbito estadual e municipal, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), no âmbito federal, o Programa de Integração Social PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Está também previsto ser criado o Imposto Seletivo ("IS") pelo qual o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) será substituído. O IS incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar. Está previsto que a regulamentação da PEC será através de Leis Complementares, porém a expectativa é que a alíquota média do futuro IVA fique na casa de 27%. De acordo com o texto preliminar da reforma tributária, terá uma alíquota padrão, uma alíquota reduzida e isenções para alguns produtos e serviços. Conforme prevê o texto preliminar, haverá um período de transição entre 2026 e 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. A Companhia tem acompanhado desde o início da tramitação da PEC na Câmara dos Deputados e participado de fóruns de discussões sobre os temas relacionados as atividades econômicas da Companhia, porém, os possíveis impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/03/2024. **1.4 Alterações na tributação de combustíveis Mudanças trazidas pela Lei Complementar 194 de 23/06/2022** Publicada no diário oficial extraordinário no dia 23/06/2022, a Lei Complementar n° 194 (LC 194) trouxe alguns impactos na questão tributária dos combustíveis, alterando impostos e contribuições como ICMS, PIS, COFINS e CIDE, com consequente efeito na redução de preço dos referidos produtos, que esteve em vigor no período de 23/06 a 31/12/2022. A Medida Provisória 1.157 publicada no diário oficial extraordinário de 1°/01/2023, prorrogou, até 28/02/2023, os efeitos da Lei Complementar n° 194 para as contribuições ao PIS e a COFINS, mantendo reduzidas a zero as alíquotas dessas contribuições incidentes sobre as operações realizadas com biocombustíveis e combustíveis fosseis. **Mudanças trazidas pela Emenda Constitucional 123 de 14/07/2022** Publicada no diário oficial extraordinário no dia 14/07/2022, a Emenda Constitucional 123 estabeleceu o regime fiscal diferenciado para os biocombustíveis em relação aos combustíveis fósseis, através dos impostos e contribuições como ICMS, PIS, COFINS. Com o advento da referida Emenda, o ICMS praticado no estado de Goiás para o EHC sofreu uma redução de alíquota de 17%, estabelecido pela LC 194 (como detalhado no tópico (a)) para 14,17%, e para a Gasolina a redução de 25% para 17%, gerando uma consequente redução no valor de comercialização dos referidos produtos. Já as alíquotas dos demais impostos e contribuições incidentes sobre o EHC e a Gasolina, não sofreram alterações em relação àquelas estabelecidas pela LC 194. Com o advento da referida Emenda, as contribuições para PIS e COFINS foram reduzidas a zero até 31/12/2022. **Efeitos da Medida Provisória 1.157, de 1°/01/2023** A Medida Provisória 1.157 publicada no diário oficial extraordinário de 1°/01/2023, prorrogou, até 28/02/2023, os efeitos da Lei Complementar n° 194 para PIS e COFINS, mantendo reduzidas a zero as referidas alíquotas incidentes sobre as operações realizadas com biocombustíveis e combustíveis fosseis, não havendo previsão de compensação financeira por parte do Governo Federal às empresas produtoras dos referidos combustíveis. **Efeitos da Medida Provisória 1.163, de 1°/03/2023** Publicada no diário oficial no dia 1º de março de 2023, a Medida Provisória nº 1.163 reestabeleceu parcialmente a tributação das contribuições de PIS e COFINS dos combustíveis gasolina e etanol até 28/06/2023, R$ 470 por m³ e R$ 20 por m³ respectivamente. **Consequências dessas mudanças no preço do álcool carburante (EHC)** A MP 1.163/2023 de 01/03/2023 reestabeleceu parcialmente a tributação das contribuições para o PIS e COFINS de R$ 3,6 e R$ 16,4 respectivamente, e a partir de 29/06/2023 a IN 2.154/2023 reestabeleceu integralmente a tributação das contribuições então vigentes até 30 de junho de 2022, à R$ 130,90 por m³, conforme demonstrado no quadro "Resumo comparativo dos efeitos que impactaram os períodos demonstrados", a seguir. **Alterações nas alíquotas de ICMS para gasolina e etanol anidro** Publicado no Diário Oficial da União no dia 6/04/2023 o convênio nº15 de 31/03/2023, dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022, a partir de 1°/06/2023. As alíquotas do ICMS ficam instituídas e fixadas, nos termos do inciso IV do § 4º do art.155 da Constituição Federal, em R$ 1,22 por litro, para a gasolina e etanol anidro combustível. **Resumo comparativo dos efeitos que impactaram os períodos demonstrados** As alterações na tributação do Etanol Hidratado Carburante (EHC), estão demostradas a seguir:

Imposto/Contribuição	Abrangência	Período de vigência	Fator	Tributação
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	130,9
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	De julho/22 a fevereiro/23	[R$ M³]	-
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	De março/23 a 28 de junho/23	[R$ M³]	20,0
PIS/COFINS HIDRATADO | ANIDRO	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	130,9
ICMS HIDRATADO | ANIDRO	Goiás	Até junho/22	[%]	25%
ICMS HIDRATADO | ANIDRO	Goiás	De julho/22 a fevereiro/23	[%]	17%
ICMS HIDRATADO	Goiás	Após fevereiro/23	[%]	14,17%
ICMS ANIDRO	Goiás	De fevereiro/23 a junho/23	[%]	14,17%
ICMS ANIDRO	Goiás	Após junho/23	[R$ M³]	122,0

Já as alterações na tributação da Gasolina, estão demonstradas a seguir:

Imposto/Contribuição	Abrangência	Período de vigência	Fator	Tributação
PIS/COFINS	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	792,5
PIS/COFINS	Federal	De julho/22 a fevereiro/23	[R$ M³]	-
PIS/COFINS	Federal	De março/23 a 28 de junho/23	[R$ M³]	470,0
PIS/COFINS	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	792,5
ICMS	Goiás	Até junho/22	[%]	30%
ICMS	Goiás	Após junho/22	[%]	18%
CIDE	Federal	Até junho/22	[R$ M³]	100,0
CIDE	Federal	De julho/22 a 28 de junho/23	[R$ M³]	-
CIDE	Federal	Após 28 de junho/23	[R$ M³]	100,0

Últimas alterações na tributação dos combustíveis gasolina e etanol anidro Publicado no Diário Oficial da União no dia 26/10/2023 o convênio ICMS nº 173 de 20/10/2023, que dispõe sobre o regime de tributação monofásica do ICMS a ser aplicado nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, nos termos da Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022. A partir de 1°/02/2024, as alíquotas do ICMS ficam instituídas e fixadas, nos termos do inciso IV do § 4º do art. 155 da Constituição Federal, passando dos atuais R$ 1,22 para R$ 1,3721 por litro, para a gasolina e etanol anidro combustível. Os efeitos supracitados representarão melhora em relação ao cenário de preços, resultando em uma expectativa de aumento direto nos preços praticados pela venda de gasolina, com consequente impacto no valor de comercialização do álcool hidratado carburante e anidro pela Companhia. **1.5 Temas tributários emergentes Alterações na tributação de subvenções governamentais (Lei 14.789/23)** Publicada no Diário Oficial da União, no dia 29/12/2023, a Lei n° 14.789, que tem como objetivo revogar a não tributação das subvenções para investimentos (tratada no artigo 30 da Lei 12.973/2014), ou seja, a partir de 1º/01/2024, não será mais permitida a exclusão do referido benefício das bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A nova lei também institui um novo crédito fiscal de 25% sobre a base das subvenções concedidas, com algumas condições para habilitação e utilização, possibilitando a compensação com outros tributos devidos, ou mesmo, ressarcimento financeiro. A habilitação estipulada pela lei, será a confirmação e enquadramento dos benefícios fiscais como subvenção para investimento. A utilização do novo crédito fiscal será possível apenas após a entrega da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF") do exercício. Remanescendo saldo de crédito fiscal, haverá possibilidade de ressarcimento financeiro, em vinte e quatro meses após a entrega da referida ECF. Com o advento das alterações, levando-se em consideração que a administração do Grupo entende que deverá ocorrer a habilitação do incentivo fiscal de ICMS para fins de utilizar o novo crédito fiscal de 25% sobre as subvenções usufruídas, estima-se um aumento da carga tributária de cerca de 18,25% do valor das subvenções usufruídas, uma vez que passará a ser tributada pelas seguintes Contribuições: CSLL – Social sobre o Lucro Líquido; PIS – Plano de Integração Social e COFINS – Financiamento da Seguridade Social. **Alterações em relação à constituição de reservas de incentivos fiscais** O artigo 16º da Lei n° 14.789/23 mantém inalterado, até 31/12/2023, o tratamento para constituição das reservas de incentivos constituídas no patrimônio líquido, a que se refere o artigo 195°-A da Lei nº 6.404/ 76, em razão da aplicação do disposto no artigo 30° da Lei nº 12.973/14, ou no artigo 38° do Decreto-Lei nº°1.598/ 77. Contudo, a partir de 1°/01/2024, com a revogação do artigo 30° da Lei nº 12.973/14, não será mais necessário constituir novos saldos de reservas de incentivos no patrimônio líquido, devido ao fato das receitas de subvenção para investimentos passarem a compor a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. **Alterações na determinação da parcela dedutível dos juros sobre o capital próprio** O artigo 18º da Lei nº 14.789/23, alterou o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 que trata sobre o instituto dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Os JCP constituem uma forma de remuneração aos sócios das sociedades empresárias em virtude do capital investido na pessoa jurídica. A lei tributária permite a dedução na base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos eventuais valores pagos ou creditados aos titulares, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio. Os Juros sobre Capital Próprio são calculados sobre contas do patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata* dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de 1º/01/2024, passaram a ser consideradas as seguintes contas do patrimônio líquido para cálculo do JCP: (i) capital social integralizado (redação anterior: capital social); (ii) reservas de capital formadas na subscrição de ações (redação anterior: reservas de capital); (iii) reservas de lucros, exceto a reserva de incentivo fiscal (redação anterior: reservas de lucros); (iv) ações em tesouraria; e (v) lucros ou prejuízos acumulados (redação anterior: prejuízos acumulados). Ademais, a nova Lei também prevê que as variações positivas no patrimônio líquido decorrentes de atos societários entre partes dependentes não serão consideradas no cálculo dos juros sobre capital próprio, caso não envolvam efetivo ingresso de ativos no patrimônio da pessoa jurídica, de forma definitiva e independentemente do previsto nas normas contábeis vigentes. **1.6 Alteração da política de preços de combustíveis pela Petrobrás** Em 15/05/2023 a Diretoria Executiva da Petrobras alterou sua estratégia comercial para definição de preços de diesel e gasolina, encerrando a subordinação dos valores ao preço de paridade de importação e passando a ter como referências de mercado o custo alternativo do cliente como prioridade e o valor marginal para a Petrobras. Desde então, os ajustes feitos pela Petrobras resultaram em redução dos preços praticados pela mesma na venda da gasolina, independente da paridade com os preços internacionais, trazendo impacto direto no valor de comercialização do álcool hidratado carburante pela Companhia. 2. **Resumo das políticas contábeis materiais 2.1 Declaração de conformidade e base de preparação** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/03/2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de seleção das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, refere-se aos diretores eleitos e designados no estatuto social, os quais aprovaram sua emissão em 12/06/2024. **2.2 Conversão em moeda estrangeira (a) Moeda funcional e moeda de apresentação** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **(b) Transações e saldos** As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 25). **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e possuem vencimentos diversos, no entanto, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros 2.4.1 Classificação** A Companhia classifica seus ativos financeiros com base em modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. O reconhecimento inicial dos ativos financeiros com os quais a Companhia opera são classificados entre custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. **a) Custo amortizado** Os ativos classificados nessa categoria possuem as seguintes características - O ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e - Os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e/ou de juros sobre o valor principal não liquidado. **b) Valor justo por meio do resultados abrangentes** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: - Mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Valor justo por meio do resultado** No reconhecimento inicial, a Companhia classifica um ativo ou passivo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, o que garante a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração** A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando eles se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecê-lo pela primeira vez a Companhia classifica-o, tendo por base as duas categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos e classificados conforme descrito na Nota 9. **a) Desreconhecimento de ativo financeiro** Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. **b) Desreconhecimento de passivo financeiro** A Companhia baixa o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando e somente quando houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *impairment*** A Companhia avalia no reconhecimento de cada ativo e reavalia ao final de cada balanço se existe perda de crédito esperada e/ ou incorrida. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* leva em consideração um modelo híbrido de perdas de crédito esperadas e incorrida. Conforme divulgado na Nota 4.1(b), considerando o baixo risco de crédito decorrente de suas vendas e saldos no contas a receber, a Administração concluiu que não há provisão a ser reconhecida considerando o critério de perdas esperadas. **2.5 Contas a receber** São registradas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, quando julgado necessário pela administração da Companhia, é registrada provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise individual das contas a receber em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização. **2.6 Estoques** Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras e da produção, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. O custo de produção industrial compreende o custo de aquisição do milho, custos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso dos contratos que contém arrendamento, mão de obra (própria ou contratada de terceiros), custo com manutenção das instalações industriais e outros custos relacionados, consumidos/incorridos no processo de produção. O custo de produção de co-produtos de milho compreende, exclusivamente, os gastos adicionais relacionados diretamente com a sua produção/geração, não havendo absorção de custos relacionados ao consumo de sua principal matéria-prima (milho). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **2.7 Ativos biológicos** A Companhia avalia seus ativos biológicos trimestralmente, sendo os eventuais ganhos ou perdas na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, determinada pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, quando aplicável, sendo registrado no resultado do período na rubrica "Variação no valor justo do ativo biológico". Em 31/03/2024, o ativo biológico da Companhia é composto por florestas de eucalipto (ainda em formação – até 3 anos), e foram avaliadas pelo custo, devido à pequena diferença entre o correspondente custo incorrido e o respectivo valor justo apurado. **2.8 Direito de uso e arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** A Companhia adota o CPC 06 (R2) que estabelece um modelo único de contabilização dos arrendamentos e parcerias agrícolas nas demonstrações financeiras dos arrendatários/parceiros outorgados, de modo que reconheçam os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo contemplados nos contratos de arrendamento mercantil e parcerias agrícolas. Para contratos de baixo valor (computadores, equipamentos de informática e telefonia em geral) e/ou com vigência até 12 meses, não foram

continua...

Continuação... **Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecidos ativos e passivos, sendo as contraprestações reconhecidas como despesa diretamente no resultado. A Companhia reconhece ativos e passivos para seus contratos relacionados a arrendamentos e parcerias agrícolas, embora os contratos de parcerias agrícolas apresentem natureza jurídica diversa aos arrendamentos (Notas 14 e 16). Os custos/despesas referentes a esses contratos são classificados como custos/despesa de depreciação do direito de uso (conforme período de vigência dos contratos) e despesa financeira da parcela correspondente a atualização do valor presente dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas. Foi adotada a abordagem retrospectiva modificada na adoção inicial (1º/04/2019), com base na qual o passivo foi reconhecido pelos saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, descontados por meio de taxas de empréstimos incrementais que variam de acordo com o prazo de vencimento dos contratos. Tais taxas são revisadas apenas por ocasião do reconhecimento de novos contratos. (Nota 16). Na data de adoção inicial, o direito de uso sobre os ativos arrendados foi reconhecido pelo mesmo valor do passivo de arrendamento, conforme método simplificado permitido pela norma. **2.9 Imobilizado** Demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis (aqueles que demoram mais de um ano para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendidos), os custos de empréstimos capitalizados, conforme descrito na Nota 2.11. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação de todos os ativos inicia-se quando estes estão prontos, para o uso pretendido e é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento, que não sofrem depreciações). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são incorporados ao custo histórico do bem. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos, conforme Nota 2.6. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. **2.10 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros** O imobilizado, e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente a fim de se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, de eventos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando alguma evidência é identificada o valor recuperável é calculado e, caso haja perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativo para o qual exista fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.11 Custo de empréstimos** Os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos, com exceção daqueles diretamente atribuíveis à aquisição, construção de ativos qualificáveis, os quais levem, necessariamente, um período substancial (acima de um ano) para ficarem prontos para uso, esses, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso. Após o início da utilização de tais ativos, o custo dos empréstimos diretamente atribuíveis à sua aquisição e/ou construção são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos com empréstimos que forem diretamente atribuíveis à aquisição de ativos não qualificáveis são também reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. **2.12 Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. A Companhia reconhece suas contas a pagar a fornecedores no passivo circulante, em razão do pagamento ser devido em até um ano, ao valor da fatura correspondente. **2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures** Os empréstimos e financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no passivo não circulante. **2.14 Instrumento financeiros derivativos** A Companhia adota hedge accounting de fluxo de caixa e valor justo para seus contratos de swap de taxas de juros atrelados a contratos de empréstimo e financiamentos e debêntures. A relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, possui como objetivo a gestão de risco, alinhada a estratégia para a realização de operações de hedge da Companhia. A partir de 1°/04/2022, a Companhia passou a adotar hedge accounting de fluxo de caixa e valor justo para seus contratos de swap de taxas de juros atrelados a contratos de empréstimo e financiamentos e debêntures. A relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, possui como objetivo a gestão de risco, alinhada a estratégia para a realização de operações de hedge da Companhia. As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de avaliação patrimonial e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício, na rubrica Resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica Resultado financeiro. A inefetividade de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de efetividade para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. **2.15 Tributos a recolher – passivo não circulante** O Grupo mantém registrado no passivo não circulante, o saldo de tributos não recolhidos em que se discute judicialmente sua exigibilidade e/ou sua inconstitucionalidade, aplicando os procedimentos que seguem: a) Em tendo mandado de segurança com liminar favorável, a Companhia cessa o recolhimento do referido tributo e mantém o passivo, com impacto no resultado (nas rubricas contábeis relacionadas à natureza original de cada imposto/contribuição). Os referidos saldos são atualizados com base na variação da taxa SELIC, por se tratar de discussão de interpretação legal, reconhecendo os impactos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos. b) Em eventual trânsito em julgado favorável, a Companhia estorna o saldo contábil dos tributos a recolher que estão registrados no passivo e, em casos de maior complexidade, a Administração se utiliza da opinião de assessores jurídicos na avaliação do tema. c) Em tendo ato de repercussão geral do STF que impacte favoravelmente algum mandado de segurança da Companhia e a norma regulamentar não for atualizada conforme decisão do STF, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, também avalia quanto aplicabilidade ou não da reversão do passivo ao resultado. Tais saldos são apresentados no passivo circulante ou não circulante, considerando a possibilidade ou não da Companhia evitar o pagamento pelos próximos 12 meses em eventual decisão desfavorável. Para os saldos atualmente contabilizados, em eventual decisão desfavorável nos mandados de segurança para a Companhia, seria possível aderir a parcelamentos ordinários realizados pela Receita Federal do Brasil, sustentando, portanto, a classificação no passivo não circulante. **2.16 Provisões** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, sendo também apresentados líquidos no ativo e passivo, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.18 PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).** A Companhia é tributada pelo regime de lucro real anual e consequentemente está inserida no regime não cumulativo em relação ao imposto PIS (Programa de Integração Social) e da contribuição COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). As alíquotas são de 1,65% para PIS e 7,60% COFINS no método "Ad valorem", a exceção é o Etanol Hidratado Carburante que é tributado pelo método "Ad rem" (Tributação por unidade de medida), sendo R$23,38 PIS e R$107,52 COFINS por m³. Contudo, com o advento das alterações tributárias ocorridas durante o exercício (Nota 1.4), ocorreram mudanças desta tributação para determinados períodos, conforme demonstrado a seguir:

Imposto/Contribuição	Abrangência	Período de vigência	Fator	Tributação
PIS/COFINS	Federal	De abril/22 a junho/22	[R$ M³]	130,9
PIS/COFINS	Federal	De julho/22 a fevereiro/23	[R$ M³]	-
PIS/COFINS	Federal	Em março/23	[R$ M³]	20,0

Embasado nas leis 10.637/2002, 10.833/2003 e nas demais normas que norteiam a apuração do PIS e da COFINS, a Companhia realiza apurações mensais identificando através dos registros contábeis as aquisições que geram direito ao crédito, assim como as receitas que geram os débitos. Nesse contexto todo crédito é transitado pelo resultado através da dedução dos custos dos produtos adquiridos, e, em contrapartida, os débitos transitam pelo resultado, reduzindo a rubrica de "Receita de contratos com clientes". No ativo e passivo (tributos a recuperar e tributos a recolher) os saldos a pagar na apuração mensal é compensado com o pagamento e/ou compensação com créditos do período ou saldos acumulados credores. Caso o volume de crédito seja superior ao débito a Companhia passa a controlar o saldo credor em conta no ativo (tributo a recuperar), sendo o saldo classificado entre circulante e não circulante baseado na estimativa de consumo previsto no plano plurianual da Companhia. **2.19 Capital Social** Representado exclusivamente por ações ordinárias, classificadas como patrimônio líquido. **2.20 Distribuição de dividendos** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.21 Reservas (a) Incentivo fiscal** Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei no 11.638, de 2007); essa reserva é constituída com base na transferência da conta de lucros acumulados das parcelas do incentivo fiscal de ICMS (Nota 1), reconhecidas no resultado do exercício (Nota 2.15 (b)) podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos. A Companhia, não inclui o incentivo fiscal na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, uma vez que necessitam ser tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social para que possam integrara base de cálculo da distribuição de dividendos **(b) Reserva legal** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. O saldo remanescente de lucros é apresentado nas demonstrações financeiras refletindo a proposta da administração a ser submetida a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas (AGO) que também apreciará estas demonstrações financeiras, conforme descrito na Nota 20 (d). **2.22 Reconhecimento da receita de contratos de clientes (a) Receita com clientes** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de venda de produtos é reconhecida quando da transferência de controle dos bens e serviços (etanol, DDG e outras) para o cliente, sua única obrigação de desempenho, por um montante que reflita a contraprestação que a Companhia espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda. O reconhecimento de receita dos produtos comercializados pela Companhia e, consequentemente, as obrigações de performance são satisfeitas em momento específico no tempo, conforme conceito previsto pelo CPC 47, que geralmente se dá mediante a entrega física e/ou aceite do cliente. **(a) PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).** A Companhia é tributada pelo regime de lucro real anual e consequentemente está inserida no regime não cumulativo em relação ao imposto PIS (Programa de Integração Social) e da contribuição COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social). As alíquotas são de 1,65% para PIS e 7,60% COFINS, a exceção é o Etanol Hidratado Carburante que é tributado por unidade de medida, sendo R$23,38 PIS e R$107,52 COFINS por m³. Embasado nas leis 10.637/2002, 10.833/2003 e nas demais normas que norteiam a apuração do PIS e da COFINS, a Companhia realiza apurações mensais identificando, através dos registros contábeis, as aquisições que geram direito ao crédito, assim como as receitas que geram os débitos. Nesse contexto todo crédito é transitado pelo resultado através da dedução dos custos dos produtos adquiridos, e, em contrapartida, os débitos transitam pelo resultado, reduzindo a rubrica de "Receita de contratos com clientes". No ativo e passivo (tributos a recuperar e tributos a recolher) os saldos a pagar na apuração mensal é compensado com o pagamento e/ou compensação com créditos do período ou saldos acumulados credores. Caso o volume de crédito seja superior ao débito a Companhia passa a controlar o saldo credor em conta no ativo (tributo a recuperar), sendo o saldo classificado entre circulante e não circulante baseado na estimativa de consumo previsto no orçamento da Companhia. **(b) Incentivo fiscal** A receita decorrente de incentivo fiscal de ICMS, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, observando-se o regime de competência relacionado com as correspondentes despesas incorridas com esses tributos, objeto de compensação desse incentivo, uma vez que vêm sendo cumpridas as obrigações fixadas pelos correspondentes programas e que as condições existentes referem-se a fatos sob o controle da administração da Companhia, as quais estão descritas na Nota 29. Consequentemente, a demonstração do resultado do exercício apresenta o encargo dos tributos correspondentes com os efeitos dos correspondentes incentivos. **2.23 Receita financeira** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.24 Demonstração do valor adicionado – DVA** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) individual, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações 2.1.1 Alterações adotadas pela Companhia** Não ocorreram alterações de normas que trouxessem impactos relevantes nas demonstrações financeiras quando foram adotadas pela primeira vez para o exercício social. **2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** Não há novas normas CPC ou interpretações OCPC/ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam maior risco e com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. Na determinação dos tributos diferidos, a Companhia avalia o impacto das incertezas nas posições fiscais tomadas. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas que envolvem uma série de julgamentos sobre eventos futuros, tais como projeções econômico-financeiras, cenários macroeconômicos e a legislação fiscal pertinente. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar seu julgamento com relação aos tributos já reconhecidos, reconhecendo estes impactos no exercício em que foram revistas as informações e eventualmente trouxer ajustes nos tributos diferidos contabilizados. **(b) Provisão para contingências** A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(c) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar** Os direitos de uso e os passivos de arrendamentos são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxas de empréstimo incremental do arrendatário. Essa taxa média ponderada de empréstimo incremental envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalente. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis (a) Contabilização nas operações de vendas dos CBIOs** Os Créditos de Descarbonização - CBIOs definidos pelo programa RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis, instituída pela Lei nº 13.576/2017), são registrados como estoques e inicialmente mensurados pelo seu valor justo, por serem considerados uma subvenção governamental em linha com o CPC 07 (R1) / IAS 20, considerando o preço de mercado ativo do dia anterior à sua escrituração, líquido das despesas de vendas, em contrapartida ao custo do produto vendido do etanol e, subsequentemente a sua contabilização inicial, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, levando-se em consideração o valor realizável líquido. Quando de sua venda, são levados a resultado impactando as rubricas de vendas de CBIOs e custo da venda dos CBIOs, momento no qual são tributados, levando-se em consideração entendimento da administração corroborado em parecer de seu consultor jurídico. **(b) Julgamentos, mensuração e contabilização referente tema do Incentivo Fiscal Produzir** A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste até 2032. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. Com base nos termos da Lei nº 14.789/23, os incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Município, Estados e Distrito Federal, são considerados para fins tributários subvenções para investimento. Assim, a administração, a partir do ano fiscal de 2024, considera o incentivo fiscal recebido, tributável para fins de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. **(c) Julgamentos, mensuração e contabilização referente tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS** Com base na ação judicial da Companhia, com trânsito em julgado ocorrido em março de 2019, referente a discussão sobre a inconstitucionalidade da cobrança dos referidos impostos sobre o valor tributado de PIS e COFINS sobre o ICMS em suas operações de venda, a Companhia reconheceu, nos exercícios findos em 31/03/2022 e 2021, créditos de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS incluído em suas operações de venda calculados pelo método ad valorem (tributação sobre uma base de cálculo), nos montantes de R$ 12.369 e R$ 12.906, respectivamente, conforme Nota 12 (i). Em que pese a decisão do STF ao RE 574.706, tema 69, ter fixado a tese com repercussão geral, discute-se ainda se os efeitos deste julgamento também abrangem a ação própria da Companhia, especificamente quanto aos possíveis valores de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS no método ad rem (tributação de alíquota fixa por m³ de etanol - Regime especial RECOB). A administração, embasada na opinião de seus consultores jurídicos, por entender que a ação própria da Companhia impetrada em 2007, e, portanto, antes do surgimento antes da existência do atual regime especial de tributação, ao concentrar-se na tese de "faturamento/ receita", não alcança os recolhimentos efetuados na sistemática do RECOB, cujas peculiaridades não foram analisadas no caso concreto, e não reconheceu possíveis créditos calculados nesta metodologia. Neste contexto, em 8/06/2021 a Controladora e a Companhia ingressaram com nova ação judicial (mandado de segurança) com pedido de liminar (processo 1023668-56.2021.4.01.3500), onde discute-se o direito de se valer da decisão do STF sobre a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS também para o etanol hidratado combustível tributado atualmente pelo método Ad rem. Em 26/07/2021 foi proferida liminar favorável à Controladora e a Companhia, e atualmente, a administração, também embasada na opinião de seus consultores jurídicos, solicitou a elaboração de laudo econômico para identificar a metodologia de cálculo dos valores a serem excluídos, bem como dos valores apurados de períodos anteriores (retroativo aos últimos 5 anos do ingresso da ação). Atualmente a Companhia vem excluindo da base de cálculo do PIS e da COFINS, a parcela correspondente ao ICMS. O montante estimado com potencial êxito em relação à ação judicial ingressada em junho de 2021 foi estimado pela administração em R$ 6.901 até 31/03/2022 (retroativo aos últimos 5 anos do ingresso da ação), e de R$ 423 referente ao exercício findo em 31/03/2023, não contabilizado nestas demonstrações financeiras por representar ainda um ativo contingente de acordo com as normas contábeis vigentes. **4. Gestão de risco financeiro 4.1 Fatores de risco financeiro** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, sobretudo: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Conforme o detalhamento a seguir, a Companhia adota uma postura de acompanhamento permanente de cada um desses riscos e pode contratar instrumentos financeiros de proteção, desde que orientados por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e sempre com único propósito de proteção contra flutuações de preços ou taxas de juros, não havendo nenhum tipo de operação de alavancagem, tampouco instrumentos derivativos exóticos. **(a) Risco de mercado (i) Risco de preços** A Companhia está exposta principalmente a riscos relacionados à variação dos preços das commodities agrícolas, sobretudo o preço do etanol, principal produto da Companhia. Adicionalmente está exposta a risco de variação dos preços do milho utilizado como insumo na sua produção. Os principais fatores do risco de preços podem ser desdobrados nos itens: (i) oscilação de preços do barril de petróleo, que reflete diretamente no preço da gasolina e, consequentemente, nos preços do álcool carburante; (ii) mercado de commodities para alimentação (milho) que pode incrementar a volatilidade de preços de custo de aquisição e de produção das matérias primas e etanol; (iii) taxa de câmbio, visto que o petróleo e o milho possuem mercado globalizado; (iv) política de preços dos combustíveis no mercado interno e de tributação na sua importação; (v) riscos de preços de coprodutos do milho. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, a Companhia utiliza ferramentas de monitoramento, sendo que podem ser firmados contratos para a aquisição da matéria-prima milho a preço fixo, bem como contratados instrumentos derivativos de commodities para as exposições, objetivando mitigar o risco de oscilações de preços de mercado. **(ii) Risco de taxa de juros** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures, considerando a possibilidade de perdas decorridas de flutuações nas taxas de juros que diminuam rendimento de aplicações ou aumentem as despesas financeiras. Como prática, as aplicações e parte significativa dos empréstimos, financiamentos e debêntures são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário – CDI), representando um hedge natural entre os saldos. Existem também debêntures que são indexadas a taxas pós-fixadas (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) que para mitigar os riscos são contratados instrumentos derivativos. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas para as quais busca ter como referência o Certificado de Depósito Interbancário – CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **(iii) Risco de moeda** Em 31/03/2023 a Companhia não possuía empréstimos denominados em moeda estrangeira. Cabe destacar que, como prática de gestão de riscos, a Companhia apenas contrata esse tipo de financiamento em conjunto com instrumentos derivativos que mitiguem o risco cambial. **(b) Risco de crédito** Para minimizar os impactos com o risco de crédito ligado a instituições financeiras, a Companhia tem como prática operar com instituições financeiras que apresentem maior solidez (instituições de primeira linha). Além disso, outra prática que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionais aos saldos de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Quanto à venda de produtos acabados, a exposição da Companhia no etanol está diretamente ligada às três maiores distribuidoras de combustíveis do país, para as quais vende aproximadamente 77,4% da produção, considerando o montante acumulado entre abril e março da safra 2023/2024 (68,7% no mesmo período da safra 2022/2023), da sua produção por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. A Companhia monitora constantemente a situação financeira desses clientes, mas considera que possuem baixo risco de crédito. Para os demais clientes, a Companhia procura trabalhar com recebimentos antecipados, ocorrendo estes casos principalmente no período de entressafra. No caso de clientes do mercado de nutrição animal, foram criados mecanismos de administração do risco de crédito de compradores de DDGs, por meio de normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, com base em análise criteriosa e técnicas de *balanced scorecard*. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração da Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco de liquidez** A Companhia busca liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, seja em condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou mesmo risco de prejudicar a sua reputação, sendo que atualmente existe uma prática de caixa mínimo estabelecida para a Companhia. São utilizados sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e a maximização do retorno de investimentos. A previsão do fluxo de caixa é realizada pelos gestores dos departamentos chave da Companhia e submetida à aprovação da administração. Destaca-se também que o prazo médio da dívida é monitorado e estendido por meio da liquidação antecipada de dívidas de curto prazo e iniciativas para redução de necessidade de capital de giro estão implementadas (tais como: controle de estoques, negociações junto a fornecedores para alongamento de prazos e controle de custos). Além disso, existem contratos de fornecimento de longo prazo e estoques de etanol e milho que permitem captação de recursos com custo reduzido. A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parcerias a pagar:

2024	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Total a pagar	Valor contábil
Arrendamento a pagar	1.509	10.914	18.471	11.831	48.773	10.039
Parcerias agrícolas a pagar	7.485	55.350	92.747	60.651	246.145	64.624
Fornecedores	64.076	-	-	-	64.076	64.076
Empréstimos e financiamentos *	562.806	492.246	776.279	681.282	2.512.613	2.055.679
Outros passivos	2.978	-	-	-	2.978	2.978
	638.854	558.510	887.497	753.764	2.874.585	2.197.396

2023	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos	Total a pagar	Valor contábil
Arrendamento a pagar	1.484	1.484	4.204	11.831	19.003	9.155
Parcerias agrícolas a pagar	7.368	7.364	21.618	60.651	97.001	66.937
Fornecedores	72.212	-	-	-	72.212	72.212
Empréstimos e financiamentos *	245.329	560.352	850.607	627.704	2.283.992	1.707.475
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	25.814	-	-	-	25.814	25.814
Outros passivos	2.275	-	-	-	2.275	2.275
	354.482	569.200	876.429	700.186	2.500.297	1.883.868

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **(d) Risco operacional** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, sendo que listados abaixo estão os principais fatores que podem causar impactos nas operações da safra atual ou em safras futuras: (i) riscos climáticos ou relacionados a doenças e pragas que podem afetar a disponibilidade de milho, principal matéria prima na produção de etanol da companhia; (ii) riscos de novas tecnologias no setor automotivo (ex: energia elétrica) (iii) risco de produtores de milho passarem a explorar outras commodities (iv) alterações em políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola ou o setor de combustíveis paralisação das operações por determinado período, por exemplo em função de sinistro industrial ou por perda de licenças A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuida à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **(e) Análise de sensibilidade** Com base nos mecanismos de mitigação e exposições apresentadas anteriormente, a Companhia entende que as operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10) e riscos de câmbio não possuem materialidade suficiente para justificar a elaboração de cenários, conforme previsto pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Em relação aos demais riscos analisados, destaca-se abaixo um exercício sobre o impacto de aumento na taxa de juros. O cenário provável, em 31/03/2024, considera a taxa CDI média projetada para o prazo de 12 meses - obtida no site da B3 (taxas referenciais de swap DI x PRÉ) aplicada ao volume de exposição da Companhia, composto por: empréstimos e financiamentos (incluindo debêntures e instrumentos financeiros derivativos) e saldo de aplicações financeiras. Além disso, para efeito de simplificação, foi considerado o percentual de 96,2% da dívida indexada a CDI e saldo de aplicações com rentabilidade de taxa média de 100,93% do CDI, desconsiderando captações, amortização e geração de caixa do período. Sobre a exposição apresentada no cenário provável, foi sensibilizado incremento e redução de 25% e 50% do CDI médio, com objetivo de demonstrar o impacto na projeção de dívida líquida da Companhia. O quadro a seguir apresenta os resultados dessa sensibilidade:

	Fator de risco	31 de março de 2024	Cenários - 31 de março 2025 -50%	-25%	Provável	+25%	+50%
CDI médio próximos 12 meses			5,10%	7,64%	10,19%	12,74%	15,29%
Total dos empréstimos e financiamentos *	Variação da taxa de juros	2.055.679	2.156.415	2.206.783	2.257.151	2.307.519	2.357.887
Caixa e equivalentes de caixa		(521.244)	(556.950)	(568.344)	(579.737)	(591.131)	(602.525)
Dívida líquida		1.534.435	1.599.466	1.638.440	1.677.414	1.716.388	1.755.362

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos, após efeitos de swap. Foi considerado do percentual de 96,2% (2023 – 95,8 %) indexado ao CDI. **4.2 Gestão de capital** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Companhia, requeridos para seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa da Companhia. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, inclusive relativamente a outras Companhias do setor. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e de aplicações financeiras e não considera os arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar, uma vez que esses não se caracterizam como empréstimos, financiamentos ou títulos de dívida. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido e da dívida líquida. **(a) Alavancagem financeira**

	2024	2023
Total dos empréstimos e financiamentos *	2.055.679	1.704.475
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(521.244)	(434.490)
Dívida líquida	1.534.435	1.269.985
Total do patrimônio líquido	1.243.973	548.264
Total do capital	2.778.408	1.818.249
Índice de alavancagem financeira (i)	55,23%	69,85%

*Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos. i) O aumento no índice de alavancagem está relacionado aos investimentos de expansão realizados pela Companhia (Nota 1.3). **(b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")**

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Instrumentos financeiros derivativos	Arrendamentos e parcerias a pagar	Adiantamentos de clientes	"Caixa e equivalentes de caixa"	Aplicações financeiras	Total
Dívida líquida em 31 de março de 2022	683.326	406.084	(22.001)	7.426		(800.008)		274.827
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa								
Captações	-	600.000	-	-		-		600.000
Pagamentos	(9.489)	(133.993)	-	(4.671)		-		(148.153)
Liquidação de operação de mercado futuro	-	-	(53.394)	-		-		(53.394)
Encargos financeiros pagos	(48.239)	(64.566)	-	(7.430)		-		(120.235)
Variação líquida	-	-	-	-	643	365.518		366.161
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa								
Captações	106.090	-	-	-		-		106.090
Conversão de empréstimos em debêntures (i)	(294.952)	294.952						-
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	72.055		-		72.055
Efeitos hedge accounting	-	-	18.068	-		-		18.068
Variações monetárias	13.214	104.948	46.509	8.712		-		173.383
Juros capitalizados	57.918	-	-	-		-	-	57.918
Dívida líquida em 31 de março de 2023	507.868	1.207.425	(10.818)	76.092	643	(434.490)	-	1.346.720
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa								
Captações	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(90.614)	-	(70.507)	(4.537)	-	-	-	(165.658)
Liquidação de operação de mercado futuro	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros pagos	(37.191)	(53.471)	-	(4.603)	-	-	-	(95.265)
Variação líquida	-	-	-	-	36.418	(86.754)	(5.589)	(55.925)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa								-
Captações para aquisição de ativos fixos (FINAME/FINEM)	335.530	-	-	-	-	-	-	335.530
Conversão de empréstimos em debêntures (i)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	2.564	-	-	-	2.564
Efeitos hedge accounting	-	-	267	-	-	-	-	267
Variações monetárias	73.170	65.536	41.393	5.147	-	-	(482)	184.764
Juros capitalizados	16.567	70.524	-	-	-	-	-	87.091
Dívida líquida em 31 de março de 2024	805.330	1.290.014	(39.665)	74.663	37.061	(521.244)	(6.071)	1.640.088

(i) Empréstimo captado originalmente na modalidade CPR e convertido, em julho de 2022, para modalidade CRA (Nota 18 (iii)). **(c) Atividade de investimento e financiamento não envolvendo caixa**

	2024	2023
Adição de imobilizado	(611.333)	(717.184)
Adição de intangível	-	(228)
Juros capitalizados	87.091	57.918
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	335.530	106.090
Aquisição de imobilizado e intangível	(188.712)	(553.404)

5. Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa	146	84
Depósitos bancários	1.986	158
Operações compromissadas (i)	78	26
Certificado de Depósitos bancários (ii)	519.034	434.222
	521.244	434.490

(i) Operações de aplicação automática de saldo em conta ou de compra de títulos financeiros com compromisso de revenda, remunerada à taxa de 10,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (2023 – 10,00% do CDI). (ii) Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,50% a 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (2023 – 99,50% a 103,80% do CDI). **6. Contas a receber** A composição das contas a receber de clientes, bem como por idade de vencimento, é como segue:

	2024	2023
A vencer	19.031	43.653
Vencidos até 30 dias	8.425	899
Vencidos de 31 a 90 dias	835	327
Vencidos acima de 360 dias		165
	28.291	45.044
	6.891	35.829

São registradas e mantidas no ativo pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, que se aproximam de seu valor justo. A administração da Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes motivo pelo qual nenhuma provisão para devedores duvidosos foi constituída. Os saldos que estavam vencidos e não provisionados em 31/03/2024 e 2023 foram substancialmente recebidos durante os meses de 04/2023 e 04/2022, respectivamente.

7. Partes relacionadas (a) Passivo circulante

		2024	2023
Outros ativos - reembolso de despesas administrativas (i)			
Cerradinho Bioenergia S.A.	Controladora direta	1.919	1.171
Outros passivos - despesas com aeronaves (v)			
Cerradinho Participações S.A.	Controladora indireta	290	349
Outros passivos - despesas com aval de acionistas (vi)			
Cerradinho Participações S.A.	Controladora indireta	736	83
Juros sobre o capital próprio a pagar			
Cerradinho Bioenergia S.A.	Controladora direta	-	10.415
Dividendos a pagar			
Cerradinho Bioenergia S.A.	Controladora direta	-	15.399
Fornecedores - Cerradinho Bioenergia S.A.	Controladora direta		
Compra de energia (ii)		1.279	757
Compra de água (ii)		47	30
Compra de vapor (ii)		1.633	1.483
Aluguel de tanques e espaços (iii)		338	-
Serviços de carregamento de etanol (ii)		262	150
Outros serviços/prestação de serviços		208	86
		3.767	2.506
Fornecedores - Cerradinho Logística Ltda.	Parte Relacionada*		
Serviço de transbordo (iv)		1.328	181

(b) Transação no exercício		2024	2023
Rateio de despesas administrativas (i)		(7.628)	(4.416)
Cerradinho Bioenergia S.A.	Controladora direta		
"Despesa com aval (vi)"			
Cerradinho Participações S.A.	Controladora indireta	(1.928)	(316)
Despesa com aeronave (v)			
Cerradinho Participações S.A.	Controladora indireta	(924)	(606)
Despesa de transbordo			
Cerradinho Logistica Ltda. (iv)	Parte Relacionada*	(3.697)	(3.541)
"Aquisições e prestação de serviços - Cerradinho Bioenergia S.A."	Controladora direta		
Compra de energia (ii)		14.772	9.539
Compra de água (ii)		571	345
Compra de vapor (ii)		21.691	17.779
Compra de milho (vii)		625	37
Aluguel de tanques e espaços (iii)		2.928	1.291
Serviços de carregamento de etanol (ii)		3.171	2.099
Outros serviços/prestação de serviços		1.296	920
		45.054	32.010

* As entidades descritas como Parte Relacionadas fazem parte do mesmo Grupo Econômico da Companhia. (i) Rateio de despesas administrativas referente aos serviços prestados pela Controladora da Companhia, e repassados para as demais empresas do Grupo Cerradinho, as quais são liquidadas trimestralmente. (ii) Refere-se à aquisição de vapor, água, energia utilizados pela Companhia durante o processo produtivo e, prestação de serviço de carregamento de etanol no processo de venda do produto, em condições acordadas entre as partes, com prazo de vigência indeterminada, as quais são liquidadas anualmente. (iii) Aluguel de tanques e espaços destinados à armazenagem e movimentação de combustíveis, utilizados pela Companhia durante o processo de armazenagem e venda do produto etanol, em condições acordadas entre as partes, as quais são liquidadas anualmente. (iv) Refere-se ao serviço de transbordo do etanol do terminal em Chapadão do Sul - MS para Paulínia - SP, feita pela Cerradinho Logística Ltda, os quais são liquidados em torno de 10 dias da prestação do serviço. Refere-se as despesas compartilhadas com a Controladora pela utilização de suas aeronaves, as quais são liquidadas trimestralmente. (v) Remuneração paga para as empresas Cerradinho Participações S.A., nos casos de prestação de garantias, classificada no resultado financeiro por ser comparável a uma fiança bancária, as quais são liquidadas trimestralmente. Para avais da Controladora prestados a Companhia não há cobrança de remuneração pela prestação de garantia. (vi) Na safra 23/24, a Companhia comprou milho, vendido pela Controladora para utilização em seu processo produtivo. Os saldos encontram-se integralmente liquidados. **(c) Remuneração do pessoal chave da administração** O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria executiva e os membros do conselho de administração. A remuneração de competência dos períodos está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Salários e honorários	1.327	645
Remuneração variável de curto prazo	438	192
Remuneração variável de longo prazo	149	80
Contribuições previdenciárias e sociais	356	170
	2.270	1.087

8. Estoques

Produtos acabados:	2024	2023
Etanol hidratado	22.857	39.011
Etanol anidro	8.698	
Créditos de Descarbonização - CBIOs	(21)	1.530
Outros acabados	1.901	428
Milho (i)	396.270	339.944
Materiais de manutenção	8.848	6.241
Cavaco	5.743	
Outros	21.915	14.818
Provisão para obsolescência	(37)	(230)
Ajuste ao valor realizável líquido	-	(3.473)
	466.174	398.269

(i) Refere-se a milho estocados em armazéns próprios e de terceiros. Os saldos apresentados no comparativo estão em linha com a estratégia da Companhia de compra antecipada de sua matéria prima, para fixação do preço do milho, razão pela qual em determinados períodos o estoque apresenta-se mais alto, sendo o mesmo consumido na produção em períodos subsequentes. Os estoques de milho em 31/03/2024 eram de 411,2mil toneladas (2023: 217,1 mil toneladas). Adicionalmente, em 31/03/2023 a Companhia detém adiantamentos para fornecedores de milho de R$ 10.000 registrados na rubrica "Outros ativos". **9. Instrumentos financeiros derivativos** A Companhia se utiliza de derivativos apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Em 31/03/2024, a Companhia possuía contratado um montante de termo de moedas com marcação a mercado em R$ 3 no passivo (2023 – perda de R$ 478), referente a NDFs de Dólar contratados para hedge de compra de equipamentos e serviços importados. A Companhia não adota contabilidade de hedge para tais contratos. Em 31/03/2024, a Companhia possuía contratos para *swap* de taxa de juros com marcação no montante R$ 120.768 (2023 – R$ 77.488) no ativo e 63.715 (2023 – 66.192) no passivo. Estes contratos possuem ponta ativa em IPCA e ponta passiva em CDI, conforme estratégia adotada no momento da operação, e podem ser marcados como ativos ou passivos dependendo do comportamento relativo de cada um dos indexadores. Conforme divulgado na Nota 2.14, a partir de 1º/04/2022 a Companhia passou a adotar política de *hedge accounting* de fluxo de caixa para seus contratos de *swap*. Em 31/03/2024 e 2023 a composição dos valores justos em aberto de operações com derivativos é conforme a seguir:

Ativo	2024	2023
Contratos de Swap - Juros e/ou Câmbio	120.768	77.488
Contratos a termo de moeda - Dólar	-	-
	120.768	77.488
Ativo circulante	(484)	-
Ativo não circulante	120.284	77.488

Passivo	2024	2023
Contratos de Swap - Juros e/ou Câmbio	63.715	66.192
Contratos a termo de moeda - Dólar	3	478
Contratos a termo de milho	17.385	-
	81.103	66.670
Passivo circulante	(81.103)	(66.670)
Passivo não circulante	-	-

continua...

(Continuação... Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Tributos a recuperar

	2024	2023
Crédito outorgado de ICMS - LC 194 (i)	-	7.064
Crédito outorgado de ICMS- Etanol anidro (ii)	41.538	-
Crédito outorgado de ICMS - Compra de milho (iii)	99.640	-
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iv)	175.351	140.696
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado (iv)	37.099	26.220
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	52.480	30.505
Imposto de renda e contribuição social	38.588	-
Outros impostos a recuperar	130	89
Total de tributos a recuperar	444.826	204.574
Ativo circulante	(345.563)	(115.430)
Ativo não circulante	99.263	89.144

(i) Crédito concedido como pretendida compensação dos efeitos negativos no preço de comercialização de álcool, ocasionados pela LC 194, a qual esteve vigente no período de 23/06 a 31/12/2022 (Nota 1.4). (ii) Benefício fiscal de ICMS concedido pelo Estado de Goiás, apurado sobre a comercialização do Etanol Anidro Carburante, conforme previsto pelo inciso XXVI do Decreto nº 4.852 de 29/12/1997. O referido benefício é concedido para empresas do setor alcooleiro enquadradas nos Programas FOMENTAR ou PRODUZIR, sendo apurado mediante aplicação do percentual de 60% sobre o saldo devedor do valor do ICMS que seria obtido na operação. Os efeitos contábeis são registrados em contrapartida da rubrica "Receita de contratos com clientes". (iii) Crédito outorgado concedido sobre as aquisições de milho em grão, conforme previsto no anexo IX, artigo 11, inciso XXXI do Decreto nº 4.4852 de 29/12/1997. O valor do benefício é apurado mediante aplicação do percentual de 5% sobre o valor total do custo de aquisição do referido insumo. Os efeitos contábeis são registrados inicialmente em contrapartida da rubrica "Estoques" e, posteriormente, transferidos para custo de produção à medida em que o milho em grão é processado. (iv) Composto, substancialmente, por créditos remanescentes de PIS e COFINS oriundos de (i) aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 1.2); (ii) os efeitos da desoneração de PIS e COFINS sobre as vendas de etanol que ocorreram até 28/02/2023 e sua redução entre março e junho de 2023 (Nota 1.4) relacionado a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 13/05/2021, pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e que estão sendo compensados pelo Grupo. A Companhia retomou a compensação dos saldos de PIS e COFINS com o retorno da tributação do etanol por essas Contribuições, ocorrida a partir de 28/06/2023 (Nota 1.4) e também realiza compensações administrativas com demais tributos no âmbito federal. A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

de 1º/04/2024 a 31/03/2027	16.622
de 1º/04/2028 a 31/03/2029	2.342
de 1º/04/2030 a 31/03/2031	1.392
Abril de 2031 em diante	78.907
	99.263

11. Depósitos judiciais e compulsórios Refere-se substancialmente a depósito judicial que garante a execução fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débito de IPI, referente ao período de apuração de janeiro de 2007 a maio de 2009. **12. Tributos correntes e diferidos (a) Composição do ativo e passivo diferidos** Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

Créditos tributários diferidos sobre:	2024	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	2023
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	162.259	89.728	-	72.531
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e administrativos	580	(2.696)	-	3.276
Provisão para participações no resultado	665	(110)	-	775
Provisão para pagamentos de aval	-	(28)	-	28
Provisão Diversas	2.499	1.820	-	679
Adoção CPC 06(R2) - Arrendamentos operacionais	7.330	3.210	-	4.120
Ajuste a valor justo do etanol	13	(1.168)	-	1.181
Outras adições temporárias líquidas	-	(4)	-	4
Perda em operações com derivativos	-	(6.143)	-	6.143
Total de IR e CS ativo	173.345	84.608	-	88.737
Débitos tributários diferidos sobre:				
Depreciação fiscal	(21.748)	(10.104)	-	(11.644)
Ganho em operações com derivativos	(13.486)	(3.759)	94	(9.821)
Total de IR e CS passivo	(35.234)	(13.862)	94	(21.466)
Saldo do IR e CS diferidos	138.111	70.746	94	67.271

(i) A Companhia reconhece créditos tributários diferidos, considerando a avaliação da capacidade de recuperação dos referidos créditos por meio de projeções de lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas, porém a utilização desses créditos é limitada a 30% dos lucros tributáveis. Em 31/03/2024, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos, incluindo prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

	2024
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	(43.690)
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	(52.716)
de 1º/04/2026 a 31/03/2028	(76.845)
Total de realização dos ativos diferidos com efeito no resultado	(173.252)
Tributos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(94)
Total dos ativos diferidos	(173.345)

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do IR	(24.855)	74.088
Alíquota nominal	34%	34%
Cálculo do imposto de renda e da contribuição social com base na alíquota nominal	8.451	(25.190)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(179)	(767)
Exclusão receitas com CBIOs	2.517	1.581
Outras (adições) exclusões	4.970	928
Subvenção estadual (PRODUZIR e crédito outorgado)	54.987	28.144
Benefício fiscal referente juros sobre o capital próprio	-	4.166
Redução da base do IRPJ sobre 10%	-	18
Benefício fiscal sobre o PAT e doações incentivadas	-	369
de contribuição social referente à exercícios anteriores	-	415
Despesas com imposto de renda e contribuição social	70.746	9.664
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	-284,63%	13,04%
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	-	(5.453)
Diferidos	70.746	15.117

13. Imobilizado

	Terras	Edificações e dependências	Equipamentos e instalações	Veículos e implementos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Adiantamento a fornecedores	Imobilizado em andamento	Formação floresta	Total
Saldo em 31 de março de 2022	30.223	39.743	195.477	-	103	525	71.143	124.575	95	461.884
Custo total	30.223	42.158	219.852	-	124	915	71.143	124.575	95	489.085
Depreciação acumulada	-	(2.415)	(24.375)	-	(21)	(390)	-	-	-	(27.201)
Valor residual	30.223	39.743	195.477	-	103	525	71.143	124.575	95	461.884
Adições	-	-	3.072	-	48	-	256.919	364.171	35.056	659.266
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	57.918	-	57.918
Transferências	-	40.991	278.544	-	58	179	(182.890)	(136.882)	-	-
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.260)	(22.260)
Depreciação	-	(1.298)	(13.491)	-	(14)	(185)	-	-	-	(14.988)
Saldo em 31 de março de 2023	30.223	79.436	463.602	-	195	519	145.172	409.782	12.891	1.141.820
Custo total	30.223	83.149	501.468	-	230	1.094	145.172	409.782	12.891	1.184.009
Depreciação acumulada	-	(3.713)	(37.866)	-	(35)	(575)	-	-	-	(42.189)
Valor residual	30.223	79.436	463.602	-	195	519	145.172	409.782	12.891	1.141.820
Adições	-	227	2.071	1.015	88	12	29.016	453.911	37.902	524.242
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	87.091	-	87.091
Baixas	(691)	-	-	-	-	-	-	-	-	(691)
Transferências	-	320.331	786.326	-	2.297	6.217	(172.075)	(943.096)	-	-
Transferências para ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.361)	(23.361)
Depreciação	-	(3.025)	(31.193)	(35)	(55)	(322)	-	-	-	(34.630)
Saldo em 31 de março de 2024	29.532	396.969	1.220.806	980	2.525	6.426	2.113	7.688	27.432	1.694.471
Custo total	29.532	404.029	1.289.540	1.015	2.616	7.325	2.113	7.688	27.432	1.771.290
Depreciação acumulada	-	(7.060)	(68.734)	(35)	(91)	(899)	-	-	-	(76.819)
Valor residual	29.532	396.969	1.220.806	980	2.525	6.426	2.113	7.688	27.432	1.694.471
Taxa média de depreciação	-	2,3%	5,5%	11,1%	8,6%	15,7%	-	-	-	

(i) Expansões e/ou melhorias dos processos industriais realizadas pela Companhia. Em 31/03/2024 o principal projeto em andamento tem como objetivo instalação de uma nova planta industrial em Maracaju/MS (Nota 1.2). (ii) Plantação de eucalipto que, após seu período de maturação (estimado em 7 anos), será transformado em matéria-prima (cavaco) utilizada na combustão das caldeiras de vapor. Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia, bens do ativo imobilizado no montante de aproximadamente R$ 545.505 (2023 – R$ 237.601) encontram-se gravados em garantia dos credores. Os saldos de adiantamentos a fornecedores referem-se a aquisições de equipamentos de grande porte, como por exemplo, caldeira, destilaria, transportadores, turbo geradores, tanques, secadores e decantes, que em conjunto com os saldos de imobilizado em andamento, e os respectivos planos de investimento da Companhia, estão divulgados na Nota 1.3. **14. Direito de uso** Estão reconhecidos como ativo, o direito de uso obtido através de celebração de contratos que transferem a Companhia o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período, mediante uma contraprestação, enquadrados como contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas, embora esse último, tenha sua natureza jurídica diversa aos arrendamentos. Segue a movimentação do direito de uso do ativo:

	Terras (i)	Terras Parcerias (i)	Total
Saldo em 31 de março de 2022	4.454	2.906	7.360
Adições	4.719	66.104	70.823
Remensurações	95	1.137	1.232
Depreciação	(394)	(4.277)	(4.671)
Saldo em 31 de março de 2023	8.874	65.870	74.744
Custo total	9.348	70.165	79.513
Depreciação acumulada	(474)	(4.295)	(4.769)
Valor residual	8.874	65.870	74.744
Adições	1.009	1.495	2.504
Remensurações	162	(104)	58
Depreciação	(693)	(5.167)	(5.860)
Saldo em 31 de março de 2024	9.352	62.094	71.446
Custo total	10.519	71.556	82.075
Depreciação acumulada	(1.167)	(9.462)	(10.629)
Valor residual	9.352	62.094	71.446

(i) Referem-se a terras arrendadas ou em regime de parceria agrícola para a plantação de eucalipto, que após seu período de maturação (estimado em 7 anos), será transformado em matéria-prima (cavaco) utilizada na combustão das caldeiras de vapor. **15. Fornecedores**

	2024	2023
Fornecedores diversos (i)	61.465	72.179
Fornecedores de milho	-	33
	61.465	72.212

(i) O saldo de fornecedores diversos referem-se a compra de materiais, insumos, serviços e equipamentos. Os valores reconhecidos como fornecedores ao custo amortizado, se aproximam de seu valor justo. **16. Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** Para os contratos que a Companhia reconheceu direito de uso, descritos na Nota 14, foi reconhecido como contrapartida um passivo de arrendamento através do fluxo de caixa descontado das contraprestações futuras, conforme descrito no ítem (c) dessa nota. Segue a movimentação dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:

(a) Arrendamentos a pagar:	Compromissos de arrendamentos	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de março de 2022	4.311	191	4.502
Adições	4.719	-	4.719
Remensurações	95	-	95
Pagamentos	(1.331)	-	(1.331)
Apropriação encargos financeiros	-	1.170	1.170
Saldo em 31 de março de 2023	7.794	1.361	9.155
Adições	1.009	-	1.009
Remensurações	164	-	164
Pagamentos	(1.566)	-	(1.566)
Apropriação encargos financeiros	-	1.277	1.277
Saldo em 31 de março de 2024	7.401	2.638	10.039
Circulante			1.579
Não circulante			8.460
			10.039

No exercício atual houve a adição de contratos de parceria agrícola, com prazo até outubro 2037 que foram descontados a taxa de 13,27%) Os saldos de arrendamentos a pagar no passivo não circulante, têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024	2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	-	997
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	1.125	915
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	1.032	839
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	947	770
Abril de 2028 em diante	5.356	4.217
	8.460	7.738

(b) Parcerias agrícolas a pagar:	Compromissos de parcerias agrícolas	Ajuste a valor presente das parcerias agrícolas	Passivo de parcerias agrícolas
Saldo em 31 de março de 2022	2.924	-	2.924
Adições	66.104	-	66.104
Remensurações	1.137	-	1.137
Pagamentos	(10.770)	-	(10.770)
Apropriação encargos financeiros	-	7.542	7.542
Saldo em 31 de março de 2023	59.395	7.542	66.937
Adições	1.495	-	1.495
Remensurações	(104)	-	(104)
Pagamentos	(7.574)	-	(7.574)
Apropriação encargos financeiros	-	3.870	3.870
Saldo em 31 de março de 2024	53.212	11.412	64.624
Circulante			7.318
Não circulante			57.306
			64.624

No exercício atual houve a adição de contratos de parceria agrícola, com prazo até outubro 2037 que foram descontados a taxa de 13,27%) Os saldos de parcerias agrícolas a pagar no passivo não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024	2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	-	7.533
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	7.561	6.911
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	6.936	6.340
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	6.364	5.817
Abril de 2028 em diante	36.445	33.231
	57.306	59.832

Remensuração de caixa das contraprestações a pagar: Os contratos de arrendamentos e parcerias agrícolas são remensurados com os índices de IGPM e IPCA, mensais e acumulados, que corrigem o valor por hectare ou m³ de eucalipto determinado em contrato. **Fluxo de caixa das contraprestações a pagar:** Seguindo as práticas previstas no CPC 06 (R2), a Companhia utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada para esses fluxos, para a mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso. A Empresa apresenta suas taxas incrementais com base no custo estimado de captações observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Vigência dos contratos e anos	Taxa incremental 2024	Taxa incremental 2023
acima de 12	13,27%	15,40%

As taxas apresentadas acima, referem-se a taxas adotadas na data de adoção inicial ou adição de novos contratos, essas taxas só podem ser alteradas a medida em que novos contratos sejam firmados. **17. Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Indexador	Remuneração % (a.a)	Vencimento final	Garantias	2024	2023
Em moeda nacional:						
FINAME	PRÉ	5,80	dez/23	Alienação fiduc. + Cessão de créditos + Aval da CParticipações	-	2.591
FINAME	SELIC	1,80 a 2,21	nov/39	Hipoteca de 1º Grau + Aval da CParticipações	384.318	44.093
FINEM	PRÉ	7,00 a 8,50	jun/35	Hipoteca de 1º Grau + Cessão de Créditos + Aval da CParticipações e Controladora	73.439	66.484
FINEM	SELIC	2,09	jun/35	Hipoteca de 1º Grau + Aval da CParticipações	8.814	-
CCB (i)	CDI	2,50	set/24	Estoc. de milho e/ou etanol e/ou Aplic. Financ. + Aval Controladora	40.231	121.005
CCB	CDI	1,70 a 1,75	mar/27	Aval Controladora	298.528	273.695
					805.330	507.868
Passivo circulante					(219.019)	(116.672)
Passivo não circulante					586.311	391.196

Captações no exercício findo em 31/03/2024 na modalidade FINAME e FINEM para aquisições de máquinas, equipamentos e construção do armazém de milho da nova unidade industrial em Maracaju/MS. (i) Essa modalidade prevê garantias mistas que podem ser compostas por estoque de milho e/ou etanol e/ou aplicações financeiras (incluindo estoque de etanol da Controladora). Em 31/03/2024, havia aproximadamente o montante de R$ 44.000 estoque de etanol e milho cedidos em garantia (2023 – R$ 132.000). Os saldos de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024	2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025		190.083
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	80.194	63.156
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	86.594	59.272
Abril de 2027 em diante	419.523	78.685
	586.311	391.196

A movimentação dos empréstimos no exercício está apresentada na Nota 4.2 (b). **Covenants** A Companhia possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants) em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, cujos descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do valor nominal devidamente atualizado. Os covenants financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro (líquido); e (iv) Liquidez Corrente Ajustada. Em 31/03/2024 e 2023, todos os requisitos encontram-se integralmente atendidos. **Valor justo dos empréstimos e financiamentos** Em 31/03/2024 e 2023, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam do valor justo, no nível 2 da hierarquia. A administração avaliou e concluiu que as dívidas pós-fixadas, incluindo o valor contábil das dívidas designadas para hedge accounting já considerando o swap, continuam representando a taxa média de captação da Companhia, e para as dívidas pré-fixadas calculou o valor justo corrigindo as parcelas futuras pelas taxas contratadas até seu vencimento, e trouxe a valor presente pela curva futura do CDI acrescido de um spread de 2,0% a.a. em cada data-base. **18. Debêntures** Em fevereiro de 2022, a Companhia anunciou uma oferta de emissão de CRAs, seguindo as diretrizes da Instrução CVM Nº 400, de 29/12/2003, subscritos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante de R$ 600.000, com prazo total de 7 anos (6 anos de carência), com aval da Controladora. Após o processo de bookbuilding, realizado no dia 25 de março de 2022, os CRAs foram subscritos em sua integralidade a uma taxa remuneratória de 6,2253% a.a. sobre o valor unitário corrigido pela variação do IPCA. A integralização ocorreu em 18/04/2022. No momento da contratação, foi realizado um swap de taxa de IPCA para CDI, incluído na política de *hedge accounting* por ser classificado como *hedge* de fluxo de caixa (Nota 2.14). O recurso tem sido destinado a investimentos e necessidades de financiamento relacionados com a produção e industrialização de etanol de milho e componentes de ração animal pela Companhia, nos termos do seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios. Em julho de 2022, a Companhia fez o 1º Aditamento na CPR-F para lastrear uma oferta de emissão de CRAs, seguindo as diretrizes da Instrução CVM Nº 476, subscritos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante de R$ 300.000, com prazo total de 6 anos (2 anos de carência), com aval da Controladora. Os CRAs foram subscritos em sua integralidade e fazem jus a juros remuneratórios, correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de 1,50% ao ano. A integralização ocorreu em 29/07/2022.

Emissão	Série	Classe	Indexador	Remuneração % (a.a)	Data Emissão	Vencimento final	Periodicidade Amortizações	Garantias	2024	2023
Em moeda nacional:										
CRA (i)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	5,01	mar/21	mar/26	Única, no vencimento	Aval da Cerradinho Bioenergia	300.152	287.349
CRA (ii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	6,23	abr/22	abr/29	Abril 2028 e 2029	Aval da Cerradinho Bioenergia	653.559	625.672
CRA (iii)	-	-	CDI	1,50	jul/22	abr/28	Anual, após carência de 21 meses	Aval da Cerradinho Bioenergia	336.303	294.404
									1.290.014	1.207.425
Passivo circulante									(178.108)	(18.205)
Passivo não circulante									1.111.906	1.189.220

(i) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora). (ii) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (150ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). (iii) CPR-F utilizadas como lastro em operação de securitização (206ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora). Os saldos de debêntures no passivo não circulante em 31/03, têm a seguinte composição de vencimento:

	2024	2023
de 1º/04/2024 a 31/03/2025		192.198
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	363.721	327.591
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	93.433	87.576
de 1º/04/2027 a 31/03/2028	87.547	80.807
Abril de 2028 em diante	567.205	501.047
	1.111.906	1.189.220

A movimentação das debêntures no exercício está apresentada na Nota 4.2 (b). **Covenants** A Companhia possui obrigações especiais e cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants) em determinados contratos de debêntures, cujos eventuais descumprimentos poderão levar o credor a declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações e exigir o imediato pagamento, pelo Grupo, do valor nominal devidamente atualizado. Os covenants financeiros exigidos pelos contratos são: (i) a razão entre Dívida Líquida por EBITDA Ajustado; (ii) a razão entre Dívida Líquida por Patrimônio Líquido; e (iii) a razão entre EBITDA Ajustado por Resultado Financeiro (líquido). Em 31/03/2024, todos os requisitos encontram-se integralmente atendidos (31 de março de 2023 – todos foram atendidos). **Valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures** Em 31/03/2024 e de 2023, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia se aproximam do valor justo, no nível 2 da hierarquia. A administração avaliou e concluiu que as dívidas pós-fixadas, incluindo o valor contábil das dívidas designadas para *hedge accounting* já considerando o swap, continuam representando a taxa média de captação da Companhia, e para as dívidas pré-fixadas calculou o valor justo corrigindo as parcelas futuras pelas taxas contratadas até seu vencimento, e trouxe a valor presente pela curva futura do CDI acrescido de um spread de 2,0% a.a. em cada data-base. Em complemento a análise acima, efetuamos o cálculo do valor justo dos CRAs que possuem negociação no mercado secundário, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade	Código	"Indexador ao ano"	Vencimento	Valor justo*	Saldo contábil Dívida	Saldo Contábil - Swap	Valor Justo - Swap
CRA 2021	CRA021000M9	IPCA + 5,01%	16/03/2026	295.863	300.152	(56.323)	(57.092)
CRA 2022	CRA021005W1	IPCA + 6,2253%	15/03/2028	625.320	653.559	(35.617)	(16.504)

*Calculado com base nas informações de negociação do mercado secundário em 28/03/2024. **19. Provisão para contingências** A Empresa é parte em processos trabalhistas, tributários e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes de processos tributários, cíveis e administrativos são estimadas, registradas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de consultores legais externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável. As provisões para eventuais perdas de processos trabalhistas são registradas para todas as causas nas quais a Companhia é parte, independente da sua classificação de risco de perda, sendo a estimativa apurada levando-se em consideração a esfera na qual se encontra o processo e o histórico dos pagamentos efetuados nos últimos doze meses para os processos liquidados na mesma esfera (% apurado do valor pago sobre o valor da causa). **19.1 Perdas prováveis** As provisões estão demonstradas a seguir:

	2023	Adições	Reversão	Liquidações	2024
Trabalhistas	9.004	70	(7.485)	(517)	1.072
Administrativas	3				3
Tributária	630				630
	9.637	70	(7.485)	(517)	1.705
Passivo circulante					(985)
Passivo não circulante					720

	2022	Adições	Reversão	Liquidações	2023
Trabalhistas	9.414	1.086	(634)	(862)	9.004
Administrativas	377		(377)		-
Tributária	-	630			630
	9.791	1.716	(1.011)	(862)	9.634
Passivo circulante					(2.890)
Passivo não circulante					6.744

19.2 Passivos contingentes Os processos cuja probabilidade de perda seja avaliada pelos assessores jurídicos da Companhia como possível, que precisam ser confirmados por eventos futuros ainda incertos, e que estão fora do controle da Companhia e sua controlada, não foram objeto de provisão contábil. Os passivos contingentes são representados pelas naturezas abaixo demonstradas:

	2024	2023
Ambientais	31	5
Cíveis		
Indenizatórias		1.653
Tributário		
Tributos federais (i)	37.384	36.939
Compensação tributos federais	94	83
Outras	1.172	1.172
Total	38.681	39.852

(i) Os processos tratam, substancialmente, de execução fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débito de IPI, no qual não foi reconhecida pela fiscalização a possibilidade de inclusão desse débito na sistemática de pagamento especial prevista no artigo 3º MP nº 470/2009, por entender não se tratar de débito indevidamente compensado com o crédito-prêmio de IPI e, dessa forma, desconsiderando o pagamento já efetuado pela Companhia. **20. Patrimônio líquido (a) Capital social** O capital social da Companhia está dividido em 13.270 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Lucro por ação** (i) O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2024	2023
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	45.891	83.752
Média ponderada do número de ações ordinária no exercício	13.270	13.270
Lucro básico por ações - em milhares de reais por ação	3,4583	6,3114

(ii) O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas), ajustada pela quantidade média ponderada dos instrumentos com efeitos diluidores. Em 31/03/2022 e 2021, como a Companhia não possui nenhum instrumento com efeito diluidor e, consequentemente, o lucro líquido diluído é igual ao lucro líquido básico por ação. **(c) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio** De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculados sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualmente os ajustes consistem na exclusão da reserva legal e da reserva de incentivo (nota 23 (d)), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	45.891	83.752
(-) Reserva legal (5%)	(2.295)	(4.188)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(96.707)	(82.776)
(=) Base de cálculo	(53.111)	(3.212)
Dividendos mínimo obrigatório ("total" - 25%)	-	-
Dividendos deliberados, por exercício, divididos em:		
Juros sobre capital próprio bruto (atribuído como dividendo mínimo obrigatório)	-	-
Juros sobre capital próprio bruto	-	(12.253)
Dividendo efetivamente atribuído como mínimo obrigatório	-	-

No exercício findo em 31/03/2023, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/06/2022, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R$ 12.253 (liquidados no decorrer da safra 23/24). **(d) Reserva de lucros Reserva legal** É constituída ao final de cada exercício social à razão de 5% do lucro líquido, após terem sidos compensados os prejuízos acumulados, apurados ao final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social **Reserva de incentivos fiscais** No exercício findo em 31/03/2024, o resultado passível de composição de reserva de incentivos, se refere às parcelas da subvenção - Produzir no montante de R$ 20.762 (Notas 1.1 e 28), ao crédito outorgado de ICMS sobre aquisição e industrialização do milho no montante de R$ 108.279 (Nota 1.4) e ao montante de R$ 24.400 relativo ao crédito outorgado de ICMS sobre a produção de etanol de anidro, além de R$ 3.451 de outros incentivos fiscais, que somadas, perfazem o montante de R$ 156.892. Contudo, a Companhia realizou a constituição do referido saldo até o limite do resultado do exercício e reserva de retenção, no montante de R$ 96.707. Já o saldo remanescente de R$ 60.185. será constituído à medida que a Companhia apurar lucros em exercícios futuros. No exercício findo em 31/03/2023 se refere às parcelas da subvenção - Produzir no montante de R$ 57.206 (Notas 1.1 e 28), ao crédito outorgado de ICMS no montante de R$ 24.028 (Nota 1.4) e ao montante de R$ 1.542 relativo ao incentivo de ISS concedido pelo Município de Maracaju (MS) (Nota 24), que somadas, perfazem o montante de R$ 82.776, cujos efeitos foram refletidos no resultado do exercício e transferidos para a rubrica reserva de incentivos fiscais, observando o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014. Tal reserva só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos. Até 31/12/2023, esses incentivos poderiam entrar na base de cálculo da distribuição de dividendos, desde que fossem tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social, pelas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. A Companhia, não incluiu o incentivo fiscal na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório (nota 23 (c)), motivo pelo qual são transferidos para a reserva de incentivos fiscais. A partir de janeiro de 2024, devido a alteração na Legislação Tributária (Nota 1.9) o referido benefício fiscal deixou de ser incorporado à Reserva de Incentivos Fiscais, passando a compor o lucro líquido a ser destinado pelos acionistas. **Reserva de retenção de lucros** A administração propôs a retenção do saldo remanescente dos lucros do exercício social findo em 31/03/2022, após as destinações legais e estatutárias, no montante de R$ 68.576, para que seja utilizado nas operações de investimento e capital de giro, conforme orçamento de capital submetido e aprovado à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 11/07/2022. **(e) Ajustes de avaliação patrimonial** Corresponde aos resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap), ainda não realizadas, classificadas como hedge accounting de fluxo de caixa (Nota 2.14). O referido saldo é revertido do patrimônio líquido ao resultado do exercício a medida em que ocorrem a realização das referidas operações que foram objetos de hedge.

	2024	2023
Efeitos de instrumentos finaceiros derivativos - Hedge accounting	(18.344)	(18.068)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os efeitos de Hedge accounting	6.237	6.143
Ajustes de avaliação patrimonial	(12.107)	(11.925)

21. Classificação e valor justo 21.1 Classificação A classificação de ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Controladora	2024 Custo amortizado	2024 Valor justo por meio do resultado	2024 Valor justo por meio do resultado abrangente	2024 Total	2023 Custo amortizado	2023 Valor justo por meio do resultado	2023 Valor justo por meio do resultado abrangente	2023 Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	521.244	-	-	521.244	434.490	-	-	434.490
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	120.768	120.768	-	-	77.488	77.488
Contas a receber e outros ativos	99.166	-	-	99.166	84.665	-	-	84.665
Depósitos judiciais e compulsórios	16.084	-	-	16.084	11.607	-	-	11.607
	636.494	-	120.768	757.262	530.762	-	-	608.250
Passivos financeiros								
Fornecedores e outros passivos	67.054	-	-	67.054	74.487	-	-	74.487
Arrendamentos e parcerias a pagar	8.897	-	-	8.897	8.522	-	-	8.522
Instrumentos financeiros derivativos	-	17.388	63.715	81.103		-	66.670	66.670
Empréstimos e financiamentos	805.330	-	-	805.330	507.868	-	-	507.868
Debêntures	1.290.014	-	-	1.290.014	1.207.425	-	-	1.207.425
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	-	-	-	-	25.814	-	-	25.814
	2.171.295	17.388	63.715	2.252.398	1.824.116			1.890.786

21.2 Valor Justo Exceto por contratos de termo de moedas, classificados no Nível 1, os ativos e passivos financeiros avaliados a valor justo foram classificados no Nível 2 e foram avaliados levando em consideração preços observáveis, direta ou indiretamente, para o ativo ou passivo, por não possuirem preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos.

	2024 Nível 1	2024 Nível 2	2023 Nível 1	2023 Nível 2
Ativo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	120.768	-	77.488
	-	120.768	-	77.488
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	3	63.715	478	66.192
	3	63.715	478	66.192

22. Receita de contratos com clientes	2024	2023
Receita líquida de vendas:		
Receita bruta	1.328.048	1.084.519
Tributos sobre vendas	(174.121)	(144.733)
Incentivos fiscais	73.016	80.604
	1.226.943	1.020.390
Composição da receita líquida de vendas:		
Etanol hidratado (i)	603.645	692.561
Etanol anidro (ii)	278.593	-
DDG ("Distillers Dried Grain") (ii)	206.530	204.086
Óleo de milho	57.232	39.531
CBIOS - (Nota 3.2 (a))	5.609	3.522
Outras	2.318	86
Incentivos fiscais (iii)	73.016	80.604
	1.226.943	1.020.390

(i) Diminuição da receita de etanol decorre, principalmente, da queda de preços do etanol, que acompanha a queda nos preços da gasolina (Nota 1.4), em virtude da paridade entre os preços do etanol e gasolina. (ii) Aumento na receita do DDG decorre, principalmente, dos seguintes aspectos: (i) aumento do volume vendido em aproximadamente 5%, reflexo do aumento da quantidade produzida; e (ii) aumento do preço de venda em 4,6%, reflexo do aumento do preço do milho e do aumento da demanda de DDG pelo mercado. (iii) A Companhia possui subvenções concedidas pelo Estado de Goiás (Notas 1.1 e 28), sendo essas subvenções referentes, substancialmente, a créditos tributários de ICMS sobre vendas que são apresentadas como receita de vendas na demonstração do resultado, líquido de uma provisão reconhecida de R$ 630. Adicionalmente, durante o exercício, houve reconhecimento de crédito outorgado de ICMS (Nota 1.4).

23. Custos e despesas por natureza	2024	2023
Consumo de matéria-prima e insumos	(899.926)	(708.648)
Ajuste ao valor realizável líquido de estoques	-	(3.472)
Salários, encargos e benefícios	(76.228)	(37.910)
Material de uso e consumo	(25.562)	(10.102)
Serviços de terceiros	(38.848)	(16.732)
Fretes e comissões sobre vendas	(31.499)	(42.278)
Depreciação	(34.539)	(15.126)
Custo de vendas CBIOS	(5.602)	(3.294)
Outras receitas (despesas), líquidas	(12.015)	(9.749)
	(1.124.219)	(847.311)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(1.047.030)	(782.764)
Despesas com vendas	-	(51.453)
Despesas gerais e administrativas	(77.189)	(13.094)
	(1.124.219)	(847.311)

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e despesas baseados na sua função. A natureza desses custos e despesas estão apresentadas a seguir:

24. Outras receitas (despesas), líquidas	2024	2023
Impostos e taxas	(28)	(1.962)
Doações	-	(148)
Incentivos fiscais (a)	4.421	1.542
Receita pela venda de precatórios	10.411	-
Crédito de ICMS outorgado - município de Maracaju-MS	7.200	-
Resultado pela alienação do imobilizado	1.534	-
Outras	1.180	862
	24.718	294

(a) Refere-se a benefício fiscal instituído pela Lei Municipal 1.128/97, que prevê isenção de ISS nos serviços tomados no município de Maracaju (MS). **25. Resultado financeiro**

	2024	2023
Perdas em operações com derivativos	(215.928)	(134.644)
AVP arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	(5.146)	(8.712)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(141.267)	(138.116)
Tributos sobre operações financeiras	(2.171)	(4.677)
Despesa com aval	(1.958)	(206)
Despesas e comissões bancárias	(153)	(1.413)
Juros e atualização monetária sobre tributos a recolher	(658)	(5.503)
Outras despesas financeiras	(2.604)	(1.897)
Total das despesas financeiras	(369.885)	(295.168)
Ganhos em operações com derivativos	107.519	87.316
Rendimento de aplicação financeiras	100.174	101.888
Juros sobre créditos tributários (a)	6.963	3.711
Outras receitas financeiras	2.932	2.968
Total das receitas financeiras	217.588	195.883
Resultado financeiro	(152.297)	(99.285)

(a) Referem-se aos juros e atualização monetária sobre créditos constituídos de PIS/COFINS e IPI, conforme mencionado na Nota 10. **26. Benefícios a empregados 26.1 Benefícios assistenciais** A Companhia provê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio farmácia, ticket alimentação/refeição, previdência privada, refeitório e auxílio parcial de bolsa de estudo, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. **26.2 Participação dos funcionários** A Companhia possui programa de participação nos resultados, acordados com os representantes dos funcionários, cujas vigências são de um ano, iniciadas em 1º/04 de cada ano. Esse programa tem por objetivo o incentivo de aprimoramento do trabalho, quer por natureza técnica, quer por relacionamento de pessoal. Em 31/03/2024, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante, inclui o montante de R$ 3.761 (2023 - R$ 1.779) referente à participação nos seus resultados. Estes benefícios são provisionados no decorrer do exercício e pagos aos funcionários anualmente. **26.3 Incentivo a longo prazo** O ILP (Incentivo a longo prazo) é um instrumento de remuneração de longo prazo, apurado anualmente e iniciado em 1°/04/2015, que visa proteger a remuneração dos executivos da Companhia ao longo dos anos, das variáveis externas do mercado e incentivar a desempenhos superiores, projetando o desenvolvimento da Companhia. Após as apurações das metas financeiras e individuais/setoriais vinculadas ao PPAR (Prêmio de Participação Ativa nos Resultados), é apropriado o percentual da remuneração variável à cada executivo e determinada a parcela que será paga dentro de 4 anos. Em 31/03/2024, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante e não circulante, inclui o montante de R$ 1.955 (2023 – R$ 2.279), referente ao incentivo de longo prazo que serão liquidados no decorrer dos próximos quatro anos. **27. Compromissos** Em 31/03/2024 e 2023, a Companhia tinha firmado os seguintes compromissos: **(a) Vendas no mercado interno** A Companhia possui 61% do volume a ser produzido no exercício social a findar em 31/03/2024 (em 2023: a Companhia possuía 79%) contratados, com preço a ser fixado pelo índice ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz semanal, e prêmios já pré--definidos. **(b) Compra de milho** A Companhia celebra contratos de compra de milho junto aos seus fornecedores, a preços pré-estabelecidos, para atender a sua produção de etanol. Em 31/03/2024, A Companhia possuía contratos de compra de milho a preço fixo, totalizando o volume de 1.240 mil toneladas (2023 – 277 mil toneladas), a serem entregues até o final de 2023 **(c) Projeto expansão (Nota 1.2)** Em 31/03/2023, a Companhia possuía: compromissos relacionados com construção da nova unidade industrial de etanol de milho no município de Maracaju/MS (Nota 1), no valor total de R$ 482.131 (31/03/2022 – R$ 212.413), sendo, i) compromissos com aquisição de biomassa para geração de energia, no valor de R$ 94.734 (31/03/2022 – R$ 94.734); e aquisição de equipamentos e serviços, no valor de R$ 387.397 (31/03/2022 – R$ 117.679). Adicionalmente, a Companhia não possuía compromissos relacionados com a ampliação da planta industrial em Chapadão do Céu/GO (possuía em 31/03/2022 – R$ 130.504, para aquisição de equipamentos e serviços). **28. Incentivo fiscal Produzir** A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste até 2032. A utilização do benefício pela Companhia está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor do incentivo apurado no exercício foi de R$ 57.206 (2022 –R$ 58.722), registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita operacional líquida", com contrapartida na rubrica de "Tributos a recolher". Com base nos termos dos artigos 9º e 10 da Lei Complementar nº 160, publicada em agosto de 2017, os incentivos e benefícios fiscais relativos ao ICMS, concedidos pelos Estados e Distrito Federal, são considerados para fins tributários subvenções para investimento. Assim, a administração, a partir do ano fiscal de 2019, considera o incentivo fiscal recebido, não tributável para fins de IRPJ e CSLL (Nota 12. (b). Para enquadrar as parcelas do Produzir como subvenção para investimento e assim não as tributar a administração observou o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014 e transferiu-as para a rubrica reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, que só poderá ser utilizada para capitalização ou absorção de prejuízos, Nota 20(d). A Receita Federal do Brasil - RFB divulgou em 15/12/2020 a Solução de Consulta (SC) nº 145, em 25/03/2021 a SC 55, e em 21/06/2021 a SC 94, que tratam do tema incentivos fiscais e seu tratamento tributário. A administração, apoiada por seus assessores jurídicos, entende que estas soluções de consulta não se aplicam ao caso específico da Companhia, já que seus benefícios fiscais atendem aos requisitos do §4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014 e, portanto, se trata de benefícios com características distintas. **29. Cobertura de seguros** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pela administração para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação e seus consultores de seguros.

Riscos cobertos	Cobertura máxima (i)
Seguro Patrimonial - Neomille - GO	350.000
Veículos - Neomille	2.800 + 100% fipe
Seguro garantia - Neomille - GO	3.802
Riscos de Engenharia - MS	950.574
Responsabilidade Civil Obras - MS	10.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

A Diretoria

Diretor Presidente
Gustavo de Marchi Galvão Oliveira
Diretor de Originação e Negócios Agrícola
Eduardo Martins de Paiva

Contador

Lucas Milhorin CRC: SP-328522/O-0

continua...

Continuação...

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Neomille S.A. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Neomille S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os principios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Capitalização de gastos para imobilizados em andamento (Notas 1.4, 2.9, 2.11 e 13)** Conforme divulgado nas Notas 1.4 e 13 às demonstrações financeiras, os valores registrados como imobilizado em andamento durante o exercicio referem-se, principalmente, a gastos incorridos pela Companhia na ampliação de seu atual parque industrial em Chapadão do Céu - GO e na construção de novo parque industrial (greenfield) para processamento de milho em Maracaju - MS. Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando a relevância dos montantes investidos nestas construções, às premissas e julgamentos adotados pela administração na determinação dos custos passiveis de capitalização de acordo com as normas contábeis aplicáveis. • Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: • Entendimento dos principais controles internos estabelecidos no processo de capitalização de gastos e a avaliação dos critérios adotados pela administração para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorridos na construção de ativos imobilizados em andamento. • Com base em testes amostrais, realizamos inspeções fisicas, confrontamos as adições efetuadas com as respectivas documentações suporte, avaliando, também, a natureza e a aplicabilidade dos gastos nas obras em andamento. • Avaliamos a metodologia utilizada pela Companhia e os julgamentos realizados pela administração na determinação dos custos de empréstimos diretamente atribuíveis e passíveis de capitalização a ativos qualificáveis em construção. • Para ativos imobilizados que estavam em andamento e foram concluídos tornando-se prontos para o uso pretendido durante o exercício, avaliamos a adequada e tempestiva classificação dos gastos para as classes de ativos correspondentes, momento em que inicia-se a depreciação dos mesmos. • Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração da Companhia e suas respectivas divulgações em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos em nossa auditoria. **Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado** A Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercicio findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 12 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Rodrigo de Camargo

Contador CRC 1SP219767/O-1

Balanço Cerradinho Bioenergia na Íntegra através do link:
https://ohoje.com/publicidade-legal/cerradinho-bionenergia-sa-relatorio-da-administracao-safra-2023-24/



Balanço Neomille S.A. na Íntegra através do link:
https://ohoje.com/publicidade-legal/neomille-sa-relatorio-da-administracao-safra-2023-24/



Negócios



Fotos: Divulgação/Yuno

Evento debate aquecimento do mercado financeiro e imobiliário em Goiânia

Encontro discute mercado imobiliário em Goiânia

Evento traz consultores para avaliar riscos e potencialidades do setor na Capital



Thiago Henrique

Quando comprar um imóvel? Para que adquirir um? Habitação? Investimento? Essas perguntas se tornam, especialmente, importantes em Goiânia. Afinal, a Capital é atualmente o terceiro mais importante mercado imobiliário do Brasil em volume de vendas. E os interessados não são apenas os goianos: cada vez mais, investidores de outras unidades federativas e até mesmo de outros países têm olhado para os imóveis goianienses com crescente interesse.

O 1º Encontro de Investidores: Um Olhar Estratégico Sobre Mercado Financeiro X Mercado Imobiliário, promovido pela empresa Yuno & Gran Hauz, objetiva promover um debate acerca do aquecimento desse setor em Goiânia. Mercado financeiro e o imobiliário, na visão de especialistas, não apenas deixam de ser conflitantes e divergem entre si, como devem se complementar.

No foco da iniciativa está o debate acerca desse aquecimento, é uma questão a um só tempo animadora e inquietante: trata-se de oportunidades fundadas em um crescimento sustentado do setor ou seria apenas uma bolha imobiliária? Se esses são os cenários prováveis e as incertezas intrínsecas, o quão importante é investir bem e que tipo de profissional procurar com esse objetivo?



Para tratar do tema, estão incluídas duas palestras na programação do evento a serem ministradas por João Gondim, consultor de investimento no mercado imobiliário, e Maurício Vono, consultor de mercado financeiro.

De acordo com Maurício Vono, os riscos inerentes ao mercado imobiliário, tanto em Goiânia quanto no restante do País, passam por inadequações, tanto com relação às percepções dos investidores quanto às regras pelas quais se operacionalizam as vendas no setor. "Antigamente havia essa noção de que quem investia em imóveis não perdia." Esse tipo de visão estava ligada, segundo o consultor, às características da economia brasileira até um passado recente, de instabilidade e imaturidade do sistema financeiro nacional, quase que tão somente relegado aos produtos bancários.

Nesse contexto, o investidor estava à mercê das estratégias de venda de corretores imobiliários, em sua maioria despreparados, para promover um verdadeiro trabalho de orientação do interessado em adquirir um imóvel. "Movidos pela pressão, os corretores continuam apenas empurrando imóveis nas pessoas, que acabam fazendo negócios ruins. Os profissionais que atuam no setor em geral não conhecem o contexto pessoal, nem os projetos de vida dos investidores, além de não entenderem as atuais configurações desse mercado", afirma Vono.

O resultado é que nem compradores, nem profissionais reúnem as condições adequadas de avaliar critérios imprescindíveis a serem considerados na hora de investir no mercado imobiliário, tais como liquidez, choque de oferta e rentabilidade real. "Dessa forma, os investidores frequentemente compram um imóvel que não vai cobrir nem mesmo a correção inflacionária", comenta.

Ainda segundo Vono, a mudança no sistema financeiro brasileiro, no sentido de sua maturidade, e o aparecimento de produtos mais elaborados à escolha dos participantes desse mercado criaram a necessidade do surgimento de um novo profissional: o planejador imobiliário. "É esse profissional que eu pretendo apresentar na minha palestra, porque é ele que terá a formação adequada e as condições necessárias a realizar uma verdadeira avaliação desse novo mercado, tanto sob o ponto de vista das finanças e ativos envolvidos quanto dos aspectos legais", salienta.

Nesse sentido, tanto Vono quanto João Gondim destacam um aspecto de relevância na hora de se definir de que forma o interessado deve ingressar no mercado imobiliário: a perspectiva pessoal e o processo decisório envolvido. Para Gondim, o entendimento de no que investir, o que comprar, por que, para que e como é a primeira questão a ser tratada. "Somente a partir dessa primeira avaliação, os interessados em adquirir um imóvel deveriam procurar um corretor imobiliário", comenta.

Para ambos, a estruturação harmônica entre a aplicação dos recursos de que dispõem e o projeto de vida são a questão central, que vai definir a forma pela qual o interessado em fazer um aporte no mercado imobiliário irá se inserir em suas regras. **(Especial para O Hoje)**